
NAÇÃO E DEFESA



ANO 1 — N.º 2 — NOVEMBRO DE 1976

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

ISSN 0870-757X

Depósito Legal n.º 54 801/92

REEDIÇÃO LIMITADA — 1992

A DOUTRINA DOS ARTIGOS
É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

DA NAÇÃO À PÁTRIA

Se a Nação envolve a ideia de unidade, a Pátria realiza-a na História. E esta não acontece com dignidade política e independência moral sem geração consciente de empresas inalienáveis e inconsciente da sua própria reprodução.

É certo existir uma crise em Portugal cuja solução assenta no aproveitamento dimensionado dos recursos — trabalho, capital ou terra. No entanto, essa crise, a par da sua qualificação económica, cifra-se sobretudo em termos sociais. É fundamental considerar que o grande desafio a aceitar pela geração presente, a geração que tem responsabilidades gestoras neste momento histórico, diz respeito à geração futura. Queremos assim significar, e está em causa a sobrevivência nacional, o relevo primário a dar à educação e às escolas.

Em suma, esgotados os recursos humanos de hoje, que outros, e de qual qualidade, lhes vamos fazer substituir amanhã.

As palavras de nada servem se não actualizadas na referência a intenções concretas.

E por Nação entenderemos a vontade de viver. E por Pátria a vontade de estar num sítio de encruzilhada de uma experiência antiga — a Liberdade à conquista da História.

O SOCIALISMO COMO IDEOLOGIA (*)

O SOCIALISMO COMO IDEOLOGIA(*)

Sumário: *A/ Introdução epistemológica: Ideologia. Ciência. Pluralismo teórico. Ciências sociais. «Teoria geral da sociedade». Sociogénese e psicogénese. B/ O Socialismo em teorias do desenvolvimento social: Darwin e Marx. Vulgata marxista. Rostow. Agursky. Concepções a-históricas. C/ O Socialismo como utopia psicogenética: Chigalev e o «bom selvagem». Socialismo autoritário. Socialismo libertário. Interpretação de Chafarevitch. A controvérsia sobre a economia de Marx.*

A/ INTRODUÇÃO EPISTEMOLÓGICA

1. A análise concreta de sociedades concretas que se intitulam socialistas só nos pode esclarecer acerca da *viabilidade* do socialismo se compreendermos que o socialismo é também uma ideologia, visando estabelecer a *desejabilidade* de transformação de uma sociedade concreta, por exemplo a portuguesa actual, numa sociedade socialista, por referência ao socialismo como sociedade abstracta (').

Abordaremos aqui o problema prévio da desejabilidade. Ora, na maneira de abordar o socialismo como sociedade abstracta desejável, há ainda duas atitudes fundamentais, uma atitude ideológica, que infere da desejabilidade a viabilidade, e uma atitude científica, que, no nosso caso, tenta explicar os pressupostos da desejabilidade. É, porém, útil começar por pensar melhor a distinção entre ideologia e ciência.

2. A palavra ideologia é uma palavra bastante utilizada, e a melhor maneira de a compreender é considerá-la uma visão egocêntrica. De facto, a ideologia explica tudo através da referência de um determinado comporta-

(*) Desenvolvimento de exposições aos oficiais e sargentos do antigo Comando-Chefe das Forças Armadas em Angola, efectuadas em Julho de 1975, durante a comissão de serviço do autor nesse território, e da primeira de quatro palestras incluídas num seminário organizado pelo Instituto Democracia e Liberdade em Dezembro de 1975, subordinadas ao tema «O que é o socialismo?» e a ser publicadas no *Boletim do IDL*, n.º 1.

(') Discussão deste ponto de partida no nosso artigo «O abstracto e o concreto do socialismo em liberdade», *Jornal Novo*, 312/75.

mento ou situação a um «nós», que opõe a «eles»⁽²⁾. Por exemplo, certas ideologias políticas consideram «nós» os progressistas e «eles» os reaccionários, uma ideologia regionalista será «nós os de Marvão/«eles, os que não são de Marvão». O nacionalismo também é uma forma de ideologia: nós portugueses/eles estrangeiros.

Mais, a explicação ideológica implica normalmente uma adesão emocional: Na verdade, quando definimos o círculo do «nós» e o opomos a «eles», estamos, implícita ou explicitamente, a dar-lhe as características agradáveis que desejamos para «nós». Lendo deste modo os exemplares referidos, temos «nós os bons/«eles os maus», «nós os fortes/«eles os/fracos», etc.

A essência do raciocínio ideológico é portanto pensar em termos de «nós/«eles», muito embora o «nós» varie indefinidamente desde a pessoa individualmente considerada (o egocêntrico em sentido próprio) até à nação, ou ao próprio mundo.

3. A ciência recusa esta oposição «nós/«eles», considerando que ela não consegue explicar a realidade, e tentar sair do egocentrismo através da descentração⁽³⁾. Na verdade, a essência do raciocínio científico é valer tanto para nós como para «eles», ou seja, ser descentrado. Mas como é que se reconhece que um raciocínio é científico? Não basta que alguém o afirme, porque, é claro, quem acredite que a ciência é «boa» (no sentido apontado) vai dizer que a sua ideologia é científica.

Conseguiu-se, saber se certa proposição é ideológica se é científica, porque a descentralização permite verificar o que se afirmou: só é científica a proposição que é verificável, independentemente da pessoa «acreditar» ou não no resultado: a verificação pode ser feita por «nós» e por «eles». Para dar um exemplo tirado da física: a aceleração da gravidade foi estimada em cerca de 9,8⁽⁴⁾ e isso é válido para as pessoas qualquer que seja a sua religião, a sua ideologia política, o seu sítio de origem, a sua idade, o seu sexo.

(2) Esta concepção da ideologia, é inspirada por Levy-Strauss, *Antropologie Structurale*, Paris, 1958, e Althusser, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Lisboa, 1974 (recolha de artigos publicados em *La Pensée*, 1969), é desenvolvida nos nossos apontamentos das aulas de Ciências Sociais ao 1.º ano do Curso Superior de Economia da Universidade de Luanda, *Da Filosofia das Ciências Sociais ao Problema Económico*, mimeo., Luanda, 1975, Cap I, § 1.º.

(3) Palavra de Piaget, *A situação das Ciências Sociais no sistema das ciências*, Lisboa, 1973 (trad. de um trabalho colectivo patrocinado pela UNESCO, Paris, 1970), pp. 34, 38, 52, etc., equivalente à conhecida «ruptura» de Bachelard, *Le nouvel esprit scientifique*, Paris, 1934 (há tradução brasileira).

(4) É a célebre «Lei de Galileu» (1564-1642), obtida por integração de $d^2y/dt^2 = g$ onde y é a distância percorrida e t a duração da queda. Como se sabe, Newton (1642-1727) demonstrou que g não é constante, mas decresce com a aproximação do centro da Terra. Ver, por todos, Ferrin, *Histoire des Sciences*, de Paris, 1956, e Feynman, *La nature des lois physiques*, Paris, 1965 (trad. do Inglês).

Note-se que, se é possível verificar, também é possível não verificar (*). A ideologia, essa, verifica-se sempre, porque se a pessoa acredita, para ela é verdade, e quem não acredita, faz parte dos tais «eles» que não interessam (e têm de ser vencidos, ou mortos ou aprisionados, para as ideologias totalitárias) (*). É importante, deste modo, ter em conta a natureza essencialmente alternativa, verificável ou não, da descentração científica.

4. Esta ideia leva a crer que seja possível verificar através do apelo aos «factos», mas entra aqui nova complicação. Os factos, normalmente, não existem por si só, é facto aquilo que, dentro de certa teoria, se chamar facto. Nas ciências físicas ou exactas, é relativamente simples definir «facto», mesmo assim, quando se faz uma experiência tem de se isolar aquilo que interessa demonstrar (*).

Isso quer dizer que os factos só «falam» nos termos da teoria que justamente se quer verificar. Por isso, recentemente, alguns filósofos da física, sobretudo o alemão Feyerabend, desenvolveram uma epistemologia chamada pluralismo teórico (*).

O argumento a favor do pluralismo consiste em notar que, se houver apenas uma teoria, pode não se saber se a verificação pretendida é já postulada pela teoria ou se é uma verificação propriamente dita. Daí ser preferível ter várias teorias a competir para a explicação de uma mesma realidade, de maneira que se possa ir aperfeiçoando pelo menos uma delas, e torná-la, assim, verdadeiramente verificável, sem cair num círculo vicioso: estar a verificar «factos» que já estavam encaminhados para ser verificados.

5. Este problema, que nas próprias ciências físicas só apareceu recentemente, é profundo nas ciências sociais, porque ainda é frequente considerá-las como meras ideologias, tendentes a justificar uma determinada concepção do mundo. Pensa-se assim porque, nas ciências sociais, confundem-se sujeito e objecto do conhecimento. Por definição, as ciências sociais preocupam-se com o homem em sociedade, portanto o homem em sociedade

(*) Para chamar a atenção sobre este aspecto, Popper, *Logik der Forschung*, Berlim, 1935 (trad. inglesa, New York, 1953) substitui o critério da verificabilidade pelo de «falsificabilidade». A verificação, na verdade, é sempre provisória. Mas a palavra não «pegou»...

(*) Tentativa em distinguir ideologias totalitárias de tolerantes de acordo com a aceitação ou não de alternativas no nosso *Filosofia*, loc. cit.

(*) Assim, voltando a Galileu, dificilmente ele teria provado a sua lei observando a queda de uma folha. O carácter psicologicamente «custoso» da experimentação, relativamente à intuição seguida de dedução, é salientado por Piaget, cit., p. 49, e nota (5).

(*) Ver o seu artigo «How to be a good empiricist, a plea for tolerance in matters epistemological», reproduzido em Nidditch (ed.), *The philosophy of science*, Oxford, 1968. No entanto, o último livro de Feyerabend, *Against Method*, Londres, 1975, insiste mais na vantagem metodológica do pluralismo do que na epistemológica.

é que conhece e o homem em sociedade é que é conhecido; é natural que isto traga complicações (°).

Desde logo a verificação é mais difícil nas ciências sociais, porque não se podem fazer experiências de laboratório (a não ser em certos ramos da psicologia) e tem de se recorrer a critérios não experimentais.

Um deles é o da medição rigorosa, usado com sucesso na astronomia (não se podem fazer experiências com astros, mas podem medir-se com rigor as trajectórias deles). Mas, com excepção da demografia e de certos ramos da economia, a medição rigorosa dos fenómenos sociais é impossível.

Outro método quase experimental, é o dos modelos matemáticos. Mas, mesmo na economia, onde existe uma tradição já longa da sua utilização, a verificação empírica dos modelos nem sempre é satisfatória (°).

Está-se a ver que, nas ciências sociais, há sempre a possibilidade de acusação de que certa proposição não é suficientemente verificável, sendo portanto ideológica. Tem de se ver caso a caso se essas acusações se justificam se não, mas é verdade que o carácter descentrado das ciências sociais é menor do que o das ciências físicas e, portanto, que a distinção entre ideologia e ciência não é tão nítida naquelas como nestas.

6. A propósito ainda da distinção, surgem, directamente dentro do nosso tema, as palavras em ismo. Estas palavras em ismo, v. g. socialismo, capitalismo, fascismo, comunismo são de uso corrente. Na verdade, elas são cómodas e servem para uns como para outros, consoante o ponto de vista. São palavras sem significado claro, portanto manipuláveis ideologicamente.

Para terem um significado claro deveriam enquadrar-se numa teoria. Visto que, em cada um dos exemplos, se está a tratar de tipos de sociedades, seria necessária uma «teoria geral da sociedade». E, da mesma maneira que há a teoria geral da relatividade na física, fala-se por vezes na «teoria geral da sociedade».

A mais recente tentativa de construir tal «teoria geral» é devida à chamada escola estruturalista-genética e parte dos mecanismos comuns de explicação das diversas ciências sociais. No entanto, reconhece-se que ainda não é possível verificar uma teoria tão vasta (°).

(°) Trata-se de uma caracterização clássica, devida a Piaget, cit., pp. 60-61; ver, entre nós, Seda Nunes, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, 1971, e o número especial de *Análise Social*, 1973, dedicado a «Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais», em particular a colaboração do mesmo.

(°) Ver Boudon, *Modelos e métodos matemáticos*, Lisboa, 1973 (trad. de um trabalho colectivo patrocinado pela UNESCO, Paris, 1970) e o nosso «Modelos» em *Enciclopédia Verbo*.

(°) Sobre esta matéria, *Da Filosofia*, cit., bem como as nossas *Noções de Análise Económica*, 2.ª edição, textos *Nação e Defesa*, 1976, p. 17, e ver Piaget, *Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns*, Lisboa, 1973 (trad. de um trabalho colectivo patrocinado pela Unesco, Paris, 1970) passim.

7. Daí a necessidade, dentro aliás do espírito do pluralismo teórico, de começar por explicações alternativas da sociedade política abstracta, designadamente a sociedade socialista. A primeira integra o socialismo numa «teoria geral» do desenvolvimento das sociedades (abordagem sociogenética), a segunda deriva o socialismo de tendências imanentes no indivíduo (abordagem psicogenética).

Uma explicação não exclui a outra. Com efeito, mesmo que se aceite que existe uma teoria do desenvolvimento social, pode-se partir do indivíduo e considerar que a evolução das sociedades depende da ideia que o mesmo indivíduo tem de si próprio no mundo social. Dá-se, deste modo, ênfase ao egocentrismo em sentido próprio na construção da ideologia evolucionista: trata-se de uma concepção psicogenética.

Respostas alternativas a um problema antropológico permitem esclarecer melhor a diferença entre a abordagem sociogenética e a psicogenética.

O problema é descobrir a inteligência do homem pré-histórico. A partir de uma análise dos instrumentos fabricados da altura, Leroi-Gourhan⁽¹²⁾ inferiu a existência de certo tipo de operações mentais. Piaget, ao invés, considera que os estudos de psicologia da criança em que se ilustrou, fornecem uma base mais segura para captar o nível intelectual do homem pré-histórico⁽¹³⁾. Ora, parece-nos que a abordagem psicogenética de Piaget completa e não exclui a abordagem sociogenética de Leroi-Gourhan. Com efeito esta fixa um «máximo» e aquela um «mínimo» à inteligência do homem pré-histórico.

B/ O SOCIALISMO EM TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

8. A ideia de que existem «leis de sucessão»⁽¹⁴⁾ relativamente às sociedades, está historicamente ligada à ideia de que os seres vivos evoluem segundo certas leis.

Na sua *Origem das Espécies*, publicada em 1859, Darwin avança a proposição de que o homem evoluiu a partir do macaco superior. Metodologicamente, Darwin coloca-se no ponto máximo duma determinada cadeia

(12) *Le geste et la parole*, I, Paris, 1966.

(13) A distinção entre sociogénese e psicogénese é, aliás, devida a Piaget, *Problemas*, cit., p. 137, e *Psicologia e Epistemologia, para uma teoria do conhecimento*, Lisboa, 1972 (trad. do francês), p. 125; ver também *Filosofia*, cit., cap. 21. Sobre psicologia da criança, ver *Problemas de psicologia genética*, Lisboa, 1972 (trad. do francês) e *Situação*, cit., 41, 79 e 115. Crítica à concepção de Piaget e visões alternativas em Zigler-Child (eds.), *Socialization and Personality Development*, Reading, 1973, 12.

(14) Ver as diversas formas em Piaget, *Situação*, cit., p. 23. O problema é complexo porque a passagem da sincronia à diacronia não se põe do mesmo modo na que se refere às estruturas (ou normas), ao funcionamento (ou valores) ou às significações (ou símbolos); ver Piaget, *Problemas Gerais*, cit., p. 66, 103 e 128.

de evolução e infere daí uma ascendência remota (o seu segundo livro de 1871, intitula-se *Ascendência do Homem*). Ponto máximo porque, desde há 40 000 anos, quando apareceu o chamado «homo sapiens», que é a espécie humana actual, não se verificam variações significativas nas medidas usuais da complexidade do sistema nervoso. Sabe-se, porém, que existiram seres humanos intermédios, os chamados homínideos⁽¹⁵⁾.

Marx, por seu turno, tentou «descobrir a lei do desenvolvimento da sociedade moderna» (Prefácio ao vol. I do *Capital*, 1867), que na altura era o capitalismo concorrencial. Ao prever a inevitabilidade do socialismo, porém, Marx está a inferir a evolução das sociedades a partir de um estágio que já não é final mas intermédio.

Deste modo, mesmo que se admita a teoria de Darwin⁽¹⁶⁾, o seu equivalente social tem de postular que o capitalismo é um estágio acabado, insusceptível de evolução. Seria então possível compreender que Marx, na sua *Introdução à crítica da economia política*, escrita em 1857, diga, por um lado «a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco» e, por outro, «a economia burguesa fornece a chave da economia antiga»⁽¹⁷⁾.

Por outras palavras, seria possível explicar todas as sociedades até ao capitalismo de uma maneira semelhante à que Darwin usou para explicar a evolução dos macacos e homínideos até ao ser humano.

Mas deve ter-se em conta que, desde a altura em que Marx escreveu, não só o capitalismo mudou muito⁽¹⁸⁾, como sobretudo, o estágio final da evolução marxista não é como para Darwin, o objecto observável (o capitalismo) mas algo de que só se sabe o nome (o comunismo, ou a fase superior o socialismo).

Em suma, a teoria marxista da evolução é mais ideológica do que a darwinista, primeiro por se tratar de uma evolução social, segundo por partir de um estágio intermédio da cadeia de evolução postulada.

9. Tudo isto é mais notório para a «vulgata marxista» do que para o próprio Marx, que tinha reais preocupações científicas. Costuma chamar-se

⁽¹⁵⁾ Ver Leroi-Gourhan, *La préhistoire*, Paris, 1966, por todos, e as últimas descobertas em *Newsweek*, 6/1/75.

⁽¹⁶⁾ Hoje substituir pelo «neodarwinismo adaptativo», de que as teses de Chardin sobre «evolução em escamas» constituem um exemplo precoce, ver *Filosofia*, loc. cit. Andrey, *The territorial imperative*, Glasgow, 1967 dá conta da «nova biologia» no cap. I, destaque-se Mayr, *Animal Species and Evolution*, Cambridge (Mass), 1963: «uma deslocação para uma nova zona adaptativa é, quase sem excepção, iniciado por uma alteração de comportamento». Ver também Piaget, *Situação*, cir., 106.

⁽¹⁷⁾ Tradução portuguesa, Estampa, Lisboa, 1974; Darwin é também enaltecido por Engels, *Anti-Dühring*, 1876-78, de que se destaca normalmente a parte intitulada *Do Socialismo utópico ao socialismo científico*, e Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, 1888, trad. portuguesa conjunta, Col. Textos Políticos, Porto, 1975, pp. 72, 145 e 170.

⁽¹⁸⁾ Os marxistas respondem que o capitalismo mudou só na aparência e não aceitam este argumento. Ver o debate em Tsuru (ed.), *Has capitalism changed?* Tóquio, 1961.

vulgata marxista à utilização ideológica de Marx pela União Soviética, o Estado marxista com maior projecção. Assim, é esclarecedor que o Instituto Marx-Engels-Lenine, em Moscovo, tenha cedo interrompido a publicação das obras completas de Marx-Engels (MEGA)(¹⁹). A razão da interrupção destas obras é que elas não abonavam a maneira como o Estado soviético se estava a servir de Marx.

A vulgata marxista está contida num livrinho que Staline escreveu em 1938, intitulado *O materialismo dialéctico e o materialismo histórico* (²⁰), e muito importante porque foi através dele que se veiculou a concepção proletária do mundo, a concepção «científica» da vida, a milhões de pessoas dentro da União Soviética. Ora, quanto à evolução das sociedades, Staline acolhe a visão a que chamamos a «sucessão dos cinco ismos»: qualquer sociedade começa por integrar o comunismo primitivo (1.º ismo), depois o escravagismo (2.º ismo), depois o feudalismo (3.º ismo), depois o capitalismo (4.º ismo) e finalmente o socialismo (5.º ismo).

Da mesma maneira se poderia dizer que as pessoas passam pela infância, adolescência, maturidade e velhice; importa realçar aqui, não tanto a caracterização de cada um dos ismos, como o facto de eles terem um encadeamento histórico necessário. O socialismo, designadamente, é inevitável e com ele acaba o desenvolvimento social. O comunismo (em sentido próprio) respeita já a um quadro diferente, donde desaparece o motor do desenvolvimento social, a luta de classes. Acaba então a «pré-história» e começa a «história» da humanidade libertada.

Os quatro ismos podem considerar-se uma interpretação plausível da história europeia até meados-fins do séc. XIX. Marx viria a aperceber-se desse carácter «europecêntrico» e constituiria, nos seus famosos *Grundrisse*, um outro tipo de sociedade abstracta, sugestivamente intitulado «modo de produção asiático». Esse modo, porém, punha em causa a política de colectivação agrária forçada cara a Staline, e por isso, foi escamoteado pelos marxistas soviéticos a partir de 1931, ao passo que os chineses o viriam a enaltecer (²¹).

A ambição de uma «lei de sucessão» como a da vulgata marxista é tal, que é fácil encontrar exemplos em que se não verificam os quatros primeiros ismos. Além das sociedades africanas, muitas das quais não conheceram o

(¹⁹) «Marx-Engels Gesamtausgabe»; ver discussão em Touchard, *Histoire de idées politiques*, II, Paris, 1962, p. 660 (há trad. port.). Quanto ao caso das obras matemáticas, ver Smolinsky, «Karl Marx and Mathematical Economics», *Journal of Political Economy*, 1973, p. 1189.

(²⁰) Tradução portuguesa, Nova Aurora, Lisboa, 1974.

(²¹) A mais citada edição dos *Grundrisse* (Fundamentos da Crítica da Economia Política) é a inglesa, Londres, 1964, com prefácio de Hobsbawm. Existem extractos em português dessa edição e da francesa intitulados *Formações Económicas pré-capitalistas*, Escorpião, Porto, 1973. Sobre o problema ver Pelletier-Goblot, *Materialismo dialéctico e história das civilizações*, reimp., Lisboa, 1975, p. 65 (trad. de artigos publicados em *La Pensée*, 1966-67).

regime feudal, nem mesmo o escravagismo pré-colonial⁽²²⁾, ocorre citar o caso da própria Rússia tsarista, país agrário que levaria Lenine a escrever em 1905 «É um pensamento reaccionário procurar a salvação da classe operária em algo que não seja o desenvolvimento maciço do capitalismo»⁽²³⁾. Na *História do capitalismo na Rússia*, escrita durante a guerra, já Lenine descobre «desenvolvimento maciço» no seu país, tornando assim viável e necessário o socialismo.

10. Conceção mais recente é a de Walt Whithman Rostow⁽²⁴⁾, conselheiro económico durante a administração Kennedy, que em 1960, escreveu um pequeno livro, intitulado *Os estádios do crescimento económico — um manifesto não comunista*. A ideia base de Rostow é, tal como na vulgata, uma «lei de sucessão» com cinco etapas: Qualquer sociedade em crescimento passa por cinco estádios determinados. O primeiro é o da sociedade tradicional. A certa altura, surgem instituições e pessoas que pretendem aumentar o produto dessa sociedade acima do consumo fisiológico. Conseguem-no através da acumulação de capital, é o período das pré-condições para o arraque, seguido pelos períodos do arraque propriamente dito e da tendência para a maturidade. Finalmente, a sociedade entra no estádio de consumo de massas. O motor de desenvolvimento rostowiano é a difusão, comparável à de certos fenómenos biológicos⁽²⁵⁾, de inovações tecnológicas cumulativas.

Em *A política e os estádios do crescimento*, publicado em 1971, Rostow alarga o campo de operações dos seus «estádios de crescimento», ao mesmo tempo que especifica a sua concepção do homem em sociedade, inspirada em Platão.

A tripartição das funções do homem (razão, verdade e apetite) corresponde uma tripartição dos objectivos do Estado, que Rostow considera «eterna» (citando nesse sentido Confúcio, Platão, Montesquieu, Adam Smith, Freud, Constituição dos E. U., os três princípios de Sun-Yat-Sen e a Carta das Nações Unidas). O governo, com efeito, é uma organização transformadora de recursos escassos (homens, dinheiro e obediência) em produtos (segurança, bem-estar e ordem constitucional) e Rostow pretende explicar a transformação, erigindo em motor dela o «estilo nacional».

⁽²²⁾ Ver Amin, *Sous-développement et dépendance en Afrique noire contemporaine, Partisans*, 1972 (há trad. port. na colecção XX-XXI).

⁽²³⁾ Citado por Camus, *L'Homme révolté*, p. 247; ver outra declaração com a mesma cruzeta, p. 260, nota.

⁽²⁴⁾ Ver o nosso «Ciência Política, Ciência Económica e Estádios do crescimento», suplemento «Economia e Finanças» do *Diário de Notícias*, 29/2/72 que o texto segue de perto, e a última achega de Rostow, Kondratieff, Schumpeter and Kuznets: *Trend Periods Revisited*, *Journal of Economic History*, Dez. 1975.

⁽²⁵⁾ A curva de Gompertz ($y=ka^{bx}$), usada por Rostow, tem propriedades semelhantes à curva de Pearl-Reed ($1/y=k+ab^x$), muito usada em Biologia. ²Sobre essas propriedades, por todos, Croxton-Cowden-Klein, *Applied General Statistics*, 3.ª ed., 1967, p. 261.

Vejamos um exemplo de hierarquização dos objectivos governamentais: «Um governante não pode ter poder sem ter soldados, soldados sem ter dinheiro, dinheiro sem assegurar o bem-estar dos seus súbditos, bem-estar popular sem garantir justiça» (provérbio oriental).

A tese consiste em analisar os tipos de conflito entre os três objectivos durante cada um dos estádios de crescimento, designadamente durante as condições preparatórias do arranque. De acordo com o seu método de trabalho, Rostow «prova» as relações enunciadas através da análise minuciosa, em cada estádio de crescimento e a respeito de cada um dos objectivos do governo, de uma amostra de 9 países (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia, Japão, China, Turquia e México). Também apresenta modelos de sociedades tradicionais, as quais divide em pequenas (tribus africanas, Atenas no séc. V a.C.) e imperiais (Roma no Baixo-Império, China). Aqui, a ideia básica é que os recursos não aumentam a não ser pela conquista, visto que a inovação tecnológica é esporádica e não difusa, ao contrário do arranque da revolução industrial: são sociedades «pré-newtonianas».

Embora tenha verificado conspíquas disparidades no período curto, Rostow crê que a «maturidade tecnológica» traz consigo uma «procura de qualidade», politicamente traduzida em instituições democráticas, e acrescenta que a ameaça externa explica largamente a vontade política necessária para conseguir o arranque. Prevê, assim, que a área preferida do «imperativo territorial» (andrey)⁽²⁶⁾ continue a ser a nação, visto as unidades de identificação cultural, além da família, se terem formado lentamente.

Talvez por causa do subtítulo provocatório do seu trabalho mais conhecido, Rostow não tem sido poupado pelos marxistas, cuja tendência, no Ocidente, é mesmo de o equiparar a Staline!

11. A semelhança, na verdade, existe; ambas as concepções postulam que é possível valorar o encadeamento histórico das sociedades em termos de «progresso». O encadeamento linear, não é, porém, o único possível. Capitalismo e socialismo, designadamente, podem ser vistos como cadeias de uma sucessão não ascensional mas circular, devendo seguir-se-lhes um sistema de tipo artesanal, ou «pré-capitalista».

Concepções apoloéticas da «monarquia agrária» tiveram certo eco entre nós, há alguns anos; no entanto, salientar-se-á, quanto a este tipo de evolução, um dissidente soviético actualmente em Israel, Melik Agursky, engenheiro cibernético de profissão.

Agursky começa por ver semelhanças profundas entre os sistemas económicos capitalistas e socialistas avançados, ponto a que havemos de voltar. Com efeito, ambos «repousam sobre a existência de uma indústria

(26) Título da obra citada supra, nota (16).

pesada que é o fundamento mesmo da sua economia»⁽²⁷⁾. Apesar de diferenças políticas notórias — os primeiros são democráticos e os segundos totalitários — trata-se, em ambos os casos, de «sociedades de consumo», em que é necessário consumir cada vez mais, de uma maneira que ele crê insustentável. Por isso, pensa que a sociedade do futuro será mais parecida com a sociedade artesanal, com pequenas empresas em que não há a separação entre o trabalhador e os meios de produção⁽²⁸⁾.

O diagnóstico de Agursky quanto à sociedade presente é próximo do Clube de Roma, cujos cientistas, num livro publicado em 1972, *Os limites do crescimento*, demonstram, de maneira aliás discutível⁽²⁹⁾, que a produção e o consumo não podem continuar a crescer indefinidamente. A demonstração baseia-se em previsões de crescimento que «rebetam» seja por esgotamento das matérias-primas seja por aumento espectacular da poluição. O choque da «crise do petróleo», em fins de 1973, muito violento nos países industrializados, habituados à energia barata, aumentou a audiência dos que pensam que o nosso mundo finito está a atingir os limites do crescimento⁽³⁰⁾. Daí ao milenarismo idílico vai um passo...

12. A abordagem «céptica»⁽³¹⁾ à teorização do desenvolvimento social, por fim, considera que os encadeamentos históricos só se podem explicar em concreto. Curiosamente, esta abordagem a-histórica deriva da chamada «escola histórica alemã».

Escola que, no século passado, reagiu contra a escola clássica inglesa de economia política (inspiradora de Marx) considerada demasiado abstracta⁽³²⁾.

(27) «Les systèmes socio-économiques actuels et leurs perspectives», em Varii, *Des voix sous les décombres*, Paris, 1975, p. 73 (trad. do russo). Ver, do mesmo, *Paralelo en're os sistemas económicos «ocidentais» e «soviéticos»*, posto em circulação clandestina em Dezembro de 1973 e publicado pelo Fomento Acrata, Lisboa, com notas suplementares onde se considera Agursky «bolchevista ou a soldo deles»...

(28) Definição marxista moderna das relações técnicas de produção no modo de produção capitalista, ver Balibar, *Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique*, em Althusser-Balibar, *Lire Le Capital*, Paris, 1965, reed. Maspero, 1271, vol. II, p. 99 e adiante, II Camus insiste neste aspecto e tem aliás uma previsão próxima da de Agursky.

(29) Ver crítica metodológica de Nordhaus, «World dynamics, measurement without data», *Economic Journal*, 1973, 1156.

(30) Embora os teóricos da dependência sejam normalmente avessos ao clube de Roma, Celso Furtado salienta-o em *O mito do desenvolvimento económico*, Rio, 1974, p. 17.

(31) Cepticismo compreensível dadas as dificuldades referidas supra, nota (14), o qual exclui não a possibilidade científica de uma teoria deste tipo, mas a sua imediata verificabilidade. Este movimento pendular entre largueza de âmbito e profundidade de análise, ou entre «rigor» e «realismo», é frequente no desenvolvimento histórico das ciências sociais; para a economia, ver Koopmans, *Three essays on the state of economic science*, Nova York, 1975 (há trad. fran.), 2.º e 3.º ensaios e *Noções*, cit., p. 20.

(32) Esta reacção deu origem à «Methodenstreits» (querela dos métodos), que apaixonou o mundo universitário alemão do fim do século passado; ver Schumpeter, *History of Economic Analysis*, Londres, 1954, p. 814 (há trad. bras.). Note-se que Marx, com o seu método «histórico-abstracto» supera a querela; ver, por todos, *Noções*, cit., p. 82 e infra, nota (14)

O carácter descritivo do desenvolvimento social para estes autores ressalta das três concepções seguintes. Assim, para Friedrich List (1789-1846), representante da «velha escola histórica», todas as sociedades passam por uma fase de pastorícia depois de agricultura e indústria e finalmente de agricultura, comércio e indústria. Nessa linha, aliás, um economista americano, Colin Clark, escreveu em 1940 *As condições do progresso económico*, progresso que se mede através da importância relativa dos sectores agrícola, industrial e dos serviços. Já para Gustav Schmöller (1838-1917), representante da «nova escola histórica», a evolução das sociedades reflete-se no âmbito da economia, que começa por ser doméstica, depois urbana, depois nacional e finalmente mundial⁽³¹⁾.

Mas, para Weber (1864-1920)⁽³²⁾ e Wilhelm Sombart (1863-1914) da «novíssima escola histórica» deve-se começar por pensar num «tipo ideal» de sociedade, ou «sistema económico», que se defina não só pela forma (instituições) e pela substância (tecnologia), mas também pelo espírito. Assim, o capitalismo seria fundamentalmente espírito (que Weber relaciona com o «espírito protestante»), não necessariamente derivado do modo de produção e distribuição dos bens materiais, como quer o marxismo. Para Sombart, a evolução parte de uma economia fechada a qual passa a artesanal, e depois a capitalista, através da generalização do espírito de lucro. Dentro desse espírito, note-se, cabe quase tudo, e a história racionalizada de Sombart, posto que brilhante, parece hoje arbitrária e mecânica⁽³³⁾.

Nos anos trinta completa-se o círculo, com Walter Eucken, que proscreve os encadeamentos históricos, mesmo descritivos, e explora a ideia de «tipo ideal» de sociedade económica, através do conceito de tipo de organização⁽³⁴⁾.

Eucken considera que há dois tipos de organização das sociedades, o centralizado, que dá origem à economia planificada, e o descentralizado, que dá origem à economia de mercado. Segundo esta abordagem, tanto é planificada a economia da Mesopotâmia no séc. XXII a.C., como a dos Incas pré-colombianos como a da União Soviética dos primeiros planos quinquenais. Por outro lado, o exemplo típico das economias de mercado é da Europa Ocidental no séc. XIX, ou período do capitalismo concorrencial.

A concepção de Eucken já está próxima da moderna teoria dos sistemas e estruturas económicas e do seu equivalente interdisciplinar, a teoria do modo de produção. A ambas voltaremos.

⁽³¹⁾ Mais pormenores sobre estes assuntos em Schumpeter, cit., e, entre nós, Avelãs Nunes, *Lições de Economia Política*, mimeo., Coimbra, 1972, p. 151.

⁽³²⁾ Um dos precursores da «ciência social unificada», deixou uma obra vasta, de que se salienta *Wirtschaft und Gesellschaft*, 1914. Ver sobre este autor, Sedas Nunes, *Questões*, cit., 83

⁽³³⁾ Destaque-se o seu *Der moderne Kapitalismus*, 1902; 2.ª ed. muito aumentada, 1916-17 (há trad. franco. de 1932).

⁽³⁴⁾ *Die Grundlage der Nationalökonomie*, 1939 (há trad. espanhola da 3.ª ed., Madrid, 1947); ver Barre., *Economic Politique*, 6.ª ed., 1966, p. 175.

Repare-se, por ora, que, de todas as concepções sociogenéticas apontadas, só a vulgata marxista considera o socialismo como última fase da evolução das sociedades. Nas restantes que pretendem analisar o encadeamento histórico de sociedades abstractas, o socialismo aparece como uma fase, anterior à era do consumo de massas para Rostow e ao regresso do artesão para Agursky.

C/ O SOCIALISMO COMO UTOPIA PSICOGENÉTICA

13. Está-se na presença de uma concepção psicogenética, a qual pode ser evolucionista ou não, quando se pensa que, em última análise, o fundamental no binómio indivíduo-sociedade é o indivíduo.

O socialismo psicogenético é utópico porque define uma sociedade ideal sem pretender explicar como esta pode (ou deve) ser atingida: como diz Camus, «a utopia substitui Deus pelo futuro». Tal utopia, essencialmente ideológica, por ser psicogenética radica no egocentrismo em sentido próprio. A utopia socialista psicogenética⁽³⁷⁾, em particular, parte de uma concepção igualitária do homem. Distinguem-se, porém duas tradições, a autoritária e a libertária, consoante se pensa que o homem precisa de ser coagido para que não volte sempre a surgir a desigualdade, ou, pelo contrário, se crê que a igualdade é o estádio «natural».

Embora não haja certeza quanto à distribuição probabilística da aptidão individual, não parece possível encontrar uma definição razoável de aptidão para a qual a distribuição seja uniforme⁽³⁸⁾. Isso implica que a igualdade absoluta dificilmente será consentida e, portanto, que deverá ser continuamente imposta. Assim pensa o igualitário autoritário típico, Chigalev: «Nos casos extremos, recorre-se à calúnia e ao assassinio, o essencial é a igualdade»⁽³⁹⁾.

O carácter violento do chigalevismo torna-o pouco atraente do ponto de vista psicológico. Pelo contrário, o mito do «bom selvagem», segundo o qual as desigualdades derivam das condições sociais (incluindo a própria existência da sociedade política), mantém-se vivo e informa toda a tradição igualitária libertária.

(37) O comunismo da vulgata marxista também pode ser visto como uma utopia sociogenética, como revela a frase de Lenine: «Não veio ao espírito de nenhum socialista prometer a chegada da fase superior do comunismo» (citado por Camus p. 276).

(38) Embora não se confundam aptidão e inteligência, esta serve para inferir aquela. Assim, a ideia positivista era a da distribuição gaussiana. Depois dos trabalhos de Burt, «Is intelligence distributed normally?», *British Journal of statistical psychology*, 1963, pensa-se que ela seja antes assimétrica, por exemplo paretoiana. Este problema tem sido abordado no contexto da «distribuição óptima do rendimento» e da «tributação óptima», onde se procura reconciliar eficiência e justiça; ver resumo destes desenvolvimentos no nosso «Optimização fiscal», suplemento «Economia e Finanças» do *Diário de Notícias*, 18/12/73, reproduzido em *Tópicos de Economia Aplicada*, no prelo.

(39) Personagem de *Os possessores*, de Doistoievsky, citado por Camus, p. 210, e Chafarevitch, *Des voix*, cit., p. 60.

A vitalidade desse mito explica-se de diversas maneiras. A interpretação psicanalítica dos mitos, levada a cabo por Claude Levy-Strauss, criador da antropologia estrutural, tem especial interesse⁽⁴⁰⁾. Baseia-se na definição de «mitemas» ou unidades de mito, cuja combinação dá origem às mitologias, lendas e ideologias presentes, explícita ou implicitamente nas diversas culturas.

Os mitemas de Levy-Strauss referem-se ao «complexo de Édipo» (ou seja à contradição entre parentesco sobrestimado e subestimado) e ao «imperativo territorial» (contradição entre a reivindicação e negação da autoctonia). Assim, o homem reivindica a sua condição contra uma negação desta, vinda do exterior (de «eles»), dando origem à «revolta» de Camus e à utopia. A possibilidade de erigir a cidade ideal passa então pela morte do monstro mitológico, ou do Rei, ou de Deus⁽⁴¹⁾.

14. A tradição do socialismo autoritário vem desde a *República* de Platão (séc. IV a.C.), em que as três tendências do homem se reflectem nas classes que compõem a sociedade: os sábios encarnam a razão, os guerreiros a verdade e os comerciantes o apetite. A igualdade estrita é imposta pelas classes superiores, as duas primeiras, que, em contrapartida, detêm em comum bens e mulheres.

Dois mil anos depois, em 1516, publica-se a *Utopia* de Tomás Morus, em que se reata a tradição platónica do Estado autoritário e ateu, apesar de já ser aflorado, *et pour cause*, o problema da tolerância. Outro exemplo de utopia neoplatónica é a *Cidade do Sol*, de Campanella, escrita na prisão em 1602, onde se encontra um violento requisitoário contra o sistema feudal de propriedade.

Com o iluminismo setecentista, a utopia passa a ser um estilo em voga, e sucedem-se não só obras em que «as histórias de amor, as viagens e as aventuras cotejam descrições de governos socialistas»⁽⁴²⁾, como tratados filosóficos defendendo a comunidade dos bens e o ateísmo (abades Meslier e Mably, Morelly, etc.) e introduzindo por vezes uma lei de desenvolvimento social que aí desemboque.

(40) *La pensée sauvage*, Paris, 1962 e *Anthropologie*, citado; a ideia dos mitemas é próxima da de Propp, chefe da escola dos formalistas russos dos anos 20, ver Guiraud, *A semiologia*, Lisboa, 1974 (trad. do francês), 82, 93, 137. Note-se que o «bom selvagem» de Rousseau é o próprio Rousseau segundo Piaget, *Situação*, cit. 36.

(41) Para Camus, a revolta consiste em dizer não, mas com o fito de afirmar a sua condição humana: «Je me revolte, donc nous sommes». A revolta pode ser metafísica ou histórica. A histórica ou moderna teve duas etapas, a regida da Revolução Francesa e a decidida da Revolução Russa. A revolta decidida, porém, está presente nos nihilistas-anarquistas que propugnaram o terrorismo individual, e aceitam a morte própria como protesto (o que leva Camus a concluir que «a verdadeira revolta é sempre criadora de valores», p. 206). Ver infra no texto (6). Inviável, o terrorismo individual é substituído pelo terrorismo de Estado, seja irracional (fascismo e nacional socialismo) seja racional (comunismo).

(42) *Votx*, *ibid.*; Touchard, cit., 431 prefere falar de «comunismo espartano e moralizante» quanto aos pensadores do séc. XVIII, deixando socialismo para o séc. XIV

A Revolução Francesa — ou revolução regicida — teve uma influência marcante na operacionalização das utopias socialistas. Assim, em 1797, o *Manifesto dos Iguais* de Gráco Babeuf, partindo da Constituição de 1793 ⁽⁴³⁾ apela para um «comunismo de consumo». A herança de Babeuf, executado depois do fracasso da sua conspiração, manter-se-á no séc. XIX sobretudo com Blanqui (1805-1881). A militância e a defesa da ditadura do proletariado terão tornado esta corrente simpática a Marx-Engels, pois é a única não criticada na 3.ª parte do célebre *Manifesto do Partido Comunista*.

Mais próximo da ditadura platónica do que da proletária é o socialismo tecnocrático de Henri de Saint-Simon (1760-1825), o qual contém uma primeira denúncia da «anarquia capitalista» e a proposta de uma sociedade em que produção e consumo são socializados sob a direcção de cientistas e industriais. Tal como o seu secretário Auguste Comte, Saint-Simon acabaria por prezar a tecnocracia em termos místicos ⁽⁴⁴⁾. O seu progressismo positivista não era suficiente...

15. A segunda tradição socialista psicogenética e a associacionista ou libertária, em que é uso destacar Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858). Para estes autores, o socialismo devia formar-se à escala de uma pequena comunidade e alargar-se daí ao corpo social. Além deste aspecto, encontra-se em Fourier nova denúncia da anarquia capitalista, e a concepção original de que o homem é possuído pela «paixão borboleta», segundo a qual deve poder mudar de actividade com frequência para ser feliz. A sociedade ideal para Fourier é o «falanstério», agrupamento de 1800 pessoas com autonomia económico-industrial e social. Crítico mordaz das experiências associacionistas de Saint-Simon e Owen, Fourier não conseguiu encontrar quem financiasse um falanstério experimental ⁽⁴⁵⁾! Owen, ao invés, tornou-se sócio de uma empresa têxtil em New Lanark, na Inglaterra, e em poucos anos transformou uma comunidade operária miserável numa «colónia modelo», nas palavras de Engels ⁽⁴⁶⁾, onde não se conhecia a religião, a família nem a propriedade. Depois de uma tentativa falhada nos Estados Unidos, a «New Harmony» Owen voltou para Inglaterra onde obteve larga audiência

(43) Babeuf criticara Robespierre antes da execução deste, mas no seu *Manifesto* elogia a Constituição de 1793 e denuncia as «cartas aristocráticas» de 1795; ver Bravo (ed.) *Les socialistes avant Marx*, Paris, 1970 (trad. do italiano), I, p. 69.

(44) O título da obra póstuma de Saint-Simon, *Le nouveau christianisme é revelador*. Entre os seus seguidores conta-se Buchez (1795-1865), hoje considerado precursor da auto-gestão; ver Vanek (ed.), *Self-Management*, Londres, 1975.

(45) Ver, além das obras citadas por Bravo, cit., I, 103, o texto polémico *Pièges et charlatanismes des deux sectes de Saint-Simon et d'Owen qui promettent l'association et le progrès*, Paris, 1831. Sobre a vida de Fourier, por todos Heilbroner, *The worldly philosophers*, Nova York, 1959 (trad. bras., p. 108).

(46) *Do socialismo utópico*, cit., p. 60. Sobre Owen, ver também Heilbroner, cit., 91 e Bravo, cit., II, 21.

operária. No fim da vida, porém, enfileirou em concepções espiritistas que o isolaram daquela audiência. Entre os precursores de Marx salienta-se o altaíate e teórico Weitling, estandarte da «Liga dos justos», que Marx atrairia a si e baptizaria de «Liga dos comunistas» em 1847, depois de ter afastado Weitling e o seu socialismo «pueril»⁽⁴⁷⁾.

Dentro da tradição libertária, ocupa lugar de destaque o pensamento anarquista, com repercussões fundas na Revolução Russa e no movimento operário europeu. O primeiro pensador anarquista foi o autodidacta francês Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), cuja crítica à propriedade ficou célebre. Proudhon, no entanto, propunha uma sociedade de artesãos e pequenos proprietários, com fácil acesso ao crédito, e condenou o socialismo⁽⁴⁸⁾.

O Reformismo de Proudhon não sobreviveu aos nihilistas de fim de século seus continuadores, sendo substituído pelo terrorismo com Bakunine (1814-1876) e Kropotkine⁽⁴⁹⁾. Essa evolução viria a ter forte influência em Lenine, apesar do aceso debate entre bakuninistas e marxistas nos congressos da primeira Internacional operária (1864-1872).

16. Tem interesse a interpretação psicogenética do socialismo feita por outro dissidente soviético, professor de matemática e estudioso de religião, Igor Chafarevitch. Em Fevereiro de 1974, escreveu um artigo intitulado *Passado e Futuro do socialismo*, onde analisa os estados antigos que considera socialistas (como os referidos em 12 acima e utopias chigalevistas, para demonstrar que, em todo o socialismo, há — porventura por causa do aspecto igualitário — três tendências essenciais: abolição da propriedade, da família e da religião. Cita em seu apoio o *Manifesto* de 1848, cuja segunda parte é bastante esclarecedora, e doutrinas heréticas comunizantes, frequentes na Idade Média, que considera essencialmente não religiosas. Para Chafarevitch, «o Socialismo constitui uma das forças essenciais que nunca cessaram de agir em toda a parte durante a história da humanidade»⁽⁵⁰⁾. Esta concepção, é que se pode chamar, com Dürkheim, «socialismo-grito de dor»⁽⁵¹⁾ é frequente, mas não é nela que Chafarevitch se insere.

(47) Numa das suas obras de juventude, escrita em 1844, porém, Marx pergunta, acerca de Wertling: «Poderão comparar-se estas botas de gigante do proletariado na sua alvorada com os pequenos sapatos esburacados da burguesia política alemã?» (cit. por Bravo, I, 39).

(48) «Estou puro das infâmias socialistas» diria ele na *Philosophie de la misere*, Paris, 1846, à qual cedo Marx responderia com a sua célebre *Miséria da Filosofia*, trad. port., Escorpião, Porto, 1974.

(49) Ver o seu *Paroles d'un revolté*, 1885, trad. francesa de 1913 com prefácio de Elisée Reclus; mais bibliografia em Touchard, cit., 758. O anarquismo, sobretudo na forma violenta, enfileira filosoficamente no individualismo absoluto de Stirner (*l'Unique et sa propriété*, 1845). A herança é também sensível no sindicalismo revolucionário de Sorel (*Reflexions sur la violence*, 1908).

(50) *Voix*, cit., 52.

(51) Citado por Avelãs Nunes, cit., p. 178.

Crê antes que o objectivo dessa «força» é o «definhamento de toda a humanidade, a sua morte»⁽⁵²⁾.

A fundamentação necrofílica aproxima-se dos mitemas de Levy-Strauss e da revolta de Camus, levando a concluir que o «socialismo-reivindicação da autoctonia» e o «socialismo-revolta» não podem ser científicos, nem interessa que o sejam. Devem sobretudo ser ideológicos, «mobilizadores»⁽⁵³⁾.

17. Tradução portuguesa, Estampa, Lisboa, 1974; A distinção aqui feita entre ciência e ideologia é aceite por autores marxistas recentes, os quais condenam a identificação stalinista entre ciência e ideologia proletária⁽⁵⁴⁾.

Mas a distinção entre a teoria do desenvolvimento capitalista⁽⁵⁵⁾ que se encontra no *capital* e a ideologia socialista presente nos textos políticos⁽⁵⁶⁾ de Marx, Engels e Lenine, e, por maioria de razão, na vulgata marxista, teve um precursor ilustre na pessoa do economista marxista japonês Koso Uno, nascido em 1897, e crítico precoce de Staline, o que vale hoje grande popularidade nos círculos de esquerda japonesa⁽⁵⁷⁾.

Já nos port-guerra, o actual decano dos economistas polacos, nascido em 1888, também aceita plenamente o carácter ideológico do socialismo, no qual diz «acreditar», demarcando-se, ao invés, de Lenine e da sua doutrina, da tomada do poder⁽⁵⁸⁾.

Para os economistas ocidentais, o debate reavivou-se recentemente, na esteira de um artigo controvertido do prémio Nobel Paul Samuelson, publicado em 1971, onde se considera Marx um «port-ricardino menor»⁽⁵⁹⁾. De facto, surgiu em 1973 um livro decisivo do conceituado economista japonês Michis Morishime, *Marx's Economics, a dual Theory of value and Growth*, onde se considera que Marx antecipou de quase cem anos a «revolução

(52) O «Thanatos» de Freud é invocado a pp. 70.

(53) Assim fala Caire, *Ideologie du sous-développement et osus développement de l'ideologie*, *Tiers-Monde*, 1974, 9 e 16, louvando-se aliás em Sorel. Trata-se daquilo a que chamamos em 2 acima, «adesão emocional».

(54) Assim Poulantzar, *Pouvoir Politique et classes sociales*, Paris, 1968, (há trad. port.). Em *Da Filosofia*, cit., chamamos a este tipo de ideologia historicista-espontaneista, inspirador na crítica de Poulantzar ver op. cit., vol. 2, p. 17, nota 5.

(55) Título da obra clássica de Paul Sweezy, publicada em 1942.

(56) Esta expressão usada neste contexto é de Althusser, *Sur le travail théorique, difficultés et ressources*, *La Pensée*, Abril 1967 (tradução portuguesa, Prescução, s/d).

(57) Conhecemos a «doutrina de Uno» através da recensão de Sekine, «Uno-Rivona». A Janopese Contribution to Marxian Political Economy, *Journal of Economic Literature*, Setembro 1975, p. 847 n.

(58) Conhecemos a última obra de Lipiuski, *Karol Marks i zagadnienie Na wspolczesnosci* (Karl Marx e os Problemas do Nosso Tempo), Varsóvia, 1969, 2.ª edição, 1971, através da recensão de Brzeski no *Journal of Economic Literature*, Junho de 1976, p. 478.

(59) Understanding the Marxian Notion of Exploitation: A summary of the jo-called transformation problem between values and competitive prices, *Journal of Economic Literature*, Junho, 1971, p. 399.

von Neumann»⁽⁶⁰⁾, ou seja o esclarecimento das condições de equilíbrio auto-sustentado de uma economia capitalista.

Embora haja marxistas e não marxistas que (consideram esta «walmartização» de Marx abusiva, ela não deixa dúvidas quanto à legitimidade da distinção⁽⁶¹⁾).

De facto, a demonstração da inviabilidade da teoria do valor-trabalho — que o próprio Morischime substantia — não retira ao conceito socio-económico de «exploração» a sua utilidade normativa. Trata-se, na verdade, de uma justificação para seguir uma regra de distribuição em princípio mais favorável ao trabalhador do que a regra da igualdade entre salário e valor do produto marginal do trabalho⁽⁶²⁾.

O problema da viabilidade do socialismo põe-se justamente nesse pé: admitindo que consegue uma distribuição mais favorável ao trabalhador, conseguirá uma eficiência suficiente para tornar a taxa de «exploração» inferior ao que seria numa economia capitalista comparável? A esta questão pode responder-se analisando o socialismo como modo de produção — numa abordagem neo-marxista⁽⁶³⁾ — ou o socialismo como sistema económico — numa perspectiva de sabor neo-clássico⁽⁶⁴⁾. É o que esperamos fazer noutra ocasião.

Jorge Braga de Macedo

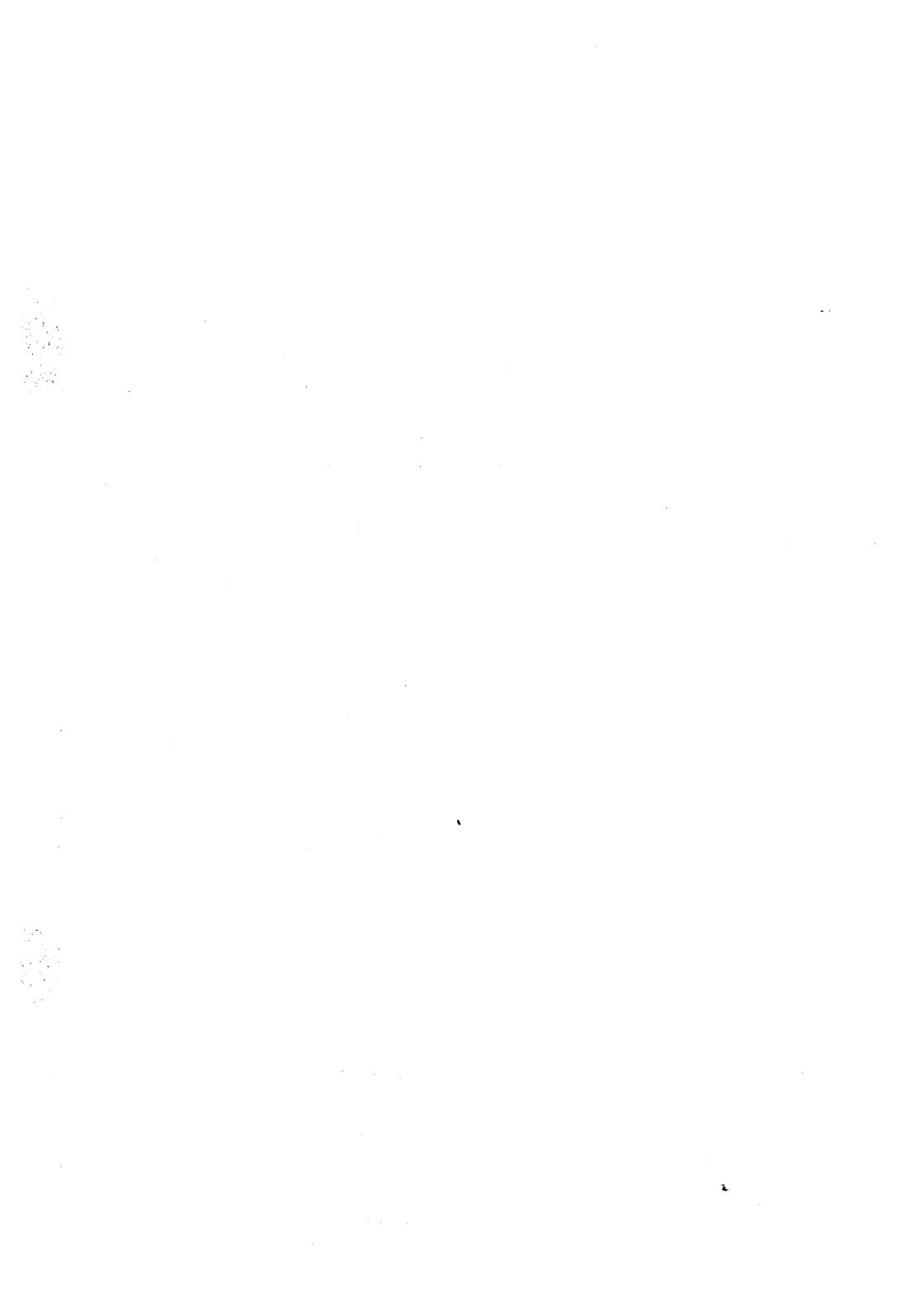
Encarregado de Regência
da Faculdade de Ciências Humanas
da Universidade Católica de Lisboa

⁽⁶⁰⁾ Desde logo na recensão ao livro por Nell, economista radical americano, publicada no *Journal of Economic Literature*, Dezembro 1973, 1370, col. 1, depois por Baumol na sua recensão a um trabalho do mesmo tipo do de Moishima (Maarek, *Introduction an Capital de Karl Marx*, Paris, 1975) no mesmo *Journal*, Março, 1976, p. 87. Sobre toda esta controvérsia tem interesse o colóquio entre Baumol e Moishima, Samuelson promovido pelo *JEL*, e aí reproduzido, no número de Março de 1974, p. 51.

⁽⁶¹⁾ É neste sentido que parece apontar Desai, *Marxian Economic Theory*, Londres, 1974, embora, como nota Eichner na recensão (*JEL*, Set. 1975, p. 895) isso não seja explícito.

⁽⁶²⁾ Sobre os diversos sentidos desta expressão, ver o nosso *Neo-marxismo, Esboço de caracterização*, trabalho apresentado na Faculdade de Direito de Lisboa, 1967/68.

⁽⁶³⁾ Expressão também ambígua, que aqui significa basicamente a economia a que os marxistas chamam burguesa e não uma escola particular dentro desta.



**O SOCIALISMO É UMA SOCIEDADE
GERIDA CIENTIFICAMENTE**

O SOCIALISMO É UMA SOCIEDADE GERIDA CIENTIFICAMENTE

O presente texto visa fornecer alguns elementos de reflexão acerca da gestão científica da Sociedade, considerando tal problema sob o ângulo da auto-regulação dos sistemas complexos.

O Estado é um sistema regulador da Sociedade, que visa efectuar um determinado nível de controle dessa mesma sociedade.

Ora que os processos de regulação e de controle devam ser feitos de acordo com leis objectivas e científicas é uma asserção óbvia para os cientistas do mundo físico, embora não seja ainda prática corrente entre os nossos cientistas sociais à excepção dos economistas.

A prática da economia vem-se consciencializando de que as suas intervenções devem ser feitas de acordo com leis científicas, respeitando o comportamento do sistema económico, sob pena de redundarem num fracasso eventualmente contraproducente.

Os políticos, no entanto, estão longe de pensar do mesmo modo. E, embora lhes esteja confiada a direcção do sistema regulador máximo da Sociedade na sua globalidade, muito haverá ainda que lutar até que aceitem que o comando de tal sistema se deve efectuar de acordo com regras apuradas de conduta científica. Pois que, na sua grande maioria, os nossos políticos estão ainda convictos de que a governação do País se deve orientar preferencialmente de acordo com regras empíricas de senso comum, ponderação das forças se não de puro «faro político».

Não será nunca demais insistir na necessária rejeição destas concepções olfactivas e quejandas do processo político.

O aparelho estadual deve ser gerido cientificamente, por isso que sistema algum produz resultados satisfatórios quando conduzido com base em meras conjecturas e princípios intuitivos.

Nenhum economista consciente aconselhará a elevação da taxa de desconto bancário para um limite dado por puro e simples palpite de que tal medida vai alcançar um determinado efeito salutar; do mesmo modo, será desejável que qualquer plano de intervenção política não seja deixado à inspiração providencial de qualquer personagem de ocasião.

Se sob o capitalismo a gestão não científica da sociedade é apenas mais um elemento da irracionalidade global do sistema, na sociedade socialista,

pelo contrário, é imperativo que a planificação da gestão obedeça a critérios de natureza científica.

De facto, na sociedade capitalista, se bem que desde há alguns decénios se venham desenvolvendo estudos de técnicas gestionárias de carácter científico, a gestão na sua globalidade visa um objectivo essencialmente anti-científico de contradição activa das leis de desenvolvimento da sociedade, e repousa no carácter antitético da relação economia de mercado/planificação.

Para além disso, não será redundante afirmar que, mesmo quando recorram a técnicas sofisticadas, as forças gestionárias do capitalismo visam manter essencialmente a propriedade privada e os traços essenciais do sistema capitalista, nomeadamente a multiplicação da mais-valia mediante a exploração da classe trabalhadora.

Estes aspectos são típicos no estágio do capitalismo imperialista, onde apresentam certas características peculiares. O capitalismo chegado ao seu estágio imperialista conduz às portas da socialização integral da produção, embora a apropriação se mantenha privada. A elevada concentração do capital, simultaneamente com a sua propagação através das sociedades por acções, o carácter intrincado da divisão social e internacional do trabalho, geraram uma excessiva complexidade do processo produtivo, a qual passa a implicar o trabalho de técnicos especializados nos domínios do «management» empresarial e da automatização.

A participação destes técnicos gestores não exclui que a verdadeira direcção do sistema continue a pertencer aos proprietários do capital. Os «managers», por mais expeditos que pareçam no seu labor e por maior autonomia que tenham ou reclamem, não deixam de estar ao serviço dos donos dos meios de produção, administrando em seu nome e exclusivo benefício.

A complexização do processo produtivo capitalista e a ocorrência cíclica das suas crises estruturais são pura e simplesmente insolúveis fora do quadro de um apertado intervencionismo estatal, pois é na livre concorrência que reside precisamente uma das causas da disrupção crescente do sistema.

O intervencionismo estatal visa portanto implantar um mecanismo de auto-regulação, na tentativa de conciliar a sobrevivência do padrão estrutural capitalista com a prossecução dos objectivos finais do sistema, dentro de uma trajectória sem grandes desequilíbrios.

Ora tal pretensão é insustentável, por isso que a gestão do capitalismo visa primacialmente contrariar de modo activo as leis do desenvolvimento social que apontam no sentido da socialização das relações produtivas.

Além disso, em certos contextos, a compatibilização do intervencionismo estatal com a iniciativa privada no quadro-base de uma economia de tipo capitalista pode gerar situações insustentáveis. Esse facto é particularmente visível entre nós, dado o carácter indefinido do actual panorama político-económico, da programação em curso e do carácter transicional do sistema vigente.

As sucessivas crises do capitalismo tem demonstrado que a auto-regulação da Formação Sócio-Económica capitalista (FSE) não é inevitável,

podendo suceder que tal sistema atinja frequentemente pontos de desregulação e de desequilíbrio ao longo da sua trajectória histórica.

Uma forma de desregulação pode ocorrer quando as forças desagregadoras do sistema não sejam compensadas pelas forças que visam lutar contra tal disrupção.

Uma forma de desregulação, por exemplo, pode resultar do aumento excessivo da procura ecológica, dado o carácter finito dos recursos existentes. Esta circunstância vem sendo ponderada e sujeita simultaneamente a forte crítica desde a formulação do programa de «crescimento zero» como via para obviar ao «crescimento exponencial» da população, produção industrial, consumo alimentar, matérias-primas e poluição.

A desregulação da FSE, sobretudo quando analisada à luz deste referido conceito de aumento exponencial da procura ecológica, tem feito surgir posições ideológicas que defendem a implantação de uma sociedade estável como condição única para a sobrevivência do sistema. A este propósito vem-se considerando ser necessário que o capitalismo evolua, passando de uma sociedade expansionista para uma sociedade estável, já que o processo de crescimento contínuo é altamente disruptivo, e a ecoesfera, considerada como sistema finalizado e estável efectuará mudanças necessárias para enfrentar o meio ambiente, auto-regulando a sua trajectória em termos de maximizar a sua organização para enfrentar a entropia positiva que acelera o seu percurso desorganizador.

Este tipo de esquema é suposto aplicar-se analogicamente aos sistemas sociais.

Ora como acaba de ver-se todo o busflis da questão reside em saber se a ecoesfera está ou não privada da sua capacidade de auto-regulação em virtude da política desagregadora dos recursos naturais e de destruição ambiental que vem sendo feita sob o capitalismo. Porque — a ser verdade que tal auto-regulação já não subsiste — haverá que aguardar apenas que a crise inevitável gere um ponto de desequilíbrio tal que signifique a destruição da própria FSE capitalista. Ora isso é um evento não negligenciável quando se chega a um ponto próximo da exaustão de matérias-primas essenciais à industrialização.

Ora nesta matéria não são permitidas conclusões lineares por isso que tanto a ecoesfera como a própria FSE são sistemas excessivamente complexos e de comportamento probabilístico (').

(') A abordagem da teoria geral dos sistemas — que subjaz ao presente texto — é hoje usual nas ciências humanas, pois que (*Oran Young*, p. 33) a teoria dos sistemas proporciona uma fonte de conceitos e modelos operacionais que promete muito em relação à operacionalização empírica, acontecendo por outro lado que «a atitude potencial da teoria dos sistemas gerais na padronização da terminologia, codificação de dados e armazenamento das informações, é altamente revelante para alguns problemas importantes de análise empírica. Mas, acima de tudo, a comunicação e transferência de descobertas através dos canais de isomorfismos e dos sistemas articulados têm dado um verdadeiro impulso ao trabalho empírico» (*ibem*).

O carácter excessivamente complexo da FSE capitalista reside não só na multiplicidade dos seus elementos constitutivos mas também no conjunto elevado de inter-relações que se estabelecem entre tais elementos.

Como disse Afanasiev (p. 49) a sociedade capitalista compreende um complexo conjunto de subsistemas, diferentes (económico, sociopolítico, espiritual, etc.), cada um dos quais é por sua vez complexo e multiforme, tanto no sentido estrutural como funcional, e constitui assim um conjunto de formações integrais com um grau distinto de complexidade e de organização. Mais sucede que entre os subsistemas existem relações de coordenação e de subordinação cuja base é o modo de produção dos bens materiais.

Aliás como nota Buckley (p. 75) à medida que progredimos dos níveis orgânicos e sociocultural, os componentes que estão inter-relacionados apresentam-se cada vez mais complexos na sua própria organização, cada vez mais instáveis e sujeitos a mudança por efeito de pequenas forças e mais fundamentalmente alteráveis pelo funcionamento do sistema de que fazem parte.

A FSE é basicamente uma rede hierarquizada de sistemas abertos⁽²⁾ em contínua inter-relação, de tal modo que entre eles se verifica um verdadeiro «encaixe» pois que um sistema pode sempre, de certo modo, ser considerado um subsistema.

Aliás, como salienta H. A. Simon, a subdivisão hierárquica não é uma característica meramente peculiar das organizações humanas, sendo comum a todos os sistemas complexos conhecidos, sucedendo que os referidos sistemas complexos são geralmente hierarquizados pois que isso implica uma grande economia de informação. De facto, a inexistência de hierarquização implica que cada membro da organização tenha que estar informado acerca do comportamento dos restantes membros.

(2) Uma classificação da complexidade dos sistemas pode ver-se em S. Beer (pp. 28 e seguintes) para quem os sistemas poderão classificar-se em simples, complexos e excessivamente complexos. Ashby, salientando que «a cibernética oferece um método para o tratamento científico do sistema em que a complexidade é saliente e demasiado importante para ser ignorada» (1.7.) sugere que «para estudar os sistemas complexos, não só devemos tornar os métodos complexos como devemos simplificar os sistemas» (6. 13.) e oferece como medida da complexidade de um sistema, o número de componentes de um vector (4. 17.) sucedendo que o tratamento de um sistema complexo não exige que se façam todas as distinções possíveis (6. 14.).

(3) Nos sistemas abertos, além das relações no interior do sistema, este mantém trocas com o meio exterior em que se encontra inserido. Os sistemas abertos têm duas características peculiares (Bertalanffy) que se resumem em dois conceitos: a) equifinalidade, nos termos da qual um estado final pode ser atingido a partir de estados iniciais distintos; b) neguentropia — pela qual a tendência disruptiva do sistema pode ser contrariada pela importação de entropia negativa, resultante das trocas do sistema com o exterior. Os sistemas socioculturais (Buckley) são abertos e neguentrópicos.

(4) A inteligência, no sentido simoniano, análogo ao que é utilizado na conceptualização militar, é uma noção que se reporta à actividade de procura de condições ambientais para uma decisão.

A existência de uma hierarquização dos subsistemas abertos da FSE vem complicar a tarefa dos analistas, porquanto estes passarão a ter que dominar as regras de comportamento dos componentes da árvore hierárquica que é o todo, sendo-lhes por outro lado imposto o desenho de correspondentes organizações hierarquizadas no campo da gestão económica e social já que — na expressão de H. A. Simon — a hierarquia é a forma adaptativa que a inteligência finita assume em presença da complexidade.

Mas para além de excessivamente complexa, a FSE tem um comportamento probabilístico, o que dificulta qualquer previsão sobre o seu comportamento.

O carácter probabilístico de um sistema não supõe que ele não seja finalizado, como sucede com os sistemas socioculturais e nomeadamente considerando os subsistemas políticos.

De facto, para atingir um objectivo dado, um Governo deve conduzir-se de acordo com informação relativa à posição efectiva em que se encontra face a esse objectivo, à distância restante a vencer para alcançá-lo e aos resultados reais dos avanços ou tentativas de aproximação.

A prossecução de uma trajectória dada supõe assim que o sistema esteja dotado de um mecanismo de colheita, memorização e transmissão de informação.

No caso dos sistemas socioculturais sob o capitalismo, porém, os circuitos de comunicação encontram-se obstruídos pela decorrência da própria lógica do sistema. Na expressão feliz de Norbert Wiener:

Em toda a parte surge uma tripla constrição dos meios de comunicação: a eliminação dos meios menos lucrativos em favor dos mais lucrativos; o facto de esses meios ficarem nas mãos de um número muito limitado de homens abastados e expressarem deste modo as opiniões dessa classe, e além disso o facto de serem uma das principais vias para o poder pessoal e político atraindo acima de tudo os sequiosos de tal poder. Aquele sistema que, acima de todos deveria contribuir para a homeostase social é atirado directamente para as mãos dos mais interessados no jogo do poder e do dinheiro, os quais constituem um dos principais elementos anti-homeostáticos na comunidade. Não é de admirar, pois, que as grandes comunidades sujeitas a esta influência disruptiva contenham uma quantidade bem menor de informação comunalmente disponível do que as comunidades mais reduzidas, isso para não falar dos elementos humanos de que todas as comunidades são constituídas. *Tal como a alcateia de lobos, embora em menor extensão, esperamos, o Estado é mais estúpido do que a maioria dos seus componentes (Cibernética, p. 204).*

A capacidade auto-adaptativa de um sistema assume hoje cada vez mais importância, o que é particularmente revelante nos sistemas de defesa, que poderão ser chamados ao desempenho de missões e tarefas com recursos que foram projectados para outras finalidades.

O Socialismo veio neste campo introduzir as condições políticas necessárias para que a auto-regulação do eco-sistema se efectue coerentemente, lançando as bases para uma correcta modelização social e para uma planificação global da sociedade, se bem que, tal qual afirma Norbert Wiener no

seu minúsculo mas riquíssimo «*Deus, golem & C.^ª*», a homeostase permanente da sociedade não possa ser levada a efeito com fundamento na presunção rígida de uma permanência integral do marxismo, nem possa ser alcançada com base numa presunção similar inerente do conceito padronizado de livre empresa e intuito lucrativo (p. 85) (*).

A planificação usual, polarizada na relação entre meios e fins, tem ignorado ou menosprezado a complexidade das relações que caracterizam o sistema social. «Assume este como se fosse um todo homogêneo, quando, na verdade, se trata de um complexo de elementos diversificados, com suas leis próprias de funcionamento e dispendo-se no conjunto por forma a manterem no seu interior, entre si, e com o exterior relações significativas, persistentes e de validade geral» (Manuela da Silva, p. 262).

As contradições da sociedade de transição em que actualmente vivemos, potenciam o percurso histórico em direcção ao socialismo, o qual nos surge no presente cenário político com uma forte probabilidade histórica de ocorrência a médio prazo.

Ora esta circunstância mais acentua a ingente necessidade de formação dos quadros do futuro socialismo, formação que deve postular os princípios que vimos expostos neste texto.

A gestão científica da sociedade requer antes de mais um profundo conhecimento da sociedade e das suas leis de evolução histórica, tal qual as descrevem as actuais ciências humanas; mas requer igualmente uma grande familiarização com as técnicas modernas de gestão.

Tudo isto é incompatível com o empirismo e com o pragmatismo que reinam ainda nos quadros políticos da nossa sociedade, muitos dos quais têm uma formação teórica centrada em exclusivo no campo jurídico e tendencialmente reduzem a problemática política a uma questão de elaboração de uns tantos decretos-leis.

Dadas as peculiaridades dos sistemas socioculturais, os métodos heurísticos serão parte fulcral desse currículo, por isso que estamos em presença de situações para as quais não existem soluções algorítmicas (*) e em que as decisões não programadas assumem papel essencial.

(*) A superioridade do Socialismo poder-se-à aferir à luz dos conceitos expostos por Karl Deutsch e levando pois em conta que as probabilidades de êxito na prossecução de uma dada finalidade política está na razão inversa das quantidades de carga e de atraso, havendo relações directas com a *antecipação* e com o *ganho*. Assim considerando como carga «em termos de informação a extensão e mudanças de posição do alvo relativamente ao sistema de busca de objectivos», é demonstrável que num sistema de economia planificada, o *atraso* face a uma *carga* elevada é muito reduzido, dada a economia de informação, ocorrendo por outro lado uma eventualidade de *antecipação* com susceptibilidade de *ganho* imediato. Tudo isto será de grande utilidade no caso de um sistema com *output* amplificado por uma retroacção positiva elevada tal como entre nós sucede no que respeita ao desequilíbrio da balança de pagamentos e à rarefacção dos meios de pagamento.

(*) A solução algorítmica supõe um sistema de regras de transformação, na base das quais certas grandezas dadas (*input*) podem ser transformadas em soluções (*output*).

Mas o traço essencial dessa formação, residirá ainda na necessidade de criação de «generalistas científicos» que, segundo Bertalanffy, assentarão a sua educação num espírito interdisciplinar, sucedendo que a teoria geral dos sistemas pode funcionar com o travejamento para essa síntese interdisciplinar e para uma educação integrada, que signifique a revisão do próprio pensamento sobre os factos.

Pois, com razão diz C. West Churchman (p. 23) «quando se adia por um tempo demasiado longo o pensamento a respeito de alguma coisa, pode não ser possível pensar de todo adequadamente acerca dela».

José António Barreiros
Advogado

REFERÊNCIAS

1. LÉNINE, *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme, Oeuvres*, tomo 22, Ed. Sociales et Ed. Moscou, 1973.
2. V. G. AFANASIEV, *Dirección científica de la sociedad*. Editorial Progreso, Moscou, 2.ª ed., 1975.
3. GUY PELACHAND. *O crescimento zero: ideologia e política*. Revista Internacional n.º 6/1975, pp. 101-109.
4. THE ECOLOGIST, *A Blueprint for Survival*, Penguin, 1973.
5. WALTER BUCKLEY, *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*, Ed. Cultrix, São Paulo, 1961.
6. W. ROSS ASHBY, *Introdução à cibernética*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1970.
7. STAFFORD BEER, *Cibernética e Administração Industrial*, Zahar, Rio de Janeiro, 1969.
8. NATO, *Conference on cybernetic modelling of adaptive organizations*, Porto, 27/31 de Agosto de 1973.
9. EMERY (ed.) *Systems Thinking*, Penguin 1969.
10. MARIA MANUELA DA SILVA, *Análise sistemática, modelização social e planificação*, *Análise Social*, n.º 38, 1973.
11. H. A. SIMON, *Decision Making and Organizational Design*, em *Organization Theory*, Penguin Modern Management Readings.
12. NORBERT WIENER, *Cibernética*, 2.ª ed., Ed. Universidade de São Paulo e Ed. Polígono, 1970.
13. Idem, *Deus, Golem e C.*, Ed. Cultrix, São Paulo, 1971.
14. Idem, *Cibernética e Sociedade*, Ed. Cultrix, São Paulo, 1968.
15. KARL DEUTSCH, *Os Nervos do Governo*, Gloch Editores, Rio de Janeiro, 1971.
16. ORAN K. YOUNG, *Introdução à análise de sistemas políticos*, Zahar, 1970.
17. C. WEST CHURCHMAN, *Introdução à Teoria dos Sistemas*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1971.
18. JOSÉ ANTÓNIO BARREIROS, *O Direito ao Meio Ambiente*, em *Uns Comem os Figos*, Seara Nova, Lisboa, 1976.

AS FORÇAS ARMADAS E A CONSTITUIÇÃO

AS FORÇAS ARMADAS E A CONSTITUIÇÃO

1 — INTEGRAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS: SIGNIFICADO HISTÓRICO E JURÍDICO

Tradicionalmente as Forças Armadas eram do ponto de vista constitucional quase sempre ignoradas. De maneira implícita eram pois tratadas como forças *supraconstitucionais*, *a-constitucionais* ou *infraconstitucionais*. As Forças Armadas eram *supraconstitucionais* na medida em que sendo garantes do valor da soberania, este é ele próprio constituinte, absoluto e apolítico (ou suprapolítico). Nesse sentido é que se considerava condição da sua própria funcionalidade o serem admitidas como *pura força*, estando, pois, no máximo da sua coincidência com o *puro Direito*, para lá da possibilidade de enquadramento jurídico prévio, superior e de integração pelos valores constitucionais da democracia e da liberdade que repassam toda a ideologia e toda a organização constitucionais modernas. As Forças Armadas eram *a-constitucionais* porque sendo as Forças Armadas organizações de crise e para a crise — cuja vocação seria, mesmo, a guerra — elas escapariam a toda a fisiologia constitucional e à normalidade e estabilidade das condições sociopolíticas que essa fisiologia supõe. Numa variante óptica diferente as Forças Armadas apareceriam, ainda, como *infraconstitucionais*, na medida em que, para lá das situações de desequilíbrio orgânico-político geral em que nelas se concentra todo o poder, elas seriam apenas uma parte subordinada do Executivo, uma forma de administração paralela à administração civil e colocada sob a dependência do Governo — a administração militar — porventura até só uma superpólicia, indispensável numa «sociedade» internacional onde a autodefesa era a técnica usual da relação litigiosa.

Não está excluído, ainda, que com estas possíveis justificações teóricas convergisse o «sentimento» de um pacifismo racionalista, para quem a instituição militar era um subsistente resíduo de imperfeição democrática que era preciso não imiscuir no conjunto constitucional, para evitar contaminações — «complexo» de esquerda, afinal, aliado, do seu reverso da «direita» para o qual o Exército e a guerra eram praticamente entidades teológicas. De resto, o Estado aparecia ainda, em grande parte, como uma instituição *a se*, uma «pessoa» autónoma que não poderia ser dominada totalmente em termos democráticos, sendo as Forças Armadas justamente a expressão desse último Cabo das Tormentas da Democracia. As exigências de *organização* da democracia — que têm a ver com o avanço do Estado actual, e têm nele, porven-

tura, crescido mais que as da outra exigência democrática que é a da *representação* — não eram então tantas que forçassem uma disciplina e regulação organizatórias globais de todas as instituições parapolíticas que, aliás, poderiam viver salteadas, sem relações permanentes entre si, mantendo-se, pois, fora do campo magnético da «política» e das suas estruturas de convergência e oposição, assim como dos seus móveis de diferenciação e totalização!

A constitucionalização das Forças Armadas marca, pois, o fim da conceituação destas como instituição — «ghetto», alheia a todas as restantes e portanto implicitamente tão suspeita quanto temida. Neste contexto, por exemplo, a sujeição ao princípio da legalidade que é um esteio fundamental da armação constitucional, deve considerar-se também, mesmo quando não formulada expressamente e adrede, como um dos vínculos lógico-normativos maiores da acção e da organização das Forças Armadas.

O que se ganhou de imediato — por automática inferência lógica — com a integração constitucional das Forças Armadas foi a aplicação constitucional a estas de todos os princípios gerais que dominam a Constituição e que não tenham sido afastados em concreto e expressamente no próprio capítulo da Constituição referente às mesmas FFAA ou não relevem da «natureza das coisas».

Por outro lado, de um ponto de vista que se poderia chamar sociológico-político, fechou-se grande parte do fosso que separava a cidadela militar da cidade civil — como por exemplo, na conhecida ironia que dividia todo o Direito em dois equivalentes hemisféricos: o civil e o militar... As Forças Armadas deixaram de ser um minimundo auto-suficiente e escondido, e estão agora imersas, embora com posição específica e coordenada no conjunto, no próprio sistema normalizado das relações políticas e sociais mais fundamentais da colectividade. Embora seja curioso que, do ponto de vista da aparência política, sejam as Forças Armadas que se inserem na Constituição e não a Constituição democrática que vem integrar as FFAA...

II — A CONSTITUIÇÃO RECONHECE UM PODER (POLÍTICO) MILITAR PRÓPRIO DAS FFAA.

Qualquer das consequências descritas não têm ainda a ver com o *conteúdo* da Constituição! Reportam-se apenas à inserção *formal* nela de um problema novo, até então constitucionalmente desconhecido.

Em termos de conteúdo, a conceituação determinante do problema parece ser a que consiste em ver as FFAA, não só ou não tanto como uma instituição constitucional, mas também, ou até fundamentalmente, como o suporte de um *poder constitucional* próprio e distinto — o poder (político) militar.

Tal perspectiva inverte ou inflecte, afinal, em parte, o sentido que a integração constitucional-formal do problema das FFAA parecia prenunciar! De facto, a disciplina concreta de tal integração tem em parte, por resultado,

positivar e normalizar o que na teoria constitucional clássica do Estado era, como atrás vimos, pressuposto mas não expresso: a ideia de uma (certa) autonomia do poder político das FFAA... O problema de uma eventual colisão entre estas duas linhas de força, na aparência contraditórias, foi, porém, como que implicitamente advertido tanto pela Constituição como pela sua prática posterior. De facto, por um lado, o poder político das FFAA está concebido na Constituição como poder especializado e diferenciado, sendo mesmo de natureza diferente de todo o restante poder político — como poder de controlo e de equilíbrio, com carácter negativo pois e, em princípio, subsidiário e superveniente — e, por outro lado, pôde afirmar-se na prática constitucional, sem contestação por nenhuma força política representativa nem por qualquer órgão intérprete da Constituição, a intenção de uma subordinação a longo prazo do poder militar ao civil (Programa do I Governo Constitucional). Além disso o próprio poder político do Governo inclui não apenas um Ministério da Defesa como é, em consequência, política de Defesa, o que revela também a intenção de onde não poderão deixar de resultar a subordinação e a coordenação do poder político militar com as outras expressões do poder político mais geral. Qualquer destes dois últimos aspectos autoriza, implicitamente, um controlo parlamentar da política de Defesa, embora seja sintomático que durante a discussão do programa do Governo em S. Bento tal sector tenha sido objecto apenas de referências incidentais — enxertadas na apreciação de outras rubricas — e, de resto, muito escassas. O que é curioso, pois, é que, enquanto os aspectos puramente militares ou mais militares do exercício do poder político-militar das FFAA — as questões de Defesa — tendem a ser integrados e subordinados, através do Ministro da Defesa, no âmbito da política geral da competência do Governo, são sim, ao contrário, os aspectos especificamente políticos e político-jurisdicionais desse poder, nomeadamente os de defesa da Constituição através do Conselho da Revolução que, por definição, não só não podem ser subsumidos a qualquer plano político mais geral de outro órgão de Estado, como são até a última e mais decisiva forma de vontade do Estado, quando se trate de apurar exactas significações da Constituição. É aí, pois — num terreno exclusivamente político e, num certo sentido, o mais político, por que é o mais geral e quase co-constituente — que a expressão da autonomia ou propriedade específica do poder (político) militar da Constituição melhor se afirma e destaca...

III — CONTEÚDO DO ESTATUTO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL DAS FFAA.

De resto, evidentemente, quando se fala de *poder* em termos constitucionais, vai imediatamente dito, por suposto, que não se trata apenas de *poder* sobre o próprio órgão seu agente, de poder com eficácia interna, equivalente do poder pessoal sobre si próprio. É sim poder político, poder

que tem, pois, a propriedade de agir sobre todo o restante conjunto das relações político-sociais.

No caso concreto da Constituição política de 1976 a função política (e extramilitar) das FFAA pode caracterizar-se genericamente como um poder de *garantia*, portanto, essencialmente negativo, como já foi dito. Para dizer tudo precisamos, porém, de responder a estas duas perguntas: *garantia de quê?*, por um lado, e, por outro lado, *que garantia?*

Quanto ao primeiro ponto — garantia de quê? — pode dizer-se que a competência das FFAA é mais do que a de pura garantia da *soberania* e menos que a defesa precisa de uma *ordem social* já completamente estabelecida ou programada. A função das FFAA é defesa da Constituição, entendida esta como o sistema das normas e instituições de grau mais superior e mais geral. Esta noção da Constituição como um conjunto em sentido gestaltista, que, sobretudo, numa situação de crise, se cede em parte cede imediatamente em geral e, pode ser agredida como um todo pela via da agressão por partículas, transparece notoriamente em resposta dada em tempo pelo presidente da República ao «Nouvel Observateur». Não se trata tanto da defesa pontual das normas da Constituição, norma-a-norma, mas sim de defesa da própria *unidade da Constituição*.

A função das FFAA não é de mera defesa da soberania do Estado, como era função dos Exércitos clássicos, os quais, por isso, se limitavam a ser órgãos da integridade (fonteiriça) do território, ou, no máximo, da unidade do poder dentro do mesmo território. A própria soberania, aliás, vem mais entendida como «independência nacional» — só não está esclarecido se, no sentido «degauillista» ou no sentido «terceiro mundista», ou num outro qualquer sentido possível de expressão — do que como simples superioridade e exclusividade formais de «um» Estado em abstracto, apenas *de jure* conceituável.

A própria Constituição ressentem um vezo de luta constante por certos objectivos — aliás até repisados na formulação e a soberania é, pois, mais que um dado jurídico fixo, uma vitória permanente a garantir. As FFAA são, aliás, convocadas a garantir o *fundamento* da soberania — a Democracia — e o seu *objectivo* — a liberdade, como entes que estarão sempre para lá da letra constitucional, e isto de modo institucional permanente.

As FFAA não quiseram também transformar-se em *garantes* de uma *ordem social* em toda a sua extensão e dinamismo, quer perfeita, quer *in fieri*. Essa seria a concepção da *polícia* e o Exército concebido como polícia só o pode ser como polícia total. De facto o Exército dada a quantidade da sua força e a qualidade da sua aptidão para assumir, em situação de crise, a defesa e mesmo o Governo de todo o Estado, nunca poderia, como *polícia*, ter uma condição de interveniente (policial) apenas parcial e subordinado. Daí que, como entre nós se esteve a ponto de confirmar, a intervenção policial militar arraste sempre a uma escalada até à polícia total. O Exército não quer, pois, constitucionalmente, transformar-se em polícia da ordem social, isto é, em órgão de intervenção ou protecção sobre situações concretas da vida social, não directamente política, isto apesar de

não desconhecer a noção de inimigo interno e de se prevenir contra a sua acção por meios não militares.

Não sendo só braço armado da soberania ou do poder em abstracto nem polícia de toda a vida social, a função de garantia política do poder militar vai conluir para duas direcções principais:

- a) a garantia do equilíbrio político do sistema constitucional;
- b) a força da «dinamização política» em eventuais situações de crise ou impasse.

As duas direcções aludidas não têm de modo nenhum o mesmo grau de importância e não funcionam no mesmo plano, nem da mesma maneira, nem, em princípio, ao mesmo tempo. A primeira — «garantia do equilíbrio político do sistema constitucional» — é a mais fluida mas, simultaneamente, a mais permanente.

Enquanto a função de equilíbrio se exerce de modo *passivo e regular* — pois resulta da simples «existência» de um estatuto político das FFAA — a função de dinamização política exerce-se de modo *activo e excepcional*, em momentos de *panne* do sistema político. Há aqui, de facto, uma inversão clara das posições relativas que estas duas funções exerciam no período gonalvista da Revolução. Então a função de «dinamização» era a função primacial e estava concebida como função motriz permanente, e não apenas como função crítica e de impulso.

A situação correspondia ao carácter mais fogoso e violento do ritmo revolucionário!

Provisória era, nessa altura, a função de equilíbrio! A alteração da fase revolucionária é bem configurada pela passagem do Conselho da Revolução de órgão superior e com competência genérica e autoconstituente, a órgão paralelo com competência especializada e constituída.

Ao conceber, hoje, a função das FFAA como sendo, sobretudo, a de garantia de equilíbrio, isto é como árbitro constitucional no terreno jurídico e como mediador no terreno político (o caso da nomeação de militares como Ministros da República é sintomático deste último aspecto), está-se a querer, por um lado, criar um contrapeso ou um mecanismo de retroacção sobre o sistema de partidos e contra uma eventual partidarização excessiva das relações políticas, e, por outro lado, a «criar» uma espécie de *classe média formal* cuja institucionalização servirá por si mesma de dissuasor e amortizador à agudização das lutas sociais de qualquer tipo! O factor «unitário» que tantas vezes, durante a Revolução, serviu para aglutinar certas iniciativas, comissões e projectos tem nas FFAA o ponto rigoroso e autêntico da sua bissectriz.

As FFAA detêm, assim, uma espécie de poder moderador dissimulado, capaz de defender a Constituição da excessiva abertura ou confiança nos destinatários de certas das suas normas, não correspondendo, por isso, o seu poder, como acontece com os restantes poderes constitucionais, a um órgão único e específico de suporte.

Com dizer isto, assim, fica, aliás, respondida de maneira tácita a segunda questão colocada: *que garantia?* O tipo de garantia oferecida pelas FFAA é o de chamada «*garantia institucional*». Trata-se de um tipo de garantia tão orgânica quanto normativa, pois consubstancia-se, sobretudo, na estrutura, funcionamento e ideia — força dominante de uma certa organização social — neste caso as FFAA. «*Garantia institucional*» que no exercício da sua sobressaliente função de equilíbrio político tem, aliás, um carácter sobretudo preventivo.

IV — REFLEXO SOBRE O ESTATUTO CONSTITUCIONAL MILITAR DAS FFAA

A própria citação constitucional das FFAA exclusivamente como tais, sem atenção às suas várias especificações, o facto de serem tratadas como unidade em título próprio pela Constituição (Título X da Parte III), e o definitivo estabelecimento dessa noção na prática política, poderão concitar uma visão unitária do conjunto dos vários corpos militares (Exército, Marinha e Aviação).

A ideia de umas Forças Armadas que se relacionam, orgânica e directamente, com os outros poderes do Estado e são do mesmo modo responsáveis perante o Povo detentor da soberania, tudo em termos constitucionalmente determinados, corresponderia, a ideia de uma unificação da organização militar, eventualmente com órgãos políticos do tipo do Conselho da Revolução, mas para lá disso constando mais de secções — de Terra, Mar e Ar, — do que de suas unidades autónomas. Por outras palavras: a coordenação e integração constitucional externa das FFAA com todo o restante sistema político — para o que o Presidente da República é constitucionalmente o Comandante Supremo das mesmas forças —, supõe a coordenação e integração interna de todos os corpos e órgãos militares e políticos, componentes do campo conceitual abrangido pela noção de FFAA. Parece que o Conselho da Revolução aí deverá pois caber, também, nesta segunda (ou prévia?) fase — a da integração interna — pressuposta pela integração democrática ulterior e mais ampla. Assim, quando se pergunta, *quis custodiat custodes ipsos* (quem guarda os próprios guardas?) é nessa dupla integração, aliás, «*duplamente*» dupla, de tais guardas — integração externa e interna, integração organizatória e ética — que reside a resposta a tal interrogação.

Neste contexto a unidade e integração interna das FFAA têm de ser concebidas, também, mais como valor político, com uma dimensão viva e prática, a procurar em movimento, do que como simples valor técnico-militar, ou dogmático-cultural, de disciplina «*tout court*». É claro que esta diferença de significação pode levar a uma alteração de conteúdo mais do que da forma da disciplina, mas dela se devem tirar ilações importantes, nomeadamente quanto à maior exigência cultural da preparação dos quadros militares. Exige-se, agora, uma noção de superioridade militar que corresponda a uma certa superioridade cultural — respeitando à maior capacidade funcional

e maior actualização técnico-científica e doutrinária das estruturas de defesa, respeitando ao maior conhecimento dos problemas nacionais, respeitando à maior coerência do direito militar, até agora concebido apenas como uma série de regulamentos avulsos, tornando-o mais próximo de uma unidade de concepção ética, cultural e económica da vida militar, baseadas sobre a responsabilidade e a eficácia.

A unidade interna das FFAA passará, ainda, na esfera puramente militar, por uma correcta delimitação e coordenação das funções de comando supremo, que, na área militar, cabem ao Presidente da República, das funções de definição estratégica e tática (e de preparação de tropas?) que podem competir ao Ministério da Defesa, e das funções de comando operacional que competirão às chefias dos vários corpos das FFAA e, por último, de todas estas competências com a função de definição político-legislativo em matéria militar que incumbe ao Conselho da Revolução. Provavelmente, porém, o acerto de todas estas posições relativas só terá a ganhar com o paciente, embora atento, desenrolar da experiência que se vier a fazer nos próximos tempos.

Francisco Lucas Pires

Investigador

Deputado pelo Centro
Democrático Social

Este texto destina-se a ser utilizado na redacção de um comentário colectivo à Constituição, ainda em preparação.

A NECESSIDADE DO ESTUDO DA HISTÓRIA

A NECESSIDADE DO ESTUDO DA HISTÓRIA

HISTÓRIA MILITAR

1. A história dos indivíduos, isoladamente encarados ou em sociedade, desenvolve-se num local geográfico e social, em um tempo definido, face a determinadas realidades materiais e não materiais que os influenciam e que por eles são influenciadas.

Muitas vezes os homens não têm consciência da sua posição no devir histórico; não se apercebem de que momento vivem, das forças que os «comandam» nem da sua capacidade para com elas entrar em diálogo. Muitas vezes os homens limitam-se a passar...

O conjunto definido pelo «tempo histórico», o «local geográfico-social» e as «realidades materiais e não materiais envolventes» constitui o quadro, ou referencial (ambiente de referência) em que se desenrola a vida humana.

Cada momento tem o seu referencial próprio. Em cada período histórico poder-se-á divisar uma malha que o caracteriza. O homem, só ou em sociedade, reage face ao quadro que lhe é imposto, procura actuar sobre ele, moldá-lo e colocá-lo ao seu próprio serviço, satisfazendo as suas necessidades.

Desenvolvem-se permanentemente acções recíprocas no sentido do equilíbrio, nunca encontrado, entre o homem e o seu referencial.

Estes breves apontamentos chamam a atenção para alguns dos principais problemas históricos globais: quais os grandes referenciais que vão caracterizando o processo histórico? Como se modificam esses referenciais? Como é que os homens têm agido no seu interior?

2. O senso comum distingue dois objectivos gerais para o estudo da História. Um deles relaciona-se com a necessidade do homem complementar a sua curta experiência pessoal à custa da experiência de outros homens, com o propósito de melhor ser capaz de apreciar os factos que à sua volta se desenrolam e sobre eles actuar em conformidade com os fins que prossegue. O outro diz respeito ao entendimento profundo dos acontecimentos e da maneira como eles se sucedem no tempo, tendo em vista a compreensão correcta do momento em que se inserem e do sentido das transformações em curso.

Portanto, qualquer dos dois grandes objectivos da História se orienta para o presente e para o futuro. O passado não é mais, sob esta perspectiva, que um conjunto de factos cuja meditação auxilia a encarar o presente e a preparar o futuro.

Está claro que, logo aqui, surgem imensas dificuldades. Será possível olhar o passado com os olhos do presente? Que passado? Aquele que foi transmitido por alguém que com ele beneficiou ou o que foi narrado por quem se sentiu prejudicado? Será possível o estudo científico do passado, ou toda a especulação que sobre ele é feita parte de premissas erradas, consequência da preparação cultural, estrato social e interesses pessoais de quem especula, caindo-se numa elaboração de pseudo-realidades e mitos? A despeito destas dificuldades, está fora de dúvida o interesse da História e parecem correctos os dois objectivos indicados pelo senso comum para o seu estudo.

Poderemos afirmar que o estudo da História tem por finalidade o presente e o futuro. A sua metodologia orientar-se-á na busca da definição dos referenciais que precederam o momento actual, na análise da forma e das causas de transformação desses referenciais, e na pesquisa das interacções dos homens e dos grupos de homens com os referenciais que os enquadraram.

3. Homens concretos, que viveram épocas concretas, envolvidos em referenciais concretos com os quais concretamente dialogaram, tentaram explicar o devir histórico, formulando teorias ou antiteorias que fossem, em sua opinião, reveladoras da globalidade do processo histórico. É o tão discutido campo da filosofia da História onde, de modo geral, todos os pensadores mais cedo ou mais tarde mergulharam. O aprofundar da explicação histórica procura responder a perguntas como estas: Há um motor da História; qual? Há um sentido na História? Será o progresso inerente à própria História? Há causalidade nos factos históricos? Qual o fim da História?

«O que os projectos habitualmente designados por «filosofia da História» têm muitas vezes de comum é o propósito de oferecer uma exposição completa do processo histórico de forma a poder ver-se que «faz sentido». Todavia, a noção de «dar sentido» ao passado é, ela própria, obscura e susceptível de uma série de interpretações diferentes. Usando uma distinção óbvia, podemos dizer que uma coisa é supor que a História tem um significado no sentido em que tudo o que aconteceu ou vai acontecer foi (ou é) preordenado ou «intencionado» por qualquer «mão oculta» seja ela a da Providência ou a da «astúcia da Razão» de Hegel; e outra coisa bem diferente é sugerir apenas o seu curso até à actualidade manifestou uma tendência em dada direcção e (talvez) profetizar, com base nesta tendência observada, o que será o seu futuro desenvolvimento; e é ainda outra coisa pretender que os acontecimentos históricos se ajustem a leis causais particulares, em função das quais se podem explicar as ocorrências pretéritas e prever as modificações futuras» (').

Normalmente as teorias da História mostram-se aliciantes para quem, sem um profundo conhecimento cultural, as aborda; revelam-se como que

(') Patrick Gardiner, *Teoria da História*, Ed. Gulbenkian.

a «chave mágica» que tudo explica e tudo justifica; chegam a adquirir o carácter sacro e a força de uma religião.

É prudente entrar em contacto com a filosofia da História tendo sempre presente o perigo da «verdade dogmática», da «lei revelada». Muitas vezes «confunde-se um factor (entre muitos outros) com o factor único, e a experiência particular (num determinado momento) com a regra definitiva».

4. A guerra é um facto histórico. É um facto histórico permanente e sempre presente mesmo quando ausente.

Pode haver várias explicações possíveis para que as guerras se desencadeiem, mas a verdade é que ninguém duvida que a história da humanidade pulsa com a guerra e com a paz; a própria palavra paz só tem significado em contraposição a guerra. Paz e guerra são duas faces de uma mesma moeda — a História. São os dois contrários de uma mesma realidade: a vida do Homem.

Em todas as épocas vemos homens imporem a sua vontade a outros homens pela violência. Isto é a guerra. A guerra tem por objectivo a paz, ou seja conseguir uma situação de paz mais vantajosa do que a situação à partida.

Haverá civilizações em que a paz tenha como objectivo a guerra?

5. A guerra faz-se para alcançar determinados objectivos e com determinados meios. Os objectivos e os meios a utilizar para os alcançar são definidos pelo poder político.

Na guerra há objectivos a atingir utilizando meios que, para isso, tenham capacidade. Os objectivos militares na guerra e as forças que deles serão encarregadas são designados pelo chefe militar.

Entre objectivos e meios há uma íntima relação de dependência. Para alcançar certos objectivos são necessários determinados meios; a disponibilidade de certos meios influencia os tipos de objectivos a conquistar. Por outro lado, a acção militar terá que corresponder à acção política e esta, quando se define, terá que ter em consideração as possibilidades militares.

Daqui surgem dois grandes problemas históricos, tendo em vista a guerra: correspondência meios-objectivos num dado nível (político ou militar); interdependência objectivos-objectivos de nível para nível (político-militar).

6. Os meios usados na guerra são humanos e materiais: homens e utensílios (máquinas, instrumentos, armas). Nem só homens, nem só instrumentos, mas instrumentos utilizados por homens; pode afirmar-se que a primeira arma é o primeiro utensílio.

O grau instrumental da guerra — a técnica — é um aspecto considerável no cômputo e ordenação dos meios. Coloca problemas de qualidade e quantidade, de custos e de prazos.

Assim, a técnica influencia a guerra; também a guerra exerce impacto no progresso técnico.

A forma como a técnica é utilizada ou desenvolvida é outro problema histórico tendo em vista a guerra.

7. A maneira mais ou menos rendosa como se utilizam os meios traduz-se no estabelecimento de metodologias de emprego, sistematizadas em doutrinas táticas, estratégicas e logísticas.

A *táctica* busca o maior rendimento dos utensílios no combate. A *estratégia* procura obter esse rendimento na batalha e na conquista dos objectivos políticos. A logística prossegue a alimentação da guerra.

8. O conjunto dos meios caracterizados por determinado grau de evolução técnica terão que se organizar, no sentido de ser possível desenvolver os esquemas preconizados pelas doutrinas táticas, estratégicas e logísticas formuladas.

Muitas vezes as formas organizacionais encontradas não são as mais adequadas ao rendimento máximo na prossecução dos objectivos.

Há portanto um problema de Organização tendo em vista a guerra: organização para a defesa nacional, orientada para os objectivos finais a atingir; organização militar, tendo em atenção os objectivos militares a conquistar.

A maneira como, em cada época, é resolvida a questão organização, os erros cometidos e as suas causas, é outro importante problema histórico a considerar no estudo da guerra.

9. Mas a vida desenrola-se não no abstracto, mas no concreto. A influência dos ambientes em todo o desenlace bélico é assunto de grande importância histórica. Tanto do ambiente material como do ambiente social e ideológico.

Se o meio geográfico vai sendo humanizado através da técnica (não se limitando a influenciá-la), oferece o quadro que pode funcionar como travão ou acelerador às operações (militares e outras), obrigando mesmo a processos de actuação específicos e a métodos de emprego dos meios mais ou menos heterodoxos, face às ideias globalmente prevalentes. Relevo, população (qualidade e quantidade), clima, grau de humanização, entre outros, são factores a considerar.

As relações da guerra com o tecido social — como as contradições sociais conduzem à guerra ou qual o impacto da guerra na estrutura social — é aspecto condicionante do próprio processo histórico, quer como reflexo da origem do poder político e da sua estrutura, quer como resultado das relações de todo o tipo incluindo as económicas, entre quem detém as armas e quem determina o seu uso.

O sistema de relações internacionais em vigor; as situações de dependência e as trocas comerciais; os aspectos económicos gerais e a consciência das posições de injustiça; as ideologias predominantes e as crenças; as forças morais e as personalidades; o dinamismo ou conservantismo dos homens, em especial dos chefes; todos estes aspectos são factores de não menor importância a ter em consideração no estudo histórico da guerra.

10. A visão histórica geral, de um país ou de toda a Humanidade, conduz normalmente à tentativa das sínteses.

O estudo da história da guerra traz inevitavelmente às mesmas consequências.

E então surgem os princípios da guerra, as concepções da guerra, a guerra como motor da história, a guerra como princípio do mal, a guerra como mal necessário, etc.

O perigo não está nas sínteses que devem ser procuradas. O perigo está nas elaborações mentais errôneas que a experiência demonstra serem tão frequentes.

Chamamos a atenção para um excerto de Eric Muraise (*Introduction à l'histoire militaire*) que serve para nos pôr de sobreaviso:

«A confrontação das doutrinas não só põe em evidência os princípios permanentes, mas também constantes origens de erro. Teóricos e práticos militares caem nas mesmas asneiras, seja por falta de cultura, seja como consequência de três categorias racionais:

- O espírito geométrico (ou de sistema): provoca evoluções aberrantes a partir de premissas certas.
- O espírito analógico: provoca transposições ilegítimas entre domínios de qualidade diferente.
- O espírito de adequação: as suas insuficiências explicam certos hiatos entre doutrinas e meios.»

Anexo: Papel da História Militar na Formação dos Oficiais

PAPEL DA HISTÓRIA MILITAR NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS

(Tradução da obra «Introduction à Histoire Militaire», por Eric Muraise)

A formação de um oficial repousa essencialmente sobre duas bases, uma moral, a outra técnica.

A marca moral é um factor de coesão. Reforça a vocação e fundamenta aquele espírito militar que põe na boca de Psichari: «Nós não somos senão um meio para o País, mas somos um fim para nós próprios e para os outros. Isto é importante para toda a gente... Para nós o nosso papel é manter um ideal militar, não nacionalmente militar, mas militarmente militar!»

O desenvolvimento técnico é um factor de divergência. O exército tem necessidade de uma grande variedade de táticos, de organizadores, de administradores, de práticos e de sábios. Quanto mais se diversifica, menos oportunidade há para a polivalência. Desde a entrada na Academia até à passagem à reserva, um oficial é obrigado a sucessivas opções.

A única disciplina que, permanentemente, contribui simultaneamente para transmitir a marca moral como para manter um factor comum no desenvolvimento técnico é a História Militar. Permite aprender a sentir e pensar como soldado, dominando quer a variedade das técnicas quer a rigidez dos regulamentos.

A desconfiança e o desprezo relativamente à História Militar devem-se a duas causas intimamente ligadas:

- a ignorância da evolução das teorias interpretativas da História Geral;
- o desconhecimento das possibilidades e dos limites da História Militar.

Antes de abordar estes pontos, não é inútil utilizar argumentos com autoridade. Os mais calorosos defensores da cultura pela História foram todos grandes capitães e nunca esconderam o que deviam ao seu estudo.

Entre os Russos, isso começa com Souvoroff, que será o primeiro a exigir dos seus quadros, além das qualidades morais e viris, uma ciência que ultrapasse os regulamentos: «Eu não sei» causa muitos males... Tática sem História Militar — Trevas... «Eu estou acima de todos os regulamentos». A revolução marxista não fez senão reforçar estas tendências, porque, segundo Lénine, os conhecimentos militares «são os utensílios de que se servem as classes e os povos para a resolução dos grandes problemas históricos». Durante o último conflito mundial encontra-se na sombra de Estaline um historiador militar proveniente do antigo exército imperial: Chapochnikov. É ele que será de facto o generalíssimo dos exércitos soviéticos e é graças à sua influência que os oficiais terão pela História Militar um verdadeiro culto.

Na Alemanha, a História Militar é uma base de formação desde Frederico II, que lhe pede uma «experiência amadurecida, uma tomada de consciência da conexão que as coisas presentes têm com o passado... um aperfeiçoamento pelas comparações». Moltke perfilha a mesma opinião e esta convicção levou o Alto Comando Alemão a conduzir os trabalhos da sua Secção Histórica segundo um plano sempre nítido e utilitário cujos frutos alimentavam os estagiários da Escola de Guerra durante três anos, seis horas por semana.

Os franceses fizeram sentir a sua autoridade na Europa durante a primeira metade do século XVIII com o cavaleiro de Folard, o Marechal de Saxe e o conde de Guibert. A formação militar de Bonaparte tem por base as suas obras, porque, até ao cerco de Toulon, passa três quartas partes do seu tempo de férias. Mas a obra de Guibert acompanha o General Comandante do exército da Itália e Bonaparte não esconde o que deve aos seus livros: «A tática, as evoluções, a ciência do engenho e do artilheiro podem aprender-se nos tratados, quase como a geometria, dirá ele, mas o conhecimento dos jogos mais elevados da guerra só se adquirem com a experiência e o estudo da História das guerras e das batalhas dos grandes capitães... Relede a história das suas oitenta e oito campanhas, modelai-vos sobre elas, é o único meio de vos tornardes um grande capitão.»

Ninguém melhor de que o Marechal Foch situou com maior exactidão a proporção da experiência e do estudo histórico na formação de um oficial.

«Os regulamentos, escreve ele, são bons para conduzir um exercício mas, no momento de perigo, é preciso outra coisa. A coragem material, física, do soldado não tem nada a ver com a coragem moral que deve ter o chefe. *Esta coragem é baseada no que ele sabe.* É preciso saber para a

possuir e para isso é necessário trabalhar. Senão, podemos iludir-nos momentaneamente, mas à primeira dificuldade esvanecemos-nos: deixamos de ser alguém. Para trabalhar não basta estudar os regulamentos. Não se trata de mandar fazer meia volta volver. *É preciso aprender a pensar.* Os regulamentos são burros-guias que favorecem a preguiça mental.»

Dizendo isto, Foch não deixa de reservar para a arte militar as suas características pragmáticas e ao seu pensamento aflora constantemente este tema: «Os acontecimentos dominam os raciocínios. A estratégia não passa de um negócio de carácter e bom senso... Contra os factos nada há a fazer... Na guerra, tudo se encadeia, se comanda, se interpenetra, e não se faz o que se quer. Cada operação tem a sua razão de ser, isto é, uma finalidade. Esta finalidade uma vez determinada fixa o valor dos meios e põe em acção o emprego a fazer das forças. Esta finalidade, em cada caso, é a resposta à famosa questão que Verdy de Vernois põe a si próprio quando chegou ao campo de batalha de Nachod. Face às dificuldades que se lhe apresentavam, bateu na cabeça procurando um exemplo ou um ensinamento que lhe pudesse fornecer uma linha de conduta. Nada o inspirava: Para o diabo, disse ele, a história e os seus princípios! Antes de tudo, de que se trata? E imediatamente o seu espírito acordou. Eis a maneira objectiva de tratar um assunto.»

Este famoso «para o diabo a história» conduz-nos directamente a ela, pela simples razão de que a imaginação criadora trabalha sobre um passado adquirido que está no subconsciente, e Foch concorda respondendo ao: De que se trata?

«O que é preciso é, no meio dos casos particulares, reconhecer a situação tal como ela se apresenta, envolvida pelas brumas do desconhecido. É apreciar somente o que se vê, adivinhar o que se não vê, tomar uma decisão, e em seguida agir vigorosamente sem tergiversar. É ainda preciso ter em conta dois elementos, um conhecido — a vontade própria — o outro desconhecido — a vontade do adversário; juntar-lhe todos os outros factores de outra natureza, que se furta a todas as previsões: temperatura, doenças, acidentes de caminho de ferro, mal-entendidos, erros, enfim, todos os elementos que o homem não cria nem comanda; sejam eles sorte, fatalidade ou providenciais. É claro que os conhecimentos teóricos não bastam para isso. É necessário o desenvolvimento livre, artístico, prático, das qualidades de espírito e do carácter, baseado numa cultura militar adquirida e guiada pela experiência, seja a que se tira da história militar, seja a que se possa obter durante a própria existência.»

Em resumo, é preciso aprender a pensar pela História.

Hanotaux perguntava um dia a Foch: «Quando vos encontrais numa dessas horas em que tendes de decidir, há alguma coisa dos vossos longos estudos que vos ajude a resolver os problemas?» «De modo algum! — responde o Marechal —, mas *isso dá-me confiança.*» Isto sublinha bem a característica activa subconsciente da História.

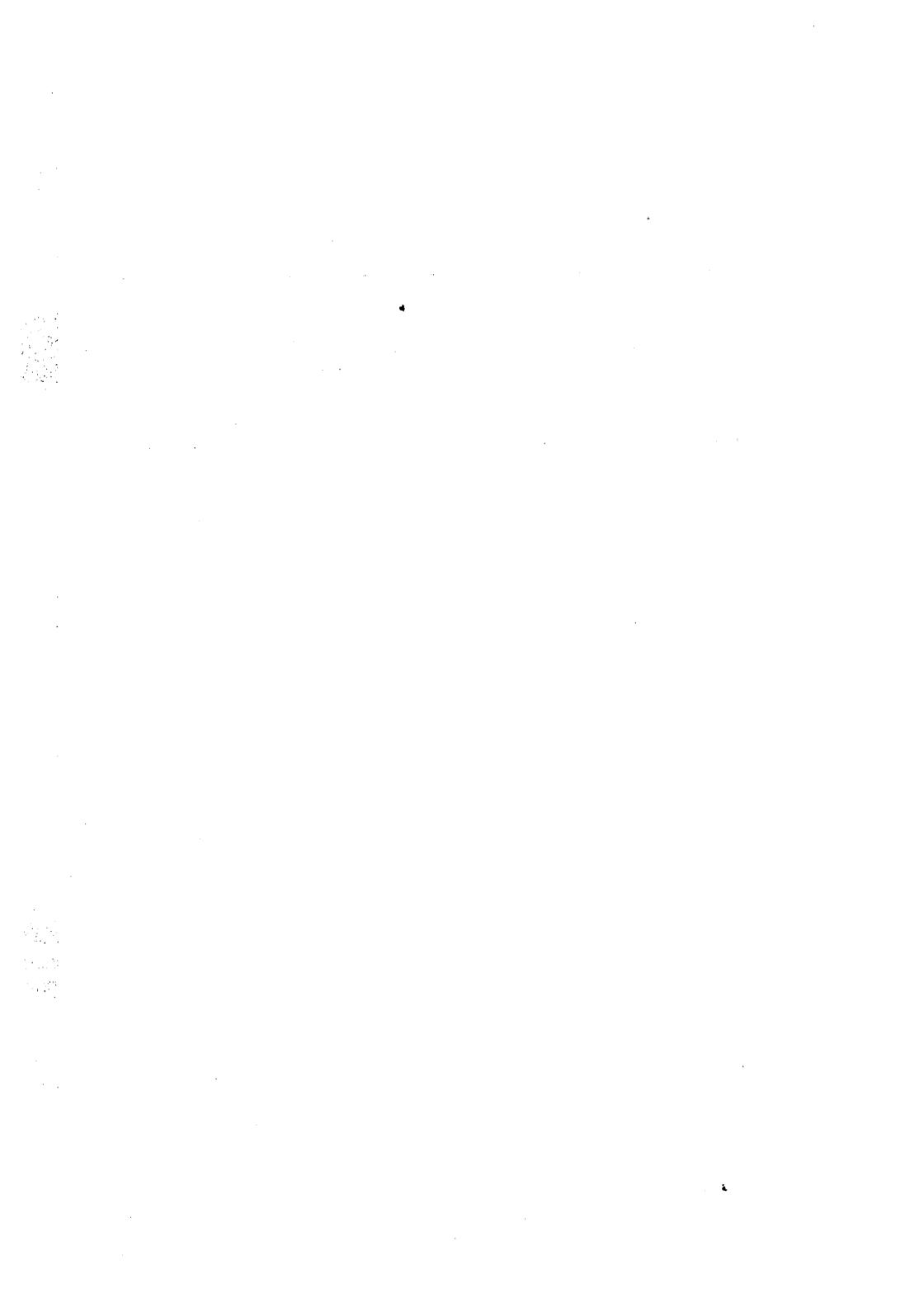
O desprezo com que muitos oficiais de valor tratam a História deve-se não somente ao facto de ignorarem o que ela lhes pode ser útil, mas ainda

à carga da sua experiência militar. Eles evocarão o caso dos quadros da Revolução Francesa ou mesmo Joana D'Arc para argumentar que são vãos os estudos teóricos comparados com o bom senso e a experiência prática. Eles esquecem um facto capital: em certos «nós históricos» de mutação, os conhecimentos adquiridos parecem bruscamente ultrapassados e os que menos sabem são por vezes os que melhor sobrevivem, porque se encontram libertos do peso das tradições. Isso não exclui o valor de um outro princípio: «Ter vivido factos de guerra não conduz à aquisição de experiência da guerra senão depois de meditação. Os factos vividos não são mais do que imagens, e a experiência constrói-se ordenando-as.» Por esta razão é que Von Metzsch, inspector da instrução da Reichswehr em 1924, mandava estagiar oficiais que tinham vivido anos de duras campanhas dizendo-lhes: «Deixai-me rir com a vossa experiência de guerra; vós julgais ter experiência, mas apenas possuis a recordação de factos vividos...» O contraste factos vividos-experiência meditada explica ainda porque é tão difícil fazer a guerra e, ao mesmo tempo, pensar nela.

Aprender a pensar com a História é um programa desencorajante quando se tem presente a fraqueza da bagagem adquirida em Saint-Cyr, a terrível concorrência das obrigações profissionais do oficial e a preparação de estágios e cursos que não interessam senão pelo aspecto «regulamentos» da sua profissão.

Loureiro dos Santos
Major de Artilharia C/CCEM
Professor do Instituto
de Altos Estudos Militares

AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL



AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

Resumo dos artigos anteriores:

Nos artigos anteriores o autor salienta a necessidade de um Serviço de Informações em condições de apoiar o Conselho da Revolução, os poderes legislativo, executivo e judicial, as forças armadas, a diplomacia, as comunidades portuguesas no estrangeiro e até os partidos e os sindicatos.

Propõe-se estudar cada um dos sectores de actividade das informações para contribuir para a dignificação do perfil público dos Serviços de Informações, que está a ser deteriorado, o que urge rectificar e corrigir para bem da eficiência da pesada tarefa de governar.

Faz uma apreciação histórica que divide em três partes:

- da fundação da nacionalidade, à conquista de Ceuta;
- da conquista de Ceuta, à independência do Brasil;
- da independência do Brasil, à independência de Angola.

Cobre a primeira parte, focando a acção contra os mouros, a consolidação e fortificação dos reinos de Portugal e do Algarve, salientando as informações para conduzir as complexas negociações com a Cúria Romana, as lutas e as perigosas conversações com os reinos católicos da península e, simultaneamente, manter a pressão da guerra sobre os muçulmanos, com a conquista de Ceuta.

Cobre a segunda parte, durante a qual dominamos o Algarve africano, achamos a Madeira e os Açores e, como vanguarda da cristandade ocidental ampliamos com os espanhóis o horizonte e o domínio da sociedade que representávamos, até abranger todas as terras habitáveis e mares navegáveis.

A acção dos portugueses é estimulante para os espanhóis e da competição surge o Tratado de Tordesilhas que foi negociado por D. João II de um modo perfeito e que se pode considerar o epílogo da sua magistral política de informação e segredo.

O reinado de D. Manuel é aquele em que atingimos o auge e iniciamos a decadência.

D. João III, ainda com alguns conselheiros do Príncipe Perfeito, toma a grande decisão de manter apenas o possível no Norte de África e transferir o esforço do Índico para o Brasil. Paralelamente a uma política nacional acertada, deixa-se apoderar de um fanatismo religioso que abre a possibilidade à instauração no reino do Santo Ofício, estreitamente controlado pelos

jesuítas que afugentam e perseguem os judeus que vão para Inglaterra e para a Holanda arrecadar os lucros da passagem do comércio do oriente do Mediterrâneo para Lisboa.

A união com a Espanha arruína-nos ainda mais e atrai sobre nós a hostilidade e a cobiça de holandeses e ingleses que, mais tarde, aliados com os franceses, nos ajudam a restaurar a independência.

A partir daí passamos a estar estreitamente controlados pelos franceses e depois pelos ingleses que disfrutavam de largos privilégios e mantinham feitorias em Lisboa e Porto de grande projecção em todo o território nacional.

O Marquês de Pombal fez a única tentativa séria para nos libertar da tutela estrangeira.

As invasões francesas, a fuga da corte para o Brasil e a necessária dominação inglesa consentida deram origem a uma onda de descontentamento que culminou com a Revolução de 1820. Em 1822, com a independência do Brasil, estávamos perante uma situação trágica a que a geração seguinte vai fazer frente, em condições extremamente difíceis, pois não dispúnhamos de quaisquer órgãos de Informações para apoiar a máquina do Estado.

Essas estruturas poderiam e deveriam existir, mas sob controlo dos ingleses que ainda durante mais de meio século exerceram sobre o território nacional uma pesada tutela.

AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

4. DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

O Sinédrio e os seus adeptos ao decidirem o pronunciamento de 24 de Agosto de 1820 sabiam o que não queriam, isto é:

- o jugo de Beresford
- os oficiais ingleses no exército
- as delongas na administração
- a corte no Rio
- a estagnação dos negócios
- a ruína da indústria
- a decadência da marinha mercante
- a miséria nos campos

porém dissentiam no sentido e na amplitude das reformas (1).

(1) Professor Joaquim de Carvalho, *História de Portugal*, Barcelos, Vol. VII, pág. 65

Dado o carácter antibritânico da conjura, pode-se ser levado a pensar que o Sinédrio, que não há notícia de que volte a reunir depois de 24 de Agosto (*), tenha sido organizado por razões de segurança dado que os conspiradores se tinham que libertar das estruturas da maçonaria, onde em todas as organizações e a todos os níveis se encontravam presentes numerosos oficiais ingleses. Aliás, a regência já devia estar alertada das actividades revolucionárias secretas uma vez que através de um alvará de 30 de Maio de 1818 decretava como «criminosas e proibidas todas e quaisquer sociedades secretas de qualquer denominação que elas sejam, ou com os nomes e formas que de novo se disponha ou imagine, pois todas e quaisquer deverão ser consideradas, de agora em diante, como feitas para conselho e confederação do Rei e contra o Estado» e «seriam mais rigorosamente vigiadas e mais severamente punidas» (**).

A Revolução de 1820 pretendeu libertar Portugal de uma situação colonial em relação aos ingleses e até em relação ao Brasil.

Os ingleses dominavam inteiramente no território nacional, em especial nas zonas de Lisboa, Sintra, Setúbal, Porto, Lagos e Madeira, onde mantinham importantes feitorias que disfrutavam de incalculáveis privilégios dominando o comércio e a navegação, o exército e a marinha, a cartografia e a hidrografia. Tirando o máximo partido dos súbditos britânicos residentes nas feitorias e de agentes especiais mantidos em território continental e insular, tinham o completo controlo das informações.

D. João VI chega a Lisboa em Julho de 1821 e, após jurar a Constituição, extinguiu o Tribunal do Santo Ofício e decretou a abolição da censura prévia.

A Constituição de 1822, inspirada na Constituição espanhola de 1821 (Constituição de Cadiz) e nas Constituições francesas de 1791 e 1793, foi recebida com hostilidade pelas classes privilegiadas. No entanto todos reconheciam a imperativa e vital necessidade de organizar a metrópole para a sua auto-suficiência (*).

(*) R. Piteira Santos, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 2.^a Edição, Lisboa, 1975, págs. 32 e 33.

(*) Idem, idem, pág. 37.

(*) António Manuel Pereira, *As Constituições Políticas Portuguesas*. Porto, 1961.

Pela Constituição de 1822 o território nacional era constituído: I — Na Europa: pelas províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Reino do Algarve e ilhas adjacentes Madeira, Porto Santo e Açores. II — Na África Ocidental: Bissau e Cacheu; na costa da Mina S. João Baptista de Ajudá; Angola; Benguela e suas dependências; Cabinda e Molembo; as ilhas de Cabo Verde e as de S. Tomé e Príncipe e suas dependências; na costa Oriental: Moçambique, Rio Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane e as ilhas de Cabo Delgado. III — Na Ásia: Salsete, Bardez, Goa e Diu e os estabelecimentos de Macau e das ilhas Solor e Timor.

Sob o ponto de vista eleitoral, o que dá uma ideia do modo como estes territórios estavam associados, a divisão era a seguinte: Reino de Angola e Benguela; Ilhas de Cabo Verde com Bissau e Cacheu; S. Tomé e Príncipe e suas dependências; Estados de Góá; Estabelecimentos de Macau, Solor e Timor.

A constituição previa a criação de uma força militar permanente nacional cujo destino era manter a *segurança interna e externa do Reino*, com sujeição ao governo.

Na sua autoridade, o Rei, além de lhe competir fazer executar as leis e expedir decretos, instruções e regulamentos adequados a esse fim, competia-lhe ainda prover a tudo o que fosse respeitante à *segurança interna e externa do Estado*, na forma de Constituição (Art.º 122).

O Rei não podia mandar prender alguém, excepto quando o exigisse a segurança do Estado, devendo então ser o preso entregue, dentro de 48 horas, ao juiz competente (Art.º 124, IV).

Apesar destas disposições constitucionais cautelares dos interesses do estado, respeitando contudo os direitos individuais, nada se fez para organizar um serviço de informações, continuando o país a ser manejado do estrangeiro.

Durante dez anos, o que António Sérgio chama, «esse Portugal brasileiro» debateu-se furiosamente para evitar a reforma, que era fatal, e acabou nas mãos de Mousinho da Silveira.

Ao pronunciamento de Abril de 1823, do Conde de Amarante, em Trás-os-Montes, segue-se a Vilafrancada (27 a 31 de Maio de 1823). Por decreto de 18 de Dezembro do mesmo ano é abolida a liberdade de ensino, instituída pela Revolução. Um ano depois, a Abrilada (30 de Abril de 1824) provocou a intervenção enérgica do corpo diplomático que deu a oportunidade ao Rei refugiado a bordo da nau inglesa «Windsor Castle», de impor a saída de D. Miguel do reino, o que se veio a verificar em 13 de Maio.

Estas graves ocorrências dificultaram qualquer tentativa séria para submeter o Brasil, cuja independência acabou por ser reconhecida em 29 de Outubro de 1825, por pressão do governo britânico.

O Rei adoeceu gravemente, em 4 de Março de 1826 e nomeou uma regência para governar enquanto não recuperasse a saúde e, no caso de morte, até o seu sucessor providenciar como julgasse melhor. Em 26 do mesmo mês, morre D. João VI sem nunca ter feito uso do título honorífico e vitalício de imperador e rei do Brasil que lhe fora conferido pelo tratado que reconheceu a independência daquele território.

Quando o Brasil se tornou independente, as possessões portuguesas no ultramar eram muito mal conhecidas da maioria dos portugueses e só alguns políticos, missionários, comerciantes, militares e marinheiros tinham a consciência das nossas possibilidades e potencialidades. A política que se impunha é preconizada por D. José de Azeredo Coutinho⁽⁵⁾ que alertava:

«Se porém se resolver ainda, que o comércio do resgate dos escravos da América, se deva ir extinguindo gradualmente à proporção da maior população das Nações, e Colónias da América, que pela necessidade de braços para

(5) D. José J. da C. de Azeredo Coutinho, *Ensaio Económico Sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias*, 3.ª Edição, Academia Real das Ciências, Lisboa 1828, págs. 132 e 133.

a agricultura, e fabrico das suas terras, se vião obrigadas a fazer uso do dito commercio; é necessário que Portugal desde já vá fazendo o maior uso possível das Terras de África de que estiver de posse, ou seja na agricultura e lavoura dos géneros próprios dellas, ou seja na excavação de minas de ouro, de ferro, e de todos os metaes, que alli se diz haver em abundância, e por consequência nas fábricas necessárias para o aproveitamento dëlles, para que a proporção, que por huma parte se forem diminuindo os interesses do commercio dos escravos daquellas terras, se vão também pela outra parte augmentando os interesses da agricultura e de tudo quanto produzem, e podem produzir aquellas terras; para que Portugal se não ache de repente sem o commercio dos escravos, sem a agricultura, sem minas, e sem terras de África.»

Contudo, não havia condições para seguir esta política ou qualquer outra. As estruturas da governação estavam completamente desmanteladas.

D. Pedro, logo que teve conhecimento da morte de seu pai, outorgou, em 29 de Abril de 1826, a Carta Constitucional e, em 3 de Maio seguinte, abdicou a coroa portuguesa em sua filha D. Maria da Glória, princesa do Grão Pará, que na altura tinha 7 anos, com a disposição que em tempo próprio esposaria seu tio Miguel.

Portugal continua a ser governado por uma regência que tenta sufocar, com as forças liberais disponíveis, as várias revoltas absolutistas que disfrutavam do apoio da Espanha.

Em face desta situação e receando-se qualquer intervenção por parte de Fernando VII, solicitou-se o auxílio de Inglaterra de acordo com os tratados existentes e, nos fins de 1826, desembarcaram outra vez em Lisboa forças inglesas, constituídas por uma divisão de 6000 homens, comandada pelo general Clinton.

A Carta Constitucional impunha no § 15.º do Art.º 75 «prover a tudo o que for concernente à *segurança interna e externa do Estado*» e previa a constituição de uma força militar a ser também empregue pelo Poder Executivo como bem lhe parecer conveniente à *segurança* e defesa do Reino (*).

D. Miguel é nomeado, em 3 de Julho de 1827, lugar-tenente e regente do reino. Entra no Tejo em 22 de Fevereiro de 1828 e, quatro dias depois, jura a Carta. Mas, as suas convicções, a influência da Rainha-Mãe e os antigos compromissos levam-no a dissolver a Câmara dos Deputados (13 de Março) e a convocar as velhas cortes, tendo-se aclamado rei absoluto em 30 de Junho. Em 2 de Abril retira a divisão inglesa de Clinton. Em Outubro, os Estados Unidos da América e a Espanha reconhecem D. Miguel como rei absoluto.

A actividade política em Portugal continental começou a ser controlada e orientada do estrangeiro, do Brasil e da Terceira por radicais e moderados que abandonaram o País.

(*) António Manuel Pereira, obra citada

D. Pedro nomeou uma nova regência que começou a actuar em 15 de Maio de 1830, na ilha Terceira, que nunca reconhecera D. Miguel como rei.

Tornando-se favorável o ambiente europeu com o sucesso da Revolução de 1830, em França (7) e a subida ao poder, em Inglaterra, de um governo liberal (8), D. Pedro abdicou, em 7 de Abril de 1831, o trono do Brasil em seu filho e, quatro dias depois, embarcou para a Europa, com o título de Duque de Bragança.

Depois de obter os apoios externos necessários para conquistar a coroa de Portugal para sua filha e garantir, com a Carta Constitucional, a liberdade do povo português, saiu de Belle-Isle-en-Mer a 10 de Fevereiro de 1832 e, a 3 de Março, desembarcou na Terceira, onde dissolveu a regência e assumiu o poder e a direcção do governo com o título de «Duque de Bragança regente em nome da rainha».

Tomou a chefia dos liberais, conseguiu, dinheiro 7500 homens (9) e uma esquadra (10). Depois de ter tentado outros locais, desembarcou na Arnosa de Pampelido, em 8 de Julho de 1832, marchando sobre o Porto, onde foi recebido com as maiores expansões de entusiasmo. Mousinho da Silveira, ainda em Julho começa a dar publicidade aos seus decretos que foram começados a redigir em Angra e que, como dizia, tinham duas grandes sentenças gerais:

- aumentar a massa dos bens alodiais.(11)
- acabar a natureza dos bens destinados a tolher o nascimento da elevação moral.

A maneira como as tropas liberais e o povo da cidade se defenderam do cerco, o desembarque do Duque da Terceira no Algarve, a destruição da esquadra miguelista no Cabo de S. Vicente(12) e as operações terrestres, deram

(7) Com esta revolução é destronado Carlos X e reafirma-se a Carta de 1814.

(8) O longo governo Tory deu lugar aos Whigs liberais. A partir desta época iniciou-se um equilíbrio bipartidário que se prolongou durante todo o reinado da Rainha Vitória.

(9) Dos quais 800 mercenários franceses e ingleses.

(10) A esquadra era comandada por George Rose Sartorius, Almirante da Marinha Real Inglesa. Foi visconde da Piedade e Conde da Penha Firme.

(11) — Alodiais — livres de encargos ou direitos senhoriais.

— Na altura, o direitos senhoriais e os dízimos eclesiásticos representavam dois terços do total dos encargos fiscais e os donatários da nobreza e do clero, entrepunham-se entre o Rei e a Nação criando uma situação administrativa e fiscal, que, além de ser opressiva, era confusa, obsoleta e paralisadora.

— F. Piteira Santos, obra citada, págs. 32 e 33.

(12) A esquadra que derrotou os miguelistas era comandada por Sir Carlos Napier, da Marinha Real Inglesa que substituiu Sartorius. A esquadra transportou 1500 homens, sob o comando do duque da Terceira, do Porto para o Algarve e à volta enfrentou a esquadra de D. Miguel perto do Cabo de S. Vicente (5 Julho 1833). Napier recebeu por esse feito o título de Conde de Napier de S. Vicente. Napier é autor de um trabalho histórico «A Guerra da Sucessão em Portugal».

a vitória às forças liberais, o que tornou possível, em 22 de Setembro, o desembarque triunfal da Rainha, em Lisboa.

Depois da Convenção de Évora Monte, D. Miguel capitulou (26 de Maio de 1834) e a rainha assumiu plenos poderes em 20 de Setembro do mesmo ano.

A primeira rainha constitucional, além dos grandes embaraços financeiros, encontrou em luta as diversas facções políticas criadas durante o exílio, o que provoca: um pronunciamento progressista em 9 de Setembro de 1836, que restabeleceu a constituição de 1822; a revolta cartista dos marechais, duque da Terceira e Saldanha; e a nova Constituição, jurada em 4 de Abril de 1838⁽¹³⁾.

Nesse mesmo ano o governo apresenta um relatório à rainha que se julga do maior interesse reproduzir na íntegra, pois constitui um estudo de situação nacional para a inteira e completa abolição do tráfico da escravatura nos domínios portugueses⁽¹⁴⁾.

RELATÓRIO.

SENHORA!

«A civilização da Africa tem sido nestes ultimos tempos o pensamento querido dos Sabios e dos Filantropos, e não menos o desvelado cuidado dos principaes Governos, que no antigo e no novo Continente, marcham á testa do progresso, e promovem o melhoramento da especie humana; em quanto Portugal, que durante seculos havia trabalhado nesta grande obra, hoje em vez de a promover, lhe põe obstaculos.

O primeiro título que os nossos Grandes Reis, Augustos Avós de Vossa Magestade, accrescentaram ao de Rei de Portugal, foi o de = além mar em Africa, e o de Senhores de Guiné. = Empunhadas pelas mãos de nossos navegadores, dirigidas pela atrevida sciencia de nossos Astronomos, as Quinnas Portuguezas, desta extremidade da Europa sahiram para conquistar e civilisar, primeiro foram mostrar-se nos mares de Ceuta, logo, passado o tremendo cabo Bojador, não tardaram a ganhar as ferteis regiões que rega o Senegal, o Gambia, e o Zaire; donde, descendo e dobrando o Cabo Tormentorio, passaram a descobrir a Costa Oriental da immensa península Africana, em cujo litoral fundaram Feitorias, construíram Fortes, e conquistaram Póvos.

(13) Quanto à segurança interna e externa do reino e à força armada, não apresentava alterações. Quanto à definição do território nacional, apresentava as seguintes:

— Na Africa Oriental acrescentava a Baía de Lourenço Marques (em disputa com os ingleses) e, quanto à Asia, Damão.

(14) Documentos officiaes relativos à negociação do Tratado entre Portugal e a Gran Bretanha para a supressão da escravatura, mandatos imprimir por ordem da Camara dos Senadores, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839, págs. 76 e 77.

Sobre varios feitos de Africa, como em tantos outros, os Portuguezes tem sido calumniados por historiadores modernos, que representaram nossos Guerreiros e Navegadores traficando com a espada na mão dos haveres e das vidas das Nações descobertas. E todavia, não ha um só documento em toda a primeira época de nossos descobrimentos, que não prove que o principal, e quasi unico intuito do Governo Portuguez era a civilização dos Póvos pelo meio do Evangelho. O Commercio foi secundario, posto que meio civilizador tambem; e a denominação foi uma necessidade cousecutiva, não um objecto.

Os erros de doutrina religiosa, e o vicio das medidas politicas, eram do Seculo, não dos homens.

A Índia primeiro, depois o Brazil fez-nos deixar a Africa, nosso mais natural campo de trabalhos. Mas a colonização do Brazil, e a exploração de suas minas; e bem depressa o interesse de todas as outras Potencias que houveram o seu quinhão da America, foram os maiores inimigos da civilização da Africa, que nós sós, e com tanto sacrificio de vida e fazendas haviamos começado.

O infame trafico dos negros, é certamente uma nodoa indelevel na historia das Nações modernas; mas não fômos nós os principaes, nem os unicos, nem os peores réos. Cumplices, que depois nos arguiram tanto, pecaram mais, e mais feiamente. Emendar pois o mal feito, impedir que mais se não faça, é dever da honra Portugueza, e é do interesse da Corôa de Vossa Magestade, porque os Dominios que possuímos naquella parte do Mundo, são ainda os mais vastos, importantes, e valiosos que nenhuma Nação Europea possui na Africa Austral.

Para os avaliarmos não devemos só considerar o que actualmente são mas o de que são susceptiveis. O estado em que se acham é devido não só ao máu Governo que tem tido a Metropole, mas a este ter prestado a sua attenção quasi exclusivamente ao Brazil.

Os naturaes da Africa foram aprisionados, e transportados além do Atlantico, para tornarem rico um immenso paiz, cujos habitantes se recusavam á civilização. Lê-se n'uma memoria antiga, que houve tempo em que na Ilha de S. Thomé existiram dezeseite engenhos de assucar, que o Governo de Portugal mandou destruir, para não prejudicarem a cultura da cana, que naquelle tempo promovia no Brazil!

Em nossas Provincias Africanas existem ricas minas de ouro, cobre, ferro, e pedras preciosas: alli podemos cultivar tudo quanto se cultiva na America: possuímos terras da maior fertilidade nas Ilhas de Cabo Verde, em Guiné, Angola, e Moçambique; grandes rios navegaveis fertilisam algumas das nossas Provincias. e facilitam o seu commercio; naquelles vastos territorios poderemos cultivar em grande a cana do assucar, o arroz, anil, algodão, caffé, e cacáu; n'uma palavra, todos os generos chamados coloniaes, e todas as plantas das Molucas, e de Ceilão, que produzem as especiarias em tal abundancia, que não sómente bastem ao consumo de Portugal, mas que possam ser exportados em muito grandes quantidades para os butros mercados

da Europa, e por menores preços que os da America, visto que o cultivador Africano não será obrigado a buscar, e a comprar trabalhadores, transportados da outra banda do Atlantico, como acontece ao cultivador Brasileiro, que paga por alto preço, augmentado ainda pelo risco do contrabando, os escravos que emprega.

Promovâmos na Africa a colonisação dos Europeos, o desenvolvimento da sua industria, o emprego de seus capitaes; e n'uma curta serie de annos, tiraremos os grandes resultados que outr'ora obtivemos das nossas Colonias.

Mas para isto é necessario que reformemos inteiramente as nossas Leis Coloniaes.

Se pelo resultado se pôde julgar o systema d'uma Legislação, nenhuma poderá ser peor do que a das nossas Possessões: seculos tem decorrido depois que se acham no dominio Portuguez, e pouco differentes estão em civilisação do que eram no tempo da conquista, em quanto, como contraste, a visinha Colonia do Cabo de Boa Esperança, em muito menos tempo, tem crescido rapidamente em população branca, e em riqueza.

A gloria de continuar a grande empreza começada pelo Senhor D. João II estava reservada a Vossa Magestade. A civilisação d'África de que tantas Nações poderosas tem desesperado, é mais possivel á Rainha de Portugal, que em Suas Mãos tem as chaves das principaes portas por onde ella pôde entrar, e cuja authoridade é obedecida em varios pontos do interior daquelle vasto Continente, que se acham situados a mais de duzentas legoas do mar. E assim como foi possivel aos Soberanos de Portugal abrir estradas para a civilisação, que nenhum outro Principe ousou fazer commetter, ser-lhes-há tambem possivel aclimatisar, e fazer prosperar naquellas regiões esta planta benefica.

Como preliminar indispensavel de todas as providencias, que para este grande fim, de acordo com as Côrtes Geraes da Nação, Vossa Magestade não deixará de Dar em Sua Alta Sabedoria, Religião, e Humanidade, os Seus Secretarios d'Estado tem hoje a honra de propôr a Vossa Magestade, no seguinte Projecto de Decreto, a inteira e completa abolição do Trafico da Escravatura nos Dominios Portuguezes.

Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, em 10 de Dezembro de 1836. = (Assignados) *Visconde de Sá da Bandeira.* = *Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro.* = *Manoel da Silva Passos.*»

Entretanto inicia-se o planeamento da colonizaçào de Moçâmedes e Livingstone inicia as suas explorações africanas. Em 1842, no Porto, volta a ser aclamada a Carta, enquanto Joaquim Graça Rodrigues inicia uma viagem ao interior de África⁽¹⁵⁾ e Silva Porto e os seus pombeiros exploram o Barotze e toda a parte central africana entre Angola e Moçambique.

(15) As nossas viagens ao interior da Africa iniciaram-se com o Major J. M. Correia e Capitão A. P. Gamito (1831-32) a Tete, Cazembre e lago Miveru.

Joaquim Graça explorou as nascentes do rio Sena, o Bié e os rios Cuanza e Cassai, até Musumba (1843-1846).

As contra-revoluções de 44 e 46 provocam de novo a entrada em Portugal de tropas estrangeiras, inglesas e espanholas. A Convenção de Gramido (24 Junho 1847) põe termo à guerra civil.

Em África, Bernardino J. Brochado explora o rio Cunene.

Em 1848, Marx e Engels dão publicidade ao Manifesto Comunista. Em 1849 chegam os primeiros colonos a Moçâmedes.

Todos os motins, revoluções, pronunciamentos e revoltas tinham no fundo uma razão fundamental comum — a procura de soluções para encontrar um substituto do Brasil, que alimentasse o tesouro público.

A abolição da escravatura, a falta de condições dos nossos territórios africanos para receber colonos⁽¹⁴⁾, de imediato, e a sua fraca capacidade para absorver investimentos faz com que se inicie o esforço na metrópole. Graças à abundância de dinheiro nos mercados externos assiste-se a um notável e espectacular surto de obras públicas — estradas, caminhos de ferro, portos e telecomunicações — que ficou na história com o epíteto de «fontismo»⁽¹⁵⁾. Paralelamente com este surto artificial de actividade, assistiu-se a uma emigração intensa para o Brasil. Nessa altura, como agora, as remessas dos emigrantes cobriam o *deficit* crescente da balança comercial.

Em 1850 sai uma lei contra os abusos da imprensa e iniciam-se os movimentos operários em Portugal, com a fundação da Associação dos Operários.

O movimento militar promovido pelo Duque de Saldanha em 1851, estabelecendo uma certa tolerância política, esbateu certos ódios e deu uma aparência de estabilidade. A carta constitucional de 1826 foi reformada pelo acto adicional de 5 de Julho de 1852.

Em 15 de Novembro de 1853 morre D. Maria II, ficando regente D. Fernando durante a menoridade de D. Pedro.

Em 1884 é promulgada a lei de libertação dos escravos e assina-se o contrato para o lançamento do cabo submarino ligando Lisboa aos Açores e aos Estados Unidos da América. Caetano Ferreira, em África, explora o rio Cuando e as suas nascentes. Um ano mais tarde, Montanha e Teixeira exploram Inhambane e o Transvaal.

D. Pedro V, em 16 de Setembro de 1858, foi investido do poder régio e, embora jovem, foi um dos soberanos mais ilustrados da Europa. Estudou com particular interesse as questões administrativas e a organização do exército. No seu curto reinado estabeleceu-se o telégrafo eléctrico que começou a funcionar entre Lisboa e Santarém e Lisboa e Sintra e, em 25 de Setembro de 1857, com o estrangeiro.

(14) Embora o quinino tenha sido descoberto por Pelletier e Caventou em 1820, a origem do paludismo só foi descoberta em 1880 por Laveran. Contudo a síntese do quinino só é conseguida em 1945 e só mais tarde é que são descobertas a palmoquina e a atebrina Ver: *Hygiene, Epidemiologie — Patrologie Coloniales*, Paris, 1935, pág. 104.

(15) Do nome do estadista António Maria Fontes Pereira de Melo (1619-1887).

Inauguram-se os caminhos de ferro, em 28 de Outubro de 1856, até ao Carregado. Dá-se mais um passo para a abolição definitiva da escravatura. Dois anos depois, a linha férrea do Norte chega até à Ponte de Asseca e inauguram-se as carreiras marítimas regulares para Angola (Companhia União Mercantil) e, em 11 de Novembro de 1861, D. Pedro morre vítima de uma febre tifóide.

D. Luiz, irmão de D. Pedro, sobe ao trono e tem logo que tomar posição quanto às reivindicações da Inglaterra sobre Lourenço Marques, questão que só foi resolvida em 1870.

As reivindicações da Inglaterra marcam o início do declínio da influência inglesa em Portugal e nos territórios ultramarinos. A política esclarecida dos governantes de então, apoiada numa administração colonial mais moralizada e dinâmica, criam as condições para iniciar uma política de intolerância em relação aos planos de expansão colonial dos ingleses, franceses e alemães. Faltava-nos para apoiar um serviço de informações como os de que dispunham não só as potências europeias com que nos havíamos de degladiar, como até já os jovens Estados Unidos da América, a Rússia, a Suécia e a Holanda.

A Inglaterra dispunha de um serviço de informações criado por Henrique VII, o 1.º dos Tudor, que só se veio a transformar num verdadeiro serviço nacional no tempo da rainha Isabel I, no Séc. XVI, sob a direcção de Sir Francis Walsingham (1530 a 1590). Entre as muitas acções desenvolvidas pelos seus serviços é de destacar a forma como «contra-atacou» os preparativos para a organização da Invencível Armada destinada à invasão da Inglaterra por Filipe II de Espanha e I de Portugal. Para esta operação tinha agentes em Veneza — Stephen Paulo —, em Madrid — Anthony Standen —, junto da embaixada de Florença em Madrid — Fleming —, que conseguiu colocar um seu irmão ao serviço do Marquês de Santa Cruz, o grande Almirante da frota espanhola. O controlo era de tal ordem que Sir Francis, em Março de 1587, entrega à rainha todos os planos e ordens para a organização da esquadra. Num relatório desse mesmo ano, o agente Standen indica que era muito improvável uma ofensiva naval dentro desse ano.

Walsingham rodeou-se dos homens mais notáveis saídos de Oxford e Cambridge que enviou como bolseiros para França para penetrarem a corte francesa e avaliarem as suas intenções em relação à Inglaterra. Entre eles destacam-se Christopher Marlowe que comandou a operação de informações contra a Invencível Armada e Thomas Phelippes que tinha a seu cargo o serviço de códigos. Walsingham criou assim o primeiro serviço profissional completo de informações que, beneficiando de aperfeiçoamentos sucessivos nunca mais deixou de apoiar os órgãos de soberania da Inglaterra até aos nossos dias com a designação genérica de «Department of Intelligence». Este departamento foi criado por John Thurloe (1599-1658), chefe do serviço de informações de Cromwell, que só tecnicamente ultrapassou Walsingham por dispor de largas somas para as suas actividades e o apoio consentido do corpo diplomático e consular.

A França vê organizado o seu primeiro serviço de informações, no Séc. XIV, por Carlos V, o sábio, com a finalidade expressa pelo rei de

«aumentar a felicidade e a segurança do seu povo», mas é só no Séc. XVII, com Richelieu, que surge um verdadeiro serviço de informações com características adequadas para poder rivalizar com os serviços ingleses, e do qual foi herdeiro o Coronel Savary⁽¹⁸⁾ (1774-1833) que foi Chefe da Polícia Secreta Política e do Serviço de Contra-Espionagem.

A Alemanha, herdeira das tradições dos serviços de informações privados dos Fugger de Augsburg, com quem Damião de Góis estabeleceu contactos e relações de amizade⁽¹⁹⁾, e dos Rothschild que nos Séculos XVIII e XIX, com quartéis-generais em Frankfurt-Mairs, Londres, Paris, Viena e Nápoles mantinham a rede de informações, monta o seu serviço de informações de Estado por volta de 1860, sob a orientação de Wilhelm Stieber. Este que preparou as operações contra a Áustria, em 1866, e contra a França, em 1870, controlava as informações militares e a polícia secreta e montou uma rede de espões que constituíram uma verdadeira quinta coluna. Em vez de utilizar pessoas altamente colocadas procurava agentes ao nível fazendeiro, comerciante, criados de quarto, etc.

Os Estados Unidos embora não tivessem um serviço de informações organizado dispunham de uma experiência e de uma consciencialização da necessidade das informações e, sempre que se envolveram em conflito, criaram estruturas que satisfiziam cabalmente às suas necessidades de informações. É interessante referir que um dos homens que mais se distinguiu na guerra da independência, por obter informações vitais para a causa americana foi Haym Salomon, um polaco de origem portuguesa-judaica⁽²⁰⁾.

Na Rússia, o primeiro Grande Czar Ivan, o Terrível, funda, no Séc. XVI, a «Opritchina» e cria a tradição dos «pristav». Em 1826, o Czar Nicolau I decreta que os serviços de informações passassem a correr pela 3.ª Secção da Chancelaria de Sua Magestade Imperial. Em 1878, a 3.ª Secção foi abolida e as suas funções são atribuídas ao «Okhrana», ou Secção de Segurança do Ministério do Interior, que, em 1917, é dissolvida e criada a «Cheka»⁽²¹⁾.

(18) Anne Jean Marie René Savary. Atingiu o posto de General e foi Ministro da Polícia em 1810.

(19) Jacob Fugger, banqueiro alemão do Séc. XVI. As suas relações comerciais com Portugal remontam ao reinado de D. Afonso V (comprava sal e vinho e vendia madeiras e panos da Flandres). Os Fugger estabeleceram, em Lisboa, uma feitoria com privilégios concedidos por D. João II, em 1485. Em 1488 é adoptado o Marco de Colónia como peso normal do ouro e prata. Os negócios com os Fugger eram feitos através da feitoria da Flandres. Acerca do seu valor e importância escrevia a D. João III Rui Fernandes, escrivão da feitoria da Flandres: «Ele é o maior homem da Alemanha e o que Governa todos os príncipes e reis; nenhum príncipe vive sem ele, e todos folgam de o ter como amigo; o que quer, acaba-o.» Pela influência dos Fugger foi eleito Carlos V (1519), considerando-se que foi a primeira vez na história que as finanças decidiram a sorte da Europa.

(20) John F. Kennedy, *Nation of Immigrants*, New York, 1964, Popular Library Edition, pag. 37.

(21) Sigla formada por letras extraídas do nome completo da organização Vse-Rossiyskaya Chrezvychaynaya Komissiya Po Borbe S kontrrevolitsiey I Sabazhem, que se traduz por Comissão Extraordinária para toda a Rússia para Combater a Contra-Revolução e a Sabotagem.

A Suécia e a Holanda demonstraram bem como era possível com informações oportunas e seguras compensar as suas fraquezas e os maus vizinhos.

Em face deste panorama de estruturas de informações dos nossos rivais em África e na Europa, bem poderemos avaliar as dificuldades sentidas pelos responsáveis pela governação para orientar a política ultramarina, situação esta agravada pelas dificuldades de ligação com as diversas parcelas do território nacional.

Em 1861 tenta-se a restauração do nosso domínio no Zumbo pelo Capitão-mor Albino Pacheco, e uma missão chefiada pelo Governador-Geral de Moçambique parte para Zamzibar afim de tratar, com o Mascate Said Magid bin Said, da entrega de Tunge que por direito nos pertencia. Como o Mascate se recusasse, o Governo declarou mais tarde guerra ao Zamzibar, tendo Tunge sido conquistada por uma esquadra comandada pelo, ao tempo, Governador-Geral de Moçambique Augusto de Castilho. No Continente os trabalhos de assentamento das linhas férreas estendeu-se para o Sul até Setúbal e Vendas Novas. Nesse mesmo ano verifica-se também a abolição da escravatura na Rússia.

Em 1864, o caminho de ferro chega a Gaia e Nobel inventa a nitroglicerina e, no ano seguinte, a dinamite.

Em 1867, é abolida a pena de morte em Portugal e Karl Marx publica o primeiro volume de «O Capital». Dois anos depois é abolida completamente a escravatura em todo o território nacional e é inaugurado o Canal de Suez. Em 1870 é inaugurado o cabo submarino Portugal-Inglaterra e rebentou a guerra franco-prussiana.

A Inglaterra, aproveitando o enfraquecimento das potências centrais giza o seu plano de expansão colonial que interferia largamente com os nossos interesses em África. Nos pontos mais controversos e concretos a Inglaterra aceitou a arbitragem internacional e assim foram reconhecidos os nossos direitos sobre a Baía de Lourenço Marques (Presidente da República Francesa, Marechal Mac-Mahon) e sobre Bolama (Presidente dos Estados Unidos da América, Ulisses Grant).

Em 1871, realizaram-se uma série de conferências conhecidas pelas *conferências democráticas do casino*, cujo principal impulsionador foi Antero de Quental, que abrem um período de doutrinação revolucionária que se prolonga até aos nossos dias. Em 26 de Junho, as conferências foram proibidas por exporem doutrinas e proposições que atacavam a religião e as instituições políticas do Estado. Em França deu-se a insurreição da Comuna de Paris. No ano seguinte teve lugar em Angola a campanha militar dos Dembos.

Em 1875, em resultado da acção da Comissão Central Permanente de Geografia, funda-se a Sociedade de Geografia que desempenhou um papel muito importante no planeamento, organização e apoio às expedições africanas.

Para fazer face à política expansionista britânica e para procurar uma situação de equilíbrio em África, reuniu em Bruxelas a conferência internacional de 1876, oficialmente denominada Conferência Geográfica, da qual

surgiu a Associação Internacional Africana, para a qual Portugal não foi convidado.

Em 1877, o caminho de ferro chega ao Porto, depois de concluída a ponte sobre o Douro, construída por Eiffel.

Serpa Pinto percorre o Bié e vai até às nascentes do Quanza e atravessa o continente africano. Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens correm as margens do Cunene, do Cubango, do Quanza e do Cuango, estudando toda esta vasta região (1874-1878).

D. Luís visita os Açores e Madeira, o Norte de África e as possessões da África ocidental.

Capelo e Ivens, em 1882, iniciam nova expedição e atravessam a África, alcançando Quelimane. Dois anos depois, a Inglaterra assistindo à penetração belga e francesa na região do Congo, prefere reconhecer os nossos direitos a norte do Ambriz e sobre as duas margens do Zaire, em troca de facilidades de navegação no Zaire e no Zambeze, pelo tratado de Londres de 1884⁽²²⁾.

Henrique de Carvalho estreita relações de amizade com vários povos africanos do Quimundo, do Cubango e do Cassai. Augusto Cardoso e Serpa Pinto percorreram o Niassa, enquanto chegam os primeiros colonos madeirenses a Angola.

Entretanto, a Alemanha, a França e a Bélgica reagem ao tratado de Londres, conseguem obstar à sua ratificação e, para resolver este e outros problemas, Bismark convoca a Conferência Internacional de Berlim que estabelece o chamado «Acto Geral» que procurava definir «um novo direito público colonial», em que a ocupação efectiva vinha substituir os direitos históricos. A delegação portuguesa à conferência era constituída por Luciano Cordeiro,⁽²³⁾ António Serpa e Marquês de Penafiel, homens esclarecidos mas mal apoiados para poderem negociar em boas condições.

Desta conferência resulta a invalidação do tratado de Londres de 1884 e impõe aos portugueses um esforço, rápido e praticamente impossível, de envio de tropas e funcionários civis para todas as áreas que consideravam suas⁽²⁴⁾.

Voltamos a discutir a nossa posição no Mundo. Em Tordesilhas éramos a delegação mais bem apetrechada para negociar. Em Berlim éramos a mais mal apetrechada. Não tínhamos informações.

(Continua)

Pedro Cardoso

General Comandante
da Academia Militar

⁽²²⁾ 26 de Fevereiro de 1884.

⁽²³⁾ Um dos fundadores da Sociedade de Geografia e grande especialista de assuntos ultramarinos (1844-1900).

PARA UMA EXPLICAÇÃO DE PORTUGAL

PARA UMA EXPLICAÇÃO DE PORTUGAL

II

ANTERO DE QUENTAL

Tendo em conta o assunto que nos propomos tratar, parece-nos não haver a mínima dúvida de que a conferência sobre as *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos* (1), proferida na noite de 27 de Maio de 1871, na sala do Casino Lisbonense, é o texto chave. É aquele em que encontramos os pontos fulcrais daquilo a que poderemos chamar «a explicação de Portugal» de Antero de Quental, ainda que outros textos nos possam trazer contribuições sobre alguns pontos de detalhe.

1. *As Causas da Decadência. Antero e Herculano.*

Antero, no 29.º ano da sua existência, começa por se perguntar as razões que levaram a Península, depois de desempenhar um papel tão importante durante a Idade Média e o primeiro período do Renascimento, à situação de «abatimento e insignificância» económica, social e cultural dos séculos XVII, XVIII e XIX:

«Meus Senhores: a Península, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, a importância e a originalidade do papel que desempenhámos no primeiro período da Renascença, durante toda a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade» (?).

Quais as causas da decadência?

Vejamos o texto que melhor sintetiza o seu pensamento:

«Quais as causas dessa decadência, tão visível, tão universal, e geralmente tão pouco explicada? Examinemos os fenómenos, que se

(1) *Conferências Democráticas — Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos.* Discurso pronunciado na noite de 27 de Maio, na sala do Casino Lisbonense, por Antero de Quental, Porto, na tip. Comercial, 1871, in-8.º, de 48 páginas, sendo uma de advertência.

(2) *Prosas*, Volume II, Lisboa, s/d, p. 92.

deram na Península durante o decurso do século XVI, período de transição entre a Idade Média e os tempos modernos, e em que aparecem os germens, bons e maus, que mais tarde, desenvolvendo-se nas sociedades modernas, deram a cada qual o seu verdadeiro carácter. Se esses fenómenos forem novos, universais, se abrangerem todas as esferas da actividade nacional, desde a religião até à indústria, ligando-se assim intimamente ao que há de mais vital nos povos — estarei autorizado (...) a concluir que é nesses novos fenómenos que se devem buscar e encontrar as causas da decadência da Península. — Ora esses fenómenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro económico. O primeiro é a transformação do *Catolicismo*, pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *Absolutismo*, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das *Conquistas* longínquas. Estes fenómenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, a *pensamento*, a *política* e o *trabalho*, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XVI, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima. Se fosse necessária uma contraprova, bastava considerarmos um facto contemporâneo muito simples: esses três fenómenos eram exactamente o oposto dos três factos capitais, que se davam nas nações que lá fora cresciam, se moralizavam, se faziam inteligentes, ricas, poderosas, e tomavam a dianteira da civilização. Aqueles três factos civilizadores foram a *liberdade moral*, conquistada pela Reforma e pela Filosofia; a elevação da *classe média*, instrumento de progresso nas sociedades modernas, e directora dos reis, até ao dia em que os destronou; a *indústria*, finalmente, verdadeiro fundamento do mundo actual, que veio dar às nações uma concepção nova do Direito, substituindo o trabalho à força, e o comércio à guerra de conquista»⁽¹⁾.

Para Antero existiram portanto três fenómenos capitais: um de ordem moral, outro de ordem política, e um terceiro de ordem económica.

O primeiro foi a transformação do *Catolicismo* pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *Absolutismo* em consequência da ruína das liberdades locais. O terceiro foi a escalada das *Conquistas* longínquas.

Ora, talvez de maneira mais inconsciente do que consciente, «... Antero acusa a dedada do historiador (Herculano) pelo menos desde as *Causas da decadência dos Povos Peninsulares...*»⁽²⁾.

Antero fala-nos da transformação do *Catolicismo* pelo Concílio de Trento. Herculano escreveu a *História da Origem e Estabelecimento da*

⁽¹⁾ Ibid., pp. 107-108-109.

⁽²⁾ Joel Serrão, *Presença de Herculano*, in *Seara Nova*, n.º 1194-1195, Lisboa, 25 de Novembro e 2 de Dezembro de 1950.

Inquisição em Portugal (5), depois de ter escrito o *Eu e o Clero* (6), as *Considerações Pacíficas* (7), as *Solemnia Verba* (8) ...

Antero fala-nos do estabelecimento do *Absolutismo* pela ruína das liberdades locais. Herculano fala-nos do municipalismo, grande base da diversidade da vida da Nação, a «diversidade» medieval que se opunha à «unidade» renascentista. Pensamos aqui, sobretudo, nas *Cartas sobre a História de Portugal* (9), não esquecendo os *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes* (10), as *Cogitações soltas de um homem obscuro* (11).

Finalmente, Antero fala-nos das *Conquistas* longínquas. Herculano tinha escrito nas *Cartas sobre a História de Portugal* (12): «Nem descobrimentos, nem conquistas, nem comércios estabelecidos pelo privilégio da espada, nem o luxo e magestade de um império imenso, nos podem ensinar hoje a sabedoria social.»

Antero aprendeu muito com a obra do nosso primeiro e grande historiador (13). Relacionadas com estes três pontos-chave, encontramos muitas considerações, mesmo noutros textos de Antero, que provêm conscientemente ou não da obra de Alexandre Herculano.

Assim, ainda nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...*:

«Na Idade Média a Península, livre de estranhas influências, brilha na plenitude de seu génio, das suas qualidades naturais. O instinto político de descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos, em que se divide a Península, como um protesto e uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade uniforme, esmagadora e artificial. Dentro de cada uma dessas divisões, as Comunas, os Forais, localizam ainda mais os direitos, e manifestam e firmam com um sem número de instituições, o espírito independente e autonómico das populações. E esse espírito não só é independente: é, quanto a época o comportava, singularmente democrático. Entre todos os povos da Europa central e ocidental, somente os da Península

(5) 3 Vols., 9.ª ed.

(6) *Opúsculos*, Vol. III, 4.ª ed.

(7) *Ibid.*

(8) *Ibid.*

(9) *Ibid.*, Vol. V, 4.ª ed.

(10) *Ibid.*, Vol. VI, 2.ª ed.

(11) *Ibid.*

(12) *Ibid.*, Vol V, 4.ª ed., p. 140

(13) Ver o nosso livro: *Da História-Crónica à História-Ciência*, Coleção Horizonte, Livros Horizonte, Lisboa, 1972, especialmente pp. 124-126; 2.ª ed., 1976, pp. 107-109. — Antero chama a Fernão Lopes «pai da nossa história», nos *Esboços Biográficos — O Infante D. Henrique*, in *Prosas*, Vol. I, p. 52, Coimbra, 1923. Ver o nosso livro acima indicado, 1.ª ed., pp. 90-91, 2.ª ed., pp. 78-79. Ver ainda e sobretudo: Maria Lúcia Perrone de Faro Passos, *O Herói na «Crónica de D. João I», de Fernão Lopes*, ed. Prelo, Lisboa, 1974

escaparam ao jugo de ferro do feudalismo. O espectro torvo do castelo feudal não assombrava os nossos vales, não se inclinava como uma ameaça, sobre as margens dos nossos rios, não entristecia os nossos horizontes com o seu perfil duro e sinistro» (14).

«Entre todos os povos da Europa central e ocidental, somente os da Península escaparam ao jugo de ferro do feudalismo.» Não nos esqueçamos de que Herculano escreveu os *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes* (15), e sobretudo *Da Existência ou Não-Existência de Feudalismo nos reinos de Leão, Castela e Portugal* (16).

Algumas páginas mais, e Antero escreve:

«E que tristíssimo quadro o da nosse política interior! As liberdades municipais, à iniciativa local das Comunas, aos Forais, que davam a cada população uma fisionomia e vida próprias, sucede a centralização, uniforme e esterilizadora. A realza deixa então de encontrar uma resistência e uma força exterior que a equilibre, e transforma-se no puro absolutismo; esquecendo a sua missão, crê ingenuamente que os povos não são mais do que o património providencial dos reis. O pior é que os povos acostumam-se a crê-lo também! Aquele espírito de independência... da Idade Média, adormece e morre no seio popular. O povo emudece; negam-lhe a palavra, fechando-lhe as Cortes; não o consultam, nem se conta já com ele. Com quem se conta é com a aristocracia palaciana, com uma nobreza cortezã, que cada vez se separa mais do povo pelos interesses e pelos sentimentos, e que, de classe, tende a transformar-se em casta. Essa aristocracia, como um embaraço na circulação do corpo social, impede a elevação natural de um elemento novo, elemento essencialmente moderno, a classe média, e contraria assim todos os progressos ligados a essa elevação. Por isso decai também a vida económica: a produção decresce, a agricultura recua, estagna-se o comércio, deperecem uma por uma as indústrias nacionais; a riqueza, uma riqueza faustosa e estéril, concentra-se em alguns pontos excepcionais, em quanto a miséria se alarga pelo resto do País: a população dezimada pela guerra, pela emigração, pela miséria, diminui de uma maneira assustadora. Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre!» (17).

Herculano tinha escrito nas *Cartas sobre a História de Portugal*:

«O elemento monárquico foi gradualmente anulando os elementos aristocrático e democrático, ou, para falar com mais propriedade, os

(14) *Prosas*, Vol. II, pp. 95-96.

(15) *Opúsculos*, Vol. VI, 2.ª ed.

(16) *Ibid.*

(17) *Prosas*, Vol. II, pp. 102-103-104.

elementos feudal e municipal, anulando-os não como existências sociais, mas como forças políticas» até «que o princípio monárquico se torna a única força política, que a unidade absoluta se caracteriza rigorosamente e, sem aniquilar as classes sociais, as dobra, subjugua e priva da acção pública. Servas, elas se corrompem rapidamente; a gangrena eiva por fim o próprio trono; e, em menos de um século, a nação portuguesa desaparece debaixo das ruínas da sua nacionalidade e independência»⁽¹⁸⁾.

Ainda nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...* encontramos o elogio da nossa Idade Média, a fazer-nos lembrar Herculano:

«Uma coisa que impressiona quem estuda os primeiros séculos da monarquia portuguesa é o carácter essencialmente agrícola dessa sociedade. Os cognomes dos reis, o *Povoador*, o *Lavrador*, já por si são altamente significativos. No meio das guerras, e apesar da imperfeição das instituições, a população crescia, e a abundância generalizava-se. A arborização do País desenvolvia-se, a charneca recuava diante do trabalho. As armadas, que mais tarde dominaram os mares, saíram das matas semeadas por D. Diniz. No reinado de D. Fernando era Portugal um dos países que mais exportavam. A Castela, a Galiza, a Flandres, a Alemanha forneciam-se quase exclusivamente de azeite português; a nossa prosperidade agrícola era suficiente para abastecer tão vastos mercados. O comércio dos cereais era considerável. No século XV vinham navios venezianos a Lisboa e aos portos do Algarve, trazendo as mercadorias do Oriente, e levando em troca cereais, peixe salgado e frutas secas, que espalhavam depois pela Dalmácia e por toda a Itália. Sustentávamos também um activo comércio com a Inglaterra. As classes populares desenvolviam-se pela abundância e o trabalho, a população crescia. No tempo de D. João II chegara a população a muito perto de três milhões de habitantes... Basta comparar este algarismo com o da população em 1640, que escassamente excedia um milhão, para se conhecer que uma grande decadência se operou durante este intervalo! — Dera-se, com efeito, durante o século XVI, uma deplorável revolução nas condições económicas da sociedade portuguesa, revolução sobretudo devida ao estado de coisas criado pelas conquistas. O proprietário, o agricultor, deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros: atravessam o oceano, à procura de glória, de posição mais brilhante ou mais rendosa. Atraída pelas riquezas acumuladas nos grades centros,

(18) *Opúsculos*, Vol. V, 4.^a ed., pp. 132-133.

a população rural aflui para ali, abandona os campos, e vem aumentar nas capitais o contingente da miséria, da domesticidade ou do vício» (*).

Finalmente, nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...*, três linhas em que Antero, tal como Herculano, opõe à *monarquia centralizada*, o municipalismo, a *vida municipal*:

«Oponhamos à *monarquia centralizada*, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades

(*) *Prosas*, Vol. II, pp. 129-130. — Outros textos poderemos citar, ainda das *Causas da decadência dos povos peninsulares...*, em que de uma maneira mais longínqua ou mais próxima, mais consciente ou menos consciente, «a explicação de Portugal de Antero descola da explicação de Portugal de Herculano. — Vejamos alguns passos mais das *Causas da decadência...*: «O cristianismo é sobretudo um sentimento; o catolicismo é sobretudo uma instituição. Um vive da fé e da inspiração; o outro do dogma e da disciplina. Toda a história religiosa, até ao meado do século XVI, não é mais do que a transformação do sentimento cristão na instituição católica. A Idade Média é o período da transição: há ainda um, e o outro aparece já. Equilibram-se. A unidade vê-se, faz-se sentir, mas não chega ainda a sufocar a vida local e autonómica» (Ibid., p. 110). — «Sim, meus senhores! Essa máquina temerosa de compressão, que foi o catolicismo depois do concílio de Trento, que podia ela oferecer aos povos? A intolerância, o embrutecimento e depois a morte!» (Ibid., p. 117). — «...O catolicismo dos últimos três séculos, pelo seu princípio, pela sua disciplina, pela sua política, tem sido no mundo o maior inimigo das nações, e verdadeiramente o túbulo das nacionalidades» (Ibid., p. 120). — «E a nós, espanhóis e portugueses, como foi que o catolicismo nos anulou? O catolicismo pesou sobre nós por todos os lados, com todo o seu peso. Com a Inquisição, um terror invisível paira sobre a sociedade; a hipocrisia torna-se um vício nacional e necessário; a delação é uma virtude religiosa; a expulsão dos Judeus e Mouros empobrece as duas nações, paralisa o comércio e a indústria, e dá um golpe mortal na agricultura em todo o Sul da Espanha; a perseguição dos cristãos-novos faz desaparecer os capitais; a Inquisição passa os mares, e, tornando-nos hostis os índios, impedindo a fusão dos conquistadores e dos conquistados, torna impossível o estabelecimento de uma colonização sólida e duradoira; na América despovoava as Antilhas, apavora as populações indígenas, e faz do nome de cristão um símbolo de morte; o terror religioso, finalmente, corrompe o carácter nacional, e faz de duas nações generosas, hordas de fanáticos endurecidos, o horror da civilização» (Ibid., pp. 120-121). — «...o ideal da educação jesuítica é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis; realizou-o nas famosas Missões do Paraguay; o Paraguay foi o reino dos céus da Companhia de Jesus; perfeita ordem, perfeita devoção; uma coisa só faltava, a alma, isto é, a dignidade e a vontade, o que distingue o homem da animalidade! Eram estes os benefícios que levávamos às raças selvagens da América pelas mãos civilizadoras dos padres da Companhia! Por isso o génio livre popular decaiu, adormeceu por toda a parte: na arte, na literatura, na religião» (Ibid., p. 121). — «D. Sebastião, o discípulo dos jesuítas, vai morrer nos areais de África pela fé católica, não pela nação portuguesa. Carlos V, Filipe II, põem o mundo a ferro e fogo, porquê? Pelos interesses espanhóis. Pela grandeza de Espanha? Não: pela grandeza e pelos interesses de Roma!» (Ibid., p. 123) — «Era essa a política nacional desses reis famosos: eu chamo a isto simplesmente trair as nações. — Tal é uma das causas, senão a principal, da decadência dos povos peninsulares. Das influências deletérias nenhuma foi tão universal, nenhuma lançou tão fundas raízes...» (Ibid., p. 123). — «... há em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado. É preciso enterrá-lo por uma vez, e com ele o espírito sinistro do catolicismo de Trento» (Ibid., pp. 123-124). — «Esta causa actuou principalmente sobre a vida moral; a segunda, o Absolutismo, apesar de se reflectir no estado dos espíritos, actuou principalmente na vida política e social. A história da transformação das monarquias peninsulares é longa, e, para a minha pouca ciência, obscura e até certo ponto desconhecida; não a poderia eu fazer aqui. Basta dizer que o carácter dessas monarquias durante a Idade

Média contrasta singularmente com o que lhes encontramos no século XVI e nos seguintes. Os reis então não eram absolutos; e não o eram, porque a vida política local, forte e viva, não só não lhes deixa um grande círculo de acção, mas ainda, dentro desse mesmo círculo, lhes opunha à expansão da autoridade embaraços e uma contínua vigilância. Os privilégios na nobreza e do clero, por um lado, e pelo outro, as instituições populares, os municípios, as comunas, equilibravam com mais ou menos oscilações o peso da coroa. Para as questões sumas, para os momentos de crise, lá estavam as Cortes, aonde todas as classes sociais tinham representantes e voto. A liberdade era então o estado normal da Península. — No século XVI, tudo isto mudou. O poder absoluto assenta-se sobre a ruína das instituições locais» (Ibid., p. 124). — «A cabeça de Padilla (D. Juan de Padilla — chefe dos *comuneros*, de Toledo) roiou, e com ele, decapitada também, caiu a antiga liberdade municipal. A centralização monárquica, pesada, uniforme, caiu sobre a Península como a pedra de um túmulo. A respiração de milhares de homens suspendeu-se, para se concentrar toda no peito de um homem excepcional, de quem o acaso do nascimento fazia um deus. Se, ao menos, esse Deus fosse propício, bom, providencial! Mas a centralização do absolutismo, prostrando o povo, corrompia ao mesmo tempo o rei D. João III, esse *fanático de ruim condição*, Filipe II, o *demonio do Meio-Dia*, inquisidor e verdugo das nações, Filipe III, Carlos IV, João V, Afonso VI, devassos uns, outros desordeiros, outros ignorantes e vis, são bons exemplos da realza absoluta, infatuada até ao vício, até ao crime, do orgulho do próprio poder, possessa daquela *loucura cesariana*, com que a natureza faz expiar aos déspotas e desigualdade monstruosa, que os põe como que fora da humanidade. A tais homens, sem garantias, sem inspecção, confiaram as nações cegamente os seus destinos» (Ibid., pp. 125-126). — «Outras monarquias, a francesa por exemplo, sujeitavam o povo, mas ajudavam por outro lado o seu progresso. Aristocráticas pelas raízes, tinham pelos frutos muito de populares. A *burguesia*, a quem estava destinado o futuro, erguia-se, começava a ter voz. As nossas monarquias, porém, tiveram um carácter exclusivamente aristocrático: eram-no pelo princípio, e eram-no pelos resultados. Governava-se então pela nobreza e para a nobreza. As consequências sabemos-las nós todos. Pelos morgados, vinculou-se a terra; criaram-se imensas propriedades. Com isto, anulou-se a classe dos pequenos proprietários; a grande cultura sendo então impossível, e desaparecendo gradualmente a pequena, a agricultura caiu; metade da Península transformou-se numa charneca: a população decresceu, sem que por isso se aliviasse a miséria. Por outro lado, o espírito aristocrático da monarquia, opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, impediu o desenvolvimento da *burguesia*, a classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio. Sem ela o que podíamos nós ser nos grandes trabalhos com que o espírito moderno tem transformado a sociedade, a inteligência e a natureza? O que realmente fomos; nulos, graças à monarquia aristocrática! Essa monarquia, acostumando o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo da liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreendeu; ainda hoje a não compreende, nem sabe fazer uso dela. As revoluções podem chamar: por ele, sacudi-lo com força: continua dormindo sempre o seu sono secular!» (Ibid., pp. 126-127). — «A estas influências deletérias, a estas duas causas principais de decadência, uma moral e outra política junta-se uma terceira, de carácter sobretudo económico: as Conquistas. Há dois séculos que os livros, as tradições e a memória dos homens, andam cheios dessa epopeia guerreira, que os povos peninsulares, atravessando oceanos desconhecidos, deixaram escrita por todas as partes do mundo. Embalaram-nos com essas histórias, atacá-las quasi um sacrilégio. E todavia esse brilhante poema em acção foi uma das maiores causas da nossa decadência. É necessário dizê-lo, em que peze aos nossos sentimentos mais caros de patriotismo tradicional. Tanto mais que um erro económico não é necessariamente uma vergonha nacional. No ponto de vista heróico, quem pode negá-lo? Foi esse movimento das conquistas espanholas e portuguesas um relâmpago brilhante, e por certos lados sublime, da alma intrepida peninsular» (Ibid., pp. 127-128). — «A desgraça é que esse espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesia, mas ciência. Quem domina não é já a musa heróica da epopeia: é a Economia Política (...). Ora é à luz da Economia Política que eu condeno as Conquistas e o espírito guerreiro. Quizemos refazer os tempos heróicos na idade moderna? enganámo-nos: não era possível; cámos. Qual é, com efeito, o espírito da Idade Moderna? É o espírito de *trabalho* e de *indústria*: a riqueza e a vida das nações têm de se tirar da actividade produtora, e não já da guerra esterilizadora» (Ibid., p. 128).

soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um carácter radicalmente democrático»⁽²⁰⁾.

Para terminar estas linhas sobre a influência de Herculano em Antero, vejamos três textos, dois deles de Antero sobre Herculano, e um de Herculano sobre Antero.

Em 1865, escrevia Antero:

«A história para ele (Herculano) não era uma curiosidade de antiquário: é uma lição dada ao presente por um filósofo cujo carácter está à altura das mais fortes e nobres épocas do passado»⁽²¹⁾.

O mesmo Antero escrevia, em 1884:

«Mais, outre que Herculano ne s'est jamais occupé que de l'histoire antérieure à 1580 (qu'on peut considérer comme l'histoire d'une autre nation) il était trop dogmtique dans ses vues et trop raide et guindé dans son style, pour qu'on puisse trouver dans ses livres la vie et la philosophie, c'est-à-dire l'âme et la forme de l'histoire»⁽²²⁾.

Finalmente o conhecido e célebre texto de Herculano da carta a José Fontana, a quando da supressão, proibição, das Conferências do Casino, em 1871:

«Pede-se V. S.^a (José Fontana) que leia o discurso e lhe dê a minha opinião sobre o seu conteúdo e sobre o procedimento da autoridade. Nesta vida positiva que hoje vivo, pouco é o tempo que me sobeja para a leitura, nem, a falar verdade, o espírito se inclina muito para esse lado. Depois, as suas perguntas referem-se a assuntos graves, e até abstrusos, que, porventura, não cabem na capacidade da minha inteligência. Acresce que geram em mim tristeza as nossas questões públicas e, com o egoísmo de velho, fujo de pensar nelas. Apesar, porém, de tudo isso, forcejarei por fazer uma excepção a favor deste discurso, por certa simpatia que sinto pelo autor, não obstante a profunda divergência que há entre as nossas opiniões. É, talvez, porque no seu carácter me parece descobrir uma destas índoles nobremente austeras que cada vez se vão tornando mais raras (...). Quanto à proibição das conferências, que quer que lhe diga? É pior que uma ilegalidade, porque é um despropósito; e, na arte de governar, os despropósitos

⁽²⁰⁾ *Ibid.*, pp. 138-139.

⁽²¹⁾ *Prosas*, Vol. I, Coimbra, 1923, pp. 373-374.

⁽²²⁾ *Le Portugal Contemporain — Oliveira Martins* (Publicado in *Revue Universelle et Internationale*, Paris, 1884. Reproduzido no opúsculo intitulado *Oliveira Martins*, Lisboa, 1894), in *Prosas*, Vol. III, Lisboa, 1946, p. 10.

são às vezes piores que os atentados. O que seria escutado e em grande parte esquecido por cem ou duzentos ouvintes, será agora lido e meditado por milhares, talvez, de leitores. Diz-me que se tomou por pretexto da supressão das conferências o desagravo da religião ofendida. Erro deplorável. Ideia perseguida, ideia propagada: lei perpétua do mundo moral, perpetuamente esquecida pelo poder»⁽²¹⁾.

2. *Conquistas ou Descobrimentos?*

Como vimos, a terceira causa da decadência, segundo Antero, foram as *conquistas longínquas*.

Lembramos que Herculano, em texto já atrás citado, das *Cartas sobre a História de Portugal*, escreve: «Nem descobrimentos, nem conquistas, nem comércios estabelecidos pelo privilégio da espada, nem o luxo e magestade de um império imenso, nos podem ensinar hoje a sabedoria social».

Herculano fala em *descobrimentos* e *conquistas*. Antero fala em *conquistas longínquas*⁽²²⁾, ou pura e simplesmente em *conquistas*⁽²³⁾. Ora estas expressões, o emprego destas palavras, mostra-nos que a distinção entre uma expansão «de conquistadores» e uma expansão «de descobridores» não entrava ainda, pelo menos de uma maneira clara, na problemática de Herculano, e muito menos na de Antero. É que aquilo a que chamamos comumente, familiarmente, a *História Geral dos Descobrimentos Marítimos Portugueses* nasceu ontem, mas não ante ontem. É obra de historiadores e ensaístas contemporâneos, como Jaime Cortesão, António Sérgio, Duarte Leite, Armando Cortesão, Veiga Simões, Vitorino Magalhães Godinho, e outros ainda... E mais: a distinção entre uma *expansão pacífica e comercial* e uma *expansão pela conquista* era assunto que esperava ainda o seu historiador. Historiador que veio a ser um brasileiro, e talvez não inteiramente por acaso: Sérgio Buarque de Hollanda, na grande obra da sua juventude, *Raízes do Brasil*⁽²⁴⁾.

⁽²¹⁾ *A Supressão das Conferências do Casino* (1371) a J. F., in *Opúsculos*, Vol. 1, 6.ª ed., pp. 251-253.

⁽²²⁾ Antero emprega uma vez esta expressão, nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...*, in *Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d., pp. 107-108-109.

⁽²³⁾ Antero emprega a palavra *conquistas*, no texto acima citado, mais 8 vezes (pp. 128-129-133-134-135). Ainda no Vol. II das *Prosas*, na *Resposta aos jornais católicos*, emprega 4 vezes a palavra *conquistas*. Pode ver-se ainda a palavra *conquistas* nas *Prosas Dispersas*, ed organizada por Ruy Belo, Edições Presença, Lisboa, 1946 — *Os Lusitadas — Ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença*: 2 empregos (pp. 158-159). — Entretanto, por uma vez, Antero quase segue Herculano, quando escreve: «A nacionalidade rompe com impulso irresistível os seus limites tradicionais, transborda fremente como um rio caudaloso, e afirma-se na sua plenitude pelas descobertas e pelas conquistas», «*Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa (A propósito de alguns livros recentes)*», in *Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d., pp. 228-229. As *descobertas* e as *conquistas* fazem lembrar os *descobrimentos* e *conquistas* de Alexandre Herculano... Agora o galicismo *descobertas*, a expressão é a mesma.

⁽²⁴⁾ Rio de Janeiro, 1936 (5.ª ed., Revista, Rio de Janeiro, 1970).

Neste luminoso ensaio, são bem expressivas da tese defendida pelo autor as seguintes palavras: «Comparada à colonização espanhola, a obra dos Portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu carácter de exploração comercial — repetindo assim o exemplo da colonização da Antiguidade, sobretudo da fenícia e da grega; os Espanhóis, ao revés, querem fazer do país conquistado um prolongamento orgânico do seu»⁽²¹⁾. Algumas páginas mais, e Sérgio Buarque de Hollanda, ao falar-nos das características da colonização portuguesa, atribui-lhe uma «fisionomia mercantil, quase semita»⁽²²⁾.

Entretanto, esta expansão pacífica e comercial dos portugueses, tão bem definida pelo grande historiador brasileiro, deve ser entendida como uma dominante, o que não quer dizer que não tenham existido acções com dominantes não ortodoxas... Basta que nos lembremos de Duarte Pacheco Pereira ou D. João de Castro na Índia...

Herculano ainda escreve «descobrimientos e conquistas»: «Nem descobrimientos, nem conquistas (...) nos podem ensinar hoje a sabedoria social.» Antero escreve uma vez «conquistas longínquas», e depois pura e simplesmente «conquistas». Algumas vezes, raras, em vez de «descobrimientos», emprega o galicismo «descobertas»⁽²³⁾. Galicismo que, acompanhado de outros, como por exemplo *Renascença*⁽²⁴⁾, fez o seu caminho até aos nossos dias.

Vejamos, para terminar este parágrafo, dois textos de Antero, das *Causas da decadência dos povos peninsulares...*:

«A Austrália tem feito em menos de 100 anos de liberdade o que o Brasil não alcançou com mais de três séculos de escravatura! Fomos nós, foram os resultados do nosso espírito guerreiro, quem condenou o Brasil ao estacionamento, quem condenou à nulidade toda essa costa de África, em que outras mãos podiam ter talhado à larga uns poucos de impérios! Esse espírito guerreiro, com os olhos fitos na luz de uma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual — o tra-

(21) *Ibid.*, 5.^a ed., p. 67.

(22) *Ibid.*, p. 79.

(23) Ver dois empregos da palavra *descobertas* nas *Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d, pp. 99 e pp. 228-229 (*Causas da decadência... e Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa — A propósito de alguns livros recentes*). Entretanto a palavra aparece legitimamente empregada nas *Causas da decadência...*, *Prosas*, Vol. II: «descobertas intelectuais» (p. 105); «descoberta de uma grande lei científica» (p. 105).

(24) Antero escreve sistematicamente *Renascença* em vez de *Renascimento*. Encontramos este galicismo: 6 vezes nas *Causas da decadência...*, *Prosas*, Vol. II, pp. 92-95-98-100; 1 vez n'A Morte de D. João, *Prosas*, Vol. II, p. 266; 6 vezes nas *Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa (A propósito de alguns livros recentes)*, *Prosas*, Vol. II, pp. 216-221-230-231; 3 vezes n'A poesia na actualidade, *Prosas*, Vol. II, pp. 315-316-317; 5 vezes nas *Casas Nobres Inglesas*, *Prosas*, Vol. II, pp. 363-373-377-378; 16 vezes em *Veneza*, *Prosas*, Vol. II, pp. 396-400-406-407-408-413-415-416; 4 vezes em *Uma edição crítica de Sá de Miranda*, *Prosas*, Vol. III, p. 60; finalmente 4 vezes nas *Prosas Dispersas*, ed organizada por Ruy Belo, ed Presença, Lisboa, 1966, pp. 157-158-159.

balho manual, a força das sociedades modernas, a salvação e a glória das futuras... Mas um fantástico idealismo perturba a alma do guerreiro: não distingue entre interesse honroso e interesse vil: só as grandes acções de esforço heróico são belas a seus olhos: para ele a indústria pacífica é só própria de mãos servis. A tradição que nos apresenta D. João de Castro, depois de uma campanha em África, retirando-se à sua quinta de Cintra, aonde se dava áquela *extranha e nova agricultura* de cortar as árvores de fruto, e plantar em lugar delas árvores silvestres, essa tradição deu-nos um perfeito símbolo do espírito guerreiro no seu desprezo pela indústria. Portugal, o Portugal das conquistas, é esse guerreiro altivo, nobre e fantástico, que voluntariamente arruína as suas propriedades, para maior glória do seu absurdo idealismo. E já que falei em D. João de Castro, direi que poucos livros têm feito tanto mal ao espírito português, como aquela biografia do herói escrita por Jacinto Freire. Jacinto Freire que era padre, que nunca vira a Índia, e que ignorava tão profundamente a política como a economia política, fez da vida e feitos de D. João de Castro, não um estudo de ciência social, mas um discurso académico, literário e muito eloquente, seguramente, mas enfático, sem crítica, e animado por um falso ideal de glória à antiga, *glória clássica*, através do qual nos faz ver continuamente as acções do seu herói. Há dois séculos que lemos todos o D. João de Castro de Jacinto Freire, e acostumámo-nos a tomar aquela fantasia de retórico pelo tipo do verdadeiro herói nacional. Falseámos com isto o nosso juízo, e a crítica de uma época importante. É preciso que se saiba que a verdadeira glória moderna não é aquela: é exactamente o contrário daquela. Uma só coisa há ali a aproveitar como exemplo: é a nobreza de alma daquele homem magnânimo: mas essa nobreza de alma deve ser aplicada pelos homens modernos a outros cometimentos, e de um modo muito diverso. Foi aquele género de heroísmo, tão apregoado por J. Freire, que nos arruinou!»⁽¹⁾.

«Como era possível, com as mãos cheias de sangue, e os corações cheios de orgulho, iniciar na civilização aqueles povos atrasados, unir por interesses e sentimentos os vencedores e os vencidos, cruzar as raças, e fundar assim, depois do domínio momentâneo da violência, o domínio duradouro e justo da superioridade moral e do progresso? As conquistas sobre as nações atrasadas por via de regra, não são justas nem injustas. Justificam-se ou condenam-se os resultados, o uso que mais tarde se faz do domínio estabelecido pela força. As conquistas romanas são hoje justificadas pela filosofia da história, porque criaram uma civilização superior áquela de que viviam os povos conquistados. A conquista da Índia pelos ingleses é justa, porque é civilizadora.

(1) *Prosas*, Vol. II, pp. 133-134.

A conquista da Índia pelos portugueses, da América pelos espanhóis, foi injusta, porque não civilizou. Ainda quando fossem sempre vitoriosas as nossas armas, a Índia ter-nos-ia escapado, porque sistematicamente alheávamos os espíritos, aterrávamos as populações, cavávamos pelo espírito religioso e aristocrático um abismo entre a minoria dos conquistadores e a maioria dos vencidos. Um dos primeiros *benefícios*, que levávamos áqueles povos, foi a Inquisição: os espanhóis fizeram o mesmo na América. As religiões indígenas não eram só escarnecidas, vilipendiadas: eram atrozmente perseguidas. O efeito moral dos trabalhos dos missionários (tantos deles santamente heróicos!) era completamente anulado por aquela ameaça constante do terror religioso: ninguém se deixa converter por uma caridade, que tem atrás de si uma fogueira! A ferocidade dos espanhóis na América é uma coisa sem nome, sem paralelo nos anais da bestialidade humana. Dois impérios florescentes desaparecem em menos de 60 anos! Em menos de 60 anos são destruídos dez milhões de homens! Dez milhões! Estes Algarismos são trágicos: não precisam de comentários. E todavia, poucas raças se têm apresentado aos conquistadores tão brandas, ingénuas, dóceis, prontas a receberem com o coração a civilização que lhes impunha com as armas! Bartolomeu de Las Casas, Bispo de Chiapa, um verdadeiro santo, protestou em vão contra aquelas atrocidades: consagrou a sua vida evangélica à causa daqueles milhões de infelizes: por duas vezes passou à Europa, para advogar solenemente a causa deles perante Carlos V. Tudo em vão! A obra da destruição era fatal: tinha de consumir-se, e consumou-se» (27).

Que vemos? Sempre a amálgama, sempre todos os povos da Península confundidos...

É assim que Antero nos fala do «nosso espírito guerreiro», d'«Esse espírito guerreiro», «... o Portugal das conquistas é esse guerreiro ativo, ...», e etc., etc., etc....

D. João de Castro e o livro de Jacinto Freire... D. João de Castro, personagem complexa, complexíssima, é visto só na aparência, é visto como o herói do cerco de Diu. O D. João de Castro real, é tudo isso, e mais o intelectual, o militante da burguesia comercial portuguesa, o autor dos *Roteiros* para a Índia, e sobretudo dessa obra com páginas verdadeiramente revolucionárias, o *Tratado da Esfera*...

Mas deixemos tudo isto para a *Conclusão* deste *Capítulo* sobre Antero, e sobretudo para mais longe ainda, para a parte final deste estudo, para a nossa *Explicação de Portugal*...

(27) *Ibid.*, pp. 134-135.

3. O Iberismo.

Vários passos da conferência sobre as *Causas da decadência dos povos peninsulares...* são reveladores do Iberismo de Antero de Quental.

É assim que Antero começa:

«*Como peninsular* sinto, profundamente ter de afirmar, numa assembleia de *peninsulares*, esta desalentadora evidência»⁽³³⁾.

«Para uma assembleia de estrangeiros não passará esta d'uma these histórica, curiosa sim para as inteligências, mas fria e indiferente para os sentimentos pessoais de cada um. Num auditório de *peninsulares*, não é porém assim»⁽³⁴⁾.

«Logo na época romana aparecem os caracteres essenciais da *raça peninsular:...*»⁽³⁵⁾.

Uma página mais, e Antero não deixa lugar a dúvidas quando escreve:

«... não é exagerada a expressão daquele poeta que nos chamou, a nós *hespanhoes*, um «povo de nobres»»⁽³⁶⁾.

Outros textos são sintomáticos do seu Iberismo:

«Quanto à Architectura, basta lembrar a Batalha e a Cathedral de Burgos,...»⁽³⁷⁾.

«Um estylo e uma literatura nova surgiu com Camões, com Cervantes, com Gil Vicente, com Sá de Miranda, com Lope de Vega, com Ferreira. Demos às escolas da Europa sábios com Miguel Servet, precursor de Harvey...»⁽³⁸⁾.

«... a Arte peninsular ergue nessa época um vôo poderoso com a arquitectura chamada manuelina,... e com a brilhante escola de pintura espanhola, immortalizada por artistas como Murillo, Velasquez, Ribera»⁽³⁹⁾.

⁽³³⁾ Ibid., p. 93 (Sublinhados nossos).

⁽³⁴⁾ Ibid. (Sublinhados nossos).

⁽³⁵⁾ Ibid., p. 95 (Sublinhados nossos).

⁽³⁶⁾ Ibid., p. 96 (Sublinhados nossos).

⁽³⁷⁾ Ibid., p. 99.

⁽³⁸⁾ Ibid., p. 100.

⁽³⁹⁾ Ibid., p. 101.

«Com um tal estado dos espíritos, o que se poderia esperar da Arte? Basta erguer os olhos para essas lugubres moles de pedra, que se chamam o Escurial e Mafra,...»⁽⁴⁰⁾.

«Que triste contraste entre essas montanhas de mármore, com que se julgou atingir o grande, simplesmente por que se fez o monstruoso, e a construção delicada, aerea, proporcional e, por assim dizer, espiritual dos Jerónimos, da Batalha, da catedral de Burgos!»⁽⁴¹⁾.

O pensamento de Antero é entretanto mais explícito em dois passos de um artigo sobre o *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins, publicado em Paris, em 1884:

«Philippe II, em réunissant le Portugal à la couronne d'Espagne, n'a donc fait que cueillir un fruit mûr. *L'histoire du Portugal aurait dû finir à cette époque-là*. La restauration nationale de 1640 a été un fait en grande partie artificiel, possible seulement par l'abbatement de l'Espagne, qui avait perdu sa force d'attraction»⁽⁴²⁾.

⁽⁴⁰⁾ Ibid., p. 104.

⁽⁴¹⁾ Ibid., pp. 104-105. — Pode ver-se ainda nas *Causas da decadência...*: «Em tudo isto acompanharemos a Europa, a par do movimento geral. Numa coisa, porém, a excedemos, tornando-nos iniciadores: os estudos geográficos e as grandes navegações. As descobertas, que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV, não se fizeram ao acaso. Precedeu-as um trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia, inaugurado pelo nosso Infante D. Henrique, nessa famosa escola de Sagres,...» (p. 99). — «Viu-se de quanto era capaz a inteligência e a energia peninsulares. Por isso a Europa tinha os olhos em nós, e na Europa a nossa influência nacional era das que mais pesavam. Contava-se para tudo com Portugal e Espanha» (p. 99). — «Tudo isto nos prepara para desempenharmos, chegada a Renascença, um papel glorioso e preponderante. Desempenhámo-lo, com efeito, brilhante e ruidoso: os nossos erros, porém, não consentiram que fosse também duradoiro e profícuo. Como foi que o movimento regenerador da Renascença tão bem preparado, abortou entre nós, mostrá-lo-ei logo com factos decisivos. Esse movimento só foi entre nós representado por uma geração de homens superiores, a primeira. As seguintes, que o deviam consolidar, fanatizadas, entorpecidas, impotentes, não souberam compreender nem praticar aquele espírito tão alto e tão livre: desconhecaram-no, ou combateram-no. Houve, porém, uma primeira geração, que respondeu ao chamamento da Renascença: e em quanto essa geração ocupou a cena, isto é, até ao meado do século XVI, a Península conservou-se à altura daquela época extraordinária de criação e liberdade de pensamento. A renovação dos estudos, recebeu-a nas suas Universidades novas ou reformadas, aonde se explicavam os grandes monumentos literários da antiguidade, muitas vezes na própria lingua dos originaes. Entre as 43 Universidades estabelecidas na Europa durante o século XIV, 14 foram fundadas pelos reis de Espanha» (p. 100). — «Fora da pátria guerreiros ilustres mostravam ao mundo que o valor dos povos peninsulares não era inferior à sua inteligência. Se as causas da nossa decadência existiam já latentes, nenhum olhar podia ainda então descobri-las: a glória, e uma glória merecida, só dava lugar à admiração» (p. 102). — «Façamos notar, em primeiro lugar, a referência ao Infante D. Henrique e à Escola de Sagres, na tradicional linha de uma *História dos Descobrimientos* anterior ao seu verdadeiro começo, com Jaime Cortesão, António Sérgio, Duarte Leite, Veiga Simões, Armando Cortesão, Vitorino Magalhães Godinho... e etc., etc. — Depois, fala-se da inteligência e da energia peninsulares. E a seguir, das 14 Universidades fundadas pelos reis de Espanha. — Finalmente, dos povos peninsulares

⁽⁴²⁾ *Prosas*, Vol. III, Lisboa, 1946, p. 8 (*Le Portugal Contemporain* — Oliveira Martins — Publicado na *Revue Universelle et Internationale*, Paris, 1884. Reproduzido no *Opúsculo* intitulado Oliveira Martins, Lisboa, 1894). Sublinhados nossos.

«Le nouveau Portugal, qui commence à cette date-là, n'a rien de l'autre, rien de sa force noble, de son hardi génie. Ce n'est qu'un triste bâtard, un être malingre et malvenu, le produit artificiel de la diplomatie, que son grand ami, l'Anglais hérétique, protège, rudoye, amuse et exploite. De sa seule force, il ne tiendrait pas debout: il est donc juste qu'il paye celui qui le soutient. Il le payera des restes de son noble héritage, de ses colonies, qui s'en iront l'une après l'autre grossir l'empire de la nouvelle reine des mers; il le payera encore en traités de commerce, qui le ruineront au profit de son loyal protecteur. *Cela s'appella la glorieuse restauration portugaise de 1640 — oeuvre néfaste entre toutes, qui démembra l'Espagne et compromit pour des siècles, peut — être pour toujours, l'avenir de la péninsule ibérique*» (43).

Finalmente, no seu estudo *Portugal perante a Revolução de Espanha...*, Antero dá-nos a última palavra sobre o seu Iberismo. Iberismo que culmina na *federação-republicana-democrática*, na *república democrática e federal...*:

«... Portugal, membro amputado desnecessariamente, ainda que sem violência, do grande corpo da Península Ibérica, vivendo desde então uma vida particular, estreita talvez mas sua e original, e tão apartado do movimento dos outros povos espanhóis como se fosse a fronteira, que deles o separa um insondável oceano...» (44).

«Para toda a península não há hoje senão uma única política possível a da *federação-republicana-democrática*. E, em face desta formidável unidade de interesses, de ideias, de vontades, e de aspirações, que podem as *barreiras da nacionalidade* significar mais do que uma tradição, um símbolo poético, cujo sentido se perde de dia para dia, até se tornar de todo incompreensível, até desaparecer? Moralmente essas barreiras caíram já. Para as consciências mais rectas, para as inteligências mais seguras dos dois povos, unidas nos mesmos desejos e num pensamento comum, a nacionalidade não passa de um obstáculo desgraçado, resto das hostilidades fatais de séculos bárbaros, e que só por um lamentável acordo dos interesses da minoria dominante e dos prejuízos da multidão ininteligente se tem podido sustentar. Mas esse acordo desfez-se. *O irrisível movimento democrático da nossa sociedade vai tornar inevitável a queda da nacionalidade*, nas opiniões, a princípio, e mais tarde nos factos, no grande dia do *abraço fraternal das populações da Península Ibérica*. A revolução social é idêntica para os dois povos: idêntica, para os dois povos, deve ser a revolução política» (45).

(43) Ibid.

(44) *Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d, pp. 66-67 (*Portugal perante a Revolução de Espanha...*). Sublinhados nossos.

(45) Ibid., pp. 77-78. Sublinhados nossos

«Mas, perturbado o desenvolvimento lógico da revolução pela ignorância, a pusilanimidade, ou a intriga, como nenhum governo estável, além da federação, se pode estabelecer em Espanha a violenta anarquia, que se seguir, será ao mesmo tempo uma prova irrefutável, ainda que indirecta, da verdade do programa que traçámos à revolução, e um sinal para *todos os homens* inteligentes, sinceros, e corajosos *se unirem, sem distinção de nacionalidade, em volta da bandeira da república democrática e federal*» (*).

«Em qualquer dos casos, para todos os elementos moços, inteligentes, activos da sociedade portuguesa, não há outra saída aberta senão esta: *a democracia ibérica*; nem outra política capaz de ideias, de futuro e de grandeza, possível em Portugal, senão esta: *a política do iberismo*» (**).

«Se não é possível sermos justos, fortes, nobres, inteligentes, senão deixando cair nos abismos da história essa coisa a que já se chamou *nação portuguesa*, caia a nação, mas sejamos aquilo para que nos criou a natureza, sejamos inteligentes, nobres, fortes, justos, sejamos homens *muito embora deixemos de ser portugueses*. Uma nação moribunda é uma coisa poética: infelizmente a melhor poesia, em política, não passa de uma política medíocre. Chorar, recordar-se, ou ameaçar em sonoros versos, pode ser extremamente sentimental: mas não adianta uma polegada os nossos negócios... Eu, por mim, pondo de parte toda a poesia e toda a sentimentalidade, contentar-me-hei de afirmar aos patriotas portugueses esta verdade de simples bom senso: que, nas nossas actuais circunstâncias, o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em *renegar a nacionalidade*» (**).

(*) Ibid., p. 78. Sublinhados nossos.

(**) Ibid., p. 79. Sublinhados nossos.

(*) Ibid., p. 82. Sublinhados nossos. — Podem ver-se ainda mais dois textos de Antero bem significativos do seu Iberismo: «Para nós uma Revista tem ainda um carácter e uma utilidade especial: Se os espanhóis e os portugueses formam de há muito duas nações distintas, tivemos todavia sempre na organização filosófica e sentimental de seus espíritos, na fisionomia das suas literaturas, no carácter dos seus actos, a afinidade que lhes deu a origem comum de raças e a acção, também igual para ambos os povos, do clima da península hispânica» (*Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d, pp. 273-274 — *Programa da «Revista Ocidental»*): «O que diz Camões a quem, depois de o ter lido com olhos de homem de gosto, o relê com olhos de filósofo? Camões, responde o sr. Oliveira Martins, diz-nos o segredo da nacionalidade portuguesa. *Houve, com efeito, uma nacionalidade portuguesa — por mais estranha que esta afirmação nos pareça, a nós, portugueses do século XIX, que não atinamos a encontrar no presente uma causa vivendi — houve uma razão de ser tanto para as instituições como para os indivíduos, e uma ideia nacional, espalhada como a alma colectiva por todo este corpo, então vivo e ágil*» (Sublinhados nossos) (*Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d., p. 226 — *Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa — A propósito de alguns livros recentes*).

Antero diz-se *peninsular*. Fala de *assembleias de peninsulares*. De *auditórios de peninsulares*. Fala da *inteligência e da energia peninsulares*. Fala da *raça peninsular*.

Antero escreve *nós espanhóis*.

Antero fala da Batalha e da Catedral de Burgos. Fala do Escorial e de Mafra. Fala dos Jerónimos e da Batalha juntamente com a Catedral de Burgos. Fala da arquitectura manuelina juntamente com Murillo, Velasquez, Ribera. Fala de Camões e Cervantes; Gil Vicente, Sá de Miranda, Lope de Vega; fala de Miguel Servet como se se tratasse de um português.

Antero diz-nos que Filipe II, em 1580, nada mais fez do que colheu um fruto maduro. Para Antero a história de Portugal devia ter terminado nessa data, pois a Restauração, em 1640, foi um facto em grande parte artificial. É que, para Antero, o novo Portugal que começa em 1640 não é mais do que um produto dos interesses da Inglaterra nas colónias portuguesas. E por isso chama à Restauração de 1640 uma obra nefasta porque desmembrou a Espanha e compreendeu, talvez para sempre, o futuro da Península Ibérica. Para Antero, Portugal é «um membro amputado desnecessariamente... da Península Ibérica...».

Em consequência de tudo isto, Antero propõe a *federação-republicana-democrática*, afirmando-nos que as barreiras da nacionalidade nada podem perante a unidade de interesses, de ideias, de vontades, e de aspirações, pois as nacionalidades não passam de «um obstáculo desgraçado, resto das hostilidades... de séculos bárbaros», que só se sustentam «por um lamentável acordo dos interesses da minoria dominante e dos prejuízos da multidão ininteligente...». Ora, segundo Antero, esse acordo desfez-se: «o irresistível movimento democrático da nossa sociedade vai tornar inevitável a queda da nacionalidade», chegando «o grande dia do abraço fraternal das populações da Península Ibérica». A revolução social e a revolução política são idênticas para os dois povos.

Assim «todos os homens» se unirão «sem distinção de nacionalidade, em volta da bandeira da república democrática e federal».

Assim teremos «a democracia ibérica», pois a grandeza futura de Portugal está na «política do iberismo».

Finalmente, e em consequência, Antero propõe que se deixe «cair nos abismos da história essa coisa a que se chamou *nação portuguesa*, pois para que sejamos inteligentes, nobres, fortes, justos, teremos que deixar de ser portugueses». A concluir, Antero diz-nos que «o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar a nacionalidade».

4. Antero e António Sérgio.

Tal como Antero acusa, nas três *Causas da decadência...*, a influência, mais consciente ou menos consciente, da obra de Alexandre Herculano, também, parece-nos, a obra de ensaísta da *História de Portugal* de António

Sérgio não nos parece acusar menos a influência, mais consciente ou menos consciente, da obra de Antero.

Assim é, parece-nos, se nos lembrarmos de dois dos mais importantes ensaios de António Sérgio: *As duas políticas nacionais* ⁽⁴⁹⁾ e *O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal* ⁽⁵⁰⁾.

Certas ideias, ou melhor, a ideia-chave do ensaio de António Sérgio, *As duas políticas nacionais*, encontramos-la nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...* e ainda noutros textos das *Prosas* de Antero.

Vejamos alguns passos das *Causas da decadência...*:

«Ora, a *liberdade moral*, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do Catolicismo do Concílio de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus; a *classe média*, impondo aos reis os seus interesses, e muitas vezes o seu espírito, é o oposto do Absolutismo, estejado na aristocracia e só em proveito dela governando; a *indústria*, finalmente, é o oposto do Espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio» ⁽⁵¹⁾.

Deste passo, relativamente ao assunto deste parágrafo, destacamos as últimas palavras: «a *indústria*, finalmente, é o oposto do Espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio».

Depois, nas *Causas da decadência...* Antero cita o caso da Inglaterra a propósito de um ensinamento de Adam Smith:

«O capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias» ⁽⁵²⁾.

E em contraste com o caso da Inglaterra, Antero escreve:

«Pelo contrário, nós, portugueses e espanhóis, que destino demos às prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa indústria perdida, o comércio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente, e esses desertos da Beira, do Alentejo, da Estremadura espanhola, das Castelas, a onde se não encontra uma árvore, um animal doméstico, uma face humana!» ⁽⁵³⁾.

⁽⁴⁹⁾ *Ensaíos*, Tomo II, Clássicos Sá da Costa, Lisboa, s/d.

⁽⁵⁰⁾ *Ibid.*

⁽⁵¹⁾ *Prosas*, Vol. II,, Lisboa, s/d, pp. 108-109.

⁽⁵²⁾ *Ibid.*, p. 129.

⁽⁵³⁾ *Ibid.*

E ainda:

«Um exemplo, o da agricultura portuguesa antes e depois do século XVI, porá em evidência, com factos significativos, essa influência perniciosa do espirito de conquista no mundo económico»⁽⁵⁴⁾.

Duas páginas mais, e Antero continua:

«Com estes elementos o que se poderia esperar da indústria? Uma decadência total. Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho productivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros! Importavamos tudo: de Itália, sedas, veludos, brocados, massas; da Alemanha, vidro; da França, panos; da Inglaterra e Holanda, cereais, lãs, tecidos. — Havia então uma única indústria nacional... a Índia! Vae-se à Índia buscar um nome e uma fortuna, e volta-se para gozar, dissipar estérilmente. A vida concentra-se na capital. Os nobres deixam os campos, os solares dos seus maiores, aonde viviam em certa comunhão com o povo, e veem para a Côte brilhar, ostentar... e mendigar nobremente. O fidalgo faz-se cortesão: o homem do povo, não podendo já ser trabalhador, faz-se laçao: a libré é o selo da sua decadência. A criadagem de uma casa nobre era um verdadeiro estado. O luxo da nobreza tinha alguma coisa de oriental. (...) Lisboa era uma capital de fidalgos ociosos, de plebeus, mendigos, e de rufiões»⁽⁵⁵⁾.

É ainda nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...* que Antero escreve:

«Dado o catolicismo absoluto, era impossível que se lhe não seguisse, deduzindo-se dele, o absolutismo monárquico. Dado o absolutismo, vinha necessariamente o espirito aristocrático, com o seu cortejo de privilégios, de injustiças, com o predomínio das tendências guerreiras sobre as industriais. — Os erros políticos e económicos saiam daqui naturalmente; e de tudo isto pela transgressão das leis da vida social, saia naturalmente também a decadência sob todas as suas formas»⁽⁵⁶⁾.

«Se a velha monarquia desapareceu, conservou-se o velho espirito monárquico: é quanto basta para não estarmos muito melhor do que nossos avós. Finalmente, do espirito guerreiro da nação conquistadora, herdámos um invencível horror ao trabalho e um íntimo desprezo pela

⁽⁵⁴⁾ Ibid.

⁽⁵⁵⁾ Ibid., pp. 131-132.

⁽⁵⁶⁾ Ibid., p. 136.

indústria. Os netos dos conquistadores de dois mundos podem, sem desonra, consumir no ócio o tempo e a fortuna, ou mendigar pelas secretarias um *emprego*: o que não podem, sem indignidade, é *trabalhar!* Uma fábrica, uma oficina, uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias da nossa fidalguia. Por isso as melhores indústrias nacionais estão nas mãos dos estrangeiros, que com elas se enriquecem, e se riem das nossas pretensões. Contra o trabalho manual, sobre tudo, é que é universal o preconceito: parece-nos um símbolo servil! Por' ele sobem as classes democráticas em todo o mundo, e se engrandecem as nações; nós preferimos ser uma aristocracia de pobres ociosos, a ser uma democracia próspera de trabalhadores. É o fruto que colhemos de uma educação secular de tradições guerreiras e enfáticas! Dessa educação, que a nós mesmos démos durante três séculos, provêm todos os nossos males presentes. As raízes do passado rebentam por todos os lados do nosso solo: rebentam sob a forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos. Gememos sob o peso dos êrros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história»⁽⁵⁷⁾.

Para além das *Causas da decadência...*, encontramos ainda breves textos em que o pensamento de Antero é tão ou ainda mais claro do que nos passos citados. Assim, em texto de Paris, de 1884:

«En 1850, après la catastrophe d'Alcacer-Kibir, le Portugal était réellement mort. L'oeuvre féconde et glorieuse de sa vie historique était accomplie; mais l'ouvrier heroique gisait exténué. L'application en grand, pendant trois quarts de siècle, d'un faux système d'exploitation coloniale avait ruiné le pays et troublé profondément sa constitution sociale:...»⁽⁵⁸⁾.

E finalmente, sobre este ponto, duas breves linhas que nos dão a ideia mestra que havia de vir a ser a ideia mestra de António Sérgio n'*As duas políticas nacionais*, a política de transporte por oposição à política de fixação:

«Ora nós consumimos as grandes riquezas conquistadas, sem as fixar na indústria: por isso caímos na pobreza, de que ainda não nos levantámos,...»⁽⁵⁹⁾.

Vejamos agora dois textos de Antero das *Causas da decadência dos povos peninsulares...* que bem podem ter sido o motor do célebre ensaio

⁽⁵⁷⁾ Ibid., pp. 137-138.

⁽⁵⁸⁾ *Prosas*, Vol. III, Lisboa, 1946, pp. 7-8. Sublinhados nossos. (*Le Portugal Contemporain* — Oliveira Martins — Publicado in *Revue Universelle et Internationale*, Paris, 1884 — Reproduzido no opúsculo *Oliveira Martins*, Lisboa, 1894.)

⁽⁵⁹⁾ *Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d, p. 158 (*Resposta aos jornais católicos*).

de António Sérgio sobre *O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal*:

«No meio dessa pobreza e dessa atonia, o espírito nacional desanimado e sem estímulo, devia cair naturalmente num estado de torpor e de indiferença. É o que nos mostra claramente esse salto mortal dado pela inteligência dos povos peninsulares, passando pela Renascença para os séculos XVII e XVIII. A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores, sucede a tribu vulgar dos eruditos sem crítica, dos académicos, dos imitadores. Saimos de uma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre; entramos num recinto acanhado e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos livros velhos, e habitado por espectros de doutores. A poesia, depois da exaltação estéril, falsa, e artificialmente provocada do Gongorismo, depois da afectação dos conceitos (que ainda mais revelava a nulidade do pensamento), cai na imitação servil e ininteligente da poesia latina, naquela escola clássica, pesada e fradesca, que é a antítese de toda a inspiração e de todo o sentimento. Um poema compõe-se doutoralmente, como uma dissertação teológica. Traduzir é o ideal; inventar, considera-se um perigo e uma inferioridade; uma obra poética é tanto mais perfeita quanto maior número de versos contiver traduzidos de Horácio, de Ovídio. Florescem a tragédia, a ode pindárica, e o poema herói-cómico, isto é, a afectação e a degradação da poesia»⁽⁶⁾.

«Essa morte moral não invadira só o sentimento, a imaginação, o gosto: invadira também, invadira sobretudo a inteligência. Nos últimos dois séculos não produziu a Península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna; não saíu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais que são a maior obra e a maior honra do espírito moderno. Durante 200 anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a Anatomia, a Fisiologia, a Química, a Mecânica Celeste, o Cálculo Diferencial, a Crítica Histórica, a Geologia; aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibniz, os Harvey, os Bufon, os Ducange, os Lavoisier, os Vico — onde está, entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis do pensamento, um nome espanhol ou português? Que nome espanhol ou português se liga à descoberta

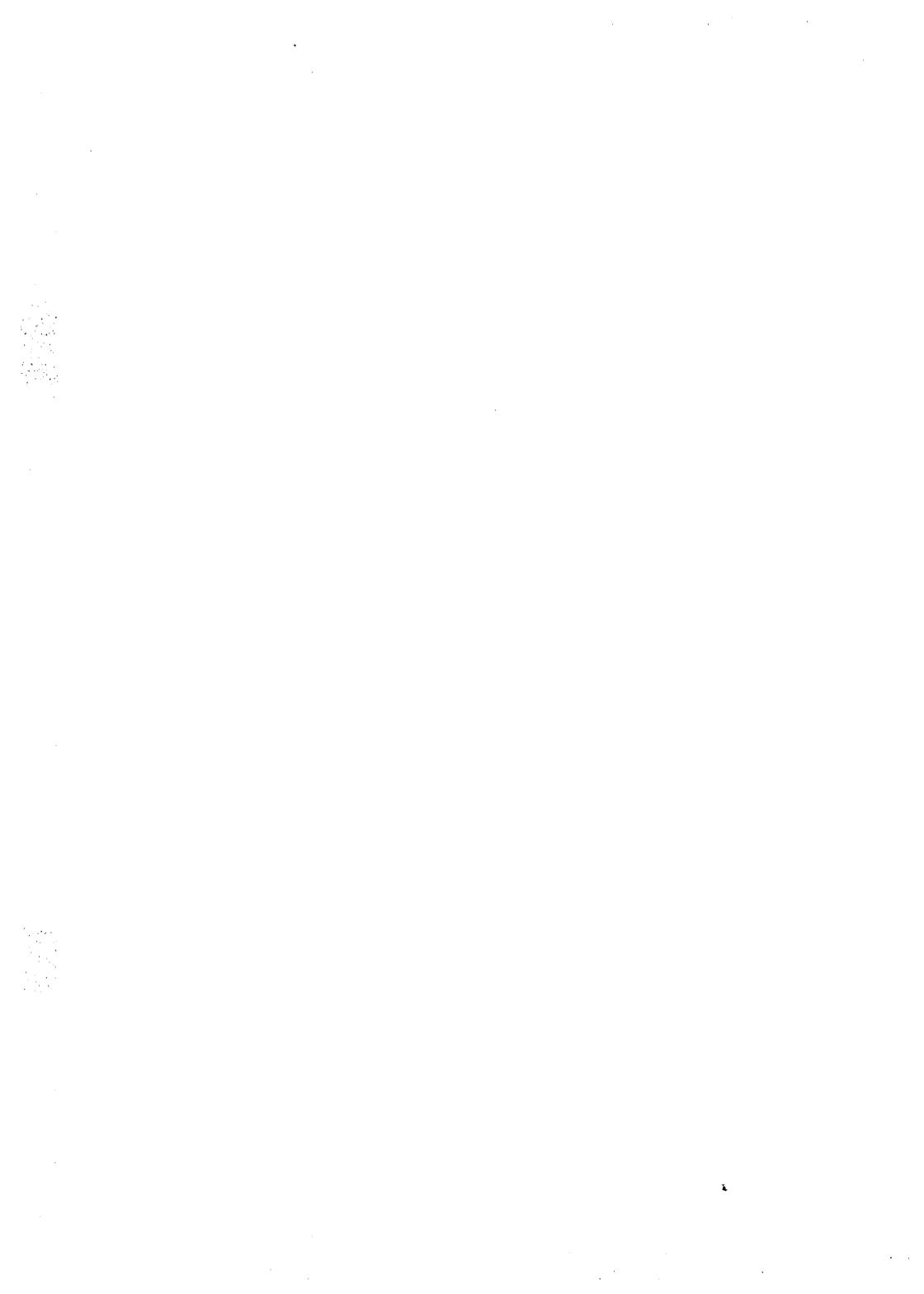
⁽⁶⁾ *Ibid.*, pp. 103-104. (*Causas da decadência...*).

de uma grande lei científica, de um sistema, de um facto capital? A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência; foi sobretudo pela falta de ciência que nós descêmos, que nos degradámos, que nos anulámos. A alma moderna morrera dentro em nós completamente»⁽¹⁾.

Joaquim Barradas de Carvalho
Professor da Faculdade
de Letras da Universidade de Lisboa

⁽¹⁾ *Ibid.*, p. 105. (*Ibid.*).

**CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA
DIPLOMÁTICA PORTUGUESA**



CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

Estudo de geopolítica

Pontos prévios

A história diplomática recorre a diversos métodos, conforme os dados que se propõe interpretar, a amplitude da experiência que pretende analisar, exprimir ou esclarecer ou a situação que se lhe apresenta para reconstituir; conforme a finalidade, em suma, que visa para os seus estudos. Nessas condições, pode delinear o inventário minucioso dos passos ocorridos na evolução de um «negócio diplomático», essencial para a preparação de um profissional. Pode dirigir-se ao estudo do formulário diplomático, indispensável ao adestramento prático sobre o que valem as fórmulas e as exigências processuais. Pode ocupar-se das questões que daí nasceram, o que constitui o melhor esclarecimento para o que significa ceder nesse campo, inocente para leigos e tão comum nas questões diplomáticas, quando no início dos confrontos, com a consequente e preciosa informação acerca dos negociadores. Pode ainda pretender o inventário das fontes, com vista a conhecer a capacidade dos quadros diplomáticos, em determinado momento, no sentido de se orientarem nas ambiguidades que cada oportunidade naturalmente manifesta. Pode, finalmente, conduzir à determinação, não tanto das ocorrências de cada acontecimento, numa perspectiva de determinação das fontes, crítica ou preparação dos quadros, mas para procurar as constâncias em situações díspares ou o processo de evolução das linhas de força. Por todos estes modos complementares e não dispensáveis se acabará por apreender uma diplomacia, na sua orientação e recursos, assim como na sua problemática.

Noutro aspecto, o estudo da história diplomática tanto pode assentar numa previsível conexão com a economia e a sociedade, o político e o militar, como dirigir-se a um delineamento específico, no qual acabarão por se manifestar as mesmas linhas de força fundamentais, mas no seu modo particular de expressão.

Posições científica ou programaticamente úteis para encontrar ou definir melhor o sentido ou função de uma sociedade ou de um estado, determinar os modos como se inserem e participam na evolução de outras sociedades e estados, e como deles se distinguem pelos recursos que manejam e aproveitam e quais os valores que mais se lhe adequam e melhor representam. Em suma, a história diplomática, como a história de qualquer actividade humana é a

única maneira de tomar consciência das forças que nela intervêm e de ponderar as condições da sua orientação.

Para tanto, no caso da história diplomática importa, de preferência, analisar um período longo, de modo a encontrar as forças actuantes de cada momento e verificar se podem considerar-se linhas de força, constantes ou regras e quais os factores que as modificam e propõem. E sobre esses elementos, podem discutir-se, analisar-se — ou até conjecturar-se — novas formas de equilíbrio e reforço.

Se é certo não haver diplomacia abstracta e que a diplomacia ideológica é uma forma de «esconder o dono» (ou de o mostrar) é, contudo, evidente que não pode entregar-se o cálculo de uma política de sobrevivência (que a política externa sempre é) de um país antigo, a simples intuições, desprezando uma incontestável experiência diplomática — a bem e a mal sucedida — ao lado do pensamento específico relativo às situações actuais.

Não é menos certo haver leis de situação que se determinam reunindo e pensando as conjunturas. A diplomacia eficaz nunca é arbitrária nem pode desligar-se daquilo que a Nação tem sido e da soma da experiência histórica que tem acumulado. E assim como a independência é o sinal insubstituível da maioria política de que nenhuma Nação, até hoje, desistiu voluntariamente, pois dá garantias militares e económicas que nenhum acordo, necessariamente circunstancial, pode assegurar, também a política diplomática é a expressão pública — constantemente à prova — da capacidade de um estado para o exercício da independência. Uma diplomacia oportunista e ideológica exprime um estado doente ou já subordinado ao mais forte. A verdadeira política externa é a forma específica, à altura das suas forças, como cada estado se apresenta no mundo, perante as outras potências, em condições de jogar os seus recursos, de modo a manter a independência que o mesmo é dizer a capacidade colectiva.

Outro conceito que importa fixar, preliminarmente, e que afirmações precipitadas, ou mesmo irresponsáveis, fizeram, com frequência, esquecer, sob argumentos aparentemente claros, é o primado do político na vida dos povos. Os estados capazes de se aperceberem do primado do político e do significado militar que ele comporta, estão em condições de sobreviver porque podem, em consequência, definir uma orientação externa coerente. Aqueles que dão prioridade ao económico, ao social ou ao ideológico estão em vésperas de, seguindo a imagem bíblica, trocar a maioria da independência pelo prato de lentilhas, só tarde se apercebendo que, desse modo, desaparece também a capacidade, pequena que seja, de negociarem — ou de exigirem — outro prato, inevitavelmente indispensável.

Primado do político não significa indiferença ao económico ou ao social, mas a segurança de que o militar, seu consequente, é a forma de garantia que as comunidades mais estimam — porque sempre foi a mais eficaz e que, apesar de tudo, menos as enganou — para conservar a sua segurança e aproveitar-lhe as possibilidades, preservando os direitos à escolha e à própria alteração de caminho. Assim se compreende a persistência de Israel, premiada

ao fim de quase dois mil anos de espera e de luta, ou o entusiasmo actual das sociedades africanas em ascenderem à independência, através de todos os sacrifícios, incluindo a prosperidade económica.

Exceptuando as épocas imperiais (em que o próprio conceito de nação, sem desaparecer, se altera) raras vezes a política externa de um país está sujeita a situações sem alternativa. Na maior parte dos casos, é uma escolha entre diversas oportunidades que não são — evidentemente — arbitrárias: são propostas para um equilíbrio provável de forças internacionais. Visam garantir à vida interna independente do Estado, uma cobertura que o defenda e lhe permita realizar os objectivos da sobrevivência possível. A história da política externa de um país consiste, afinal, em determinar como esse país concebeu e realizou, nas relações com os outros estados, esses objectivos próprios e inalienáveis. Para tanto, a sua posição estratégica e recursos, assim como o teor da própria sociedade — a sua robustez interna — desempenham um papel primacial. Nesse sentido, importa ter bem presente que, desse ponto de vista estratégico (no mais amplo alcance do termo), as perspectivas implícitas na situação geográfica de Portugal têm variado muito, em função da tecnologia dos transportes e da constituição da própria Europa, por muito estáveis que tenham sido as suas fronteiras e por pouco que, na aparência, se tivessem modificado o número, a capacidade e os interesses dos vizinhos. Isto é, o papel dinâmico que a situação geográfica de Portugal, ou os seus recursos, desempenharam nas diversas situações ou conjunturas peninsulares, europeias ou mundiais tem-se modificado. A constante da sua situação e o seu sucessivo e diferenciado aproveitamento não são conceitos óbvios. No ponto de vista internacional, essa situação geográfica portuguesa não tem apresentado sempre o mesmo valor, ao longo dos oito séculos da existência de Portugal, como estado. O seu alcance e modo de intervenção depende da definição ocasional das potências vizinhas ou intervenientes, da situação interna do País e da sua determinação nacional, assim como da tecnologia dos transportes e comunicações. O modo como tem sido manejada ou aproveitada essa variável, referente à importância da sua situação geográfica tem sido uma prova da capacidade dos portugueses em garantirem uma posição própria.

Reveste-se de alguma utilidade analisar, no conjunto, a experiência da política externa portuguesa na variada expressão que adquiriu, como país cuja fronteira metropolitana permaneceu quase sem alterações.

I

A PRESSÃO DA FRONTEIRA TERRESTRE

Primeira conjuntura

Portugal é uma nação cujas raízes mergulham até um muito remoto passado. No século XII, constituiu-se em estado e nessa situação de maioridade política se manteve até à actualidade, enfrentando as mais diversas

crises, que venceu, com excepção de uma interrupção de sessenta anos que foi quanto durou a ocupação espanhola. Estes factos não são ocasionais; provam a profundidade do sentimento nacional e a eficácia da sua defesa, expressa na imposição de soluções políticas adequadas, para cada uma das crises. Resultado obtido por influência de factores cuja análise constitutiva e operativa não interessa fazer aqui mas tão só considerá-lo, na orientação da sua política externa.

Podemos dizer que um estado — grande ou pequeno — só tem uma existência segura quando é capaz de conceber e de executar uma política externa autónoma, isto é, com capacidade para determinar e defender, em seu benefício, uma forma de equilíbrio entre os diferentes estados que, em cada momento e por diferentes motivos, se degladiam. A confluência das diversas interpretações do equilíbrio e as contingências da sua manutenção constitui a situação internacional.

A autonomia do extremo ocidente da Península também não é uma simples circunstância, nem é só de natureza política. Na verdade, aqui, os arquétipos de toda a espécie, recebidos ou reconhecidos, através dos veículos mais diversos, adquiriam possibilidade de transformação própria, uma vez que eram muito limitados os contactos regulares com as fontes originárias. Assim, acabaram por se modificar, em novidade, os modelos importados, e se mantiveram activas formas locais de remota criação, como se verificou no domínio da arte e da fé; no campo da comunicação oral, chegou-se à formação de uma linguagem própria que, em pouco tempo, atingiu o padrão de língua, tendo permanecido muito pouco tempo na categoria de dialecto. Do mesmo modo, aqui encontramos formas de organização local onde as populações se canalizam para um querer colectivo, enquanto a unidade religiosa, depressa obtida à volta do cristianismo, se defendia numa disposição local do culto. Por isso, a conjuntura peninsular evoluía no sentido de, cada vez mais, se reconhecer o carácter específico da área. É o que se verifica na acção de Fernando Magno (1035-1066) e nas concepções implícitas e explicativas da divisão da sua herança, em que a área portugalense e galega foi entregue a um rei próprio, Garcia. Tempos depois, verificou-se uma revolta autonomista portugalense que atingiu o confronto militar, em batalha campal, tendo sido vencido e morto o seu chefe (Soeiro Mendes, 1071). A mesma interpretação acerca da especificidade da área e sua relevância estratégica decorre da maneira como o futuro Afonso VI, imperador das Espanhas, veio a reconstituir a unidade do reino de Fernando Magno, seu pai. Foi por essa área que tentou vencer seu irmão Sancho e quando tomou conta do poder, entregou a sua administração a um dirigente local: subordinado, ou não, a outrem, era aquela a zona da sua competência. Nestas condições, a entrega do governo do condado portugalense ao conde D. Henrique corresponde a um dinamismo próprio, ao alcance das possibilidades e interesses da região que interessava aproveitar, como baliza eficaz contra qualquer invasão vinda do Sul e melhor isolamento dos elementos decisivos de quaisquer coligações. Com efeito, sem mapas, sem marcos de fronteira, sem potências

hegemónicas favoráveis, dotado só dos meios de expressão inseparáveis da autonomia da sociedade local e da sua capacidade militar, o condado portugalense correspondia a uma área que os poderes políticos se limitaram a reconhecer como própria. Não a criaram.

A conjuntura europeia era outra, muito diferente. O processo interno, depois das invasões bárbaras, desenvolvera-se no sentido da integração de novas regiões na civilização europeia proveniente do Mediterrâneo. Deste modo, se organizara toda a região da Europa Central, do Mar do Norte e da Inglaterra, seguindo para o Báltico e para a Escandinávia, nesta altura, ainda de assimilação precária quanto aos definidores comuns. Nos séculos XI e XII, as cruzadas desempenharam um papel de vulto nessa unificação, articulando-a num processo militar de grande alcance que era a tentativa de intervenção de todo este novo conjunto europeu no Próximo Oriente mediterrânico, centrado em Jerusalém. Em sucessivas expedições, para aí se dirigiram cruzados de todas as novas regiões da Europa. Nos reinos cristãos no Norte utilizava-se, com frequência, a via marítima, parte da qual corria ao longo da costa galega e portugalense. Esta última oferecia boas condições de abrigo e de abastecimento; era mesmo essencial para o tráfego, pois, a partir daí, toda a costa do Sul da Península Ibérica e do Norte de África estava em poder dos mussulmanos, o que tornava indispensável medidas de precaução, antes de uma tão longa e arriscada viagem, de muito mais difícil abastecimento. Situação que trazia, mais especialmente, ao território portugalense uma capacidade e função próprias, fora do equilíbrio peninsular. Podia até, dentro de período, mais ou menos longo, vir a alterá-lo por completo.

Com o alargamento do domínio cristão na Península e a consequente posse de áreas geográficas completas, as zonas locais específicas (de acordo com as condições de transporte e produção), voltaram a desempenhar o papel que tinham exercido nos tempos do domínio romano e visigótico: áreas de produção e de ordenação primordial de mercados e adequadas comunicações. Acrescentavam-se, agora, as condições trazidas pelos novos tempos e interesses. No que se refere ao condado portugalense ou a Portugal, ao seu carácter de zona de boa produção agrária e pecuária, bem servida de comunicações internas, nas bordas de regiões muito mais pobres, acrescentava-se, agora, o valor que representava como zona de trânsito para o Mediterrâneo, assim como, no ponto de vista político, como zona de refúgio e pressão sobre o reino leonês. Nesse sentido, fora aproveitado pelo próprio Afonso VI de Leão, avô de D. Afonso Henriques.

Funções económicas, políticas e estratégicas renovadas, numa Europa que tinha adquirido, entre o século VIII e o século XI, a sua completa definição geográfica: de mediterrânica tinha-se tornado também continental e atlântica. Quer isto dizer, em termos geopolíticos, que Portugal e o território que lhe correspondia, se determinava com a reconstituição de uma área de estuários atlânticos e o estado que dominava a costa do extremo ocidente europeu, essencial às comunicações entre duas partes da Europa, a do Mar do Norte

e a do Mediterrâneo, até então, quase só em contacto pela Aquitânia ou pelas estradas dos Alpes ao Reno.

As potências ou entidades que pretendessem a utilização da rota marítima não podiam dispensar o apoio dos portugueses, assim como, nesta altura, era do interesse delas não se envolverem nas questões propriamente ibéricas. Assim como era — por sua vez — do interesse dos portugueses melhorar as condições dessa via e ignorar, quanto possível, os nexos continentais. Os primeiros reis de Portugal apresentavam-se como sendo os chefes da comunidade que detinha essa longínqua região, só ocupável com as vantagens da autonomia, difícil de manter sem a colaboração das populações locais, bem preparadas para a defesa dos seus privilégios. Situação irreversível, decorrente da confluência dos factores tecnológicos dos transportes e do equipamento militar, com a longínqua autonomia governativa, unidade espiritual e capacidade económica, numa função estratégica e geográfica nova mas fundamental que nem era inesperada nem difícil de perceber. Permitiram essas condições que se constituísse e consolidasse, em condições favoráveis, o Estado nacional português — há muito possível, assim como se desenvolvesse um sistema de governo, dentro da condição da independência.

Neste contexto, se apresentam as primeiras linhas de força de Portugal como estado independente, duas das quais já pertencem expressamente à sua política externa: uma definição da área de governo próprio e de influência sua, para a luta contra os mouros; a separação relativamente a Leão e o prolongamento das zonas de costa sob o domínio português; a criação de apoios diplomáticos e políticos fora da Península e mais longe da pressão das suas contingências; o impedimento da constituição de quaisquer forças, no interior do Estado, susceptíveis de, por si, serem mais fortes do que o poder central. Assim se esclareceram como em duas faces de uma moeda, no modelo geral de Leopold Von Ranke, uma política interna e uma política externa específicas, ao lado da constituição e do exercício dos órgãos de Governo.

Dada a situação em que se encontravam, distantes dos órgãos vitais tanto do Norte da Europa como do Mediterrâneo, como da própria Península, embora importante como área de trânsito, as populações confluentes numa sociedade específica, qualquer que fosse a sua categoria social, tinham muito mais razões para se unirem do que para formarem grupos em luta interna. As razões para a unidade das classes eram muito mais importantes do que para lutarem entre si: característica muito frequente na história portuguesa e condição da sua sobrevivência. Em Portugal (como, decerto, nos momentos fundamentais de todas as sociedades) a situação global que conduz ao acordo das classes é sempre mais fecunda do que as vantagens resultantes do seu conflito e do problemático triunfo unilateral. Neste caso concreto, nos primeiros tempos da independência nacional, a presença possível de estrangeiros providos do poder político, explorando, por consequência, uma só parte das vantagens ou oportunidades que o território portugalense podia oferecer (as que eram do interesse que aí os tinha levado), significava o

abandono das concepções gerais, assim como a substituição dos dirigentes naturais e locais, por responsáveis parcelares e como tais orientados por concepções exclusivamente ocasionais e práticas. A posição estratégica e transitória, a capacidade económica, as virtualidades políticas da vida local, as condições de pressão sobre a monarquia leonesa traziam indiscutíveis vantagens, quando aproveitadas em conjunto, mas não podiam estar ao alcance de uma só classe ou grupo dirigente. Só uma governação nacional independente a podia aproveitar, na sua riqueza política. Por outro lado, a independência só podia existir quando uma política externa a exprimisse e defendesse. Para tanto, no caso português, tinha de assentar, como assentou, no quadro peninsular, no quadro europeu e dispor de uma concepção operativa acerca das suas próprias fronteiras.

Para se compreender a situação em Portugal, nos séculos XII e XIII, não se deve, todavia, exagerar a importância desta zona do Ocidente no conjunto da Europa, mas, tão só, salientar a sua função específica, porquanto é essa que mais interessa no plano internacional.

Primeiras realizações

D. Afonso Henriques, seguro como estava, nestas condições, da sua população e de outros apoios, não actuou exclusivamente dentro da conjuntura peninsular e portugalense, no que se refere à oportunidade da reconquista do território aos mouros. Na orientação que lhe deu, ampliava-se também o significado internacional que essa operação apresentava. Analisadas em conjunto as suas acções, perdem a característica de circunstâncias só portugalenses ou peninsulares. Assim, numa série de medidas, onde naturalmente intervém, a Igreja de Portugal separa-se do arcebispado de Toledo, a tal ponto que, em 1143, o único bispo português que comparece no concílio de Valladolid, o faz como sufragâneo de Salamanca. Pela mesma altura, ao preparar o reconhecimento da independência de Portugal, por Afonso VII de Leão, estabelece-a primeiro no quadro hispânico. Só muito depois é que aparece consagrada num campo internacional mais amplo. Quando D. Afonso Henriques vai negociar o acordo de Zamora, já aí se encontra na qualidade de vassalo da Santa Sé (Erdmar); portanto, quando reconhece vassalo de Leão, por Astorga, tinha já um suserano superior que acautelava o alcance daquela «sujeição» e, mesmo assim, depressa, inexistente. Por outro lado ainda, as relações de casamento (elementos significativos nas relações diplomáticas, naquela época de comunicações difíceis e onde as embaixadas eram sempre de duração muito limitada e dependentes de casos especiais), provam bem a consciência de D. Afonso Henriques da situação em que se encontrava o novo Estado. Assim, casa com Matilde, princesa «italiana» (filha do conde de Mauriana e Sabóia); uma sua filha (Teresa) casa com o conde da Flandres, e D. Sancho, seu filho e herdeiro, com uma princesa de Aragão (Dulce, filha de Raimundo Berenguer IV). E por último, ao considerarmos a teoria estratégica que a sua expansão territorial envolve, vêmo-la orientar-se no sentido da definição da influência

portuguesa ao longo da costa, numa via que levaria Portugal a assenho-rear-se do conjunto dos estuários do Atlântico Ocidental, assegurando para si e para os seus sucessores a posse das fozes dos rios, do Minho ao Guadiana. A região portuguesa ia-se consolidando como a costa compreendida nessa série de embocaduras, desde a Galiza ao Algarve. E aparte pequenas e pouco duradouras divergências, é esta a orientação executada até se chegar à conquista de Faro, em 1249, a que se seguiu, pouco depois, o domínio de todo o território algarvio. Nesse processo único, ao longo de 100 anos, D. Afonso Henriques encaminha-se, ao longo da costa, de Leiria até Santarém (nessa altura um ponto) Lisboa, Sintra, Almada, Alcácer do Sal, com a posse do interior imediato. Évora e Beja, cidades essas conquistadas por outros, embora com o seu apoio completavam a zona de domínio. Seu filho, D. Sancho I, prossegue, em piores condições, até Silves, que depressa se vê forçado a abandonar. D. Afonso II garante o estuário do Sado com a conquista definitiva de Alcácer do Sal e D. Sancho II «fecha» a zona portuguesa, ao atingir a foz do Guadiana. Estas conquistas, além de estabelecerem uma área coerente e funcional para o território português, como Estado, justificavam a sua independência para as controvérsias internacionais. Com efeito, a independência não prejudicava — antes facilitava — por meio de uma diversificação provavelmente válida das forças políticas, a tarefa peninsular e europeia da luta contra os mouros, antigos invasores. As conquistas constituíram, assim, um elemento essencial da política externa.

Outro ponto de grande regularidade na vida do Estado português desta fase e que constituía uma preocupação basilar para aquilo a que hoje chamamos a estabilidade política era a conexão — iminente ou efectiva — entre os problemas internos de Portugal e as incidências vindas do exterior. Qualquer dificuldade entre o rei e os poderosos, familiares ou outros senhores, arrisca-se, na espera do poder espiritual, a envolver advertências de progressiva gravidade. A constituição da Igreja portuguesa tinha conseguido que a resolução dos problemas pudesse prosseguir em Roma e não na Península. Assim aconteceu com D. Sancho I e D. Afonso II. Mas no domínio da previsão política (que não é um processo só de hoje) a conexão permanente entre uma crise interior e os seus efeitos de fronteira com o imediato desafio ao poder, era um decisivo factor de perturbação. O caso mais grave que então surgiu foi a deposição do rei D. Sancho II (1245). Sem dúvida que pôs em perigo a sobrevivência do estado português, vindo a sair como vencedor da guerra civil que durou cerca de dois anos, o conde de Bolonha, depois rei D. Afonso III e irmão do rei deposto. Mas para tal, além da campanha militar, foi preciso impedir o seu afastamento de Portugal e para isso vencer-se também uma batalha diplomática. Chegou a surgir a hipótese da coroa de Aragão — outro estado ligado à costa, mas a mediterrânica — ocupar legalmente o trono português, porquanto o infante D. Pedro, irmão de D. Afonso II e tio dos dois contendores, tinha cedido os seus direitos, em favor do rei D. Jaime de Aragão, ao mesmo tempo que o Conde de Bolonha era convidado a ir à Terra Santa. Neste transe, os

bispos portugueses e os outros partidários de D. Afonso III actuaram com grande decisão e impuseram — no, nacional e internacionalmente, como rei de Portugal. Decerto ficou aqui bem claramente definida uma constante da política externa portuguesa: o perigo da intervenção de poderes exteriores, em face de quaisquer dificuldades internas do País. Em meados do século XIII, começava a aprendizagem política que, um século depois, após regular amadurecimento por diversos e mais ou menos graves acidentes, iria dar os seus definitivos frutos na solução da crise do final do século XIV, agravada com a morte de D. Fernando.

E assim se esclarecem as primeiras essenciais linhas de força da política externa portuguesa, enquanto durou a formação do território nacional: pela via militar, a princípio, diplomática, logo depois e sempre, valorização e isolamento da área específica a Portugal, dentro de uma determinada ordenação geográfica; pela via política interna, determinação das forças de maiores nexos internacionais, de modo a assegurar a sua subordinação ou dependência relativamente aos poderes nacionais; pelas relações externas, já regulares, propósito de abrandamento das pressões na fronteira terrestre com o reino de Leão. Para isso, apelava-se para uma ou mais potências que a pudessem compensar e, por consequência, garantissem o equilíbrio, na parte que lhes pudesse competir e interessar: o Papado, a Flandres, a importância da autonomia dos serviços transitários de alcance europeu, constituídos pela linha de costa do extremo ocidente da Península, em poder do Estado português, dela divergente. O recurso à acção militar dos cruzados que necessitavam da costa portuguesa, em condições da maior segurança, completava, nesse plano, o significado dos portos abertos ao tráfego cristão. Tornava-se uma necessidade para o próprio equilíbrio peninsular que a região do extremo ocidente da Península se não ligasse nem ao centro da Meseta nem ao leste mediterrânico.

Não pode tomar-se o conjunto desta orientação como circunstancial. É antes a expressão de diversas colaborações, interesses e capacidades, ao longo dos séculos XI, XII e XIII, com vista ao seu aproveitamento político e cuja consideração, certa e concreta, permitiu a constituição da Nação em Estado e o seu vitorioso prosseguimento.

Com a subida ao trono de D. Afonso III, termina o primeiro período da história de Portugal como Estado e o segundo como Nação, pois, neste último caso, o primeiro período vai até à conquista do poder político. Inicia-se, agora, uma nova fase com um importante problema diplomático — o esclarecimento sobre a posse legal do Algarve pela coroa portuguesa e que vai realizar-se em conjunturas, peninsular e europeia, completamente diversas.

A nova conjuntura europeia

Entretanto, a partir de meados do século XIII, começaram a melhorar as condições de navegação, sobretudo na área atlântica, permitindo uma maior

interferência destas sobre o eixo primordial da civilização europeia, o Mediterrâneo, onde os elementos de diversa espécie (militares e comerciais) vindos do Norte se iam tornando uma presença regular e previsível. Para esse efeito, numa primeira fase, a França teve um papel decisivo tanto porque nela estava integrada uma boa parte dessa nova área atlântica — a Aquitânia, a Bretanha, a Normandia — não só rica como dotada de bons portos e de comunicações interiores com a Provença mediterrânica. Todas estas regiões, sujeitas ao mesmo suzerano, dentro do sistema feudal — o rei de França — tornaram-se com a Itália, um veículo fundamental na transmissão da experiência mediterrânica para o Norte — e reciprocamente — enquanto o Império alemão o era quanto à Europa Central.

A actividade mediterrânica, como sendo de formação mais remota, continuava relativamente localizada; as suas ligações com as partes do Norte e do Centro europeu, embora sensíveis e a partir de certa altura, consideráveis, continuaram a ser, por muito tempo, meros complementos da sua actividade. O mesmo não podia dizer-se do Atlântico. O processo da sua interferência no Mediterrâneo então acentuado e a partir do século XV, inesperadamente diversificado pelos portugueses, vem culminar no século XVI, para, em seguida, prosseguir, com outra definição de espaço.

Para este acontecimento, na verdade, decisivo, contribuíram bastante, no domínio do necessário, as importantes modificações levadas a efeito na tecnologia naval, noticiadas a partir de meados do século XIII⁽¹⁾ e que permitiram uma crescente autonomia e segurança dos navios e o consequente alargamento do comércio marítimo. O invento do leme de timão — ou antes, de timão e charneira —, além de facilitar as operações de navegação, permitia o aumento do volume dos navios e uma navegação à vela mais aperfeiçoada; o barco passava a poder transportar cargas cada vez maiores, a realizar maiores trajectos e a necessitar, proporcionalmente, de menos tripulação, factos de mais especial significado para a construção naval atlântica. Os portos conhecem, a partir de então, um movimento cada vez mais intenso e variado, podendo ser mais distante a origem e o destino das cargas, mais regulares as comunicações. Noutro aspecto, inventos técnicos, no que se refere ao tratamento da lã, permitiram, na Inglaterra e na Flandres, que mais locais pudessem dispor de indústria de lanifícios e se verificasse aumento de produção. Factos paralelos ocorreram com o ferro da Biscaia, a metalurgia flamenga e a produção alemã de prata.

Transformações tecnológicas ocorridas num condicionalismo social favorável. Na verdade, nessa mesma altura, acentua-se, sobretudo na costa atlântica do noroeste da Europa, a eclosão de potencialidades novas; as populações diferenciam-se num maior leque de actividades, preparando-se, por outro lado, o desenvolvimento da condição indispensável para que áreas de produção diversa possam estabelecer relações económicas válidas — a economia mone-

(¹) Cf. Lefèvre de Noettes — *De la marine antique à la marine moderne*, Paris, 1935

tária que as sociedades mediterrânicas tinham afinado e que os centros comerciais do Norte depressa assimilaram, estimulando, até, as suas próprias virtualidades.

No final do século XIII, verificamos a existência de comunicações comerciais marítimas regulares entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa: Génova e Veneza formam as suas «carreiras» para a Flandres, a Inglaterra e a Aquitânia, ao mesmo tempo que há notícias da presença significativa de ingleses flamengos, biscainhos e outros «atlânticos», em diferentes portos mediterrânicos.

Ao mar do Norte afluíam navios de todas as regiões da Europa e ia-se daí a toda a parte. E pelas novas rotas, a cultura, a religião, as atitudes humanas, a arte, adquiriam difusão, ressonância e significado europeu, ou seja, mais susceptível de uma linguagem de apreensão comum, sem que o seja o seu dinamismo interno.

Tão importante como o crescimento das cidades é o papel determinante da agricultura; o seu lento desenvolvimento condicionou a limitada dimensão das cidades e a sua dependência de áreas agrícolas férteis e próximas, assim como a disponibilidade de mercadorias para o tráfego comercial: limites difíceis de ultrapassar sem o risco do crescimento demográfico. Num outro plano — já político e social — a maior frequência e segurança das comunicações regulares inter-regionais minava o prestígio do localismo a que o sistema feudal tinha dado viabilidade militar e política. Deste modo, se iniciava uma evolução pela qual vieram a constituir-se estados mais centralizados, reunindo regiões antes autónomas e até independentes.

Condições que iam afectar a Península Ibérica embora lhe não pudessem desmentir a sua dispersão regional e a extensa costa, assim como as suas tão particulares instituições. Fernando III (1200-1217-1252) tinha iniciado, em 1230, o processo de unificação política possível dos reinos e territórios peninsulares, juntando as realezas da Meseta — Leão e Castela — com largo acesso ao golfo da Biscaia (2) e lutando por garantir uma mais extensa zona de costa, no Sul. Por seu turno, o reino de Aragão, profundamente modelado nos interesses mediterrânicos, suportava com vigor as pressões da Meseta, tanto mais que Castela lhe disputava a costas do Levante, ainda em poder dos maometanos. Na monarquia, que tinha ligado os dois antigos reinos de Leão e Castela, a forte personalidade do sucessor de Fernando III, Afonso X, *O Sábio*, tinha a clara percepção da renovada importância dos portos e da linha de costa, assim como do alcance decisivo que representava para as suas ambições políticas, a garantia no Sul de um amplo e variado acesso ao mar, indispensável aos seus planos de unificação e patrocínio militar. Afonso X pensou mesmo, tal como seu pai, legar a guerra ao Norte de África, forma de pressão sobre os muçulmanos da Península. Entretanto,

(2) Pontos, de então: Santander, Laredo, Castro Urdiales e San Vincente de La Barquera, Bilbao, Portugalete, San Sebastian, Bermes, Passajes, Fontarabia, Zumaya, etc.

consolidou a posse e o aproveitamento de Sevilha, reconquistou Cádiz, avançando ao longo da costa mediterrânica, sem se coibir de entrar em choque com Aragão, ao dominar Múrcia. A seguir à França, Castela tornou-se a segunda monarquia, presente simultaneamente nos dois mares: a costa ocidental portuguesa garantir-lhe-ia o domínio das comunicações entre eles.

Uma expansão desta amplitude e variedade provocou grandes resistências e foi, até certo ponto, superficial. Por isso, voltou a verificar-se a ocupação de territórios mouros, sem alteração do *statu quo* religioso e fiscal, o que facilitava os acordos com os reis e regentes mouros, assim transformados, nalguns casos, em potenciais árbitros políticos. Sem dúvida que Afonso X, *O Sábio*, tinha largas ambições e essa colaboração não lhe era indiferente. Nesse sentido, teve acordos com o rei de Marrocos e já na parte que o interessava a Portugal, com o governador de Niebla que superintendia ao Algarve português. A monarquia da Meseta tinha-se tornado o eixo em torno do qual ia girar o processo compulsivo da unificação da Península, iniciado em 1230. Para prosseguir, não descurava qualquer apoio nem podia deixar de tentar sobre qual a via mais favorável. Orientação continuada por Sancho IV e depois por Fernando IV. Mas, na menoridade deste, com o Governo entregue a regentes, as dificuldades inerentes a tais projectos, decerto superiores às forças castelhanas, viriam a aumentar consideravelmente.

Pontos basilares deste período são, portanto, uma maior capacidade de acção autónoma, e consequente influência da Europa atlântica, assim como o início da unidade hispânica e do avanço de Castela e Aragão, no sentido de se garantirem de uma mais extensa linha de costa, cujo interesse excepcional, tanto no plano militar e político, como comercial, se tornava flagrante, na Península Ibérica e na Europa.

Situação económica e política, assim como religiosa e cultural, nos seus meios tecnológicos, recursos, planos e possibilidades, relacionada com outras condições de natureza mental e social. Apresentava uma característica de evolução desencontrada, como se revela, muito mais claramente, na sua expressão militar. Na verdade, em todo este meio século, ocorrem paulatinas e contraditórias transformações na arte da guerra, como seja o aperfeiçoamento da técnica de cerco, realizado sobretudo na Península Ibérica; o apuro excepcional da cavalaria, acentuado, quando o crescimento demográfico, o aumento da importância dos campos e o desenvolvimento das aglomerações citadinas tinha tornado inevitável o desenvolvimento da infantaria, em efectivos e armas características; daí resultara o reaparecimento do critério dos exércitos numerosos, enquadrados, por consequência, de uma forma completamente diversa da que era pressuposta pela cavalaria. A guerra naval, cuja experiência tinha sido até esta altura, mediterrânica, transfere-se para o Atlântico, com inevitáveis mas imprevisíveis correcções no ajustamento ao novo mar, de modo tal que, só muito tarde, conseguiu adquirir características típicas.

A resposta portuguesa

Todos estes factos tiveram uma forte ressonância em Portugal e nos mais diversos domínios⁽³⁾. País, até então, remoto, contribuíram eles para o aproximar dos centros de decisão do mar do Norte, acentuando a sua resistência ao processo da unificação política peninsular, então iniciada.

Não se tratava de considerações abstractas. O auxílio do, então, príncipe herdeiro D. Afonso (depois *O Sábio*) a D. Sancho II, rei de Portugal, as contínuas e incertas guerras com Castela de 1250 a 1267, em seguida, a pressão do rei D. Dinis sobre a política castelhana constituem sinais de uma situação tensa, exigindo uma política externa segura do equilíbrio interno, apoiada na vigilância das condições peninsulares e na autonomia da linha de costa portuguesa do Algarve com a consciência do que poderia suceder se a neutralização dessa costa, garantida por Portugal, desaparecesse, pela sua entrega às hegemónias peninsulares.

Dois temas básicos se apresentam à diplomacia portuguesa, neste período da história nacional que coincide com a época europeia anterior ao início da Guerra dos Cem Anos: o reconhecimento por Castela da posse portuguesa do Algarve e a criação da ordem de Cristo depois da extinção da Ordem dos Templários. Insere-se cada um deles nas linhas de força fundamentais, que são a segurança da linha de costa e a defesa do equilíbrio interno.

Essenciais para os resolver ou enfrentar são as novas pressões e motivações externas. A costa portuguesa passa a ser atravessada por galés de longo curso, dedicadas ao tráfego comercial regular, em que estão interessados genoveses e venezianos, flamengos, biscainhos, ingleses, aragoneses, bretões e tantos outros. Decerto dependentes desta situação, ocorre em Portugal uma circunstância política de grande significado como seja a subida de importância da cidade de Lisboa. Facto que não podia ter escapado à percepção dos governantes. Dotaram-na de expressivos privilégios, melhoraram o equipamento dos seus portos⁽⁴⁾ (cais, reservas de madeira, construção naval, etc.),

(3) Razões pelas quais a periodização habitual da história portuguesa, ligada só a motivações políticas e militares, mais ou menos espectaculares (mesmo essas discutíveis), era ao marcar o reinado de D. Afonso III como o fim de um período e o de D. Dinis como o início de outro, agravando assim os inconvenientes sempre inerentes ao próprio sistema da periodização, ainda que indispensável. A expulsão de D. Sancho II do trono é que pode marcar o final de um período da história nacional e a subida ao poder de D. Afonso III, pela conjuntura atrás delimitada, iniciar outro. No reinado de D. Dinis encontra-se o apogeu de uma orientação e de um processo interno e internacional e não o seu começo. No campo da política externa, como nos outros, D. Dinis continua as medidas propostas por seu pai. A lucidez de execução, ligadas à vigilância atenta dos problemas em evolução, é a verdadeira forma de distinguir um grande governante. Não, necessariamente, a originalidade.

(4) Ao contrário do que se menciona a esse respeito, Lisboa era servida por um verdadeiro rosário de Portos, desde Santos, Ribeira, Conceição Velha, Tojo, Enxobregas, etc. Por isso, Fernão Lopes, ao referir-se a Lisboa, fala nos *portos* da cidade. Não que se refere à função de cada um deles, há motivos para as considerar específicas. Mas se acrescentarmos os ancoradouros para além dos dois tópicos extremos, e as duas margens, decerto a questão se complica mais, obrigando-nos a falar, para o século XIII a XVII, no complexo portuário do Tejo, sendo insuficiente o termo Lisboa para o referir na sua real importância nacional e internacional.

de modo a facilitar a sua utilização transitória e a fixar comércio. Provida de um bom *hinterland* agrícola, Lisboa passava a constituir uma unidade social de grande capacidade de decisão e pressão política, manifestamente em detrimento do Norte, sobretudo Coimbra. A subida ao poder de D. Afonso III foi uma importante vitória política sua. E em relação com todos estes factores, tornam-se também mais frequentes as referências a portugueses em Londres, Bruges, Bordéus, etc., assim como a estrangeiros em portos portugueses. Muito ao Norte, despontava, em força, o porto de Viana.

«Tomar conta» da costa que tácitas combinações anteriores ou a definição do próprio território, como o tinha deixado D. Sancho II, indicavam pertencer ao reino português, era uma sugestão imediata para Portugal, assim como motivo de rivalidade para Castela, cuja área de costa ao Sul continuava assaz limitada. Os portugueses tinham de a conquistar e garanti-la, como condição inadiável de sobrevivência, uma vez que perdê-la significava aumentar o «cerco» de Castela pela fronteira terrestre ao mesmo tempo que se tornava muito difícil — ou impossível — o acesso de Portugal ao Mediterrâneo.

Pode dizer-se que com a posse do Algarve se jogou o destino de Portugal independente. Não admira, por isso, que D. Afonso III, ou por saber da cedência do Algarve feita por seu irmão ao seu interessado protector, herdeiro do trono de Castela, o futuro Afonso X, ou para dar ao reino, ainda tocado pela guerra civil, um objectivo nacional, em qualquer caso, consciente da emergência gravíssima (que os portugueses vieram a esquecer), tivesse decidido a conquista imediata do Algarve. A tática do reino unido de Castela e Leão (e que já abrangia dois terços da Península Ibérica) era a de ajudar um reino menor, em qualquer dificuldade interna e em seguida impor a decisão política da dependência. Experimentada com os reinos maometanos, tentou Afonso X aplicá-la aos portugueses. Mas enquanto aqueles estavam em decadência e não dispunham de uma concepção coerente para a sua presença na Península — a não ser a força das armas — pois aquela lhes era estranha e por diferentes vezes foram salvos da expulsão e da derrota pelo auxílio vindo do Norte de África, Portugal era uma nação constituída em estado. Seguro da sua independência, tinha já uma aguda consciência do significado externo das lutas civis, em que, desde o século XI, vinha sendo experimentado e utilizava a sua situação estratégica em defesa dessa independência. Com efeito, o interesse dos utentes atlânticos e mediterrânicos da costa portuguesa era também que essa costa não pertencesse a qualquer potência hegemónica da Península: detentora do domínio sobre um percurso tão longo, desde Ronceslaves, a Sevilha disporia de excessivo poder nas comunicações entre a Europa do Norte e o Mediterrâneo. Portugal independente era essencial tanto para os portugueses como para um contacto entre o Norte da Europa e o Mediterrâneo, fora das pressões hegemónicas. Nestas condições, foram decisivas, tanto a rapidez com que D. Afonso III agiu para ocupar o território algarvio, separado do resto do reino de Niebla pela cunha conseguida por D. Sancho II, como a perícia com que promoveu

o auxílio militar da Ordem de Santiago, enquanto, como rei, não podia participar na conquista, aplicando as normas de não alterar as condições fiscais e religiosas da população muçulmana.

A ocupação ou conquista do Algarve, se garantia posições, não resolvia o problema. Uma longa luta, simultaneamente diplomática e militar (como todas as lutas internacionais), decorreu primeiro entre 1249 e 1267 e depois até 1297. Para a vencer, foram decisivos os factores da vida pública portuguesa que dão firmeza às operações diplomáticas. Assim tornava-se indispensável que os portugueses revelassem capacidade militar e naval e condições para preservar a unidade política e social do reino; que se mostrassem capazes, portanto, de impor um sentido bem definido às relações internacionais de modo a aproveitar o que nelas lhes era favorável e a refrear as pressões peninsulares que, na sua oscilante conjuntura, pudessem conduzir ou a uma ocupação do Algarve ou ao esquecimento da função internacional que a independência portuguesa desempenhava. Em suma, os portugueses precisavam de fixar os interesses económicos articulados nos portos e seus serviços, aumentar o leque dos produtos fornecidos, salientar e ampliar a necessidade da vantagem da costa portuguesa independente para os novos transitários. No campo da política interna, era indispensável a manutenção do rei-estado, como árbitro indiscutível, capaz de enfrentar e resolver divergências nacionais e impedir a acumulação de poderes que se lhe pudessem opor. No campo externo, impunha-se alargar as alianças ou as relações políticas com o Norte da Europa, acaso com forças mediterrânicas de interesse atlântico, especialmente Génova. Neste contexto, se insere a posição de apoio a Portugal por parte do Papado, em toda a questão da posse do Algarve (*Bula In favorem quorundam*). Em face de um processo de unificação peninsular, a partir da hegemonia castelhana — em termos geopolíticos portanto — a independência nacional adquiria, também, uma função própria tanto no contexto europeu como na Península Ibérica. A partir desta altura — e definitivamente — o conceito de equilíbrio deixa de ser interpretado por Portugal —, ou seja, o detentor da costa ibérica que confronta o Atlântico — como podendo definir-se só em termos de estado peninsular. As ligações obtidas com a Flandres, a Inglaterra, a Aquitânia, com Génova, Veneza ou Aragão tornam-se fundamentais para a intervenção de Portugal na Península ou para o seu afastamento relativamente a ela. A pouco e pouco, o eixo da intervenção portuguesa ir-se-á deslocando até se tornar um país em que a sua política atlântica é mais importante que a sua posição ibérica, só definida em termos de fronteira terrestre. E nesse contexto se estabelecem as novas linhas de força e começa a determinar-se uma constante que é a necessidade de equilíbrio real entre as forças de pressão exercidas na fronteira terrestre com as que se exercem na fronteira marítima, de extensão sensivelmente igual, depois da posse definitiva do Algarve:

Podem dizer-se, com alguma simplificação, que o direito dos portugueses ao Algarve era anterior à sua conquista e fora consagrado por acordos tácitos de D. Afonso I e por operações militares que já vinham de D. Sancho I,

assim como pela chegada de D. Sancho II à foz do Guadiana, isolando a área do reino mouro de Niebla que ficava a oeste daquele rio, isolado do resto do território ainda pertencente ao mesmo régulo. Este, seguro de que o não poderia defender, fez dele — compreensivelmente — doação ao futuro rei de Castela, Afonso X, *O Sábio*, cujo vassalo era. Autores espanhóis falam também de uma outra doação de D. Sancho II ao mesmo príncipe, quando do auxílio que este lhe prestou, na guerra civil com o irmão.

O problema assim levantado tinha diversas incidências diplomáticas e políticas de grande significado peninsular, europeu e até canónico. A primeira apontava as contradições nascidas das alianças políticas entre mouros e cristãos, inserindo-se numa sequência de debates, processos e experiências acerca das relações com as populações muçulmanas que vieram a culminar no século XV com a Inquisição em Espanha e, no século XVI, com a conquista de Granada. A segunda era considerar-se se uma doação muçulmana podia invalidar uma conquista cristã, feita dentro do espaço tacitamente reservado entre reis cristãos; se assim pudesse ser, ficaria afectado o próprio conceito de Reconquista que assentava no facto insofismável de que sendo a península legitimamente cristã quando foi invadida: era uma guerra justa restituir aquele território aos seus legítimos possuidores. Quando já havia um «legítimo possuidor» cristão, que para tanto foi ajudado por ordens monástico-militares, podia «apresentar-se» outro possuidor com iguais direitos, tendo chegado depois da conquista? Podia, em algum caso, supor-se que a doação de um «infiel» fosse mais válida que uma legítima conquista cristã? E se D. Sancho II fez doação do seu direito de conquista, não devia lembrar-se que aquele rei estava interdito e que a suspensão do trono tinha sido canónica, inválidos portanto, os compromissos que nessa altura, acerca do seu reino tivesse tomado, mesmo que não estivesse coacto? A terceira incidência era que o território algarvio nunca tinha saído, ao longo de numerosas guerras com Castela, da mão de portugueses, que sempre o consideraram um prolongamento natural do próprio reino; ora, teria consequências incalculáveis com lutas entre países cristãos — e sem árbitro legítimo — que uma conquista já determinada mudasse de possuidor, pela força da doação de um infiel ou de um excomungado. D. Afonso III, nestas condições, conseguia colocar do seu lado — e sempre — o Papa, forçando Afonso X a tornar as dificuldades, directamente intransponíveis, por diferentes diligências que acabaram por consagrar o Algarve na posse dos portugueses. A atitude do rei português era a de superintender a todos os actos administrativos e políticos produzidos no Algarve ou a seu respeito (como sucedeu com a designação do bispo de Silves), chamar ao exercício das suas responsabilidades, as ordens militares a que fizera doações e que, ao exercerem essas funções, reconheciam o doador. Exercia, em suma, todos os seus direitos de rei. Ao aceitar compromissos provisórios com Afonso X, nunca consentiu que, de qualquer modo, estes alienassem a presença do rei português no território algarvio, mesmo quando foi forçado a aceitar a entrega do seu usufruto ao rei castelhano. Quando, pelo tratado de Badajoz

(1267), ao fim de uma série de actos públicos. Afonso X acabou por reconhecer, aceitar ou ceder quanto aos direitos do seu neto D. Dinis ao Algarve, Portugal conseguia uma significativa vitória diplomática e revelava bem a consciência do que tinha significado essa luta de vinte anos: a definição do seu território nacional, tal como se determinava quando Portugal se constituiu no reinado de D. Afonso Henriques e este estabeleceu no Guadiana a fronteira sudeste. Vitória só a pouco e pouco definitiva. D. Afonso III garantiu, primeiro, a posse do território algarvio pelas armas, aceitando depois, nas incertezas da guerra, uma forma de dependência feudal, relativamente ao Algarve, com o compromisso de obrigações militares, aliás ligeiras: era mais o princípio do que o risco. Tinha-o igualmente recebido como doação por altura do seu casamento com D. Beatriz, filha de Afonso X, com as implicações que essas doações comportam. Em tudo isso, tratava-se sobretudo de ganhar tempo e de impedir que Castela exercesse aí quaisquer direitos de soberania efectiva. Tudo o mais era secundário, excepto, evidentemente, que as declarações dilatórias envolvessem transferências mesmo provisórias de territórios. E quando, por morte de Sancho IV, sucessor de Afonso X, sucedeu ao trono castelhano um menor — Fernando IV — além de tudo o mais contestado, D. Dinis, inserindo-se desta vez no jogo peninsular, condicionou o seu apoio a este último, desde que procedesse à regularização da posse do Algarve e das fronteiras do Guadiana e Riba Coa. Daí acabou por resultar o tratado de Alcanises (1297) que, pode dizer-se, resolveu definitivamente⁽⁵⁾, a questão da fronteira portuguesa e a posse dos territórios no seu interior, sem dependência de qualquer compromisso.

Com estas negociações, a diplomacia portuguesa praticou, de uma forma exímia, a tática dilatória, até chegar a ocasião de intervir eficazmente em defesa do que era incontestavelmente seu direito, sistema indispensável à diplomacia dos pequenos países e inteiramente contraposto à diplomacia ideológica. A finalidade desta última, aliás, sempre praticada só por grandes potências e seus apaniguados, é destruir as vantagens da diplomacia dilatória — que, escorando-se no direito, defende os pequenos países. Expressando um exemplo de diplomacia processual extremamente vigilante, o principal perigo deste processo é não prever as hesitações do próprio país ou dos seus responsáveis, assentar na sua estabilidade, esperando que as oscilações de critério se verifiquem só no adversário ou antagonista o que nem sempre acontece. Mas, precisamente por isso, só é possível esse processo diplomático quando existe num forte sentimento nacional, um estado que o representa e uma efectiva vigilância diplomática, indicativa de maturidade política do estado, grande ou pequeno.

Decerto que D. Dinis estava ciente das suas condições nesse domínio; para tal, tomou, nas questões internas, uma atitude simultaneamente enérgica e temporizadora, de modo a evitar que as projecções externas desses

(5) A questão voltou, porém, a ser levantada, sem resultado, em 1312.

debates afectassem o essencial da autoridade régia e que dentro de Portugal se formassem agrupamentos ou instituições excessivamente poderosas: a sua orientação neste campo era a da circunstancializar os problemas e procurar manter o equilíbrio das forças sociais internas, de modo que o rei nunca perdesse a capacidade de árbitro. Nessa orientação, para os bens dos Templários e para a Ordem estabeleceu uma alternativa entre a sugestão do Papado e o seu projecto pessoal, criando a Ordem de Cristo (1312). Evitava assim a acumulação de bens noutra qualquer instituto, ao mesmo tempo que evitava a discordância da Santa Sé que se opunha à apropriação daqueles bens eclesiásticos pelo Rei, sem prejuízo do equilíbrio a que se tinha chegado. Do mesmo modo, não o perdia de vista nas numerosas leis publicadas durante o seu reinado acerca dos privilégios e funções do clero e da nobreza.

A necessidade de evitar a ressonância internacional das questões internas implica a existência de um exército real mais poderoso. Para tanto, na conjuntura da época, estavam definidos no final do século XIII, os efectivos dos besteiros e construíram-se por todo o País, grande número de fortalezas, pontos de apoio eficazes para que qualquer intervenção externa só pudesse ser feita em pé de guerra e com grande abundância de meios. Nessas condições, só uma guerra declarada a poderia realizar, dando assim ao rei recursos, autoridade e capacidade internacional para a enfrentar, dentro do conceito de guerra de defesa — guerra justa. A possibilidade da transformação de um conflito interior em externo ficava, deste modo, muito reduzida. Por outro lado, as lutas internas prolongadas e de difícil solução, davam lugar a negociações e ao predomínio dos recursos do Estado, contra quaisquer ajudas vindas da fronteira terrestre.

Portugal, com D. Dinis tinha-se tornado uma potência militar e naval indiscutível. Senhor de uma língua, de leis gerais, com todos os seus organismos de Estado funcionando normalmente, com funcionários próprios e quadros militares eficazes, impôs uma função internacional que a Santa Sé lhe reconhecia e de que beneficiavam as áreas marítimas do Norte e do Mediterrâneo: impedia a hegemonia castelhana nas rotas de comunicação entre o Norte e o Sul da Europa. Situado no Extremo Ocidente da Península, resistiu a todas as pressões para se inserir no jogo peninsular e só utilizou este último em situações muito concretas e em função dos seus interesses imediatos. Na verdade, como tem sempre acontecido, a Península Ibérica é uma abstracção geográfica e a sua unidade outra abstracção, construída a partir da suposição gratuita — que à história nunca confirmou — de que uma península deve ter unidade política. Atenua ou despreza o conceito de região geográfica, a hidrografia, a orografia e os critérios de comunicação que, em todas as épocas, são, com efeito essenciais, mas específicos à tecnologia que utilizam.

Jogando com a sua fronteira marítima e as novas potencialidades que ela apresenta e sugeria, D. Afonso e D. Dinis consolidaram a existência do único país inteiramente atlântico da Península Ibérica, começando, a

partir desta altura, a explorar essa basilar característica distintiva, ponto essencial para a consideração das constantes diplomáticas da história portuguesa.

O século XIV atlântico

O crescimento das cidades da orla marítima ou dotadas de vias fluviais em direcção ao Atlântico acentuou-se na Europa, no decorrer do século XIV. Foi mesmo mais rápida do que a evolução favorável das condições higiénicas necessárias à aglomeração permanente dos habitantes (nas condições dos custos da «construção civil», em termos de tempo de trabalho) o que conduziu à frequência da peste, salientando-se a célebre Peste Negra, ocorrida em meados do século. Foi igualmente mais rápida do que o aumento do rendimento agrário, acarretando a ameaça de fome. Estes dois factos — deficiências de instalação nas cidades e lento crescimento da agricultura — teve fortíssimas incidências no século XIV europeu. A eles se deve, num outro aspecto, a intervenção, em força, do camponês na vida social e política das cidades. O século XIV conheceu, por esse facto, uma série significativa de insurreições camponesas, umas vezes específicas, outras ligadas a movimentos citadinos, mas sempre de orientação política muito irregular.

A evolução militar continuou, nestas condições, no sentido já definido para o século anterior. A aprendizagem por grande número de habitantes do uso do arco e flecha, a criação de sistemas de enquadramento táctico dos soldados assim preparados, alterou, por algum tempo, o equilíbrio militar europeu: a infantaria preparava-se mais depressa do que a cavalaria e a sua eficácia militar enquadrada crescia ainda mais depressa. Os exércitos que aproveitaram, com novas tácticas, a infantaria assim constituída, fornecendo-lhes enquadramento eficaz, tornaram-se predominantes, enquanto se não deu o reajustamento da cavalaria o que só no final do século começou a verificar-se, para se chegar a uma solução estável, no século XV, com os exércitos profissionais.

Estes três factos simultâneos — progresso da infantaria, aumento da influência camponesa e crescimento das cidades — deram no século XIV características de grande instabilidade social: os «lollardos», os «ciompi», os «jacques», os «ventres ao sol», etc., são deste período e aparecem um pouco por toda a parte.

Neste conjunto europeu, o Atlântico próximo acentuava a sua já intensa vida própria; daí resultava uma hierarquização das suas diferentes áreas quanto ao significado não só táctico, de coordenação das influências necessárias para o seu domínio, como estratégico, na impossibilidade de se conceber uma guerra sem a determinação da capacidade marítima dos contendores. Condições onde passaram a ter especial relevo: a *Biscaia*, agora fortemente ligada a Castela e dotada de recursos económicos de primeira ordem, como forma de pressão: era uma zona de ferro e de escoamento da lã; e *Portugal*, costa dotada de bons portos de apoio, essencial à

segurança do tráfego e de produtos que, em muitos casos, substituíam a necessidade de uma viagem ao Mediterrâneo: cite-se o vinho.

Todos estes aspectos, com maior ou menor velocidade de incidência, mas sempre presentes, vêm confluir num acontecimento que é a expressão espectacular da autonomia do Atlântico: a Guerra dos 100 anos, a primeira guerra atlântica, desde que se deu o alargamento do conceito de Europa até ao mar do Norte, iniciado com a romanização, as invasões bárbaras e sobretudo o Cristianismo. Sem menosprezar as incursões normandas ou os desembarques dinamarqueses, o certo é que, a partir do segundo quartel do século XIV, se trava no mar do Norte ou através dele, a primeira guerra «mundial», fora do mar Mediterrâneo. A sua novidade não deriva tanto da aplicação de novas armas ou da verificação de novas táticas. Com a Guerra dos 100 anos definem-se, para toda aquela área, novas exigências acerca da intervenção dos estados, formando-se um mais amplo critério de equilíbrio. Deste modo, são chamados a participar nela, directa ou indirectamente, estados peninsulares, em especial Castela e Portugal.

Essencialmente atlântica, pela área específica em que se travou, só interessa aqui referir da Guerra dos 100 anos o sentido dos acontecimentos. Iniciada no princípio do segundo quartel do século XIV, por motivos feudais e de herança da coroa de França, depressa se tornou uma luta de um país pobre (a Inglaterra) contra um país rico (a França). A primeira começou por utilizar, com enorme êxito, a infantaria de frecheiros; na evolução dos acontecimentos, ocorreram, porém, transformações não menos decisivas, como sejam o aperfeiçoamento da guerra de cerco, a criação da cavalaria regimental e o conceito de defesa nacional.

Nesta luta, desenvolvida num contexto exclusivamente atlântico, tanto a França como a Inglaterra procuraram aliados. O poderoso reino de Castela, a potência dominante da Península Ibérica; Aragão, cujas fronteiras com a França corriam ao longo dos Pirenéus orientais; e Portugal, detentor de uma extensa linha de costa atlântica e de uma fronteira terrestre em condições de absorver a força castelhana, não podiam deixar de ser solicitados.

Portugal, na tradição diplomática de D. Dinis, praticou, com D. Afonso IV e D. Pedro, uma política de insofismável neutralidade. D. Afonso IV tentava até uma exploração do Atlântico, diversa das que, até então, eram preferidas, procurando a costa de África, como se verifica pela sua expedição às Canárias, enquanto não deixava de participar na defesa da Península contra os maometanos (Batalha do Salado, 1340) D. Pedro, por sua vez, recusou-se a receber seu primo Pedro, *O Cruel*, rei de Castela, momentaneamente expulso do trono por seu irmão Henrique da Trastamara, aliado dos franceses. Essa neutralidade, rígida norma diplomática na primeira fase da Guerra dos 100 anos, foi alterada pelo rei D. Fernando.

A aliança inglesa

Com o assassinato de Pedro, *O Cruel*, rei de Castela, por seu irmão Henrique da Trastamara que se proclamou rei, o comportamento da diplo-

macia portuguesa alterou-se. O rei D. Fernando, ao sugerirem-lhe que se apresentasse como pretendente ao trono castelhano, respondeu, primeiro, que «de Castela seria rei quem Deus quisesse». Na verdade, o problema não era o da sucessão mas o da ameaça que constituía para todos os reinos independentes da Península o tornar-se rei de Castela, um príncipe que devesse o trono ao auxílio francês. A candidatura de D. Fernando era meramente a tentativa de afastar esse perigo iminente, tanto mais que a Guerra dos 100 anos corria a favor da França. A ameaça castelhana tornava-se tanto maior quanto mais difícil era a unidade da acção militar contra Castela, partindo das três fronteiras: Portugal, Granada e Aragão. Em face da guerra assim declarada, quase exclusivamente, por exigência política, Henrique da Trastámara alcança, rapidamente, a paz separada uma vez que a «hipótese» de D. Fernando não teve qualquer apoio na conjuntura internacional e, nessas condições, tinha-se tornado um empreendimento inútil. Mas o importante é que, com ela, ficava encerrado o sistema das guerras portuguesas com Castela, a contar só com aliados peninsulares. Tinha ficado provado a difícil, ou mesmo impossível, mobilização dos estados peninsulares para uma campanha comum.

Era, não obstante, evidente que o jogo isolado das forças peninsulares, em face de Castela, apoiada na França — tivesse ou não a participação portuguesa — acabaria por efectuar a independência portuguesa, de tão extensa fronteira terrestre, e grave perigo potencial, para ambos os países. Por isso, sempre na ideia de afastar a influência francesa, D. Fernando decidiu-se a reconhecer a candidatura à Coroa de Castela, João de Gaunt, Duque de Lencastre, casado com uma filha de Pedro, *O Cruel*. Para isso, o rei de Portugal assinou um tratado de aliança com a Inglaterra (1372), embora a guerra evoluísse desfavoravelmente para esta última que via as suas galés vencidas e o seu almirante aprisionado pela armada castelhana. A campanha terrestre desta guerra, conduzida em território português, foi muito dura. Os seus incidentes, mal interpretados pela avidez dos historiadores por batalhas campais, tiveram, no entanto, aspectos decisivos para a evolução dos acontecimentos peninsulares. Com efeito, não tendo deixado dúvidas a superioridade castelhana vinda da fronteira terrestre, por aí também se revelaram as únicas forças capazes de a enfrentar: a unidade e a resistência nacionais, expressas na capacidade de sustentar cercos, de fixar efectivos invasores e de levar a efeito uma guerra de desgaste, contra os castelhanos. Esta orientação no sentido de formar aliança inglesa tinha a sua articulação básica em Lisboa, cerne da política de compensação atlântica, passando, ao mesmo tempo, e por esse motivo o seu esmagamento político a ser o objectivo fundamental da estratégia castelhana.

A resistência nacional tinha levado a invasão castelhana a um ponto morto e abria a oportunidade a ataques noutras fronteiras de Castela. Não admira que Henrique da Trastámara tivesse rapidamente aceite a paz proposta pelo legado do Papa e a fizesse desprovida de outro compromisso político que não fosse o repúdio da aliança inglesa.

D. Fernando não cumpriu, nem podia cumprir, essa exigência, tanto mais que a evolução da Guerra dos 100 anos tornava o perigo castelhano cada vez mais iminente. Daí resultou, naturalmente, uma terceira guerra, feita a contar com o auxílio inglês, mas sem qualquer eficácia. Portugal, desta vez, foi incontestavelmente derrotado. Daí tirou D. João I, o novo rei de Castela, as consequências políticas inevitáveis, que foram (1383) a subordinação da política externa portuguesa castelhana. Para a garantir, a Escritura de Salvaterra de Magos (1383), verdadeiro tratado de paz, estipulava o casamento de D. Beatriz, herdeira do trono de Portugal, com D. João I de Castela, o que significava, a curto ou a longo prazo, o fim da independência portuguesa. Vinte anos antes, tinha-se aplicado o mesmo sistema ao Condado da Flandres. Não podem separar-se estas condições da situação de derrota militar em que Portugal se encontrava.

Em todos estes acontecimentos, Portugal apercebia as consequências de estribar a sua independência em forças exclusivamente peninsulares, em combinações dinásticas ou em alianças mal definidas. Por outras palavras, era flagrante a necessidade de reforço das condições de apoio a uma intervenção positiva vinda por mar e que compensasse a pressão suportada pela fronteira terrestre. A aliança inglesa, embora indispensável, revelava-se ainda insubsistente para a compensação das deficiências do equilíbrio peninsular desta forma entendido. Mas não havia outro recurso. Compensou esta manifesta insuficiência das condições do apoio concreto de uma potência marítima, o factor, sempre decisivo, empregue a fundo pelo Mestre de Aviz da força nacional, articulada em Lisboa, mas contando com o apoio do País. Era a única maneira de enfrentar as consequências de uma guerra vencida e as deficiências das alianças possíveis.

A evolução da crise de 1383-1385 e as propostas que se desenvolveram para a enfrentar e finalmente resolver, exprimem o reforço constante dessas forças nacionais, articuladas em Lisboa. Para enfrentarem a derrota de 1383 (Escritura de Salvaterra de Magos) redefiniram a mesma política externa, mas desta vez apoiada numa mobilização nacional vitoriosa. A resistência de Lisboa ao cerco castelhano garantiu a conservação da fronteira marítima aberta e, como tal, a independência.

A subida ao poder de D. João I, Mestre de Aviz, estipulou, na sua primeira fase, a procura do equilíbrio entre a capacidade de mobilização da fronteira marítima com a fronteira terrestre do poderoso vizinho de Portugal. Mas esse equilíbrio só funciona quando entre as duas fronteiras se conserva uma determinação decisiva para a independência. Perceberam também os portugueses (pelos actos públicos que chegaram até nós e que tão mal interpretados, por vezes, têm sido) (*) que o apoio extrafronteiras da Inglaterra não podia ser gracioso; tinha de ser mútuo ou até superior ao que os ingleses imediatamente podiam oferecer. Na verdade, o alcance efectivo da aliança

(*) Conde de Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, 2.^a ed. Lisboa, 1888.

inglesa media-se pelo que significava para os castelhanos como possibilidade de uma guerra prolongada, constante e incerta. Em face das condições em que os portugueses tinham resistido e se preparavam para continuar a resistir, Castela preferiu ou foi levada a seguir outros caminhos. A aliança inglesa foi essencial nesse capítulo. Mas não foi — nem podia ser — graciosa.

Portugal, com esta guerra e esta aliança, ao lado da independência como estado, conservou a sua função europeia de garantir uma área essencial de tráfego internacional, livre das hegemónias peninsulares.

Por último, estes acontecimentos e a decisão tomada a respeito da aliança inglesa evidenciam que a unificação política da Península Ibérica que Castela pensava ao alcance das suas possibilidades, e levada a efeito, portanto, a partir da Meseta, não prosseguiu, quando se tentou a sua continuação no sentido do oceano Atlântico. A orientação de passar da unidade do Centro para a do Ocidente falhou, em face da resistência nacional, a grande força concreta contra os utopismos das abstrações geográficas, mesmo quando veiculadas pela força das armas.

A aliança inglesa escorando uma decisão anterior dos portugueses desempenhou o papel que o Atlântico lhe facilitava. Mas esse papel do Atlântico irá diversificar-se e ser desempenhado segundo formas de alcance inesperado.

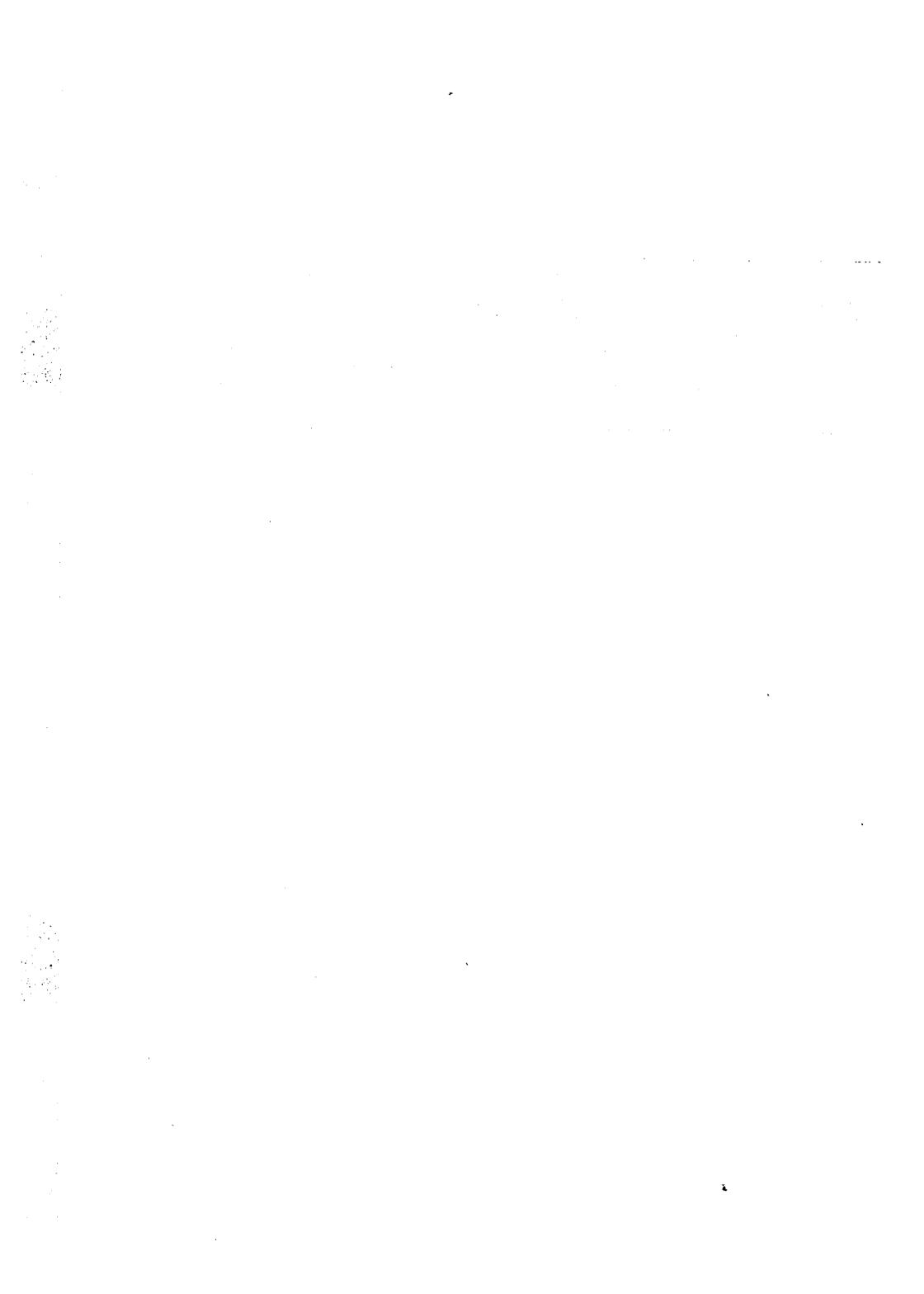
Jorge Borges de Macedo

Professor da Universidade de Lisboa

COLÓQUIO
SOBRE
ENSINO MILITAR SUPERIOR

Julho de 1976

**A ACADEMIA MILITAR NO CONTEXTO DA SOCIEDADE
PORTUGUESA ACTUAL, FRENTE À MISSÃO NACIONAL
E À FUNÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS**



A ACADEMIA MILITAR NO CONTEXTO DA SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL, FRENTE À MISSÃO NACIONAL E À FUNÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS

1.1 — Transformações recentes relacionadas com a evolução das civilizações

Reflectindo sobre «A Guerra e os Homens», nas vésperas do Segundo Conflito Mundial, o general Debenay, um dos heróis de Verdun e da Batalha do Somme, o vencedor da Batalha de Amiens-Montdidier em Abril de 1918, destacava três pontos: em primeiro lugar, as aplicações modernas das ciências ao armamento; em segundo, a formação de instituições democráticas, democratizando as Forças Armadas graças ao serviço militar obrigatório e à mobilização geral; e, em terceiro, a mudança dos próprios homens e da psicologia do chefe militar, pois ao soldado de carreira sucedera o soldado cidadão, de todos os quadrantes socio-profissionais. A luta contra a guerra total desencadeada pelas potências totalitárias alargou o papel da ciência, do fabrico e invenção de armamentos, à própria condução das operações, criando o cálculo operacional, na linha de sugestões lançadas por Maquiavel em *A Arte da Guerra* no começo de Quinhentos. Por outro lado, pôs às Forças Armadas opções decisivas: ou se deixam instrumentalizar por correntes políticas que matam a liberdade e a dignidade cívica, ou, recusando politizar-se sectariamente, ao defenderem a independência e a identidade nacional defendem conexamente a democracia, graças a uma autêntica consciência política.

1.2. — Guerra e economia: esboço de uma teoria histórica

Descartando a concepção da agressividade natural dos humanos, convirá lembrar três ou quatro fases fundamentais nas relações entre as armas e as civilizações. Nas sociedades senhoriais, o excedente produtivo, isto é, a parte da produção que não é indispensável à subsistência dos que produzem, é apropriado por outras camadas que dispõem dos meios da força — o cavalo, a espada, a lança — embora sob a forma de renda senhorial que os cavaleiros arrecadam dos dependentes pessoais. Com o Estado nacional, dispondo da artilharia e armas de fogo portáteis, essa apropriação faz-se pelo imposto ou tributo, ou pela manutenção de uma ordem social que assenta nessa renda fundiária; a função das armas é frequentemente transferir os excedentes produtivos de uma colectividade para o círculo dominante de outra — pela guerra, pela pirataria. Destrói-se tão só por inconsideração ou imperiosa necessidade táctica, porque o fim é a apropriação. Definiríamos pois as armas como bens

de apropriação violenta, de transferência do excedente produtivo. As guerras são lutas contra essa apropriação. Já as guerras religiosas revestem outro caráter, que anuncia as guerras políticas: pelo poder do Estado nacional ou em defesa de um regime ameaçado por outros. Com a Revolução Francesa e a nação mobilizada entra-se decisivamente em nova fase: o armamento tem cada vez mais uma função global e na guerra pretende-se destruir o armamento do adversário para o submeter, quando não aniquilar os homens que combatem. As armas passaram a bens de destruição, contrapondo-se aos bens de produção e aos de consumo. A mobilização de massa, levando a exércitos de centenas de milhar, depois de milhões de soldados, arrastou, conjugada com as sucessivas Revoluções Industriais, o predomínio do material e da potência de fogo: a artilharia pesada de longo alcance, as metralhadoras, os carros de assalto, a aviação. A guerra passou a depender da indústria, e a indústria a contar com a guerra para escapar às crises cíclicas ou conjunturais. Mas só com a aproximação do decisivo duelo entre potências fascistas e democracias liberais os Estados passaram a pôr sistematicamente a investigação científica ao serviço da invenção técnica, e depois da elaboração estratégica e tática. No Segundo Conflito Mundial a destruição material, efectiva, de armamento, recursos produtivos e gentes foi o grande meio de acção, escorado numa produção industrial galopante que as descobertas científicas provocadas deliberadamente e metodicamente conduzidas alimentam e promovem. Chegou-se porém a um poder de destruição tal que a ideia de o efectivar se tornou cada vez mais inaceitável; ora, como as economias passaram desde a Segunda Guerra Mundial a depender estruturalmente do fabrico de bombardeiros, caças, *tanks*, canhões, dispositivos de radares e foguetões, etc., se não houver destruição aquelas gripam o motor; a menos que... A solução tem sido outra: subordinando cada vez mais a ciência a fins militares, e da pesquisa científica fazendo sair o caudal de produção industrial, o ritmo de inferno das invenções torna rapidissimamente obsoletos os armamentos em armazém e obriga a lançá-los para a sucata (ou a vendê-los para guerras locais ou países atrasados...) e tem assim o mesmo efeito destruidor de material que teria a guerra real; a obsolescência substitui a destruição, no conjunto mundial.

1.3 — Exército profissional e exército nacional

Em 1927 escrevia, em *Introdução ao estudo do Combate da Infantaria*, o Coronel Vitorino Godinho, que fôra professor da Escola Militar e Chefe do Estado Maior da 1.ª Divisão do CEP em França; «É no estudo comparativo da vida social dos diversos povos, através de todas as épocas, no estudo das suas instituições políticas e relações internacionais, no exame atento da curva representativa das prosperidades de um povo que nós podemos colher elementos para o estudo de uma organização militar.» É, assim, por uma análise em que convergem os projectores de todo o leque das ciências humanas que determinaremos o que tem sido e qual deve ser o papel das

Forças Armadas, e conseqüentemente, as suas formas organizacionais e modalidades de formação.

As novas características da guerra global, de cunho marcadamente científico, repuseram o problema do exército profissional a substituir o exército nacional. Porquanto se trata crescentemente de decidir coordenadamente o emprego de material cujo manejo é de alta tecnicidade, e que por isso exigiria profissionais, as grandes massas iriam para a mobilização industrial, e produtiva em geral. Sem dúvida os meios da guerra moderna, dependentes da investigação científica (mas também escravizando-a), implicam quadros permanentes competentíssimos e com elevado sentido das responsabilidades; sem dúvida a massa mobilizável deve possuir consciência política e cívico-patriótica de excelente formação, e ser, na diversidade de ocupações, de muito boa qualidade de preparação nos seus ofícios: isto aliás até para ganhar as batalhas da democratização e da prosperidade. Mas com gentes assim a adaptação a outras funções faz-se hoje depressa, e um exército profissional permanente acabaria inevitavelmente por ser um corpo estranho na nação, por mais democrático que fosse o seu recrutamento: porque a democraticidade do recrutamento não assegura de forma alguma a democraticidade da instituição e do seu comportamento — basta lembrar a Reichswchr nazi, recrutada não já entre os *junker* mas sim nas camadas populares. A mobilização nacional é a única forma de afirmação de uma identidade que oito séculos de história cimentaram e alguns tresloucados quiseram quebrar.

1.4 — Forças Armadas e opções políticas

Aliás, numa época de muito mais forte probabilidade de conflitos localizados (mesmo se fomentados por numerosos de fora) ou de lutas intestinas (também do exterior incitadas e alimentadas), só a participação do conjunto nacional pode defender os valores das terras e gentes que merecem ser preservados e a esperança de futuro de que são portadores. Mas se a escolha do exército nacional em vez do profissional é uma decisão política — a aposta na democracia —, mais pertinentemente as opções políticas se põem, impõem nestes outros casos. Esclareçamos este tópico, decisivo. Trata-se, antes de mais, de rejeitar categoricamente qualquer militarização da sociedade civil, como se trata de rejeitar não menos categoricamente toda e qualquer subordinação de Forças Armadas a esta ou àquela corrente político-social. Tal subordinação, transformando as Forças Armadas na arma de um partido, não só, por esse facto mesmo, as transformaria, quisessem ou não, em arma de potência estrangeira que esse partido serve ou com que se consubstancia, como assim as dividiria da sociedade civil, opondo-se-lhe — vimo-lo durante longos meses de 1975 —, e desagregaria a Nação. As Forças Armadas têm de estar politizadas para não serem armas políticas: isto é, têm de ter consciência das grandes opções nacionais e dos valores colectivos, das alternativas consentâneas com as gentes e o seu terrunho, escapando à armadilha de se enfeudarem a este ou àquele César. O contrário de uma falsa politização

não é o apolitismo, em nome do qual muita opressão longamente se manteve: é o convívio no ideal pluralista com a determinação de barrar o caminho a qualquer totalitarismo. Afinal, a sociedade militar tem de estar integrada na sociedade civil, e o poder militar inserir-se num dos escalões de que o poder civil é a cúpula.

1.5 — Hierarquia e democracia

A instituição militar tem a sua lógica própria, como a tem a empresa (mesmo socialista), ou um hospital ou uma escola. Em todas, de resto, há muito de comum. Antes de mais, uma hierarquia de funções, com poder de decisão e responsabilidade nos vários escalões. Seja a escolha por concursos, por provas a prestar ou já dadas, ou por eleição, os competentes é que devem ocupar os lugares para que se exige competência, e há que haver disciplina no cumprimento das decisões tomadas por quem tem legitimidade para as tomar. As brincadeiras de pseudo-autogestão por incompetentes já custaram somas fabulosas ao País, já o empobreceram gravemente e tornaram excessivamente dependente do exterior, já desorganizaram demasiado sem nada reorganizar, para nos podermos permitir continuar nesse jogo de minorias irresponsáveis ou que querem apunhalar Portugal. Um serviço de cirurgia não pode ser dirigido pelo porteiro, os programas do curso de Medicina não podem ser fixados pelos que ainda nem médicos são, um doutoramento em física não pode ser apreciado pelos que não são já físicos com obra científica válida. Decerto, e não se deve fugir ao problema crucial, cabe indagar como conciliar a hierarquia com a democracia; sobretudo a partir do momento em que tanto nos exércitos como nas empresas o cálculo operacional, que exige especialização, impõe que as decisões sejam tomadas por quem tenha competência para conhecer as razões; e no caso das Forças Armadas o segredo e a rapidez de decisão são incompatíveis com plenários; mesmo nas outras organizações há que assegurar a plena representatividade das assembleias. A democratização pode vir do modo de recrutamento: a todos serem garantidas iguais oportunidades de acesso a todas as funções, seleccionando pela competência; mas já vimos que não basta. Sublinhemos que a hierarquia não apaga a igualdade na cidadania de todos, superiores e subordinados. Acrescentemos mais que a disciplina democrática assenta sobretudo na consciência da legitimidade dos fins e na adequação moral dos meios aos fins; numa adesão assumida em conhecimento de causa aos objectivos da acção comum; no espírito cívico alerta que impeça ser manipulado por partidos ou grupos ou tendências. Na empresa pequena ou média é possível maior participação de todos nas decisões, a caminho da co-gestão ou mesmo da autogestão; na grande empresa, como uma rede bancária, a decisão centralizada, embora fiscalizada, resultante do cálculo operacional, embora apoiada na tomada de consciência de todos, tem de primar; o mesmo nas Forças Armadas, por maioria de causa. Não pode existir impunidade quando se prevarica, desacata ou não cumpre; como não pode existir o direito de se ocupar um lugar para que se não é competente.

2 — Sociedade Portuguesa e Forças Armadas

A Constituição da República Portuguesa, e a Lei Constitucional de Dezembro de 75, agora interpretadas pelo discurso do Presidente da República em 19 de Julho ao dar posse ao novo CEME, definem com clareza e rigor a natureza, o espírito e o papel das Forças Armadas na Nação, depois dos baldões em que se iam afundando, e com elas a nossa pátria, devido às manobras calculistas de minorias ansiosas por instalarem entre nós o Reino da Estupidez e da Loucura. Todavia, importa ir mais longe, para chegar à organização concreta e efectuar a construção da nova pátria, e para tal temos de tentar pelo menos esboço de resposta a duas questões: Que sociedade temos sido? Que sociedade queremos vir a ser? Pois respondendo-lhes é que estaremos habilitados a precisar o que foram e têm sido as Forças Armadas na Nação e o que devem vir a ser, como devem contribuir para erguer essa pátria nova a que aspiramos. Perguntas que capciosamente têm sido consideradas simples, de resposta unívoca: pois Portugal não era uma sociedade capitalista? E agora não pretende vir a ser uma sociedade socialista? Desfaçamos essa falsa simplicidade, com que têm sido manipuladas fracções ingénuas do nosso povo. É todo o contexto, mais, toda a textura da questão fulcral hoje aqui discutida que está em causa.

2.1 — A estrutura da sociedade portuguesa

As caravelas quatrocentistas e quinhentistas ligaram cidades e algumas regiões através do Globo inteiro, lançando os alicerces do mercado mundial, enquanto plantações e feitorias erguiam o capitalismo mercantil a que se prende a génese do Estado moderno, em Portugal um Estado-mercador; uma nova sociedade assim se tecia, cujo tipo é o cavaleiro mercador, e abriam-se as possibilidades da civilização moderna, técnica e científica. Porém, as nações da grande arrancada autobloquearam-se, sob o peso de camadas nobiliárquico-eclésiásticas e comerciais excessivas e que se apropriaram a terra, de modo que não se investiu na agricultura nem na indústria e a economia visou a sumptuosidade ou a subsistência. Por isso a Península não vem a participar na Revolução Industrial da máquina a vapor, da hulha e do tear, depois na da metalurgia e da química, nem na da electricidade e do petróleo, a não ser numa ou noutra zona periférica — Catalunha, Astúrias —, como também a sua ordem política não é transformada de raiz pelo movimento oriundo da Revolução Francesa. Daí que no século XIX não se tenha industrializado nem tenha construído a sociedade e a civilização burguesa. É que a modernização agrícola, mau grado Mouzinho da Silveira e a legislação liberal a desagravar a terra, permaneceu bem tímida: ocupou melhor o solo, mas só extensivamente — três milhões de habitantes trabalhavam 3 milhões de hectares em 1800, e 5 milhões trabalham 5 milhões de hectares em 1900; de 1854 a 1906, enquanto a população cresce de + 50%, o número de cabeças de gado aumenta apenas de 14,4%. O tímido desenvolvimento agrícola a partir de

1835 suscita um ainda mais tímido movimento industrializador depois de 1865-1870, mas para final do Oitocentismo a extraordinária intensificação do comércio externo e a expansão ultramarina vêm interromper a industrialização, desacelerá-la pelo menos: se o consumo de carvão por habitante subira de 0,05 toneladas para 0,16 em vinte e um anos, se o número de máquinas a vapor passa de 70, com potência de 983 C.V. em 1852, a 7052 C.V. em 1881 e a 111 374 C.V. em 1908, não esqueçamos que já em 1896 a Bélgica dispunha de 1 180 000 C.V. para uma superfície menos de metade, e a capitação de carvão é muitas vezes inferior à dos outros países. A República de 1910-1926 também não conseguiu instaurar entre nós a sociedade e a civilização burguesa moderna.

Para retomarmos ideias de Sauvy, diremos que a falta de modernização técnica e estrutural traduz falta de pressão demográfica. De 3 milhões entre 1800 e 1835, Portugal passa só a 5 um século volvido, quando a Europa, e a maior parte dos seus países, mais do que duplica; de 1900 a 1960 cresce um pouco mais do que a Espanha, cujo ritmo abrandou, e mais o das nações industrializadas; mas não fica sobrecarregado, tanto mais que a emigração o alivia. A sua taxa de fecundidade começa a baixar aliás ao terminar a Primeira Grande Guerra, a taxa de natalidade baixa a partir dos anos 30. E devido à emigração, Portugal diminui de população entre 1960 e 1970, só ganhando nos distritos de Setúbal, Lisboa, Porto, Aveiro e Braga, mas mesmo nestes não em todos os concelhos. E essa população envelhece, sangrada pela emigração dos jovens e dos menos de 35 anos. Por outro lado, a sua distribuição regional desequilibra-se cada vez mais: já no século XIX em 41,7% do território se concentrava à volta de 69% dos habitantes, em 1960 são quase 70% e em 1970 mais de 79%, isto do Minho ao Sado: mas não se apagou o contraste entre o Portugal a norte do rio Liz-serra da Estrela e o Portugal a sul.

País fraquissimamente urbanizado, até pelo menos 1960; mais de vilas do que de cidades, antes da Segunda Guerra Mundial. De 1911 a 1960, a população dos centros de mais de 20 000 habitantes passa de 12,6% a 18,3%, a das vilas (5 000 a 20 000) baixou de 11,96% a 8,9%, e a população abaixo de 5 000 só desceu de 75,43% para 72,71%. Na última data ainda 60,8% vivem em circunscrições inferiores a 2 000 habitantes. Em finais do século XIX, começos do XX, a população agrícola excede 61%, a indústria e o terciário equilibram-se ao redor de 19,5: a primeira vai diminuir muito lentamente — de -4% por decénio —, enquanto nos anos 1920-1930 o sector terciário se avoluma desmedidamente — para 37%, ficando o secundário em 17% e o primário em 46%. Em 1950 ainda a agricultura ocupa 47%, a indústria menos de 25% e o terciário mais de 26%. Em 1960 as percentagens na população activa são respectivamente 43,6%, 28,9% e 27,5%: dez anos depois é que se notam diferenças substanciais: 31,7% na agricultura, 32,3% na indústria, e 36% no terciário. Ora a diminuição marcada no primário deve-se à emigração e não à modernização técnica e mudança de organização agrária. Note-se uma vez mais o excessivo avolumar do terciário, não assente em industrialização nem modernização agrícola prévias.

Exceptuando o eixo Porto-Lisboa-Setúbal, com o ramal a Cascais e duas transversais turísticas à fronteira (agora tão abandonadas!), Portugal é um deserto de circulação: na Europa, o país de menor número de Kms de estrada por 1 000 habitantes, bem como do número de habitantes por automóvel. Fraqueza profunda do mercado interno. Entre o Norte e o Sul, contraste no regime fundiário — latifúndios meridionais contra mini-explorações setentrionais. Com agricultura por toda a parte antiquada, e culturas marginais dadas as características do solo e clima — lembre-se o trigo e os seus mitos. Produtividade muitas vezes inferior à produtividade média lá fora, insuficientíssima mecanização, pouco emprego de herbicidas, fraca adubação ou inadequada, má programação dos amanhos culturais, não utilização da investigação genética.

Decerto, com a Segunda Guerra Mundial a iniciativa privada lança empreendimentos industrializadores, embora limitados, não obstante a política tradicionalista de Salazar. Mas com a recomposição europeia dos anos 60 Portugal volta a ser fábrica de braços para exportar, e o desenvolvimento da indústria desacelera-se. Aliás, industrialização recentíssima, não chegou a criar uma classe operária com consciência moderna própria, nem a impulsionar o que seria o correlativo desenvolvimento cultural (apenas o incremento do ensino técnico e o descontrolado multiplicar de institutos universitários sem finalidade útil). O salazarismo era anti-industrializador e contra a ciência moderna. Por isso a sociedade permaneceu rigidamente estratificada, com débeis classes médias e acentuado contraste entre a oligarquia dominante e a massa assalariada ou de pequenos exploradores de parques rendimentos. O número de famílias com rendimento superior a 60 contos não alcançava 4%, a massa salarial representava tão só 44% do rendimento nacional (contra pelo menos 60% lá fora). Sociedade arcaizante: o analfabetismo, cujo desaparecimento caracteriza a civilização burguesa, ainda era de 74% em 1900 (maiores de 7 anos), ultrapassava os 30% em 1960 e ainda os 20% em 1970. Outros indicadores: a mortalidade infantil é de 40 por mil nados-vivos em 1974 (mortes antes de 1 ano de idade); a capitação de leite é de 59 Kg/ano em 1965, quando no estrangeiro alcança e ultrapassa 200; em 1973 o número de habitantes por médico era de 1100, quando se situava entre 840 e 560 nos outros países. Sociedade oligárquica: enquanto no começo do nosso século a carga fiscal era das mais pesadas da Europa, o salazarismo tornou-a uma das mais leves.

2.2 — As Forças Armadas na sociedade portuguesa até 1974

O salazarismo foi a férrea determinação de manter a estrutura tradicional, anterior à Revolução Industrial e à Revolução Francesa, ao serviço da oligarquia e da ordem de valores arcaica. Nascido em defesa dos privilégios dos tabaqueiros, e para impedir o imposto progressivo sobre o rendimento, ligado à hierarquia da Igreja, que nunca lhe faltou com o seu apoio, o regime fascista português foi instalado por um golpe militar e nas Forças

Armadas se apoiou durante dezenas de anos. Os militares só em parte tinham contribuído para a República de 1910, mas a sua contribuição fora decisiva; todavia a monarquia descurara o armamento da Nação, e por isso também não pôde resistir. A República vai lançar novos alicerces: é a Nação em armas, o serviço obrigatório universal, a mobilização nacional: lembremos o nome de Pereira Bastos. Quando deflagra a Grande Guerra, os republicanos vêem que se trava uma luta entre regimes políticos — os autoritários ameaçando as liberdades já alcançadas —, mau grado as lutas de interesses imperialistas subjacentes; vêem assim Portugal ameaçado no seu projecto democrático, como também no seu Ultramar que pertinazmente estava a modelar, na ânsia de no os Brasis. A intervenção na Grande Guerra definia às Forças Armadas uma triplice missão: a) defesa da democracia; b) defesa da independência nacional; c) defesa da obra dos pioneiros portugueses, ante a ameaça dos outros imperialismos. O exército português, organizado por Norton de Matos, cumpre e permite a Portugal entrar na paz em boa posição. Mas os republicanos não tinham depurado as forças armadas da monarquia, e com Pimenta de Castro, primeiro, Sidónio Pais, no final da Guerra, antigos elementos e novos que antepõem a sua germanofilia e pendor para os regimes totalitários ao interesse da Pátria fizeram perigar tais esforços, sem felizmente conseguirem aniquilá-los. A crise mundial de depois da Grande Guerra não podia deixar de se reflectir em Portugal; as forças militares tinham-se avolumado, sem precauções quanto à fidelidade ao regime; muitos dos quadros tinham envejedado pela política, o que dava aos inimigos da República democrática a possibilidade de as controlarem. Os fracassos dos partidos levam, além disso, elementos sinceros a querer uma ditadura transitória. Movimento militar ao serviço da oligarquia, o 28 de Maio instaurou por dois anos um regime autoritário mas caótico de poder militar, em cujos erros deviam ter meditado os homens do 25 de Abril. A incapacidade dos militares trouxe a ditadura salazarista, mas, apesar de heróicos sobressaltos das revoltas republicanas, as Forças Armadas não só pactuam com o regime fascista como o defendem e dele se aproveitam. Claro que assim têm de aceitar a polícia política e as forças militarizadas propriamente fascistas como a Legião, do tipo das que recentemente uma pseudo-extrema esquerda quis ressuscitar entregando as armas «em boas mãos». Durante o fascismo as Forças Armadas foram muito mais o esteio da ditadura do que a garantia da independência nacional: auxiliaram o triunfo do franquismo, que representava um perigo para Portugal como nação livre, e aceitaram o Pacto Ibérico, que previa a intervenção de tropas espanholas em solo português para esmagar revoltas democráticas; deixaram ocupar Timor e não participaram pelas armas na sua libertação, aceitando receber de novo a colónia numa bandeja graças ao sangue de estrangeiros; subordinadas a um Governo alinhado pela Itália de Mussolini e Alemanha de Hitler, mudaram de campo quando isso conduziu à sobrevivência do regime. Isso tudo por proventos materiais parcos, a não ser para uns quantos oficiais superiores que entraram para conselhos de administração de empresas.

Sacrificadas à obstinada cegueira de Salazar no caso da Índia, em vez de se aliarem à oposição e mudarem um regime que não defendia sequer os interesses nacionais, antes se obcecava apenas na manutenção da ordem tradicional, quiseram que novas culpas *militares* não lhes pudessem ser imputadas quando rebentaram as revoltas africanas que o ditador e seus acólitos não souberam prever nem para elas souberam preparar a Nação e a política; e todavia, bem fácil era estar informado do que se ia desenrolar. Salazar nunca se interessara pelo Ultramar, a não ser como peça numa ideologia do império; ao contrário da República; e com seus sequazes introduzira o racismo. Desde 1960, as revoltas além-mar serviram-lhe para justificar o autoritarismo e tradicionalismo na metrópole, e para levar as Forças Armadas a apoiarem-no sem desfalecimentos, dado o «complexo da Índia». Se Norton de Matos e outros oficiais fizeram parte do MUNAF, e depois do MUD, eram quase sempre reformados ou da reserva; se seguidamente Humberto Delgado mudou de campo e heroicamente se bateu pela liberdade, o exército não o acompanhou quando quis passar à acção. A intentona Botelho Moniz desfez-se na sua inépcia. A Marinha, tradicionalmente republicana, alinhou com o regime, com as vantagens que começou a auferir a partir de certos ministros. Assim, as Forças Armadas permaneceram o esteio do totalitarismo português, a sua acção foi predominantemente interna, a manter a repressão, e entrando progressivamente para o jogo dos interesses oligárquicos. Por aí é que o regime conseguiu penetrar nas classes médias, que marginalizava e geralmente — advogados, professores, médicos, empreendedores industriais — preferiam a oposição.

2.3 — A evolução social desde o ocaso do salazarismo

Subitamente, foi o 25 de Abril. Ao fim de dois anos, não nos aparece assim súbito, nem sequer como corte que opera uma inversão da linha do processo histórico.

Com o termo da Segunda Guerra Mundial o monolítico sistema salazarista, de uma sociedade predominantemente agrícola-mercantil, com uma banca estática, oligarquia dominante, e valores ritualistas arcaizantes, fora obrigado a ceder ante uns quantos esforços de modernização, incluindo instalação de indústrias. A maneira de viver quotidiana foi-se modificando, instalou-se a «corrupção dos costumes», e tal transformação era mais rápida do que a das estruturas, gerando desajustamentos e tensões. Nos derradeiros anos de Salazar e durante o caetanismo o Estado entrou em desagregação, as Forças Armadas começaram a duvidar, os salários a subir, as bases morais do regime ruíam e as materiais eram abaladas: falava-se já de desenvolvimento, de integração europeia, queria-se o turismo (embora cautelosamente), vivia-se das remessas dos emigrantes, na euforia de uma Europa que ascendia mau grado a crise do petróleo e das matérias-primas. A guerra colonial não tinha solução militar, mas o poder, desagregando-se em poderes, não tinha autoridade para a resolver no plano político. O corporativismo já não podia espartilhar forças económicas contraditórias. O 25 de Abril foi por-

tanto o momento lógico dessa decomposição a acelerar-se. E, com risco de paradoxo, diremos que levou as contradições a desenvencilharem-se sem as resolver e sem marcar uma autêntica viragem. A atrofia da autoridade do Estado prosseguiu implacável, a feudalização abarcou todos os sectores e regiões da Nação, a cobiça de melhorias materiais cegou largas camadas, a ambição «de palco» enfeitou muitos, os valores foram totalmente espeziñhados — por exemplo, o trabalho considerado agora um anátoma, o ócio uma virtude revolucionária; a generosidade, o respeito pelos outros como diferentes, a lealdade e a lisura, a honestidade no manejo de dinheiro, tudo se esfacelou neste maremoto de desenfreada cupidez e inconsciência; caiu-se na perseguição vesga mesmo aos que nada deviam, quis-se agarrar os poderes — na fábrica, no banco, na hospital, na escola, no quartel — para reconstruir um poder totalitário. Em suma: pretendeu-se fazer caminhar um chamado «processo revolucionário em curso» com mentalidade fascista.

Cada grupo socio-profissional quer legislar para si próprio — os metalúrgicos darem leis na metalurgia, os amassadores no fabrico de pão, os professores na colocação de docentes. Estamos à beira de realizar o que Salazar e Caetano nunca conseguiram: o Estado corporativo. A chamada socialização consistiu quase unicamente na transferência de bens existentes — na apropriação por outras camadas dos bens que pertenciam a uns —, deixou de se produzir em vez de aumentar fortemente a produção como era indispensável, suscitou-se o desemprego por querer empregar todos... na ociosidade ou por julgar inesgotável o lucro do empresário, desorganizaram-se as empresas sob pretexto de uma auto-gestão mal compreendida, perdeu-se a noção de custo de produção, o Estado passou a sustentar quase todas as empresas nacionalizadas e muitas das outras, quando deviam dar um excedente para o erário público. Lançaram-se inconsideradamente culturas da baixíssima produtividade, aniquilou-se o turismo, ameaçaram-se as remessas e poupanças dos emigrantes, agravou-se o déficit da balança comercial e de pagamentos, tem-se andado a viver do pé-de-meia acumulado pelo velho de Santa Comba, na mais total inconsciência. Mandados de captura assinados em branco, torturas, longas prisões sem julgamento, saneamentos selvagens numa escala que nunca o salazarismo sonhou — atingindo até alunos, o que aquele não fez, atacando antifascistas de sempre em benefício de neófitos do «progressismo»: o rosto da hediondez e da turpitude. O sistema de ensino está todo desorganizado. O Ministério é incapaz de colocar os professores, a avaliação do trabalho escolar é uma burla, os programas são propaganda ideológica e vazio científico e técnico, a escolha de docentes é proselitismo de seitas, não há investigação científica — nem sequer a pouca que havia —, não se formam médicos, nem engenheiros, nem juristas, nem especialistas de quaisquer ciências, os escritores não lançam romances nem poemas, os pintores não pintam quadros, os arquitectos não têm planos a propor para construções que ninguém empreende, os meios de informação desinformam e deformam, deseducam civicamente. Sociedade da droga e da prostituição de menores, do roubo e do assassinato impunes, da insegurança no quotidiano, ensombrecido pelo terrorismo, pela

violência sob todas as formas, pelo exibicionismo sexual, tudo explorado para fins de propositada decomposição política e social a fim de tornar inviável a democracia entre nós.

O poder político tem-se revelado sem coragem nem lucidez, mesmo quando tenta reagir contra os desmandos totalitários de minorias que não olham a meios e descem a servir-se de neuróticos para os seus fins. Em rigor, nem de poder político pode sequer falar-se, mas de múltiplos poderes, todos sem outra legitimidade que não a da força ou do medo que mesmo injustificadamente inspiram. Um partido ao serviço do estrangeiro que para entregar o Atlântico Sul a certa potência e depois no desespero de não poder impor o comunismo totalitário fomenta as reivindicações impossíveis, provoca os conflitos inutilizadores da economia nacional e que só prejudicam os próprios trabalhadores; que na sombra maneja os cordelinhos da sublevação, quis impedir que Portugal tivesse uma Constituição, se recusa permanentemente a jogar o jogo democrático, mas se apresenta com aparência virginal; conjugando-se afinal com uma pseudo-extrema esquerda que em vez de expressão da utopia e da generosidade desmedida é o ócio, os ódios e retaliações, e só aumenta a confusão pela recusa sistemática ao diálogo limpo e cortês e ao trabalho árduo indispensável a erguer uma Pátria nova. Tal amontoado de incongruências, inconsequências, malquerenças, tacanhez é que tem sido a sabotagem à revolução socialista e democrática, e não uma inexistente acção de inexistentes forças da direita: a direita só existe na medida em que a esquerda é obtusa e esquizofrénica. A carência política revelou-se bem na fixação de um intervalo de dois meses entre as eleições legislativas e as presidenciais, e no prazo de um mês entre estas e a formação do primeiro Governo constitucional: períodos que foram dádivas numa bandeja às forças desestabilizadoras que não perderam tempo, e continuam a não o perder, entregando assim um País que é um corpo canceroso todo roído de metástases.

2.4 — Forças Armadas desde o 25 de Abril e transformação nacional

O 25 de Abril estava inscrito na lógica da decomposição do regime salazarista-caetanista, mais do que se apoiava, embora também dela aproveitasse largamente, na longa resistência antifascista. Foi uma conjugação, necessariamente ambígua, de razões muito diferentes consoante os sectores militares, que não teve a torná-la coesa a unidade com um movimento civil como fora o MUNAF ou o MUD. Daí as incertezas e contradições da acção dos militares no 25 de Abril e depois. Não assumiram então, como deveriam ter assumido plenamente, esse como resgate do 28 de Maio e da longa opressão a que a Nação estivera submetida.

O carácter das Forças Armadas mudara na segunda metade do decénio de 60 e nos anos 70. A guerra colonial algum tempo gozou de foros de popularidade, até porque o serviço no Ultramar melhorava a condição material de famílias modestas. Mas nas classes médias, onde se recrutava a oficialidade, e de longa data na oposição, foi sentida como mais uma forma de consolidar um regime injusto cá e além-mar; daí a ida massiva para o estrangeiro e

a queda nas entradas para a Academia Militar, que passou a receber jovens de classes mais desfavorecidas. Sem esquecer que parte da oposição, ainda moldada pelas tradições patrióticas e pelo sentido de missão criadora de novas pátrias da 1.^a República, não hesitou em partir para África, embora condenasse as acções bélicas. Numa primeira fase, foi essa mudança da base social de recrutamento, que aliciava pela abertura de ensejos de promoção social, que aguentou o regime fascista; mas com o decurso do tempo veio incrustar a contradição no próprio seio das Forças Armadas, quer devido às tensões vindas dos problemas de carreira, quer por as responsabilizar numa questão que não era afinal militar mas sim política. Recusando-se a passar ao plano político — porque seria destruir-se a si próprio —, o regime fascista não preparou nem as Forças Armadas nem a Nação para a descolonização, inevitável; donde os seus erros, resultado da psicose colectiva de abandono, porque não se estava preparado para aceitar que a transformação em estado independente exige presença militar poderosa para evitar, conjugada com acção política hábil, a tomada de poder por minorias e as retaliações, e para assegurar a persistência de laços altamente desejáveis para as duas partes.

De frustração em frustração, reconduzidas a uma Pátria que se via reduzida às dimensões de começos do século XV — expiravam cinco séculos de história — e na decomposição de uma sociedade arcaica perdia a sua identidade de valores e de forças de coesão, os militares vão-se encontrar dilacerados entre duas correntes. Por um lado, como forma até, nuns casos, de negar o passado pessoal, acham-se investidos na missão de vanguarda do processo revolucionário, que desencontradamente encaminham segundo modelos estrangeiros violentando as profundas realidades nacionais; visam a mentalizar o povo português, isto é, a conformá-lo a uma ideologia que ele não criou nem o serve, em vez de o ajudarem a renovar-se, a reformar a sua mentalidade; em postos políticos ou em acções de senhores de pendão e caldeira, expropriam, alteram o regime de propriedade, impõem condições de trabalho incomportáveis para as empresas, querem derrubar o capitalismo prendendo ou obrigando ao exílio os capitalistas; vão-se apoderando dos poderes, sem se aperceberem que estão a ser por seu turno manipulados, e até nem sequer subtilmente, antes grosseiramente, bem à vista. A outra corrente quer para as Forças Armadas um papel aparentemente mais modesto, na realidade mais difícil: garantirem a liberdade ao povo português, entregarem aos cidadãos deste país a possibilidade de contruírem um Portugal novo cujas raízes afundem nos séculos pretéritos e cujas metas sejam traçadas no confronto de opções diferentes. A primeira tendência desagregava as Forças Armadas em milícias partidárias, militarizando parte da Nação, e voltava, sob outra forma, à missão que lhes atribuíra o fascismo, de impor ditatorialmente a vontade do menor número. A segunda restituía-lhes a dignidade que lhes advém de não estarem empenhadas, como ente colectivo, num processo que incumbe aos cidadãos.

Em três eleições, livres mau grado o clima de que procuraram rodeá-las as minorias que se sabiam previamente vencidas, o povo recusou peremptoriamente o totalitarismo, disfarce-se embora de esquerdista, e optou inequi-

vocamente pela democracia socialista. Em 25 de Novembro as Forças Armadas patrióticas e democráticas impediram o golpe da corrente totalitária. Mas novo desfasamento entre os militares e os civis não permitiu que a vitória de 28 de Novembro, correspondendo à vontade nacional, tivesse as suas consequências lógicas: o processo de desagregação prosseguiu e até se acelerou, criando aos órgãos de soberania constitucional uma situação de dificuldade extrema. Os militares voltaram a falhar, não sabendo passar ao plano político — ou melhor, encontrar no plano político as forças que assumissem as responsabilidades. As sucessivas recomposições do Conselho da Revolução e as suas políticas contraditórias ou pouco claras não facilitavam uma nova organização em que o papel das Forças Armadas fosse diáfano.

Que sociedade queremos ser? Expulsemos os fantasmas da unanimidade: há certamente pluralidade de projectos muito diferentes, todos igualmente de considerar. Tentemos um certo consenso. O regime fascista assentava em alicerces sociais que tinham de ser destruídos: para ter a democracia, mesmo entendida formalmente, havia que socializar, já que o nosso capitalismo se revelara incipiente e incapaz de funda transformação. Socializar é colocar os meios de produção e o processo produtivo ao serviço da colectividade, assegurando a todos a dignidade de condições materiais, doseiem-se embora diversamente os regimes de propriedade; para isso, o planeamento nacional e os planeamentos regionais e locais têm de combinar-se com a multiplicidade de iniciativas e a progressiva responsabilização de todos. A todos se tende a vir a dar iguais oportunidades, que aproveitarão segundo vocações e méritos, de modo a termos uma hierarquia de competências coexistindo com a igualdade da cidadania. Ao serviço dos consumidores, que são a totalidade, e não apenas dos trabalhadores, que são apenas uma parcela, conquanto a todos os que estão em idade e com saúde cumpra trabalhar, e tenham direito de trabalhar em condições que respeitem as suas personalidades. A todos possibilidade de acesso à cultura, o que não significa que todos tenham o direito de ser médicos ou engenheiros ou psicólogos ou oficiais. Todos os cidadãos, que também são aliás uma parcela da população, podem e devem participar na criação da vontade geral, em todas as actividades políticas, qualquer que seja o escalão — e a democracia vai desde os órgãos nacionais aos locais. Cada ser humano deve ser um fim em si próprio, e não um meio ao serviço dos outros: esta é a meta suprema.

As Forças Armadas não cabe intervirem na política, e diria até que considero um erro disporem de órgãos de soberania próprios: é separarem-se da Nação, quando com ela têm de estar consubstanciadas. A sua missão está agora claramente definida pelos textos fundamentais, e é dupla: *a)* defesa da independência nacional e da integridade do território; *b)* garantia da marcha de democratização, com defesa da integridade dos valores humanos que a nossa pátria incarna. Esta segunda exclui a função de vanguarda de quaisquer correntes, impõe a isenção que leve a assegurar a todos o exercício dos direitos e a obrigatoriedade do cumprimento dos deveres basilares; implica a vigilância atenta às manobras de mincrias que não desistem de instaurar uma ditadura, seja embora em nome das massas, e o

pôr à disposição dos governos constitucionais os meios efectivos de governação. Ainda há dias, ao que parece, um carro da Força Aérea participou na ocupação de uma herdade cooperativa no Alentejo que recusava a ditadura partidária; tais casos têm de acabar, radicalmente. Não cabe também às Forças Armadas substituírem-se à educação permanente do MEIC, lançando-se em «Campanhas de dinamização» ou outras, que são atentados contra a cultura e liberdade do nosso povo. As acções extra-militares das Forças Armadas devem ser sempre extremamente cautelosas, para não descambarem em manipulações.

A defesa da independência nacional é hoje missão altamente complexa, dado o potencial de que dispõem os Super-Grandes e os Grandes, e mesmo nações médias. A guerra é resultado, além da preparação militar específica, de poderosíssima investigação científica e técnica a desembocar numa capacidade industrial só a alguns dada. Não dispomos das possibilidades de tal investigação nem de tal produção, e por isso seremos sempre dependentes. Aliás, a utilização macissa da ciência na arte da guerra deformou a própria ciência, desligando-a da atitude científica fundamental, de modo que a todos os povos se põe hoje o problema de recuperar o humanismo científico como libertação do homem, libertando a ciência das servidões a que a tem sujeito o complexo militar-industrial quer capitalista quer comunista. Medite-se, a tal respeito, a obra acabada de sair, do físico e economista Georges Menahem *La Science et Militaire*. Mas, com tais precauções embora, a arte da guerra põe em jogo o esforço global da nação, com adequada distribuição dos seus recursos entre combate e produção, esforço que só é possível por uma interligação da formação militar e preparação bélica com a pesquisa científica inovadora; a simples assimilação técnica só é actualmente possível em ambiente treinado na investigação e criação.

3 — A Academia Militar

3.1 — A situação do ensino superior

A Academia Militar, como as outras escolas de preparação na arte da guerra, teria assim de estar estreitamente imbricada em todo o ensino superior e organização nacional da investigação científica. Infelizmente, neste momento não há universidades em Portugal, raros são os centros científicos que funcionam, pois o IAC morreu dando à luz um INIC que parece um nado-morto. Não vele a pena taparmos os olhos pudicamente: a maioria dos nossos estabelecimentos de ensino superior deveria ser encerrada, pois gasta somas fabulosas à Nação em pura perda. Para quê ter médicos que só saberão passar certidões de óbito? Economistas que não sabem gerir empresas mas apenas propagandear cartilhas pseudo-marxistas? Professores que não sabem o que devem ensinar nem estão dispostos a ensinar? Entretanto, multiplicaram-se escolas «superiores» por esse País fora sem pessoal qualificado, abarrotaram-se as de Lisboa, Porto e Coimbra de docentes às centenas que não têm habilitações. E como as não têm, vá de berrar para

que se acabe com os doutoramentos, e, logo, com a investigação, qualificados de «elitistas» e de «elitismo», palavras mágicas com que se defendem, atacando, todos os incompetentes. E o ensino secundário não dá qualquer formação que se aproxime sequer do limiar mínimo de exigência para seguir um curso «superior». A grande preocupação é transformar todos os portugueses em bacharéis, a todos dar o canudo. Pois que se lhes dê ao nascerem, mas ao menos façam a instrução primária.

3.2 — A Academia Militar no ensino superior

Tal situação condiciona gravemente o problema da Academia Militar, porque impede, por uns tempos pelo menos, a busca das melhores soluções.

Tendo como objectivo umas Forças Armadas que sejam expressão da Nação e que não formem um quisto de sociedade militar na sociedade civil, afigura-se-nos, na verdade, que a formação preliminar deveria fazer-se conjuntamente com os estudantes de outros cursos — ciências exactas e tecnológicas e/ou ciências humanas; a tendência é para um tronco comum talvez de dois anos dondê saiam as ramificações tanto civis como militares. Somos também cépticos quanto à possibilidade de diagnosticar aos 18 anos a vocação para o comando ou para outras tarefas bélicas, como para quaisquer outras profissões que afinal só se conhecem quando se começa a exercê-las. Em terceiro lugar, e a este ponto voltaremos, hoje a formação científica e cultural para profissões muito diferentes tem muito de comum, e a diversificação prematura estanca a fecundidade de métodos, além de que os perfis de profissões estão menos contrastados do que se supõe — ao ouvi-los traçar o perfil do militar pensava no professor ou no director de um banco, por exemplo. Poder-se-ia admitir todavia desde o início complementos de actividades já na Academia e especializadas para a futura missão.

Depois, a preparação técnico-científica e humanística, que tem de ser permanente, só ganhará se for feita, nas várias etapas, em comum com a dos civis; o que manterá os laços entre a grande e a pequena comunidade. Além disso, a actividade militar engloba hoje uma dose alta de investigação científica e técnica, o que também leva a que, ao desenrolar-se no dia-a-dia, os militares trabalhem em laboratórios e centros civis e reciprocamente, preservando, como voltamos a acentuar, a independência da ciência em relação a utilizações que podem ser contrárias ao bem da humanidade. As escolas de níveis acima da Academia Militar deveriam, em nosso entender, manter essa imbricação com as Escolas de Altos Estudos Civis. Pois hoje nenhuma universidade forma directamente para a profissão, fornece apenas os alicerces — ensina as bases, forma as atitudes, prepara a maneira de saber trabalhar. E por isso todas as profissões exigem sucessivas escolas de níveis cada vez mais altos.

Mas tal horizonte está distante, dadas as condições presentes da sociedade portuguesa. A Academia, por enquanto pelo menos, terá de manter-se separada, como as outras escolas militares, embora abrindo-se à interpene-

tração à medida que for sendo possível sem se degradar. Ampliá-la numa Universidade onde entrasse a Escola Naval talvez fosse um primeiro passo. Seja como for, afigura-se-nos essencial não só o alargamento de horizontes, que traz o confronto da diversidade de doutrinas e a complementaridade de formações, mas também um ensino que mesmo nos aspectos estritamente militares hoje tem de ser permeado pelo espírito de investigação e criação cultural contínua, e desde o início. O ensino como mera transmissão de conhecimentos adquiridos e de modelos a copiar não prepara para as missões do nosso tempo, numa civilização em mudança permanente, onde a cada passo surge o imprevisto.

Partindo de um tronco comum que depois se ramifica, conviria que mais tarde as especialidades se reencontrassem num novo ano comum de reflexão conjunta e confronto de experiências e formações. Ao longo de toda a formação, caminhar não paralelo, mas sim em inter-acção recíproca, do aspecto militar e do científico-técnico e humanístico; como na formação do médico, perfeitamente igual. Não se trata de um dilema. Porque a mente sã em corpo são deve ser vector de todas as formações, e a chamada formação militar é resultante de aprofundada consideração da ciência, da técnica, das humanidades, de um constante repensar do perfil do soldado, da missão das Forças Armadas e da sua inserção na sociedade civil.

3.3 — A Academia Militar na pátria que queremos ser

Porque não tenhamos ilusões. Não existe hoje um arquétipo unanimemente aceite do que é um militar, pelo qual formarmos os futuros militares. Meditar nos arquétipos possíveis, e tentar o balanço para decidir o mais, ou os mais desejáveis, eis uma tarefa que incumbe em permanência às escolas militares e centros de estudo. Problema que se prende aliás ao da crise de civilização que o mundo e Portugal atravessam. Entre nós mais ainda do que lá fora desmoronou-se uma ordem de valores arcaica, hierática, rígida, e nenhuma das novas ordens de valores, atitudes, normas foram elaboradas e propostas. Trabalho urgente de reflexão nacional, em que têm de participar a Academia e as outras escolas militares. Sem essa proposta precisa e concreta não entusiasmaremos o nosso povo nas tarefas a que tem de deitar ombros. Mas um terceiro ponto incumbe à Academia e outras escolas militares. Num mundo uno onde a lei é ditada por potências poderosíssimas mas onde os povos têm mostrado capacidade de se fazerem ouvir e até de as colocarem em xeque, qual deve ser a doutrina da defesa nacional, no nosso caso que é o de uma pequena pátria sem potencial industrial nem sequer agrícola, sem investigação científica e que deitou pela borda fora os seus técnicos, sem ensino secundário ou superior a formar os indispensáveis quadros? Isto numa era em que a arte da guerra é função da criação científica e da capacidade produtiva, da coesão colectiva e do sentido das responsabilidades. Em que a vida nacional exige, não a restauração do antigo Estado mas a fundação de um novo Estado, este democrático, exige a abnegação no quotidiano pelo trabalho e pela tomada de consciência, por não ceder a mani-

pulações, pela coragem cívica para resistir às ameaças das minorias bem organizadas e que agem impunemente.

Será contribuindo para que se criem as condições que permitam essa ascensão para a luz e para a esperança, ou seja, a fim de que se alcancem os alvos que acabamos de enunciar, que os Forças Armadas cumprirão a sua missão nacional e a sua função social, na Pátria que queremos ser. Ou, mais resumidamente: ajudem-nos a vencer o que Alfred Sauvy acaba de denunciar como o grande obstáculo da humanidade hoje: «uma imensa cobardia social: medo de agir, medo de dizer a verdade, medo de ver as cousas como são e até medo de pensar». (*)

Vitorino Magalhães Godinho

Professor da Universidade Nova de Lisboa

(*) *L'Economie du diable — Chômage et inflation*, Paris, 1976.

**FACTORES DA EVOLUÇÃO DO ENSINO
MILITAR SUPERIOR**

FACTORES DA EVOLUÇÃO DO ENSINO MILITAR SUPERIOR

I — INTRODUÇÃO

A presente comunicação ao colóquio sobre «Ensino Militar Superior» baseia-se, em grande parte, numa palestra que tive oportunidade de proferir na sessão comemorativa do aniversário da Academia Militar, em 12 de Janeiro de 1975.

E, ao reportar-me àquela palestra, faço-o na convicção de que são plenamente válidas e actuais, quer a interpretação histórica dos factos que marcaram a evolução do ensino militar superior em Portugal, quer o enunciado dos factores determinantes dessa evolução, quer ainda as perspectivas esboçadas quanto à evolução futura do mesmo ensino.

Com efeito, embora já decorrido um ano e meio sobre aquela data, período em que se inscrevem acontecimentos como o «11 de Março» e o «25 de Novembro», atrevo-me a considerar que os conceitos expostos mantêm, na sua essência, validade e actualidade. Mas, necessariamente, devo submeter tal convicção ao vosso julgamento e sujeitar-me ao vosso veredicto.

Ora, a realização deste colóquio oferece-me a possibilidade de auscultar tal julgamento e tal veredicto, auscultação essa de que serei o primeiro e principal beneficiário, uma vez que ela me facultará novos temas para reflexão, permitindo-me clarificar ideias, rectificar conceitos e corrigir análises e deduções. Por outro lado, confio que a matéria exposta possa contribuir, de algum modo, para um amplo debate, do qual venham a surgir novas ideias e conceitos, mais aperfeiçoadas análises e mais válidas conclusões. E, isto, não necessariamente por mérito do modesto conteúdo desta minha comunicação, mas principalmente por mercê do valor das intervenções que possa suscitar.

Todavia, seria descabido e desajustado fazer aqui a reprodução integral da referida palestra, até para não correr o risco de me tornar demasiadamente enfadonho, em particular perante aqueles que, então, tiveram a oportunidade (e, quiçá, fizeram o sacrifício) de ouvi-la. Por isso, ainda que seguindo uma metodologia semelhante, tentarei sintetizar a parte histórica e desenvolver mais e explicitar melhor as minhas próprias deduções sobre as perspectivas da evolução do ensino militar superior em Portugal. Procurarei também integrar, nessas deduções, alguns dos conhecimentos obtidos, entretanto, através dos estudos sobre o projecto de reestruturação da Academia Militar, em que, por solicitação do actual comando, tenho vindo a participar.

II — SÍNTESE DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO MILITAR SUPERIOR EM PORTUGAL

Conforme se encontra descrito na referida palestra, a evolução histórica do ensino militar em Portugal, com características de ensino superior, pode ser definida, em síntese, pela criação dos seguintes estabelecimentos de ensino que constituem verdadeiros «marcos» daquela evolução:

- Aula de Fortificação e Architectura Militar (1641/...).
- Academia Militar (.../1779), em cuja vigência coexistem:
 - Escolas de Formação de Engenheiros (1701);
 - Escolas de Preparação de Artilheiros (1762).
- Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790/1837) em cujo período coexistem:
 - Real Colégio dos Nobres (1761/...);
 - Academia Real de Marinha (1799/1837).
- Escola do Exército — 1.ª (1837/1910), que engloba os seguintes períodos:
 - 1.º Período — 1837/1863;
 - 2.º Período — 1863/1910;
 - 3.º Período — 1890/1910.
- Escola de Guerra (1911/1919).
- Escola Militar (1919/1938).
- Escola do Exército — 2.ª (1938/1959).
- Academia Militar (1959/—).

Relativamente a cada um dos estabelecimentos de ensino atrás indicados, recapitulemos, agora, os principais circunstancialismos históricos em que ocorreu a sua criação, para pormos em evidência e procurarmos reter os factores determinantes da respectiva evolução. Contudo, para não nos alongarmos demasiadamente, iremos concentrar a nossa atenção, em particular, no período que decorre desde a fundação da 1.ª Escola do Exército (1837) até aos nossos dias.

A evolução, nos tempos contemporâneos, da escola de formação dos oficiais dos quadros permanentes das Armas e Serviços do Exército, cuja fundação se reporta a 12 de Janeiro de 1837, é marcada por várias fases que, muito resumidamente, se passam a caracterizar:

1.ª fase: — A Escola do Exército — 1.ª época — de 1837 a 1910.

Corresponde ao período que vai desde a sua fundação, pelo Marquês de Sá da Bandeira, até à implantação do regime republicano em Portugal, em Outubro de 1910, e compreende os seguintes períodos:

- 1.º período — de 1837 a 1863;
- 2.º período — de 1863 a 1890;
- 3.º período — de 1890 a 1910.

2.^a fase : — A Escola de Guerra — de 1911 a 1919.

É caracterizada pela adaptação da Escola do Exército, quer à adopção da forma milicianiana na organização do Exército quer às necessidades de formação de grande número de oficiais do quadro permanente para enquadramento das forças do Exército Português que participaram na Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918) em França e em África.

3.^a fase : — A Escola Militar — de 1919 a 1938.

Corresponde ao interregno entre as duas Grandes Guerras Mundiais, sendo a sua organização influenciada pela evolução das ciências militares provocada pela I Grande Guerra e pelos meios militares que nelas surgiram ou se desenvolveram.

4.^a fase : — A Escola do Exército — 2.^a época — de 1938 a 1959.

Caracteriza-se a sua organização pela nítida preocupação de reduzir a duração dos cursos, com fundamento em propósitos de economia, e pelo intuito de impor uma orientação mais prática à instrução.

5.^a fase : — A Academia Militar — de 1959 até aos nossos dias.

Vamos seguidamente analisar, com um pouco mais de detalhe, as características de cada uma das fases indicadas, procurando relacioná-las, a par e passo, ainda que por forma necessariamente sucinta, com as condições políticas, económicas, sociais e técnicas que as determinaram.

1. 1.^o PERÍODO DA ESCOLA DO EXÉRCITO (1837 a 1863)

Este período compreende uma época dominada pelas lutas político-militares do Constitucionalismo, entre conservadores e progressistas, espécie de reedição, embora sob nova faceta, das precedentes lutas entre absolutistas e liberais. Assim, a criação da Escola do Exército, em 1837, insere-se nas reformas militares do Constitucionalismo e inscreve-se na reorganização do Exército de 1836 que havia sido decretada pela Ditadura Setembrista, de espírito radical e igualitário.

Em pleno período revolucionário de 1820 a 1851, a Escola do Exército vai assistir, neste período inicial da sua existência, à grande profusão de golpes de Estado, revoltas e revoluções, em que as forças militares estiveram profundamente envolvidas.

Sob o ponto de vista político-económico-social, este período pode definir-se como o da luta pela conquista e consolidação do liberalismo político e económico requerido por uma crescente burguesia comercial especialmente interessada no liberalismo do comércio de importação e exportação, esboçando já uma particular preferência pelo comércio colonial. E, por isso, também já começam a surgir as cobiças e os interesses coloniais em África. Estas características políticas, económicas e sociais vão influenciar, no geral, a vida da Escola do Exército, com nítido reflexo nas matérias professadas.

2. 2.º PERÍODO DA ESCOLA DO EXÉRCITO (1863 a 1890)

Este 2.º período do funcionamento da Escola do Exército resulta como consequência directa da organização do Marquês de Sá da Bandeira, então Ministro da Guerra, que foi autorizado pelas Cortes a «melhorar a organização do exército em novas bases», organização que foi decretada em 1863, imprimindo ao nosso Exército grandes aperfeiçoamentos nos materiais, sobretudo de artilharia. De facto, os progressos industriais do século, nos domínios da química, da electricidade, da metalurgia, pondo ao serviço da arte da guerra novos e mais poderosos meios de destruição, de comunicação a distância e de viação acelerada, conduziram à remodelação da técnica e da táctica militares. Os canhões estriados e de retrocarga, as pólvoras brancas, as novas espingardas e carabinas de culatra móvel, percussão central e tiro rápido, o telégrafo e o desenvolvimento das vias férreas, generalizaram a ideia da importância do material e do armamento.

A reorganização verificada neste período foi efectivamente ditada pela necessidade de introduzir na Escola os recentes conhecimentos técnicos e marcou um notável progresso na instrução superior militar em Portugal. Por outro lado, este período é caracterizado também pelo incremento das lutas de interesse nos territórios coloniais.

As matérias professadas foram melhor distribuídas ao longo dos anos dos cursos e pelas diversas cadeiras. Das matérias ministradas, julga-se de sublinhar, pelo seu interesse, as «noções sobre o direito das gentes», depois substituída por «princípios de direito internacional», matéria que nos parece permitir associar as lutas de interesses coloniais que, então, já se travavam abertamente, em particular em África.

3. 3.º PERÍODO DA ESCOLA DO EXÉRCITO (1890 a 1910)

Após 27 anos de estabilidade de ensino, foi publicado, com data de 12 de Setembro de 1890, um decreto contendo um novo plano de reorganização da Escola, a ser posto em execução no ano lectivo seguinte, mas que é suspenso, um mês depois, pelo Ministro da Guerra que sucedeu ao que havia referendado o citado decreto, suspensão que parece ter sido devida principalmente ao aumento de despesa que acarretava aquele plano da reorganização. Mais tarde, por decreto de 30 de Setembro de 1891, foram estabelecidas as bases sobre que deveria assentar a nova reorganização da Escola do Exército e em que é patente a preocupação de uma reforma tão económica quanto possível. Conforme consta do citado decreto, tal reorganização foi ditada «pela manifesta conveniência de, por um lado, estabelecer sobre novas e mais sólidas bases a instrução técnica dos oficiais destinados aos serviços do estado-maior e, por outro, a não menos reconhecida necessidade de reduzir ao mínimo indispensável o número de anos dos diferentes cursos, imprimindo-lhes ao mesmo tempo uma afeição mais prática e de aplicação». Nele também se refere que «seria para desejar que as actuais circunstâncias do

tesouro permitissem maior desafogo à iniciativa reformadora em assunto de tão grande importância».

Pelo decreto em apreço foi criado o corpo de alunos, «unidade distinta, onde possam reunir-se com igual consideração e iguais proventos os que, a par, terão de seguir a mesma carreira», conforme textualmente naquele decreto se refere.

Relativamente às matérias professadas, julga-se interessante salientar que, além de se manter as «noções de direito internacional», se inclui também a matéria de «serviços militares nas colónias». Este pormenor reforça o conceito atrás expresso sobre a prioridade que vinha sendo dada aos assuntos coloniais, numa altura em que já estávamos seriamente empenhados nas campanhas de ocupação e em que acabávamos de receber a afronta do «Ultimatum» britânico. Concorrentemente, vamos entrar no período da decadência das instituições políticas da monarquia, com o conseqüente problema da alteração do regime político. Nessa altura, em Portugal, era já predominante uma certa burguesia industrial, em sobreposição com a burguesia comercial cada vez mais ligada ao comércio com as colónias. E, por isso, o «Ultimatum» não podia deixar de vir a ter profundos reflexos políticos internos, que vão culminar com a implantação do regime republicano.

4. A ESCOLA DE GUERRA (1911 a 1919)

Decorridos poucos meses após a implantação da República, sofriam as nossas instituições militares uma profunda remodelação derivada da adopção da forma miliciana na organização do Exército, de acordo com o princípio de «nação armada» e seguindo o processo de «abrir as largas portas dos quartéis para por elas entrarem todas as energias necessárias à defesa da Pátria que o Exército reúne, identifica, instrui e prepara para a grande obra de constituição da defesa nacional». Isto, utilizando a reprodução textual das expressões contidas no desenvolvido preâmbulo do decreto de 25 de Maio de 1911 que promulga a nova organização do Exército. E, como natural consequência desta, foi igualmente modificada a Escola do Exército de modo a acomodá-la às novas exigências do Exército e às imperiosas necessidades do ensino. Assim, por decreto da mesma data, foi organizada a Escola de Guerra, podendo ler-se no respectivo preâmbulo o seguinte passo que, pela analogia com certos conceitos actuais, não resistimos à tentação de transcrever :

«Nestas condições, cresce a importância da Escola, porquanto esses oficiais de carreira que ela criar terão de ser o espelho dos seus camaradas milicianos e a fiança do Exército. Impunha-se portanto dentro da Escola o desenvolvimento do ensino no que respeita não apenas às ciências militares mas também às sociais que não só ampliam os horizontes do saber mas tornam um oficial mais apto a ser o verdadeiro educador do povo, como hoje exige o princípio da nação armada em que todo o cidadão é um soldado para a defesa da Pátria, tendo portanto no oficial, não só o seu guia nos

conflitos da guerra mas o seu modelo de civismo nos convívios da paz.»

Com as transcrições que acabamos de fazer, parece que ficam suficientemente definidas as principais características do novo Exército e da nova Escola de Guerra como o estabelecimento de ensino superior militar instaurado pelo regime republicano.

Mas julga-se importante referir, pelo seu significado, que a Escola de Guerra passa a ser destinada exclusivamente à frequência de alunos militares por ter sido dela suprimido o curso de engenharia civil, que, desde 1837, se professava na antiga Escola do Exército, em virtude da criação do Instituto Superior Técnico.

Quanto às matérias professadas, é patente a preocupação de difundir o ensino das ciências políticas e sociais: Direito Usual e Noções de Direito Internacional; Direito Constitucional e Administrativo; e Noções de Sociologia.

5. A ESCOLA MILITAR (1919 a 1938)

Terminada a guerra de 1914/18, foi decretada, em 10 de Maio de 1919, uma nova reorganização da Escola, que passou a denominar-se Escola Militar. Nos termos do respectivo decreto, a Escola Militar era o estabelecimento de instrução superior destinado ao ensino das ciências militares, passando a ter como missões preparar oficiais para as diferentes armas do Exército e para o serviço de administração militar, difundir entre os oficiais do Exército os altos conhecimentos militares, e assegurar o recrutamento dos oficiais para o serviço do estado-maior.

Com base nos ensinamentos da I Guerra Mundial, são criadas novas cadeiras. Destas, julga-se de destacar, além do desenvolvimento dado aos assuntos coloniais que são agora individualizados numa cadeira própria, as seguintes cadeiras: A Geografia Económica Militar (constituindo uma cadeira individualizada e distinta da Geografia Militar); Tecnologia Administrativa Militar; Fabrico de Material de Guerra e Organização e Direcção de Oficinas; máquinas térmicas, automóveis e aparelhos aeronáuticos.

6. A ESCOLA DO EXÉRCITO — 2.ª época (1939 a 1958)

Pelo Decreto-Lei n.º 30 874, de 13 de Novembro de 1940, foi estabelecida nova reforma da escola de ensino superior militar, na qual é transparente a intenção de suprimir da formação dos futuros oficiais todos os conhecimentos relacionados com ciências políticas e sociais, numa preocupação extremamente oposta à patenteada na reforma de 1911. Com efeito, no preâmbulo do citado decreto-lei, lê-se textualmente o seguinte:

«... aos alunos da Escola do Exército deve apenas ser exigido o que é indispensável à sua formação técnica e militar e ao exercício da profissão. Tudo o que sob este aspecto seja dispensável e mesmo aquilo que não seja essencial deve ser sacrificado e posto fora das suas preocupações de estudantes.»

E, não menos significativo, é este outro passo do mesmo preâmbulo:

«Mas, acima da preparação técnica e da cultura geral, importa criar e desenvolver nos oficiais forte «espírito militar» — garantia da obediência sem limites...»

Dada a sua evidência e pela sua contemporaneidade, dispensamo-nos de tecer quaisquer comentários sobre o conteúdo das transcrições feitas. Elas falam por si e definem bem os termos das relações entre o poder político e a instituição militar, aquele sobrecarregado das ideologias autoritárias dos regimes fascistas da Europa, retirando a esta qualquer critério de inserção na vida nacional que não fosse a obediência ao poder político instituído.

7. A ACADEMIA MILITAR (de 1959 até aos nossos dias)

As bases da organização da actual Academia Militar foram publicadas nos Decretos-Leis n.º 42 151 e 42 152, de 12 de Fevereiro de 1959, e estão resumidas no respectivo preâmbulo, no qual, designadamente, se refere o seguinte:

«O Decreto-Lei n.º 30 874, de 13 de Novembro de 1940, que reorganizou a Escola do Exército, foi posteriormente objecto de alterações e aditamentos aconselhados pela experiência ou tornados indispensáveis para fazer face à sucessiva evolução das necessidades de recrutamento e formação de oficiais do quadro permanente do Exército e da Força Aérea.

As lições da última guerra, a experiência dos quase vinte anos passados e a profunda evolução sofrida durante este lapso de tempo... aconselha a introdução de novos e importantes conceitos basilares na organização do nosso estabelecimento de ensino militar... bem como nos cursos nele professados.»

É curioso notar que no referido preâmbulo se anuncia a intenção de um vasto plano com vista a fazer, no futuro, a preparação dos três ramos das Forças Armadas num único agrupamento de estabelecimentos de ensino. Trata-se de uma intenção realmente inovadora, mas que não chegou a ser concretizada.

É de salientar ainda, pelo seu significado, a referência que nele se fazia ao conceito, com alcance muito importante na legislação publicada, «de que as condições historico-geográficas do nosso país deviam orientar a preparação do futuro oficial para o desempenho de funções no Ultramar»...

Aliás, quer através dos dois citados decretos-leis quer através da legislação posteriormente publicada, transparece a preocupação dominante do problema colonial. É ainda dentro deste contexto que, numa desesperada tentativa de fomentar o incremento da admissão de alunos à Academia Militar, é posteriormente publicado o Decreto-Lei n.º 516/70. É do conhecimento geral o insucesso do «desideratum» pretendido por este último diploma, devido à falta de atractivos que a carreira militar oferecia à juventude, a qual já vinha a manifestar-se abertamente contra a política colonial prosseguida pelo governo então vigente.

III — ENUNCIADO DOS FACTORES DETERMINANTES DA EVOLUÇÃO DO ENSINO MILITAR SUPERIOR

Através da exposição feita sobre os circunstancialismos históricos que marcaram a evolução do ensino militar superior em Portugal, foram deduzidas, na palestra a que nos reportamos, três ordens de factores determinantes daquela evolução, os quais passo a reproduzir:

- de ordem política, económica e social;
- de carácter científico e técnico;
- de natureza especificamente militar.

1. FACTORES DE ORDEM POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL

Como exemplo típico da influência predominante desta ordem de factores, aponta-se a da reorganização que, após a implantação do regime republicano, criou a Escola de Guerra em 1911 e, de certo modo, a própria criação posterior da Escola do Exército, esta por força do Decreto-Lei de 13 de Novembro de 1940, uma e outra profundamente marcadas pelas concepções políticas vigentes, embora extremamente opostas, e cujos caracteres gerais julgamos haver deixado suficientemente definidos. Todavia, considera-se pertinente sublinhar, aqui, a preocupação do ensino das ciências políticas e sociais que a primeira continha, enquanto que a segunda preconizava apenas o indispensável à formação técnica e militar. Enfim, dois pontos de vista cujo antagonismo se pode verificar ainda hoje.

2. FACTORES DE CARÁCTER CIENTÍFICO E TÉCNICO

Quanto a esta ordem de factores, julgamos que a sua predominante influência ficou bem demonstrada, por exemplo, com a organização decretada em 1863, a qual foi efectivamente ditada pela necessidade de introduzir no ensino da escola os então recentes conhecimentos científicos e progressos técnicos verificados, tais como: o aperfeiçoamento dos materiais, mercê do desenvolvimento industrial; as comunicações a distância, com o aparecimento do telégrafo; a viação acelerada e o transporte de grandes toneladas, com o desenvolvimento das vias férreas.

3. FACTORES DE NATUREZA ESPECIFICAMENTE MILITAR

No que respeita a esta última ordem de factores, pode apresentar-se, como exemplo, o plano de reorganização da Escola do Exército em 1890 e, ainda, a da Escola Militar em 1919. Com efeito, a primeira visou essencialmente melhorar a instrução técnica dos oficiais, imprimindo-lhe uma feição mais prática e de aplicação, enquanto que a segunda foi determinada pelos ensinamentos colhidos na I Guerra Mundial, no campo da técnica e da táctica militares.

4. CONJUGAÇÃO DAS DIFERENTES ORDENS DE FACTORES

Torna-se evidente que é algo artificial a apresentação de exemplos de reorganizações do ensino militar determinadas exclusivamente por um ou outro factor, pois que, com frequência, os factores se correlacionam e interpenetram. Todavia, não há dúvida que os exemplos atrás apontados demonstram que, em certos casos, aquelas reorganizações foram determinadas por um dado factor predominante.

Momentos houve, porém, em que se verificou a acumulação e conjugação dos vários factores, podendo apontar-se, neste caso, o exemplo da reorganização do Marquês de Sá da Bandeira em 1837, em que é patente a incidência do liberalismo político-económico, dos novos conhecimentos das ciências físicas e matemáticas e da necessidade de combater o Obsoletismo existente na própria instituição militar.

IV — PERSPECTIVAS DA EVOLUÇÃO DO ENSINO MILITAR SUPERIOR EM PORTUGAL

É legítimo admitir que a prevista remodelação do ensino militar superior em Portugal, integrada na projectada reorganização das Forças Armadas Portuguesas, seja resultante da conjugação das três ordens de factores que atrás se enunciaram.

Com efeito, as perspectivas políticas, económicas e sociais abertas pelo «25 de Abril de 1974», designadamente quanto à institucionalização da «democracia política» que tem já a sua expressão legal na nova Constituição em vigor, terão profundas implicações no ensino militar superior.

Assim, o primeiro requisito a exigir às nossas Forças Armadas é a existência nelas de uma «mentalidade democrática», seja no enlace institucional dos seus elementos com o povo, seja pela formação humanística tendente à compreensão da operacionalidade da ideologia democrática na condução dos esforços colectivos. Além disso, torna-se indispensável que aos alunos desta Academia como futuros oficiais dos Quadros Permanentes seja ministrado oficialmente, e fazendo parte dos respectivos planos de Curso, o ensino das ciências sociais, com vista a facultar-lhes o conhecimento dos problemas políticos, sociais e económicos, como base informativa indispensável à sua actuação como lídimos defensores do povo a que pertencem, de acordo com o princípio constitucional de que «as Forças Armadas Portuguesas são parte do povo» e «estão ao serviço do povo português».

Por outro lado, devido à excessiva especialização e empenhamento num tipo de guerra antiguerrilha, a que foram obrigadas, as nossas Forças Armadas têm, em termos de guerra convencional, um enorme atraso técnico-táctico cuja recuperação se impõe, assim como necessária se torna a sua própria «reconversão» com vista à sua missão fundamental de defesa do Portugal Continental e Insular Atlântico. Esta profunda reestruturação das nossas Forças Armadas terá de passar forçosamente pela reorganização do ensino superior de formação dos seus quadros de oficiais, que deverão

ter uma formação teórica aprofundada, quer dos conhecimentos técnico-militares, quer ainda no âmbito das ciências sociais.

E, para fomentar a indispensável coesão dos oficiais dos quadros permanentes de Terra, Mar e Ar, é nosso parecer que seria de toda a vantagem que viesse a ser criada uma escola única de formação básica de nível superior — a «Academia Geral das Forças Armadas» — porquanto se considera que, para efeito da criação de uma «mentalidade democrática» idêntica, para obtenção de conhecimentos político-económico-sociais comuns e para a total coesão entre cada um dos seus ramos, aos futuros oficiais das nossas Forças Armadas terão de ser ministrados, em conjunto, os necessários conhecimentos de síntese para avaliação colectiva das potencialidades humanas e materiais para defesa da independência nacional. Na realidade, a formação do oficial das Forças Armadas requer, cada vez mais, a concentração da informação e a administração do ensino, em termos de rendibilidade económica, num lugar geométrico a que todos tenham igual acesso. Nessa escola única de formação básica, os seus alunos, irmanados nos mesmos ideais patrióticos e cívicos e unidos intimamente ao povo a que pertencem e de que fazem parte integrante, obteriam, também por essa via, mais perfeita consciência de que o novo Portugal só poderá ser construído com a participação esforçada de todos os seus filhos, tal como sempre se verificou nos momentos decisivos da história do Povo Português.

V — CONCLUSÕES

Com base no que atrás se expôs e a partir dos conhecimentos adquiridos nos estudos decorrentes do projecto de reestruturação da Academia Militar, podemos concluir o seguinte:

1. A remodelação do ensino militar superior em Portugal deve consultar da conjugação das três ordens de factores que se enunciaram: de ordem política, económica e social, de carácter científico e técnico e de natureza especificamente militar.

2. Consequentemente, tal remodelação deve inscrever-se:

a. Nas perspectivas políticas, económicas e sociais criadas pelo «25 de Abril» e que foram já consignadas na nova Constituição em vigor;

b. Na projectada reorganização das Forças Armadas Portuguesas, a qual, por sua vez, para além dos aspectos técnicos e militares que a determinam, deve também ser informada pelos princípios constitucionais que definem as respectivas funções, de que se destacam as seguintes:

- garantir a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do território;
- garantir o regular funcionamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição;

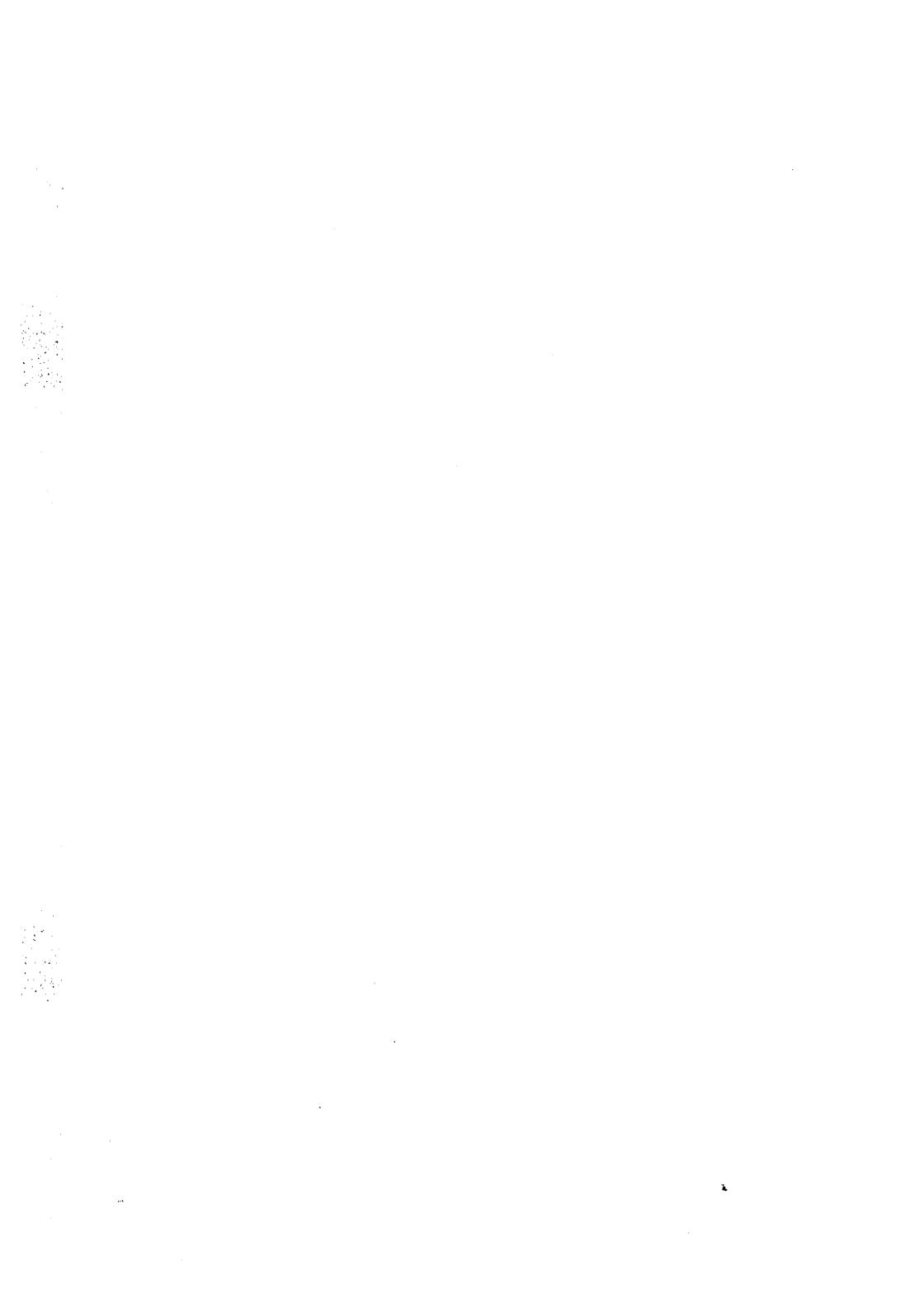
- garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo;
 - colaborar nas tarefas de reconstrução nacional.
3. Por outro lado, a remodelação em apreço deve inserir-se:
- a. No plano global da reestruturação do ensino militar, a coordenar e a integrar no âmbito dos três ramos das Forças Armadas, no qual se distinguem dois planos:
 - (1) Um plano horizontal, ao nível das escolas de formação básica dos oficiais dos três ramos, em que se situa a «Academia Geral das Forças Armadas» cuja criação advogamos como escola de formação básica comum, a par da existência de escolas especializadas de cada ramo (Escola do Exército, Escola Naval e Escola da Força Aérea);
 - (2) Um plano vertical, no qual se situam as diversas escolas que os oficiais devem frequentar, ao longo das suas carreiras, para acesso aos postos superiores da escala hierárquica (Instituto de Altos Estudos Militares, Instituto Superior Naval de Guerra e Instituto Superior da Força Aérea).
 - b. No esquema geral da reestruturação do ensino superior civil, dada a correlação deste com o militar, designadamente no que respeita a equivalências de cadeiras, cursos e graus académicos, assim como quanto a processos científicos e métodos pedagógicos, pois entendemos que um e outro ensino não devem ignorar-se mutuamente, já que ambos ministram conhecimentos científicos e técnicos que são semelhantes e, frequentemente, comuns.
4. O cumprimento das missões que, constitucionalmente, estão cometidas às Forças Armadas impõe que o ensino militar superior faculte:
- a. Formação humanística, tendente à compreensão da operacionalidade da ideologia democrática na condução dos esforços colectivos, designadamente através do estudo das Ciências Sociais, tais como, Introdução à Ciência Política e Teoria Geral do Estado, História Económica e Social, Direito, Economia e Sociologia, cujo conhecimento reputamos indispensável com vista à missão de «garantir o regular funcionamento das instituições democráticas»;
 - b. Formação técnico-científica, com base num bom nível geral de conhecimentos científicos e tecnológicos, que permita saber utilizar os mais modernos e sofisticados equipamentos, assim como as mais avançadas técnicas de gestão, por se admitir que seja neste âmbito que possa ocorrer a «colaboração nas tarefas de reconstrução nacional»;
 - c. Formação técnico-militar, com certo grau de versatilidade, que habilite à actuação em variados ambientes de guerra, desde o tipo convencional, com ou sem ameaça nuclear, até à guerra de guerrilha, aquela exigindo grande e rápida recuperação do nosso

actual atraso técnico e tático, esta última recomendando a colectânea e a síntese da nossa experiência ímpar em tal tipo de conflito, mas uma e outra susceptíveis de aplicação determinada pela eventual necessidade de «garantir a independência nacional e a integridade do território».

5. A nossa actual dimensão geográfica e a futura dimensão proporcional das nossas Forças Armadas não são de molde a permitir que os oficiais dos três ramos continuem a desconhecer-se uns aos outros. Ora, o indispensável conhecimento mútuo pode, e deve, ser forjado numa escola de formação básica comum, onde sejam ministrados, em conjunto, os fundamentais conhecimentos técnico-científicos e humanísticos e os necessários conhecimentos de síntese para avaliação colectiva das potencialidades humanas e materiais para garantia da democracia política e defesa da independência nacional. Aliás, esse conhecimento deveria ser mantido e fomentado na frequência dos vários cursos ao longo das carreiras dos oficiais dos três ramos. Daí a necessidade que reconhecemos da criação de uma Direcção do Ensino Superior das Forças Armadas, ao nível do EMGFA. Tal constituiria uma importante medida, não só para coordenar o ensino superior nos três ramos, integrando-o tanto quanto possível, mas também para fomentar a indispensável coesão dos oficiais dos quadros permanentes de Terra, Mar e Ar.

Arnaldo Manuel de Medeiros Ferreira
Tenente Coronel de Infantaria C/CCEM
Professor da Academia Militar

**FACTORES DETERMINANTES NA EVOLUÇÃO
DO ENSINO MILITAR SUPERIOR**



FACTORES DETERMINANTES NA EVOLUÇÃO DO ENSINO MILITAR SUPERIOR

1. Introdução

Não posso deixar de começar por expressar a muita honra e satisfação que me dá a oportunidade de participar neste colóquio sobre tema cuja importância é desnecessária aqui realçar.

O ensino militar superior é de facto pedra angular da eficiência das forças armadas no desempenho das suas missões. O convite do Comando da AM não podia portanto deixar-me indiferente.

Não pretendo, na breve exposição que vai seguir-se, sobre os FACTORES DETERMINANTES NA EVOLUÇÃO DO ENSINO MILITAR SUPERIOR, apresentar a última verdade, completa e incontestada. Ficarei satisfeito se suscitar a reflexão, se provocar a apresentação de pontos de vista diversos e se da consequente discussão algo de positivo resultar para o Comando da AM na solução das suas justificadas preocupações, preocupações que, julgo, são do domínio do real e não se situam no campo do exercício intelectual.

Esta é a orientação que procuro dar às minhas palavras.

Como ponto de partida, julgo necessário precisar o significado que dou à expressão «ensino militar superior».

Por aí começarei.

Depois, para tratar dos factores que determinam a sua evolução, partirei da base de que o ensino profissional — qualquer que ele seja — tem em vista dar aos que o frequentam aptidões, conhecimentos, maneiras de sentir e de pensar, atitudes mentais que antes não possuíam e de que necessitam para o desempenho das funções a que se destinam. Essas funções são, assim, o factor número um na determinação do ensino necessário. Por isso referirei os aspectos que considero mais significativos da carreira e das funções dos oficiais, das forças armadas e das suas missões e inserção social.

Se as funções são o ponto de chegada, os alunos são o ponto de partida. Eles são o factor que considerarei de seguida, após o que referirei aspectos envolventes com influência significativa na formação dos oficiais.

A maneira como melhor se encera a formação dos alunos no sentido do objectivo merece também uma referência.

Estes são, a meu ver, os factores básicos cuja evolução condiciona a evolução do ensino militar superior.

Para todos eles deve estar presente a necessidade de actuar em previsão. A formação de pessoal demora a dar os efeitos desejados.

E não se esqueça também que frequentemente temos tendência para aplicar a solução que antes deu bons resultados. Contudo, a preparação dos oficiais, em qualquer nível, deve ter como preocupação não situações passadas mas futuras, não a guerra passada mas a próxima, não as armas, as táticas ou a estratégia anteriores, mas as actuais ou as futuras, conforme o nível hierárquico. Assim se criam condições para que a próxima guerra não exista.

A terminar, como é norma, tirei a conclusão.

2. *Ensino Militar Superior*

Na expressão «*ENSINO MILITAR SUPERIOR*» o termo *ENSINO* aparece guarnecido com dois qualificativos. É *MILITAR* e é *SUPERIOR*.

Será *SUPERIOR* apenas por correspondência com a estrutura de ensino do âmbito do MEIC ou será superior também, ou só, na estrutura própria das forças armadas?

Será *MILITAR* sinónimo de «*DO EXÉRCITO*» como certas designações e ditos fazem crer?

Será *MILITAR* por ter lugar na organização militar, por tratar apenas de conhecimentos militares ou por ter em vista a organização militar?

Nas Forças Armadas — o qualificativo *MILITAR* deve englobar sempre os três ramos — é geral e tradicional considerar três categorias — evitemos o termo classe — de pessoal militar com funções bem definidas e igualmente importantes. Os oficiais constituem aquela sobre quem recaem as maiores responsabilidades, aquela que toma as decisões importantes, decisões que, não relevando de aspectos puramente técnicos, envolvem riscos, maiores ou menores consoante o posto.

Os oficiais são portanto, neste sentido, a categoria superior. Ao seu ensino se dirige o qualificativo *SUPERIOR*.

Mas também o paralelismo com a estrutura do MEIC leva a atribuir-lhe o mesmo qualificativo. Tem o ensino médio como pré-requisito e as matérias nele professadas aspiram ao nível de superior. Além disso, ele tem em vista preparar homens libertos de hábitos, de procedimentos ou de atitudes rígidas. Homens capazes de espírito crítico e de aplicar os seus conhecimentos em situações novas e evolutivas.

Contudo, as forças armadas adoptaram e têm em execução desde há muito o conceito de formação permanente. No que aos oficiais diz respeito, além do curso de formação inicial, nas actuais Academia Militar e Escola Naval outros cursos se situam ao longo da carreira. Todos integram o Ensino Militar Superior e devem por isso constituir um conjunto coerente. Não me refiro aos cursos de especialização, que são muitos, mas apenas aos que têm em vista a preparação dos oficiais para funções de âmbito cada vez mais vasto quer nos conhecimentos que obrigam a integrar quer na repercussão que as suas decisões têm. Refiro-me aos cursos que se destinam a preparar os oficiais para, com a experiência que vão adquirindo, passarem

de funções especializadas de execução ou de comando de subunidades para funções de Estado-Maior e de comando de unidades e destas às decisões de alto nível.

Embora dirija a minha atenção agora para a formação inicial não desejava perder de vista o conjunto.

Como qualquer profissão, a das armas exige o domínio de aptidões próprias adquiridas através de uma preparação cuidada. Essa preparação não é apenas técnica mas envolve um conjunto de doutrina e normas éticas que, nas forças armadas, e em especial na formação dos oficiais, tem lugar relevante.

Só um ensino MILITAR, que tenha em vista as forças armadas em todos os seus aspectos internos e envolventes, pode dar esse conjunto de normas éticas que a vivência nas forças armadas consolidará.

Ensino militar superior engloba portanto, a meu ver, o conjunto dos cursos, em escola ou por correspondência, que preparam os oficiais do QP das forças armadas para o desempenho dos diferentes níveis e tipos de funções ao longo da escala hierárquica.

É militar por ter como intenção essencial a missão das forças armadas.

É superior na estrutura militar e em equivalência ao ensino civil.

3. *Os Oficiais e as Forças Armadas*

Como referimos, aos oficiais do QP competem sucessivamente funções de execução ou de comando de sub-unidades (ou de pequenas unidades), funções de estado-maior e de comando e, finalmente, de decisão a nível elevado. Vão portanto de funções pouco mais que rotineiras e de carácter técnico para funções inovadoras e com responsabilidades gradualmente mais vastas. As promoções são, de uma forma geral, a exteriorização formal dessa evolução.

Mas, nem todos, diria mesmo poucos dos alferes virão a ser generais. Alguns ficarão pelo caminho ou abandonarão a carreira. A grande maioria terá, no entanto, uma carreira média com permanência mais demorada ou mais fugaz em cada nível de funções. Ao ascenderem a cada um desses níveis, os oficiais devem ter previamente recebido a formação adequada, isto é, que responda às exigências respectivas. Nem de mais nem de menos. Nem demasiado cedo nem «on job».

A carreira média — prevista — dos oficiais é, portanto, determinante no ensino militar superior. Assim interessa à formação inicial saber se está a formar oficiais que vão durante a sua carreira ser principalmente subalternos, ou oficiais superiores, ou generais.

Se eles se destinam fundamentalmente a ser oficiais superiores, para além da preparação para as funções imediatas de subalterno, nas quais os oficiais obterão experiência, a formação inicial deve dar base científica (técnica e humanística) e de motivação sólidas que permitirão o desenvolvimento na carreira.

Caso contrário, isto é, se a carreira média pouco for além dos postos de subalterno, essa formação inicial poderá distinguir-se pouco da formação do oficial miliciano. O mesmo sucederia no caso de a formação ser dada passo a passo, isto é, no caso de em cada curso se dar apenas a preparação indispensável às funções imediatas.

A adopção de uma ou outra modalidade impõe necessariamente natureza e, eventualmente, espaçamento e duração diferentes aos restantes cursos ao longo da carreira.

Mas, nas suas funções os oficiais não actuam sós. As três categorias de pessoal militar têm funções bem definidas mas intimamente relacionadas pois são complementares. Não é portanto possível pensar na formação de uma das categorias sem ter em conta o que é a que lhe está mais próxima ou sem pensar simultaneamente a sua formação.

A reforma do ensino militar em 1884 foi motivada, embora com atraso, pela aplicação na arte da guerra, dos aperfeiçoamentos introduzidos nos meios de combate, dos progressos na arte de fortificação e do desenvolvimento das comunicações antes verificados. Idêntico tem sido o efeito das guerras. Estão-lhe sempre associados grande desenvolvimento dos meios bélicos e evolução notável nas ciências e na arte militares, com repercussões na táctica e na estratégia. O ensino militar não pode deixar de reflectir essas alterações.

A evolução tecnológica tem, por outro lado, vindo a provocar nas forças armadas maior grau de especialização do pessoal, mesmo a nível dos oficiais. Deste modo se tem reduzido o campo de aplicação do oficial generalista, capaz de ocupar qualquer lugar correspondente ao seu posto. Cabe portanto perguntar se todos os oficiais devem ter a mesma formação ou se ela deve ser diferenciada.

Naturalmente que a formação técnica-profissional terá de ser diferenciada. E a formação científica, que serve de base aquela? E a formação militar? Devem ser iguais para todos os oficiais?

A resposta a esta pergunta só poderá ser encontrada pondo face a face as diferenças das exigências das respectivas carreiras e as vantagens da uniformidade de formação. Este mesmo procedimento é o único que pode dar resposta fundamentada à recente controvérsia de deverem ou não os sargentos frequentar a Academia Militar como único acesso ao oficialato.

As forças armadas têm a missão de garantir a independência e defender a integridade nacional. As formas de que se revestem as ameaças potenciais a essa integridade e os conceitos estratégicos de defesa nacional permitirão prever a forma de actuação mais provável das forças armadas e portanto a preparação necessária aos seus oficiais. De facto, enquanto na guerrilha a actuação se faz fundamentalmente em pequenos grupos, pondo portanto grande ênfase na acção dos oficiais subalternos, em guerra convencional a actuação tem base as grandes unidades. E em ambiente nuclear é necessário reduzir as concentrações de forças por forma a evitar a constituição de alvos compensadores. Cada uma destas formas de actuação põe aos oficiais pro-

blemas técnicos e psicológicos próprios para os quais é necessário prepará-los.

Também, a formação dos oficiais é função do tipo de forças armadas que se desejem. Forças armadas profissionais, milicianas ou populares? Defesa externa, manutenção da ordem, desenvolvimento económico, apoio cívico, esclarecimento e desenvolvimento social da população—qual a tarefa prioritária? por quanto tempo?

Que tarefas podem os oficiais vir a ser chamados a desempenhar? Apenas funções militares? Funções políticas? Quantos deles poderão vir a desempenhá-las?

A necessidade de preparação dos oficiais como «valiosos elementos civilizadores» e para o desempenho de comissões de serviço público nas colónias foi um dos factores com grande influência no passado, designadamente na reforma de 1894 e, de novo, em 1959.

Recentemente, entre nós, pretendeu fazer-se das forças armadas o grande educador nacional. Deverão sê-lo dessa maneira, ou através dos jovens que fazem o seu serviço militar obrigatório nos termos da constituição?

A necessidade crescente de cooperação entre os ramos ou as armas põe acento especial na necessidade de uniformização de doutrina e de formação dos oficiais e também na necessidade de melhor conhecimento mútuo. Já em 1894 a criação do Curso Geral visava dar a todos os alunos a mesma preparação científica e «unificar mais a corporação dos oficiais». Esse era também, em 1959, o sentido da criação da Academia Militar, que se destinava à formação dos oficiais dos três ramos. No entanto, como sabemos, esse passo ainda hoje não foi dado. Desejaremos efectivamente identificar e vencer as forças que se lhe têm oposto?

Além da cooperação a nível nacional há que considerá-la também a nível internacional. A participação do País em aliança internacional de carácter militar vem necessariamente introduzir elementos novos na actuação das forças armadas e portanto na formação do pessoal. A cooperação com as forças dos outros países altera as condições e tipos de acção, os conceitos tácticos e estratégicos em que se inserem as forças armadas e cria novas necessidades de uniformização. Essa participação é também, no caso nacional, importante factor impulsionador de evolução e aperfeiçoamento.

Para além dos aspectos referidos são as forças armadas por vezes confrontadas com situações que actuam sobre a formação do pessoal mais como condicionantes absolutos que como factores a aplicar racionalmente. É o que aconteceu, por exemplo, em 1916 quando a entrada de Portugal na guerra levou a determinar um regime transitório em que se reduzia o ano lectivo a seis meses, sendo cinco de frequência intensiva e um para os exames e sua preparação. Na mesma altura são também os programas reduzidos mantendo-se apenas as matérias de imediata utilidade e absoluta necessidade. Também em 1940, por influência do clima de guerra vivido na Europa, e em 1961, por influência do início da guerra colonial, foi o ensino militar reduzido ao indispensável, com finalidade de rapidamente obter oficiais subalternos.

Outra condicionante que nos aparece referida em algumas reformas do ensino militar, como por exemplo em 1891, é a má situação do tesouro público.

Outra ainda pode ser a imposição de um limite máximo de duração do curso.

Qualquer que seja o caso, ou a integração de todos os factores permite encontrar uma solução em que o ensino responda ainda cabalmente à sua finalidade ou, no caso contrário, a compensação terá de ser dada no curso seguinte, num curso suplementar posterior ou de outra forma.

4. Os Alunos

Se o ensino exerce a sua acção sobre os alunos no sentido de lhes dar a formação adequada, estes são, necessariamente, um factor importante na definição da formação.

Ainda que apresentando-se por vezes de forma diferente, é habitual dizer-se que a formação inicial dos oficiais deve compreender formação militar, formação científica e formação técnico-profissional.

Pode acontecer que a formação científica necessária às funções próximas, ao desenvolvimento da carreira e à dignificação da função militar seja integralmente coberta em estabelecimentos de ensino civis. Pode, pelo contrário, a orientação dada nestes às diferentes cadeiras não ser adequada ou serem elas tão diversificadas que tenham de ser frequentadas em diversos estabelecimentos de ensino, tornando impraticável a sua obtenção em tempo útil.

No primeiro caso bastaria fixar essa formação científica como condição de admissão podendo ou não realizar-se exames vestibulares consoante a confiança depositada no ensino civil ou as necessidades de selecção. No entanto poderão vir juntar-se outros factores como a existência ou não de concorrentes em número suficiente. De facto, a carreira militar concorre no mercado de trabalho com as actividades civis.

É assim que, num país democrático em que cada um pode escolher o seu lugar na sociedade e lutar honestamente por ele, a carreira militar tem de se apresentar atraente social, material e intelectualmente quando posta em confronto com as carreiras oferecidas pela actividade civil.

Se isso não acontecer, os concorrentes não serão certamente os mais aptos e o seu número total pode não ser suficiente, obrigando a medidas correctivas. Estas, ao que sabemos, têm sido de dois tipos:

— Baixar o nível condição de admissão e satisfazer o diferencial na escola militar de formação inicial, como foi feito em 1948, com a criação do Curso Geral Preparatório, ou;

— Suprimir parte da formação tida por necessária, baixando portanto a capacidade dos oficiais para uma carreira com a evolução adequada. É o que foi feito em 1897 quando, para os cursos de cavalaria e infantaria,

se suprimiu o Curso Geral criado apenas em 1894 e, mais recentemente, quando se suprimiu a frequência dos «preparatórios» aos oficiais milicianos que ingressassem na Academia Militar.

Se a primeira solução pode ser considerada aceitável, podendo apenas conduzir, se aplicada indefinidamente, ao recrutamento à saída da instrução pré-primária, a segunda corresponde à aceitação de oficiais de nível inferior ao necessário. Uma e outra são no entanto paliativos. A solução real será melhorar a atracção da carreira militar.

Se por uma razão ou outra é praticável recrutar candidatos com a formação científica necessária, a escola de formação inicial tem naturalmente que preencher a diferença entre a que é possível ou prático obter nas escolas civis e a necessária.

A formação militar visa desenvolver nos alunos o espírito de corpo, o alto sentido do dever e da honra, o espírito de disciplina, a integridade moral e o sentido de serviço nacional das forças armadas, das quais tudo é pago pelo povo. Nela se inclui também a preparação física que permitirá suportar as duras exigências da vida militar.

É claro que o esforço de formação necessário tem, neste aspecto, muito a ver com a origem social dos alunos e com a motivação que os levou a apresentar-se como candidatos. De facto, a origem social dos oficiais tem evoluído ao longo do tempo, passando de uma base aristocrática para uma base mais larga, mas ainda bastante restrita, representativa das camadas sociais mais elevadas e alargando-se progressivamente, tendendo para uma representação mais equilibrada, com a presença de todas as camadas sociais. Necessariamente que esta evolução vai impondo esforços e métodos de formação militar diferentes.

No que diz respeito à formação técnico-profissional as diferenças iniciais estarão, para esse efeito, absorvidas pelas formações militar e científica.

Refere já que a evolução tecnológica tem vindo a conduzir a maior grau de especialização do pessoal.

Mas a adopção dessas tecnologias pelas forças armadas tem levado também a um aumento percentualmente acentuado do pessoal militar com aptidões com correspondente na actividade civil e tem levado alguns dos especialistas das forças armadas a considerarem-se mais especialistas que militares. Isto revela a necessidade de formação militar mais cuidada à medida que a especialização aumenta. Caso contrário teremos apenas vestido uma farda a um especialista e, então, talvez seja mais aconselhável contratá-lo como civil.

Por outro lado, a coexistência das forças armadas com as actividades civis manifesta-se igualmente por certa emulação entre os militares e os civis. Essa emulação traduz-se actualmente em grande preocupação com as equivalências entre as qualificações, quer ao nível dos técnicos executantes quer ao nível dos oficiais. No que a esta diz respeito julgo que as preocupações

têm duas origens: o estatuto social que interrompidas que pretendem, ao deixar as forças armadas, ter assegurado um diploma civil que dê condições de vida sem abaixamento do nível alcançado.

São preocupações pertinentes e a satisfazer portanto quanto possível. Mas que não se faça delas o objectivo do ensino militar. Em primeiro lugar, porque o estatuto social das forças armadas não se adquire nem se mantém por decreto. O oficial terá da sociedade a consideração que souber conquistar, aquela que demonstrar merecer, e não aquela que a lei lhe conferir. Em segundo lugar, o objectivo do ensino militar superior é preparar oficiais competentes, como o da Faculdade de Medicina é preparar médicos competentes.

Não creio que esta se preocupe em preparar os seus alunos para o caso de, afinal, não quererem ser médicos. O que neste campo se compreende é que as cadeiras necessárias ao oficial sejam, elas sim, quanto possível equivalentes. Assim qualquer oficial poderá depois, pelo seu esforço ou pelas facilidades que a organização lhe der, que nisso também pode estar interessada, completar um curso civil.

A existência de cursos civis que respondam às exigências científicas e técnico-profissionais de algumas especialidades militares é igualmente factor a ter em conta. Nesse caso poderá o ensino militar inicial limitar-se aos complementos no âmbito técnico-profissional específicos da organização militar e também, e é fundamental, à formação militar.

As forças armadas caracterizam-se por uma sólida disciplina e autoridade hierarquizada. Contudo esta disciplina e a forma como se exerce a autoridade não são conceitos abstractos, mas realidades concretas. As forças armadas reflectem a sociedade em que se inserem e de que são parte. Assim, a aplicação destes conceitos em forças armadas de um país democrático será necessariamente diferente daquela que tem «um país não democrático». Neste prevalecerá o tipo autoritário que permite, muitas vezes, a sobrevivência e mesmo a elevação da incompetência. Naquele, a participação, a persuasão, a explicação são moeda de troca que só os oficiais competentes sabem usar sem danos. Num caso procurar-se-à obter uma «obediência sem limites», como se diz no preâmbulo do *D. L.* que reforma a E. E. em 1940. No outro procurar-se-à uma obediência esclarecida.

Assim, para além das exigências diferentes de competência, é evidente a necessidade de orientação diferente na formação militar dos oficiais.

6. Os Métodos de Ensino

Como último factor na evolução do ensino militar superior referirei muito brevemente os métodos de ensino.

É claro que os métodos de ensino adoptados numa escola em que se preparam homens para uma vida profissional que pode ser extremamente dura, homens que aceitam voluntariamente certas limitações às suas liber-

dades individuais, subordinando-se mais do que qualquer outro ao interesse colectivo, e que voluntariamente aceitam certos riscos, os métodos de ensino, dizia, não podem naturalmente ser os mesmos de qualquer universidade.

Contudo, as escolas militares devem estar atentas aos novos métodos de ensino para os adoptar ou adaptar, ou mesmo para investigar no sentido daqueles que melhor satisfazem a finalidade em vista. Aqui, como em todos os aspectos do ensino militar tem especial importância o factor «corpo docente». Só um corpo docente competente na sua profissão, dedicado ao ensino e com a formação didáctica adequada poderá responder conscientemente às pesadas responsabilidades que as forças armadas e a Nação põem sobre ele. Só um tal corpo docente estará também permanentemente aberto e procurará avaliar os resultados do seu trabalho. Esta avaliação não pode, no entanto, ser feita na própria escola, tem de ser feita na vida real. Como cumprem os oficiais que completaram um determinado curso? Se cumprem bem, poderão ainda cumprir melhor? Se não cumprem, porquê?

7. Conclusão

Chego ao fim.

Tenho consciência de ter feito apenas um voo rasante sobre o que considere factores determinantes na evolução do ensino militar superior:

Os oficiais, a sua carreira e as suas funções.

As forças armadas e as suas missões, seu estágio de evolução tecnológica e a sua inserção na sociedade.

O alunos, candidatos a oficial na formação inicial, oficiais nos cursos ao longo da carreira.

As pressões exteriores às forças armadas, os métodos de ensino e a competência do corpo docente que os aplica.

Para concluir quero apenas deixar um ponto mais de reflexão.

Fala-se hoje muito em reestruturação, reconversão e outras palavras que parece quererem construir, cada uma delas, panaceia universal.

A história, quando não contemplativa, é boa fonte de ensinamentos. Ora, diz-se nos estatutos da Academia Militar de Goa, datados de 1820:

«Convindo ao real serviço unir num só curso académico os três que até agora andavam separados com denominação de artilharia, marinha e arquitectura militar, de que tão pouca utilidade tem resultado, seja por defeito dos seus estatutos, seja por falta de execução deles nas partes que podiam aproveitar, ordeno...»

Para que não tenhamos dúvidas sobre as causas do menor rendimento no ensino, deixo aqui como recomendação o que consta da carta de Lei de 1790 que estabeleceu a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho e na qual se diz:

... «hei por bem e me apraz, que se cumpram (os estatutos da Academia) e guardem em tudo, e valham como Lei, sem alteração, diminuição ou embargo algum»...

Só assim poderemos saber se as reestruturações, reconversões ou outras são necessárias e só assim vale apenas fazê-las.

Tenho dito.

Narciso Mendes Dias

Coronel Piloto-Aviador

Director da Escola Superior da Força Aérea

**OBJECTIVOS DO ENSINO MILITAR SUPERIOR
E FUNÇÕES DA ACADEMIA MILITAR**

OBJECTIVOS DO ENSINO MILITAR SUPERIOR E FUNÇÕES DA ACADEMIA MILITAR

0. Três notas introdutórias:

a. A primeira, para agradecer a honra que me é conferida, de voltar a tratar, nesta casa, de assuntos tão importantes para o seu destino e o das forças armadas que servimos.

b. A segunda, para apresentar a metodologia seguida neste trabalho.

(1) O estudo e a experiência da vida ensinaram-me que

pensar — ler — conversar

são actividades intelectuais essenciais à investigação e estudo dos problemas.

Ora como a concepção deste colóquio — que honra os seus promotores — se acorda a este meu hábito intelectual, afigurou-se-me preferível expor aqui os elementos elaborados sobre o tema proposto, sem didactismos nem academismos, como achegas à desejada reflexão conjunta que constituirá a parte essencial desta sessão.

(2) Iniciarei a abordagem pelo vasto campo conceptual da defesa, para daí intentar uma caracterização sucinta das forças armadas, com a acentuação das exigências socioprofissionais da carreira dos oficiais, e, por fim, referirei, numa perspectiva de acção educativa que se deseje permanente, os objectivos do ensino militar superior e, neles, as funções da Academia Militar.

c. A terceira, avoca, para me abonar no que direi, o General Beaufre, quando dizia:

«A disciplina deve ser rígida, mas o pensamento militar tem de ser livre.»

1. a. A reacção instintiva do homem face à agressividade do seu semelhante prolonga-se e mantém-se à escala de grupo ou da colectividade nacional. Isto é: o reflexo de defesa — que garante ao indivíduo a liberdade

de acção, a vida e os seus bens — exprime-se também a nível do Estado, visando garantir a personalidade e a independência do grupo, defender o território e proteger os cidadãos contra as ameaças à sua existência e aos seus interesses.

b. Numa metodologia aberta, as finalidades expostas implicam que se aborde o problema da defesa perguntando:

- o que se quer defender?
- porquê?
- contra quem?
- com que meios?

2. Alinhemos algumas reflexões conducentes à elaboração das respostas necessárias.

a. Existe um património comum — complexo resultado da caldeação da geografia, da história e da vida económica, política e social duma nação — que, determinando um comportamento colectivo, identifica os membros de uma comunidade pelo carácter, vontade e projecto nacionais.

b. E é em relação com o território e os interesses vitais de ordem moral e material da comunidade, que são sentidas, em permanência, as ameaças:

- quer as que se conheçam através de elementos objectivos, colhidos na informação, com diverso grau de eventualidade;
- quer, as que, indiciadas por resíduos e derivações de ocorrências, são detectadas, em avaliação subjectiva, ao nível da opinião ou do inconsciente colectivo.

c. A detecção e o conhecimento das ameaças a enfrentar não interessa apenas ao âmbito militar.

Numa perspectiva nacional, importará a contínua avaliação dos riscos e tensões que afectam os mais variados campos, indo desde as pressões económicas, à coacção pela propaganda e pelas «invasões culturais», às especulações monetárias, à subversão armada.

Não é, pois, cristalino o seu contorno no tempo e no espaço, isto é, a «ameaça» não é um «facto» estável nem um «facto» limitado. Frequentemente, até, revela-se especialmente flutuante, em relação com a conjuntura do quadro internacional dominado pelas estratégias das superpotências.

Esta indeterminação do Inimigo não irá diminuir a vontade de defesa? No nosso sistema social, a sacralização do Inimigo — quer localizando-o

no exterior (em permanente ameaça ao «espaço vital», intentando o «cerco» ou impondo uma «soberania limitada»), quer agitando-se no interior da comunidade — não é essencial à motivação dos cidadãos para comungarem no esforço de defesa, e é totalmente inaceitável se se pretender justificativa de obsidiante preparação das «massas» para a vigilância e luta populares.

Com efeito, para cidadãos conscientes das liberdades e dos valores que integram o seu sistema social, o ódio ao inimigo não é móbil necessário à participação na organização de defesa nacional, isto é, à sua universalidade e permanência.

- d. Terá de ser da fé nos destinos da comunidade e, coerentemente, da determinação para tudo fazer para assegurar a sua existência, participar no seu desenvolvimento e garantir-lhe o futuro — que nascerá e se nutrirá a vontade de cada um.

E é neste potencial anímico que mergulharão raízes todas as convicções, toda a vontade nacional para reunir e valorizar os meios necessários. E será, mais, do Estado, pela adopção atempada de providências adequadas visando prevenir, enfrentar e vencer as ameaças, que se obterão as necessárias soluções materiais.

3. a. Para além da reflexão que o exposto poderá proporcionar, seja-me lícito inferir, adentro da direcção de pensamento que me propus, o que se segue:

- (1) A complexidade da sociedade moderna aumentou a sua vulnerabilidade, quer pela maior ênfase que ganharam os factores políticos, económicos, sociais e culturais, quer pela interdependência dos Estados.

Demais, as mutações militares dos últimos 30 anos, resultantes do «facto» nuclear e do «facto» ideológico, exigem, por um lado, investimentos científicos e tecnológicos de elevado custo, só suportáveis por poucos países; por outro lado, implicam que, internamente, com respeito permanente pela vontade do povo livremente expressa, se supere a diversidade dos projectos que, impregnados de uma ética humanista, se baseiem na justiça, na igualdade, no respeito pelas liberdades e no progresso partilhado por todos.

- (2) Por isso, a política de defesa duma nação deverá confundir-se com a sua política global, pois, reflectindo o destino nacional, terá de compatibilizar os fins prosseguidos com a evolução das ameaças potenciais e com os meios disponíveis por recursos próprios ou por concursos exteriores.

Por isso, ainda, que a influência recíproca e a dialéctica que une os diferentes órgãos e instituições não consintam que cada um destes se possa reduzir, por raciocínio simplista, à passividade da subordinação.

- (3) O globalismo do esforço de defesa, imperativo do tempo de paz, implica a acção concertada dos diferentes sectores, mormente das finanças/economia, dos negócios estrangeiros e das forças armadas. Isto é, a defesa nacional não é apanágio exclusivo dos militares nem os pode beneficiar em relação aos meios não militares, na distribuição dos recursos disponíveis pelos vários sectores da vida nacional.
- (4) Em complemento da vontade nacional, verdadeiro dinamizador da capacidade de acção colectiva, para resistir a tensões, pressões e ameaças, haverá necessidade de privilegiar, nas relações internacionais, os países com que se celebrem tratados de colaboração em matéria económica, social, cultural e de legítima defesa — para benefício, pois, da liberdade, da cooperação, da segurança e da paz.

b. Acentuemos em propósito conclusivo:

- (1) A defesa é um conceito global, correspondendo a uma tarefa de âmbito pluridisciplinar em que o Estado, recorrendo a um corpo complexo de meios — entre os quais se podem destacar os diplomáticos, económicos, militares, tecnológicos, demográficos e de comunicação social —, salvaguarda a segurança colectiva, a integridade do território e a livre prossecução dos objectivos nacionais.
- (2) Num plano restrito, a defesa nacional designa o conjunto de meios humanos e materiais que traduzem a capacidade militar do País para enfrentar os conflitos armados em ordem a preservar a independência nacional, na liberdade e para a paz.

4. a. A conceptualização exposta, considerando diferentes extensões, proporciona também diversos graus de entendimento à missão das Forças Armadas.

As Forças Armadas Portuguesas constituem uma instituição nacional, organizada com base na hierarquia e na disciplina, cujos membros, prestando serviço militar (armado e não armado), garantem o cumprimento das funções que lhe são consignadas na Constituição.

Destas, e pela sua especialidade, destacamos as que decorrem do seu seu carácter de organização armada a quem o povo português concede autoridade para defender, e que se traduzem na obrigação de, em qualquer momento, estar em condições de desenvolver as operações militares necessárias.

- (1) Daqui, a afirmação de que as Forças Armadas têm, como missão primordial, preparar e garantir, pela força das armas, a defesa da Pátria e dos superiores interesses da Nação.

Tal missão comporta dois aspectos:

- o emprego das forças, isto é, a preparação e a execução eventual dos planos estratégicos;
- a gestão das forças, isto é, a sua administração, equipamento e preparação.

(2) Num outro sentido, mais amplo, às Forças Armadas incumbiria, *também*, conhecer, acompanhar e sensibilizar as actividades civis de interesse para a Defesa Nacional, mormente as respeitantes:

- à pesquisa científico-tecnológica, orientada no sentido de obter informações sobre as inovações susceptíveis de utilização militar;
- à produção, reunião e utilização dos recursos essenciais à vida do País (matérias-primas, energia, produtos industriais, produtos alimentares);
- as comunicações, transportes e transmissões;
- ao desenvolvimento socio-político-económico;
- à negociação de tratados ou acordos internacionais;
- à orientação e coordenação dos serviços de informação.

b. Este conceito alargado da missão:

- (1) poderá parecer ajustado a certas linhas de pensamento que entendem dever os militares não se deixar confinar ao papel de mero especialistas, afectos a uma tarefa limitada;
- (2) mas contém, dizem outros, o risco tendencial de, no anseio da soluções desejadas, se arrogarem uma função normativa da vida nacional, o que induz, normal e praticamente, à militarização da sociedade e ao autoritarismo.

Ora, não obstante os precisos termos em que vem alegado, lembro de Maquiavel, que «os preconceitos têm mais raízes do que os princípios». Importará, pois, que para um esforço que tem de ser de todo — como é o da defesa — se não estabeleçam suspeitas, nem se limitem colaborações.

c. Por isso, e para esconjurar o risco de nos chamarem uma contra-sociedade, atemo-nos à área técnico-militar para, sobre a missão das Forças Armadas, concluir, numa perspectiva classicista:

- (1) A missão de defesa traduz-se na dissuasão.
As Forças Armadas devem — pela sua prontidão, eficácia e capacidade — estar em condições de dissuadir qualquer agressor de intentar ameaças militares ou de passar à acção.

(2) Caso se verifique uma superioridade esmagadora do agressor, a defesa directa deve impedi-lo de alcançar os seus objectivos até que o poder político possa pôr fim ao conflito através de soluções políticas, ou, se necessário, recorrendo a aliados e/ou a uma escalada preconcebida.

5. a. As obrigações enunciadas correspondem missões estratégicas de carácter inteiramente diverso, que dão origem a tarefas cujo desempenho exige pessoal e meios específicos. Assim, sucintamente, se justifica a criação e existência dos vários ramos das Forças Armadas.

Face aos sistemas de forças definidos como necessários e em ordem a alcançar o seu emprego rendível, importará que o pessoal de cada ramo das Forças Armadas conheça o necessário de aspectos específicos dos outros ramos, visando, nomeadamente:

- facilitar a coordenação de missões tácticas, mormente em forças conjuntas;
- centralizar tarefas comuns sempre que tal resulte um aumento de rendimento a custo igual, ou uma redução de custos a rendimento igual.

Também, e em relação com o eventual concurso com forças aliadas, sempre previsível — e altamente provável para treino operacional NATO —, importará também o conhecimento da estrutura e capacidades de tais forças, com vistas à participação em forças combinadas.

b. Nos últimos anos, reacendeu-se em alguns países do mundo ocidental a querela da representação conveniente das Forças Armadas:

- serviço geral, pessoal e obrigatório?
- profissionalização ou voluntariado?
- milícias populares?

Doutrinariamente, a organização e estrutura das Forças Armadas têm de corresponder às necessidades de defesa e submeter-se a exigências de ordem socio-político-económica — atentas às condições objectivas de cada país.

Em concreto, este problema implica duas questões prévias:

- o potencial do contingente;
- os recursos utilizáveis fora do contingente anual.

(1) A redução de efectivos militares estabelece uma base de recrutamento relativamente alargada, mas acrescenta as exigências da qualidade.

Assim, quantitativamente, não há dúvidas que o contingente será excedentário para as actuais necessidades de incorporação militar; qualitativamente, o juízo a proferir está dependente duma análise do contingente em função das necessidades a satisfazer.

— O crescente tecnicismo das Forças Armadas, cujo equipamento vai aumentando de complexidade, custos e exigências de manutenção, demanda especialistas, de demorada formação, que não têm equivalente no quadro das profissões civis. Acresce que o nível médio das qualificações profissionais e escolares do contingente, reflectindo precariedades acumuladas, não autoriza que se esperem superiores rendimentos na instrução de muitas das especialidades a formar. Daqui, que a duração do serviço militar obrigatório não se coadune, em todas as circunstâncias, com a rendibilidade exigida pelas Forças Armadas aos especialistas formados a partir dos contingentes anuais.

— Quanto a qualidades pessoais, há que reconhecer que, num período pós-guerra, o contingente sente a vida militar como uma interrupção do desenvolvimento dos interesses próprios. O sentido de dever cívico, o desejo de mudança, o gosto pela actividade e pelo risco, reúnem, à partida, tantos prosélitos como os que afirmam ser illusório ou puro desperdício, o sacrifício individual e colectivo que implica a existência das Forças Armadas.

Na verdade, nesta época de feroz individualismo, não são facilmente aceites os sacrifícios inerentes à satisfação do serviço militar, impondo a interrupção da actividade profissional ou escolar, a redução de proventos, o afastamento da família. Nesta conquista das vontades, essencial à sobrevivência da Pátria, urge que se melhore a informação, a preparação, e as condições ambientais e de utilização militar do contingente. Se tal se não fizer, o máximo que se pode esperar será um comportamento inócuo do contingente, visando passar o melhor que lhe for consentido este período da sua vida.

(2) A necessidade de complementar e valorizar a grande massa das Forças Armadas, constituída pelos contingentes anuais, tornou imperiosas outras soluções em pessoal.

— Assim, com a finalidade de satisfazer carências ocasionais das Forças Armadas, mormente em especialistas de formação mais demorada, e de despertar vocações para a carreira das armas, foi criada a situação de militar contratado, para oficiais, sargentos e praças que aceitam permanecer voluntariamente no serviço efectivo para além do final do período de serviço militar obrigatório até ao máximo de 5 anos, findos os quais

passam impreterivelmente à situação de disponibilidade.

- A necessidade de assegurar uma permanente disponibilidade ao serviço das Forças Armadas implica a existência de um quadro permanente — para oficiais, sargentos e praças — que, tendo adquirido uma preparação especializada para a carreira das armas, se comprometem ao desempenho voluntário e permanente do serviço militar.

No campo das motivações que sejam actuais, da participação e da partilha das responsabilidades — numa organização humana que se pretende moderna —, as diferenciações indicadas constituem vasto campo de reflexão profissional.

c. Mas avancemos com as conclusões que se nos afiguram mais pertinentes à continuação do rumo em que seguimos:

- (1) Entre nós, a reconhecida vantagem em assegurar a osmose Povo-Forças Armadas fez consignar, na Constituição, o princípio da conscrição.
- (2) É a partir deste preceito constitucional que, por razões funcionais se estabelecem três «status» diferentes na condição militar:

- militares dos quadros permanentes;
- militares em regime de contrato;
- militares em serviço militar obrigatório.

Tais «status» legais, correspondendo a posições diferenciadas pelos direitos e obrigações, capacidades ou incapacidades, significam também perspectivas próprias face à condição militar, adentro da disciplina, lealdade e espírito de sacrifício a todos exigidas.

- (3) São os militares dos quadros permanentes e, de entre estes — pelo grau de responsabilidade e autoridade — os oficiais quem garantem às Forças Armadas a continuidade da existência e o nível operacional, critério da sua eficácia.

Daf, as exigências de qualidade que, na sua formação e na sua carreira, se têm por constantes.

6. a. Com a rapidez que o tempo concedido nos impõe, tentámos, até agora, formular achegas sobre as relações

- Cidadãos/Defesa Nacional;
- Militares/Forças Armadas;
- Quadros/Contingente.

E, mesmo há pouco, acentuámos «as exigências de qualidade que na formação de oficiais e na sua carreira se têm por constantes».

Ora para que esta exigência se concretize, torna-se necessário aferi-la às funções que caracterizam os diferentes pontos da hierarquia, isto é, a áreas analisadas quanto ao trabalho qualitativo e quantitativo que exigem.

b. Como é sabido, os militares agrupam-se hierarquicamente em categorias e postos, cuja correspondência se estabelece para os três ramos das Forças Armadas.

(1) No que respeita a oficiais do Exército, cada posto corresponde essencialmente a diferentes níveis de enquadramentos das tropas.

Assim, na Infantaria:

- aos alferes e tenentes compete o comando de unidades tipo pelotão, isto é, da primeira unidade de manobra em que se combina o fogo e o movimento;
- aos capitães compete o comando de unidades tipo companhia, a qual, como é sabido, é simultaneamente uma unidade táctica e a primeira unidade administrativa;
- aos maiores e tenentes-coronéis compete o comando de unidades tipo batalhão, que é a unidade táctica e a unidade moral por excelência;
- aos coronéis compete o comando de unidades tipo regimento, que, como sabem, é uma unidade táctica e de serviços;
- aos oficiais gererais compete o comando de brigadas e grandes unidades, em que se conjuga a actuação dum certo número de unidades das Armas e dos Serviços, permitindo que os respectivos esforços incompletos, mas complementares, se conjuguem num esforço completo.

(2) O esboço apresentado para uma função de serviço nas tropas, alargar-se-á se indicar que o serviço nas unidades proporciona aos oficiais, prioritariamente, o aperfeiçoamento nas funções de EXECUTANTE, CHEFE, INSTRUTOR, EDUCADOR, ORGANIZADOR e ADMINISTRADOR.

Sem nos determos no modo como se pode promover este aperfeiçoamento, refira-se que nos postos de subalterno e de capitão é normal tirar especialidade.

(3) Mas, mais alargadamente ainda, poderíamos dizer que as actividades profissionais dos oficiais se exercem em funções correspondentes a quatro domínios principais:

- comando de pequenas ou grandes unidades, consoante o posto;
- estado-maior, quer servindo em quartéis-gerais, quer realizando estudos e trabalhos de pesquisa em estabelecimentos adequados;

- ciências e técnicas, quer ao nível da aplicação (nas unidades das Armas e formações dos Serviços) quer ainda no campo dos estudos e pesquisas;
- administração e gestão.

c. Em conclusão:

- (1) Todo o robustecimento de conhecimentos está ligado à ideia de mobilidade vertical, isto é, à carreira.
- (2) A carreira deve desenrolar-se de acordo com as capacidades demonstradas no exercício das funções do seu posto e para assumir certas responsabilidades.
- (3) Tal implica em relação a cada área, a definição das tarefas principais, das tarefas acessórias, dos conhecimentos exigidos e das qualidades psicofísicas necessárias. Só conhecendo a «curva de capacidades a atingir», isto é, o nível de conhecimentos necessários para o desempenho dos diferentes postos, é que se pode assegurar uma preparação adequada.
- (4) Intimamente ligada às carreiras, está a política de movimento e colocação de pessoal que embora procurando satisfazer os desejos pessoais, não pode deixar de considerar os interesses do Exército. Ainda neste âmbito, os casos de frustração originados na subutilização ou na longa permanência nas mesmas funções devem ser rapidamente resolvidos.
- (5) A preparação dos oficiais tem de ser conduzida com propósitos de formação permanente, sem reduzir o problema do homem à questão do saber, mas compatibilizando a aplicação prática nas unidades com a aquisição de conhecimentos em ambos os estágios: «na arte da guerra, o estudo não pode substituir a experiência, é indispensável para o completar».
- (6) Não interessará apenas o nível de conhecimentos mas também o nível de tolerância, de compreensão e de identificação com a sociedade.
- (7) Os jovens oficiais desempenham uma função-chave em relação ao contingente.
Apesar da sua juventude, beneficiam à partida do respeito devido ao seu posto. Têm formação teórica bastante para sustentar discussões, e o seu comprometimento decorre do conceito da sua missão e das obrigações de se afirmar coerente. Enfim, são capazes de explicar ao contingente o porquê de muitos dos ritos militares, falar-lhes um pouco da organização das forças armadas e, até, de dialogar com eles de modo construtivo.
Ao seu nível reúnem o saber e o poder.

7. a. Embora não estejam promulgadas as disposições legais relativas à reestruturação das Forças Armadas por respeito aos princípios cons-

titucionais, têm vindo a ser fixados novos moldes para o funcionamento dos nossos estabelecimentos de ensino militar superior: a Academia Militar, o Instituto de Altos Estudos Militares e o Instituto de Defesa Nacional.

Reveste-se, com efeito, da maior urgência a sua actualização e adequado funcionamento, dada a esperança que suscitam de poderem melhorar a imagem dos oficiais do quadro permanente, devolvendo-lhes o prestígio e dignidade desejáveis — atributos estes que, indiscutivelmente, andam intimamente ligados à cultura geral e profissional das pessoas.

b. Para formar oficiais para os quadros permanentes do Exército e da Força Aérea, à Academia Militar pertence:

— ministrar uma formação técnico-científica e humanística de nível superior,

* por forma a facultar aos futuros oficiais as bases de conhecimento e cultura indispensáveis

** ao exercício da sua profissão

** e à dignificação da função militar;

— promover a formação técnico-militar

* necessária ao eficiente desempenho das funções inerentes aos oficiais subalternos

* e que possa servir de base ao desenvolvimento gradual dos correspondentes conhecimentos ao longo das respectivas carreiras profissionais

— fomentar uma adequada formação moral, cívica e militar

* visando desenvolver o alto sentido do dever e da honra

* e os atributos de carácter, em especial

** a integridade moral

** espírito de disciplina e

** noção de responsabilidade

* assim com a compreensão da missão nacional e da função social das Forças Armadas

— ministrar uma aperfeiçoada educação física

* com vista a desenvolver o desembaraço físico necessário ao exercício da profissão

- ** dotando-os do vigor imprescindível ao chefe militar como condutor de homens em campanha, e**
- ** inculcando-lhes espírito de actuação colectiva, em equipa.**

Ainda do documento estrutural da Academia Militar, avocamos outras disposições:

- (1) Todos os cursos de formação que à Academia podem ser cometidos desde já, têm a duração de cinco anos, em que se inclui, no último ano, o tirocínio.**

Exceptuam-se os cursos de Engenharia e do Serviço de Saúde Militar cuja duração será a que vier a ser estabelecida.

- (2) Os cursos ministrados são considerados como um todo, competindo ao Comandante da Academia a sua orientação geral.**
- (3) As matérias professadas na Academia Militar englobam-se nas seguintes zonas de formação:**

- cultural-desportiva;**
- técnico-científica;**
- técnico-militar;**
- ciências sociais.**

- (4) Os cursos ministrados são, para todos os efeitos legais, considerados cursos superiores e conferem o grau académico de licenciado em ciências militares.**

Podem também e simultaneamente conferir outro ou outros graus académicos, a definir pelo MEIC, face aos programas das cadeiras ministradas, designadamente as que se incluem nas zonas de formação técnico-científica e das Ciências Sociais.

As cadeiras englobadas nas zonas de formação técnico-científica e das ciências sociais, assim como as de zona técnico-militar adequadas, são para todos os efeitos equivalentes às cadeiras das universidades e outros estabelecimentos de ensino superior, pelo que os programas respeitantes às cadeiras com tal equivalência carecem de aprovação do Ministro da Educação e Investigação Científica.

- (5) Compete à Academia Militar a elaboração dos planos dos vários cursos.**

- c. O Instituto de Altos Estudos Militares, o órgão de mais elevado nível do ensino superior militar do Exército, tem por finalidade:**

- ministrar aos oficiais, a partir do posto de capitão, uma preparação profissional e uma cultura adequadas**

- * ao desempenho das missões inerentes aos respectivos postos,
 - * e a mantê-los informados e esclarecidos sobre os grandes problemas nacionais e internacionais
- contribuir, por meio de uma constante investigação da evolução dos conhecimentos militares,
- * para manter actualizadas e unificadas as doutrinas em vigor no Exército, e
 - * para dar à preparação dos oficiais o mais alto grau de eficiência.
- (1) Para satisfação das obrigações do âmbito do ensino, funcionarão no IAEM:
- o Curso Geral de Comando e Estado-Maior (CG/CEM), com a duração de 1 ano lectivo, visando, na sequência da preparação geral e técnica, já recebida pelos oficiais noutros estabelecimentos de ensino militares, preparar os capitães das armas e serviços para funções de comando, chefia e estado-maior que lhes possam vir a competir como oficiais superiores.
 - * A ênfase será posta nos assuntos de tática, de logística e de comando e estado-maior;
 - * Nos assuntos táticos e logísticos, será dada prioridade aos específicos da arma ou serviço de cada um dos instruendos.
 - O Curso Complementar de Comando e Direcção (CC/CD), com a duração de 2 anos lectivos seguidos, no intervalo dos quais os instruendos frequentarão estágios em órgãos de comando e direcção, o qual visa, continuando e completando a preparação militar técnica recebida no CG/CEM, preparar oficiais superiores das armas e serviços para o desempenho das funções de comando, direcção e chefia nos mais altos escalões ou em departamentos superiores de direcção do Exército ou das Forças Armadas.
 - * A ênfase será posta nos assuntos de tática, de logística, de organização e administração e de estratégia;
 - * Nos assuntos táticos e logísticos, deve procurar-se um equilíbrio entre os de natureza geral e os específicos de cada arma ou serviço.
 - Curso Superior de Comando e Direcção (CS/CD), com a duração de 1 ano lectivo durante o qual será reservado um período de 1 a 2 meses para trabalhos interforças e outros de interesse comum aos diferentes ramos das Forças Armadas, o qual na

sequência da preparação recebida nos outros cursos regulares do IAEM, tem por finalidade aperfeiçoar a preparação dos coronéis ou brigadeiros das armas ou serviços para o exercício dos altos cargos de comando e direcção inerentes ao generalato, incluindo o comando de grandes unidades.

- * Os assuntos táticos e logísticos deverão apresentar um menor desenvolvimento relativamente a problemas de estratégia, de organização e administração e outros de cultura geral;
- * Nos assuntos que envolvem problemas de tática e logística, deve ser dado prioridade aos aspectos que sejam de maior interesse para a conjuntura militar nacional;
- * Os estudos de estratégia, de organização e de administração deverão centrar-se sobre as grandes opções e problemas nacionais.

(2) No âmbito da investigação, compete ao IAEM, fundamentalmente,

- melhorar os seus sistemas de ensino
- colaborar na revisão da regulamentação do Exército, tendo em atenção
 - * a experiência vivida por docentes e discentes
 - * a evolução doutrinária e técnica verificada em exércitos estrangeiros, e
 - * as conclusões de exercícios e manobras.

d. Na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas foi criado, à dias, o Instituto de Defesa Nacional, que, nas suas missões, inclui:

- contribuir para a definição de uma doutrina de defesa comum aos 3 ramos das Forças Armadas, no quadro da política geral definida pelos órgãos de soberania;
- contribuir para o esclarecimento recíproco de quadros das FA, da administração pública e entidades privadas, através do estudo e discussão dos grandes problemas nacionais e de conjuntura internacional, da análise da situação sociopolítica e da posição das FA no contexto da Nação.

e. Do resumo feito à estrutura académica dos 3 estabelecimentos de ensino superior algumas notas cumpre acentuar:

- (1) A carreira militar de um oficial de Infantaria, por exemplo, beneficiará de uma instrução formativa que, para além da que colhe nas unidades, o levará obrigatoriamente a diferentes estabelecimentos de ensino:

- Em tenente, por um ano lectivo, à Escola prática para o curso de promoção a capitão.
- Em capitão, por um ano lectivo, ao IAEM, para o Curso Geral de Comando e Estado-Maior.
- Em major e/ou tenente-coronel por dois anos lectivos, ao IAEM, para o Curso Complementar de Comando e Direcção.
- Em coronel, por um ano lectivo, ao IAEM, para o Curso

Superior de Comando e Direcção.

Se tivermos em conta que ao longo da carreira será, normalmente, chamado à frequência de outros cursos e estágios (de especialização, reciclagem, regulares ou eventuais), teremos que concluir que a nossa concepção militar de formação permanente nos coloca, em comparação, por exemplo, com os Exércitos da República Federal Alemã ou da França, em posição dianteira.

- (2) Os projectos estudados, da Academia Militar e do IAEM, embora denunciem uma certa interligação entre os dois estabelecimentos, não afirmam a sua subordinação a um órgão superior de Instrução, por forma a assegurar-se uma política de ensino militar que podesse levar aos estabelecimentos de ensino militar, às direcções das armas e serviços, aos comandos das regiões militares, às escolas práticas e às unidades, a necessária unidade de ensino com vistas a alcançar a melhor relação custo/eficácia e a urgente revalorização do Exército.
 - (3) O esforço que os estabelecimentos de ensino militar superior têm para se reestruturarem com a urgência que o actual circunstancialismo determina, traduz grande competência e o mais acendrado patriotismo.
- f. Os objectivos que a Academia Militar se propõe alcançar traduzem uma concepção a todos os títulos correcta, bem fundamentada e servindo o País que somos.
- (1) Numa perspectiva integradora, a Academia Militar pretende construir os caboucos da carreira dos oficiais dos quadros permanentes. Permitam-me que acentue que disse caboucos e não disse esqueleto pois que, na imagética, pretendi acentuar que é sua obrigação ministrar bases, e bases sólidas. Aliás, é vício corrente em muitos sistemas de ensino que cada um tente dar um pouco de tudo, por ser solução bem mais fácil do que a definição exacta do que a cada um pertence, o que legitimamente, num ensino progressivo como o que se constrói ao longo de uma carreira, os estabelecimentos e os mestres tenham de introduzir as matérias do seu âmbito com prolegómenos que anteriormente deveriam ter sido dados.

- (2) A Academia Militar propõe um ensino militar superior, cujos cursos conferem o grau académico de licenciado em ciências militares. Ora vistas as diferenças de nível das suas zonas de formação (proporcionando uma formação técnico-científica e das ciências sociais, de nível superior, a par de uma preparação técnico-militar que tem por tecto o nível de oficiais subalternos), poderia aqui vislumbrar-se um equívoco de terminologia.

Temos para nós que não há equívoco nenhum, nem no conceito nem nos termos.

A Academia Militar, numa perspectiva técnico-militar, terá de ministrar conhecimentos que irão do nível primário ao superior; e acentua nesta compatibilização proposta, uma preocupação de construir com solidez, por forma a que, na formação dos jovens oficiais, estes não se isolem nem afastem da sua geração, mormente naquilo que assegura o prestígio e dignidade pessoais e da função.

- (3) Alguns desejos formulo para os planos dos vários cursos:

- que desenvolvam a capacidade dos oficiais para, além do estudo individual, criar aptidões para o trabalho em grupo;
- que criem um espírito de investigação;
- que mantenham permanentemente uma intenção militar;
- que sejam exigentes, mormente na qualidade
- que consintam programas, com o número semanal de horas de aula que seja rendível, isto é, não esgote nos alunos a disposição e a possibilidade de trabalharem sem a presença do professor e do instrutor;
- que integrem docentes e discentes, instrutores e instruendos no estudo, nos grupos de trabalho por forma a que seja incentivada toda a colaboração em benefício de todos;
- que a instrução militar geral proporcione uma formação militar prática só obtível com suficientes disponibilidades em tempo e meios.

- g. Há quem pretenda exprimir o nosso tempo como uma «época de ansiedade». Época de ansiedade generalizada, mas diversificando-se no medo de alguns face ao futuro, porque temem o esforço e sacrifício que foram a seiva salutar de uma história magesticamente inexorável; na frustração de uns tantos que na lassidão ou na divergência dos caminhos se deixaram negar; na impaciência de muitos que pretendem ver realizado urgentemente o progresso que aspiram.

Tal clima tem de ser considerado com o realismo que em horas decisivas se exige, em ordem a obter que as tensões assim acumuladas confluem na dinamogenia da acção.

Mas isso não pode significar que as realizações possam ser conduzidas com a impaciência de quem pretenda, no imediato, fazer obra, sem antes lhes estudar as bases, o faseamento e as finalidades.

Vista a indissociabilidade das funções planificadoras (evidência dos objectivos e acção realizadora) para alcançar a adopção das soluções propostas e o mais dinâmico impulso à sua resolução, todos nós somos chamados a colaborar.

Que a reflexão conjunta seja propícia à eficácia e oportunidade das acções desejadas.

António da Silva Osório Soares Carneiro
Coronel de Infantaria

**ENTREVISTA AO GRUPO DO MIT, SOBRE A
SITUAÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA**

ENTREVISTA AO GRUPO DO MIT, SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA

Em Agosto passado, a pedido de *Nação e Defesa*, elaborei com o grupo económico do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), que então terminava um relatório sobre a economia portuguesa solicitado pelo Banco de Portugal, um conjunto de seis perguntas sobre a nossa situação económica, às quais estes se prestaram a responder por escrito, no espírito autorizado pelo Governador do Banco Central.

Ao apresentar a tradução das respostas, levada a cabo por *Nação e Defesa*, e por mim revista, julgo que estas constituem um óptimo resumo da nossa situação económica em meados de 1976. Apesar de a «Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa», nos passados dias 11-13 de Outubro, ter substancialmente alargado a informação disponível sobre o assunto, o tempo de publicação das *Actas* justifica que se divulgue a tradução da resposta às perguntas de Agosto.

Resta dar uma ideia de quem são os cinco entrevistados. Todos eles são estudantes do 3.º ano do curso de doutoramento na referida universidade americana, ou seja, trata-se já de candidatos ao doutoramento. Sabendo o reduzido número de doutorados, ou candidatos, existente no nosso país, dificilmente se pode criticar o notável trabalho desenvolvido, referindo — como alguns têm feito — que se trata de «estudantes». Assim, muitos deles já têm trabalhos publicados em revistas científicas, o que, nos EUA, representa uma promoção rara para um candidato ao doutoramento.

As respostas foram elaboradas por Andrew Abel, formado em Economia pela Universidade de Princeton, com trabalhos publicados sobre econometria, por Miguel Pizarro Bezeza, um dos melhores alunos dos últimos anos do antigo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, com dois anos de experiência docente, nesse Instituto, bem como nas Universidades Nova e Católica, por Jefferson Frankel, formado em Economia pelo Swarthmore College, por Raymond Hill, formado em Economia pela Universidade de Princeton, que apresentou com Teodora Cardoso, técnica do Banco de Portugal, um trabalho sobre «Moeda e Crédito em Portugal» na referida Conferência, e, finalmente, por Paul Krugman, formado em Economia na Universidade de Yale, que publicou um artigo sobre efeitos deflacionistas da desvalorização cambial no *Journal of International Economics*, e teve importantes intervenções na referida Conferência.

P: *Qual é a vossa visão da conjuntura económica portuguesa nos últimos dois anos?*

R: No que se refere à produção e ao emprego a conjuntura portuguesa tem sido bastante boa dadas as circunstâncias. Em 1974 e 1975, factores tanto externos como internos conduziram a uma contracção da actividade económica. Os factores mais responsáveis por essa contracção no período entre 1973 e 1975 foram os seguintes:

- (I) O aumento de preços nas matérias primas fez com que as importações portuguesas se tornassem mais caras, reduzindo a entrada de divisas no País. As razões de troca portuguesas pioraram quase 9% desde 1973 a 1975; a redução no rendimento real, causada por essa queda apenas, atinge 3% do produto nacional bruto.
- (II) As exportações diminuíram quase 30%, em parte por causa da recessão mundial, em parte por causa dos aumentos dos custos, desorganização da produção, e a perda das colónias.
- (III) As remessas de emigrantes, uma das principais fontes de divisas estrangeiras, diminuíram cerca de um terço em termos reais.
- (IV) A incerteza acerca das condições internas aliada a uma redução dos lucros, foram a causa da queda do investimento privado. Calcula-se que o investimento bruto tenha diminuído mais de 50% entre 1973 e 1975.

Apesar de todos estes factores, todavia, Portugal parecer ter experimentado um declínio moderado no produto, na ordem dos 3 a 4% em 1975, de acordo com os números publicados. A razão básica para isto, é que o aumento do consumo, tanto público como privado, ultrapassou o declínio no investimento e nas exportações, mantendo o nível da procura. Aumentando o consumo real (cerca de 14% em dois anos) Portugal conseguiu em grande parte isolar-se da recessão mundial.

Os aspectos desfavoráveis da conjuntura económica portuguesa estão ligados com considerações a mais longo prazo. Nos últimos anos, o investimento diminuiu enquanto que um aumento no tradicional excedente da balança de pagamentos deu origem a défices de cerca de 6% do Produto Interno Bruto em 1974 e 1975. A poupança interna — investimento menos o défice na balança de pagamentos — diminuiu de 33% do PIB em 1973 para menos de 5% em 1975. Isto não é sequer suficiente para compensar a depreciação do «stock» de modo que a riqueza nacional diminuiu apesar de a população ter aumentado.

De certo modo Portugal tem conseguido uma conjuntura favorável a curto prazo à custa da sua posição a longo prazo. O aumento de consumo suportou a produção e o emprego, mas também manteve as importações

a nível elevado face à diminuição da entrada de divisas, contribuindo para o défice da balança de pagamentos.

P: Existe apreensão generalizada pelo facto de Portugal estar a perder continuamente as reservas de divisas estrangeiras. Porque é que isto está a acontecer?

R: Antes de 1974, Portugal tinha uma balança de pagamentos excedentária. O défice na balança dos bens e serviços estava a ser mais que compensado pelas remessas dos emigrantes. Contudo, a partir de 1973, as exportações e remessas em declínio deixaram de poder pagar as importações. A perda de reservas foi agravada em 1975 e na primeira metade deste ano pela saída de capitais de várias fontes, tais como o reembolso, pelos importadores, de empréstimos concedidos pelos exportadores estrangeiros. Esta saída de capital, que atingiu 6 milhões de contos no ano passado, foi provavelmente causada pela especulação sobre a esperada desvalorização do escudo.

Já mencionámos as principais causas da diminuição das exportações: A recessão nos países industriais, a desorganização da produção e a inflação em Portugal, a perda das colónias. As remessas dos emigrantes diminuíram em virtude da recessão europeia e da incerteza acerca da situação política em Portugal. Muitos países sofreram uma diminuição nas exportações resultante da recessão mundial, mas Portugal tem sido um dos países que sofreu maior queda nas exportações, uma vez que se reduziu a sua quota parte nos mercados de exportação. Mesmo que a procura nos mercados de exportação não tivesse decaído, a redução na quota parte portuguesa teria reduzido as exportações de Portugal de cerca de 13% de 1973 a 1975.

As importações desenvolveram-se erráticamente desde 1973. Em 1974, a elevada procura interna causou um aumento de 9% na quantidade real das importações; um aumento nos preços da importação, especialmente no preço do petróleo, transformaram esse aumento real num aumento de 50% em termos nominais. Em 1975, as importações diminuíram drasticamente cerca de 25% em termos reais. Isto ficou a dever-se, em primeiro lugar, à queda do investimento, que é muito intensivo em importações e especialmente à decisão de muitas firmas de esgotarem os seus «stocks» de produtos importados. Uma vez que este desinvestimento não pode continuar indefinidamente, é natural que as importações de Portugal venham a aumentar num futuro próximo.

P: Uma outra preocupação generalizada tem sido a inflação. Poderiam discutir as causas e consequências da inflação em Portugal?

R: A inflação em Portugal teve duas causas principais, um aumento no nível dos preços mundiais e um aumento na compensação interna dos trabalhadores. Os preços mundiais por grosso, medidos em escudos e

ajustados relativamente às alterações cambiais, aumentaram de cerca de 38% de 1973 a 1975. A compensação dos trabalhadores aumentou consideravelmente mais, cerca de 69% no mesmo período. Embora o aumento de alguns preços mundiais, tal como o preço do petróleo, tenha tido um papel importante na inflação portuguesa, o elemento chave nos últimos dois anos tem sido o aumento da compensação dos trabalhadores.

O aumento dos custos laborais teve um impacto desigual. Em alguns casos foi simplesmente transferido ao consumidor, através de preços mais altos. Noutros casos, onde os preços estão limitados pela concorrência estrangeira ou por regulamentos do Governo, o aumento do rendimento do trabalho tem vindo da redução dos lucros. O efeito global tem sido uma redistribuição do capital para o trabalho e um aumento nos salários reais dos trabalhadores. De acordo com as nossas estimativas, a quota parte do trabalho no rendimento (incluindo os empregados por conta própria) aumentou de cerca de 60% do Produto Interno Bruto em 1973 para cerca de 70% em 1975, enquanto os ganhos reais por empregado, deflacionados pelo índice dos preços no consumidor, aumentou 17% no mesmo período.

A inflação de Portugal tem afectado todos os aspectos da Economia. Alguns dos efeitos mais importantes são os seguintes:

- (I) O rendimento foi redistribuído. Já mencionámos a redistribuição do capital ao trabalho, mas também houve uma redistribuição entre os trabalhadores, porque os aumentos de salários não foram uniformes.
- (II) O rendimento da poupança tornou-se negativo. Os juros nos depósitos bancários, o canal mais importante de poupanças particulares, são muito menores do que a inflação, por isso o rendimento real da poupança se tornou negativo.
- (III) A estrutura de incentivos foi modificada. A produção de bens, cujos preços são limitados pela concorrência estrangeira ou legislação económica, tornou-se menos lucrativo do que a produção para o mercado interno não regulamentado. O resultado foi desencorajar a produção de alguns bens enquanto se encoraja a produção de outros. A posição dos custos no sector da exportação, em particular, sofreu nos últimos anos porque os aumentos dos custos em Portugal têm sido muito maiores do que nos seus parceiros comerciais. Desde 1973 até 1975, depois de ajustamento às alterações cambiais, os custos laborais em Portugal aumentaram mais de 24% em relação aos seus parceiros comerciais.

P: Tem havido um grande aumento de dinheiro em circulação. Porque é que isto ocorreu e quais os seus efeitos?

R: O aumento no «stock» de moeda nos passados dois anos deve ser encarado como uma adaptação à inflação — exageradamente determinada, como dissemos antes, pela contração salarial e aumento nos preços mundiais — mais do que ser considerada uma causa primária da inflação. Julgado neste contexto, o crescimento monetário não tem sido excessivo e, em 1974 pelo menos, foi provavelmente ligeiramente restritivo.

A quantidade de moeda (incluindo notas, depósitos à ordem e a prazo, ou seja M_2) aumentou de cerca de 19%, enquanto que a inflação do deflacionador do PIB foi de 16% e o crescimento real deste de 4%. Acrescentando a redistribuição do rendimento e a chegada dos refugiados, houve provavelmente aumento da procura de moeda, para um dado nível de rendimento nacional. De facto, a taxa de aumento da quantidade de moeda desde 1974 tem declinado, comparado com os anos de 1970 a 1973. Inicialmente a fonte do crescimento relativamente lento da quantidade de moeda foi uma alteração do processo de criação monetária. Antes de 1974, a primeira fonte da base monetária tinha sido o excedente da balança de pagamentos.

Depois de 1974 o défice externo passou a usar a base monetária e a fonte de criação de moeda passou a ser o redesconto pelo Banco de Portugal. A política do Banco Central foi (e continua a ser) a de corresponder a todos os pedidos para redesconto a um juro fixo. Contudo, aparentemente, os atrasos institucionais em face da necessidade de grandes aumentos no redesconto manteve as condições monetárias apertadas em 1974, como acima se apontou.

Em 1975, o processo da oferta de moeda parece ter conseguido adaptar-se ao crescimento do rendimento nominal — em parte por causa de um défice crescente do sector público, o qual foi directamente convertido num aumento da base monetária. Contudo, a procura de moeda real caiu abruptamente. A inflação nos doze meses a partir de Junho de 1975 dificilmente pode ter sido menor do que 20% (o índice de preços no consumidor em Lisboa aumentou cerca de 17% de Junho de 1975 a Março de 1976). Em Março de 1976, a quantidade de moeda (M_2) estava somente 11% acima do seu nível em Junho de 1975 e um inquérito feito não indica virtualmente nenhum aumento nos dois meses seguintes. As variações concebíveis no rendimento real não são suficientes para explicar este declínio nas reservas monetárias reais do público, por isso, parece que a expectativa da desvalorização cambial ou o aumento da inflação causaram a mudança na própria moeda.

Talvez a questão monetária mais importante, dado o estado depressivo do investimento, seja se as firmas têm pronto acesso ao crédito, particularmente nos sectores que produzem exportações e produtos concorrentes de importações. Apesar de o Banco de Portugal não racionar o redesconto e de a taxa de juro real dos empréstimos ser negativa, os bancos comerciais têm um incentivo para racionar os seus empréstimos, porque o limite superior à taxa dos empréstimos desencoraja os emprés-

timos, a projectos arriscados, mas valiosos. Além disso, enquanto que a taxa dos empréstimos a sectores chave da economia é estabelecida a um nível mais baixo do que a média, a estrutura das taxas dos empréstimos e do desconto não oferece necessariamente aos bancos comerciais um incentivo para oferecer empréstimos a estes sectores.

P: *O sector público experimentou mudanças importantes durante este período. Poderão fazer um comentário sobre isto?*

R: Houve grandes modificações no sector público nos últimos dois anos. Por um lado, temos um grande aumento do chamado sector público produtivo, devido à nacionalização e/ou controle governamental de uma parte substancial da economia; por outro lado, o sector público tradicional viu a sua posição económica modificar-se drasticamente, de um fornecedor líquido de poupança interna para um utilizador líquido. Vamos focar primariamente o sector tradicional porque:

- (a) Acreditamos que o comportamento deste foi mais importante como determinante dos desenvolvimentos a curto prazo na economia portuguesa: as empresas nacionalizadas parecem comportar-se de uma maneira semelhante às outras firmas (grandes), posto que isto possa não ser verdade a longo prazo.
- (b) Temos a impressão que a mudança na posição do sector público tradicional não tem sido suficientemente acentuada, essencialmente como no que se relaciona com outros desenvolvimentos na economia, por exemplo, o défice externo.
- (c) Não sabemos bem o alcance exacto da participação pública na economia. É certamente muito mais pequeno (pelo menos em termos de valor acrescentado e de emprego) do que os 60% e mais que algumas pessoas têm mencionado, mas não possuímos um número em que possamos confiar.

Habitualmente dividem-se as operações do sector público em duas partes: operações na conta de capital, das quais as principais verbas são a formação de capital fixo e operações na dívida pública, e operações na conta corrente, que incluem, pelo lado das aquisições, bens e serviços, transferências e subsídios, e juros da dívida pública, e pelo lado das receitas, sobretudo os impostos, taxas e contribuições para a segurança social. A formação do capital fixo pelo sector público não mudou dramaticamente nos últimos dois anos. Tem havido um aumento definido, o qual, juntamente com a queda precipitada na formação de capital privado mais a do sector produtivo do Estado, tornaram o investimento do sector público tradicional 27% da formação de capital fixo total em 1975. Este número pode ser comparado com os 11% de 1973, mas,

repete-se, isto foi mais devido à queda do investimento privado do que ao aumento do público.

As operações correntes do sector público tradicional tiveram um excedente, isto é, os impostos mais as contribuições da segurança social excederam a aquisição de bens e serviços mais os subsídios e as transferências. O sector público obteve assim uma poupança positiva (corrente).

Mesmo em 1974 isto foi verdade, pois os excedentes das autarquias locais e serviços autónomos excederam os défices da administração central mais a segurança social. Além disso, até 1973 foi verdade que a poupança corrente foi mais do que suficiente para financiar a formação de capital, de modo que o sector público tinha um pequeno excedente de tesouraria. Em 1975, o quadro mudou substancialmente: o excedente corrente transformou-se num elevado défice corrente (de aproximadamente 22 milhões de contos) e o pequeno défice de tesouraria (1974) aumentou muito, para 34,1 milhões de contos. Défices de tesouraria devidos à formação de capital não podem ser considerados um problema: mesmo que o financiamento do défice desvie outra formação de capital, a riqueza nacional está a aumentar no mesmo valor do financiamento. Não há nada de errado, em princípio, num défice da conta corrente. De facto, foi uma maneira de contra-atacar o efeito depressivo da queda na procura externa (exportações) e interna (investimento) de modo a não permitir que a produção e o emprego caíssem consideravelmente abaixo dos níveis de 1973/74.

O grande aumento no consumo privado foi devido não só ao aumento das remunerações de trabalho, mas também, em grande parte, ao aumento das transferências (segurança social, ajuda para os refugiados das ex-colónias), o que aumentou o rendimento disponível a um dado nível do Produto Interno Bruto, assim como aumentou os subsídios de certas mercadorias, tais como cereais e carne, que impediram que o aumento dos preços da importação e dos custos internos fossem transmitidos aos consumidores. De facto, as transferências e os subsídios têm sido os elementos da despesa pública que cresceram mais depressa durante os anos passados. Em termos reais, isto é, ajustando-se a inflação, os nossos cálculos para o período de 1973-76 dão uma taxa de crescimento média de 17,2% por ano para a compra de bens e serviços (incluindo remunerações dos funcionários públicos), 33,6% para as transferências e 42,3% para os subsídios — e, tanto quanto podemos dizer a partir dos dados disponíveis, o panorama não se alterou em 1976. Por outro lado, a receita corrente (impostos, contribuições da segurança social) do sector público não mudou nos últimos anos, pelo menos em comparação com as despesas públicas. Em termos reais, os impostos directos mais as contribuições da segurança social têm crescido 3,5% por ano, em 1973/76, e os impostos indirectos de 8,1%. Assim, foi o crescimento substancial nas despesas correntes, conjuntamente com o crescimento reduzido nas receitas, que produziu os elevados défices correntes. Como mencionámos acima, um

défice corrente do sector público pode ser um meio muito adequado de manter a procura numa situação de depressão. Sobretudo, se o consumo público aumenta para substituir a decrescente procura do consumo privado, o défice orçamental pode na verdade ser um instrumento efectivo da política económica. Infelizmente, não foi o consumo, mas o investimento, que o consumo público substituiu. Talvez este fosse o único caminho para impedir a drástica queda na produção e emprego; mas ele só se pode aceitar como uma medida a muito curto prazo. Um ponto importante, por fim, é que o novo défice do sector público não deve ser considerado isolado do que acontece ao resto da economia (para além do seu efeito imediato na procura), devendo, em particular, referir-se o seu impacto na balança de pagamentos. Uma simples identidade diz-nos que o défice da balança externa das transacções correntes é igual à poupança privada menos o investimento, mais a poupança pública. Em Portugal, nos últimos anos, houve uma queda dramática no investimento; mas uma queda ainda maior na poupança privada e acima de tudo na poupança pública. Por conseguinte, embora o conteúdo directo de importações das despesas públicas possa ser pequeno, quando se tomam em consideração o equilíbrio macro económico, é evidente que há uma poderosa ligação entre o défice do sector público e o défice da balança de pagamentos.

P: Que conselhos dariam quanto ao assunto geral da investigação económica em Portugal?

R: Da nossa experiência nos últimos dois meses retirámos impressões que podem ser úteis para aqueles que se dedicam a investigação económica. Primeiro, um lamento habitual dos economistas é que as estatísticas portuguesas são fragmentárias, pouco seguras ou recolhidas com grandes atrasos. É verdade que são necessárias estatísticas melhores e mais rapidamente disponíveis. Contudo, quando se tomam em consideração os investigadores no Banco de Portugal, nos bancos comerciais e nos vários ministérios e departamentos governamentais, chega-se à conclusão que há um surpreendente grande número de pessoas em Portugal juntando e analisando dados económicos básicos. A nossa experiência mostra-nos que alguma da falta aparente de estatísticas existe porque os economistas num grupo estão frequentemente a desconhecer que os dados que eles pediram para as suas análises já foram tabelados por outro grupo de investigação. Temos a impressão que com o simples melhoramento da comunicação e talvez da coordenação da investigação, muito podia ser feito para melhor o curso da informação económica básica àqueles que tentam compreender os problemas económicos de Portugal.

Uma segunda impressão é que, apesar do relativamente grande número de unidades investigadoras, existe uma grande falta de previsão e análise macro económica.

Há pessoas a trabalhar em análises bastante detalhadas de estatísticas recentes e outras trabalhando em projectos de investigação relativos a um longo período. Mas é necessária muito mais investigação, num contexto essencialmente macro económico, sobre os próprios desenvolvimentos actuais, num futuro próximo, da economia.

É importante que tal trabalho seja analítico e que leve em conta a inter-relação entre o emprego, a produção, a inflação e a balança de pagamentos. Para levar a cabo uma tarefa e promover um debate mais informado acerca dos seus resultados requere-se a construção de modelos explícitos do comportamento da economia portuguesa — mesmo que se não possa esperar, num futuro próximo, fazer uma estimativa económica de todos os parâmetros de tais modelos.

